

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

KÉSIA PONTES DE ALMEIDA

**DO ASSISTENCIALISMO À LUTA POR DIREITOS:
AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUA ATUAÇÃO NO
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO TEXTO
CONSTITUCIONAL DE 1988**

UBERLÂNDIA

2019

KÉSIA PONTES DE ALMEIDA

**DO ASSISTENCIALISMO À LUTA POR DIREITOS:
AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUA ATUAÇÃO NO PROCESSO DE
CONSTRUÇÃO DO TEXTO CONSTITUCIONAL DE 1988**

**Tese apresentada ao Programa de
Doutorado em História, da Universidade
Federal de Uberlândia, como requisito para
obtenção do Título de Doutor em História.**

Área de concentração: Trabalho e Movimentos Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Dilma Andrade de Paula.

UBERLÂNDIA

2019

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

A447 Almeida, Késia Pontes de, 1983-
2019 Do assistencialismo à luta por direitos [recurso eletrônico] : as
pessoas com deficiência e sua atuação no processo de construção
do texto constitucional de 1988 / Késia Pontes de Almeida. - 2019.

Orientadora: Dilma Andrade de Paula.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-
graduação em História.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2019.2280>
Inclui bibliografia.

1. História. I. Andrade de Paula, Dilma, 1963-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em História.
III. Título.

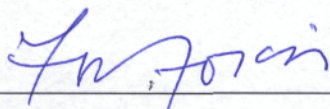
CDU: 930

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

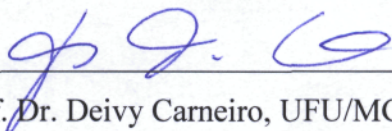
**DO ASSISTENCIALISMO À LUTA POR DIREITOS:
AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUA ATUAÇÃO NO PROCESSO
DE CONSTRUÇÃO DO TEXTO CONSTITUCIONAL DE 1988**

**Tese apresentada para a obtenção do título de Doutor
(a) no Programa de Pós Graduação em História da
Universidade Federal de Uberlândia (MG) pela banca
examinadora formada por:**

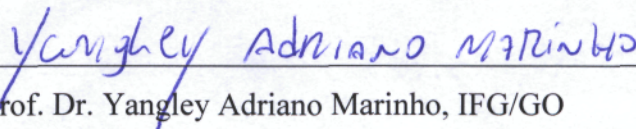
Uberlândia, 30 de Agosto de 2019.



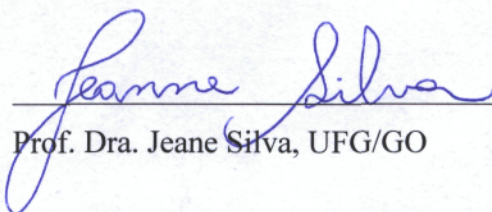
Prof. Dr. Sergio Paulo Moraes, UFU/MG



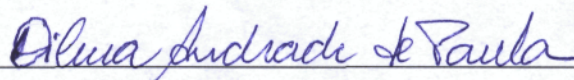
Prof. Dr. Deivy Carneiro, UFU/MG



Prof. Dr. Yanglely Adriano Marinho, IFG/GO



Prof. Dra. Jeane Silva, UFG/GO



Orientadora Prof. Dra. Dilma Andrade de Paula, UFU/MG

RESUMO

Esta pesquisa visa pensar a atuação das pessoas com deficiência, na construção do texto constitucional de 1988, por meio de seus representantes nas audiências da Carta Magna realizadas na Subcomissão de Negros, Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias que compôs os trabalhos da Comissão de Ordem Social com outros dois grupos. Com base no eixo do Assistencialismo voltado à luta por direitos, este texto foi dividido em três partes. No capítulo 1, recuperamos o percurso histórico e apresentamos alguns marcos nacionais e internacionais sobre as políticas concernentes às pessoas com deficiência, além da mudança de paradigma do contexto social baseado em um modelo segregacionista para a implantação de políticas de integração desses indivíduos, principalmente nas décadas de 1970 e 1980. Também destacamos pontos relevantes sobre a constituição dos movimentos sociais de pessoas com deficiência e a participação da sociedade civil, de acordo com o sentido gramsciano, em que salientamos as instituições estruturalmente constituídas há várias décadas antes desse período e que pretendiam prestar serviços. Abordamos conceitos para a compreensão do eixo que evidencia as hegemonias e contra-hegemonias no processo de luta contra a filantropia e pelo estabelecimento de direitos, como: i) relação entre Estado e sociedade civil; ii) exclusão; e iii) cidadania, com ênfase na ampla movimentação nas referidas décadas, o que permitiu a participação na constituinte. O capítulo 2 tratou de relatos de lideranças, por meio de entrevistas orais (BRASIL/SDH, 2010), com a finalidade de elencar questões relativas à inserção das pessoas com deficiência, trazer reflexões sobre o contato destas com o movimento político por direitos e verificar como foi desenvolvida sua militância até a Constituição de 1987. Estabelecemos um panorama de quem são tais indivíduos, quais suas origens familiares e a que grupos ou classes sociais são ligados para relacioná-los como sujeitos e constatar os fatores representativos que caracterizam a luta pela cidadania e contra a filantropia. Por sua vez, o capítulo 3 diz respeito às falas citadas nas atas das reuniões da Comissão da Ordem Social e da Subcomissão de Negros, Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Ressaltamos as problemáticas relativas às pessoas com deficiência intelectual, auditiva, física e visual, em que se sobressaem as especificidades de cada uma, as tensões e as heterogeneidades que formaram as audiências, para entendermos as contradições dos diversos movimentos sociais por direitos. Na conclusão, recuperamos elementos importantes descritos no item 3, com o objetivo de discutir a participação dos representantes no texto constituinte. Em seguida, discorreremos sobre a memória construída por órgãos ligados ao Estado, em conjunto com parte da sociedade, em se tratando do desenvolvimento da luta por direitos das pessoas com deficiência. Por fim, apontamos desdobramentos da Constituição e mostramos como a garantia de direitos teve continuidade a partir dos anos 1990, seja na sociedade civil ou no âmbito político.

Palavras-chave: Pessoas com deficiência. Cidadania. Democracia. Exclusão. Direitos. Assistencialismo.

ABSTRACT

This research aims to think about the performance of people with disabilities in the construction of constitutional text of 1988, through its representatives in the Magna Carta audiences held in the Black, Native, Disabled People and Minorities Subcommittee that composed the Social Order Committee works with two other groups. Based on the Welfarism axis oriented towards the struggle for rights, this text was divided into three parts. In chapter 1, we recover the historical journey and present some national and international landmarks on the policies regarding people with disabilities, besides the paradigm shift of the social context based on a segregationist model for the implantation of integration policies of these individuals, mainly in the decades of 1970 and 1980. We also highlighted relevant points about the constitution of social movements of people with disabilities and the participation of civil society, according to the Gramscian sense, in which we emphasize the institutions structurally constituted several decades before this period and that intended to provide services. We focused on concepts to understand the axis that shows hegemonies and counter-hegemonies in the process of fighting philanthropy and establishing rights, such as: i) relationship between State and civil society; (ii) exclusion; and iii) citizenship, with emphasis on the broad movement in the mentioned decades, which allowed the participation in the constitutional text. The chapter 2 dealt with reports of leaderships, through oral interviews (BRASIL/SDH, 2010), with the purpose of listing issues related to the insertion of people with disabilities, reflecting on their contact with the political movement for rights and to verify how their militancy was developed until the Constitution of 1987. We established a panorama of who these individuals are, what their family origins are and to which groups or social classes are linked to relate them as subjects and to determine the representative factors that characterize the struggle for citizenship and against philanthropy. In turn, chapter 3 refers to the statements cited in the meeting minutes of Social Order Committee and the Black, Native, Disabled People and Minorities Subcommittee. We reinforced the problems related to people with intellectual, hearing, physical and visual disabilities, highlighting the specificities of each one, the tensions and heterogeneities that formed the audiences, to understand the contradictions of various social movements by rights. In the conclusion, we recover important elements described in item 3, with the purpose of discussing on the representatives participation in the constituent text. Subsequently, we talk about the memory built by organs linked to State, in combination with part of society, on the development of the struggle for rights of people with disabilities. Finally, we pointed out the deployments of the Constitution and showed how the guarantee of rights continued from the 1990s, whether in civil society or in the political sphere.

Keywords: People with disabilities. Citizenship. Democracy. Exclusion. Rights. Welfarism.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo reflexionar sobre la actuación de las personas con discapacidad en el proceso de elaboración del texto constitucional de 1988, por medio de sus representantes en las audiencias de la Asamblea Nacional Constituyente, llevadas a cabo en la Subcomisión de Negros, Indígenas, personas con discapacidad y minorías. Dicha subcomisión, en conjunto con dos subcomisiones más, ejecutan las labores de la Comisión de Orden Social. Tomando como base al asistencialismo para la lucha por los derechos, este documento se divide en tres partes: en el capítulo 1 retomamos la secuencia histórica, definida parcialmente en el primer capítulo de nuestra disertación, en donde planteamos algunos parámetros nacionales e internacionales sobre las políticas orientadas a las personas con discapacidad, el cambio del paradigma de un contexto social basado en un modelo segregacionista para la implementación de políticas para la integración social de estas personas, principalmente en las décadas de 1970 y 1980. También destacamos algunos puntos importantes sobre la creación de los movimientos sociales de personas con discapacidad y la participación de la sociedad civil en su sentido gramsciano. De la misma manera, destacamos a las instituciones estructuralmente establecidas desde hace varias décadas, las cuales tenían como objetivo la prestación servicios. Por lo tanto, también se discuten algunos conceptos para la comprensión del eje que pone en evidencia a las hegemonías y contrahegemonías en el proceso de lucha contra la filantropía y por el establecimiento de los derechos. Dentro de estos destacamos: i) la relación Estado-sociedad civil; ii) la exclusión; iii) la ciudadanía, enfatizando el amplio movimiento que llevó a cabo en esas décadas y que permitió su participación en la Asamblea Nacional Constituyente. El capítulo 2 estudia los informes de los líderes mediante entrevistas orales editadas (BRASIL. SDH.2010), con la finalidad de descifrar las cuestiones relacionadas con la inclusión de las personas con discapacidad y aportar reflexiones sobre el contacto de estas personas con el movimiento político por los derechos, así como la forma en la que se desarrolló su militancia hasta la Asamblea Nacional Constituyente de 1987. Procuramos aportar una visión general de la identidad de esas personas, sus orígenes familiares, los grupos o clases sociales a los que están vinculados y, de esta manera, determinar la relación de estos individuos como sujetos y cuáles son los factores representativos que caracterizan a la lucha por la ciudadanía y contra la filantropía. El capítulo 3 aborda los diálogos registrados en las actas de las reuniones de la Subcomisión de Negros, Indígenas, personas con discapacidad y minorías de la Comisión de Orden Social. Se plantearon las problemáticas relativas a las personas con discapacidad intelectual, auditiva, física y visual. Se buscó destacar las características de cada discapacidad, las tensiones y las heterogeneidades que conformaron estas audiencias, así como comprender las contradicciones de los distintos movimientos de las personas con discapacidad por los derechos. En conclusión, se recuperaron elementos importantes descritos en el punto 3 con el fin de reflexionar sobre la participación de los representantes en el texto constituyente. A continuación, discutiremos sobre la memoria construida por los órganos vinculados al Estado, en conjunto con una parte de la sociedad civil, en relación con el desarrollo de la lucha de las personas con discapacidad por sus derechos. Por último, señalamos algunos análisis sobre el texto constitucional y mostramos la forma en la que la garantía de los derechos tuvo continuidad a partir de la década de 1990, tanto en el campo de la sociedad civil como en el ámbito de la sociedad política.

Palabras clave: personas con discapacidad. Ciudadanía. Democracia. Exclusión. Derechos. Asistencialismo.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACD	Associação de Assistência à Criança Deficiente
ABBR	Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação
ABEDEV	Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais
ABRADEF	Associação Brasileira de Deficientes Físicos
ABRASC	Associação Brasileira de Surdocegos
ACIC	Associação Catarinense para a Integração do Cego
ACRGS	Associada dos Cegos do Rio Grande do Sul
ADefAV	Associação de Deficientes de Áudio Visão
ADEFERJ	Associação dos Deficientes Físicos do Rio de Janeiro
ADFEGO	Associação de Deficientes Físicos de Goiás
ADM	Associação dos Deficientes Motores
AIPD	Ano Internacional da Pessoa com Deficiência
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
ANO	Associação Nacional dos Ostomizados
APABB	Associação de Pais e Amigos de Pessoas Portadoras de Deficiência dos funcionários do Banco do Brasil
APCB	Associação de Paralisia Cerebral do Brasil
APEC	Associação Pernambucana de Cegos
APPD	Associação Paraense de Pessoas Deficientes
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASMG	Associação de Surdos de Minas Gerais
CAADE	Coordenadoria de Apoio e Pessoa com Deficiência
CBBC	Conselho Brasileiro para Bem Estar do Cego
CEDIPOD	Centro de Documentação e Informação do Portador de Deficiência
CMBC	Conselho Mundial Para O Bem Estar Dos Cegos
CONADE	Conselho Nacional do Direito das Pessoas com Deficiência
COPA	Centro Operacional Pedro de Alcântara
CORDE	Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

CVI	Araci-Nallin Centro de Vida Independente - Araci-Nallin
CVIRIO	Centro de Vida Independente do Rio de Janeiro
CVIs	Centros de Vida Independente
DEFNET	Banco de Dados sobre e de Pessoas com Deficiência
DINDS	Divisão Nacional de Dermatologia Sanitária
ESPEG	Escola de Serviço Público da Guanabara
EUA	Estados Unidos da América
FCD	Fraternidade de Doentes e Deficientes
FEBEC	Federação Brasileira de Entidades de Cegos
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos
FMS	Federação Mundial de Surdos
GO	Goiás
IBC	Instituto Benjamim Constant
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBIS	Instituto Brasileiro de Incentivos Sociais
IBM	International Business Machines
IBRM	Instituto Brasileiro de Recuperação Motora
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
ITT	International Telegraph and Telephone
LIBRAS	Língua de Sinais Brasileira
MEPES	Movimento Estadual pela Emancipação das Pessoas Portadores de Deficiência
MORHAN	Movimento de Reintegração dos Hansenianos
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MDPD	Movimento de Defesa das Pessoas Portadoras de Deficiência
MG	Minas Gerais
MS	Mato Grosso do Sul
NID	Núcleo de Integração de Deficientes
ONEDEF	Organização Nacional de Deficientes Físicos
OIT	Organização Internacional do trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
ONGs	Organizações Não-Governamentais

PA	Pará
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PE	Pernambuco
PFL	Partido Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PR	Paraná
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
PUCRIO	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUCSP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RS	Rio Grande do Sul
SE	Sergipe
SEESP	Secretaria de Educação Especial
SENESP	Centro Nacional de Educação Especial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPLANE	Serviços de Engenharia e Planejamento do Nordeste
SESI	Serviço Social da Indústria
SP	São Paulo
UBC	União Brasileira de Cegos
UCG	Universidade Católica de Goiás
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
ULAC	União Latino-Americana de Cegos
UMC	União Mundial de Cegos
UNC	União Nacional de Cegos
UNE	União Nacional dos Estudantes
USP	Universidade de São Paulo
VARIG	Viação Aérea Rio-Grandense

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Documentos Internacionais (Resoluções, Declarações, Convenções, Normativas)

QUADRO 2 - Composição da subcomissão dos negros, populações indígenas, deficientes e minorias da comissão da ordem social

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar esta tese, comecei a pensar em tudo que aconteceu, principalmente nos obstáculos enfrentados durante a construção deste trabalho. Foram quatro anos e meio de muitos desafios, tanto no âmbito acadêmico, quanto em minha vida pessoal. Para superar as diversas barreiras e dividir as conquistas ao longo deste período, várias pessoas foram importantes neste processo. Agradeço a cada uma, em especial:

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, que é meu guia, me aconselhando e confortando nos períodos mais difíceis desta caminhada. Sou grata pela vida e por tudo que me deu ao longo desta jornada.

Agradeço também a meus pais, Antônio de Almeida e Silma Pontes de Almeida. Sou grata pelo apoio e pelo incentivo que me deram, para que eu pudesse concluir cada uma de minhas etapas acadêmicas. Cada um teve um papel importante na formação de meu caráter. Meu pai foi sempre um exemplo de homem trabalhador que, com muita honestidade em seu trabalho, possibilitou não somente que eu possuísse bens materiais, mas também que valorizasse a vida na simplicidade. Minha mãe abdicou de parte da sua vida para adaptar materiais didáticos, fazer leituras, acompanhar-me ao colégio e outras atividades. Não tenho como agradecer a eles pelos inúmeros esforços empreendidos para que eu pudesse chegar a esta etapa de minha vida e vencer cada desafio que se apresenta em meu dia a dia.

Durante os meus 15 anos de vida acadêmica na Universidade Federal de Uberlândia, tive o apoio muito especial da servidora Maria Ivonete Ramos, colega e amiga, que me acompanhou durante esse período de crescimento, como aluna e profissional. Obrigada pelos conselhos, por ouvir meus desabafos e pelo jeito especial de se preocupar com cada detalhe de seu trabalho, sem se esquecer da dimensão humana de cada aluno.

À minha orientadora, Dilma Andrade de Paula, que esteve comigo desde a graduação como professora e acompanhou grande parte de minha vida acadêmica durante a escrita da monografia e de minha dissertação. Peço desculpas por quaisquer atitudes negativas de minha parte durante este tempo. Obrigada por me acalmar em momentos, muitas vezes, difíceis e confusos neste percurso. Levarei comigo sempre seu exemplo de profissional dedicada à formação de novos historiadores. Também aprendi com ela

terrespeito ao próximo, ética e vontade de compreender questões novas, seja em relação ao objeto estudado por mim, ou às minhas características individuais.

À minha chefe, Eliamar Godoy, pelo apoio e incentivo à minha qualificação, principalmente por seus esforços para que eu conseguisse o período de licença necessário para o término deste trabalho.

À Universidade Federal de Uberlândia, pela concessão dos 13 meses de licença para a finalização desta tese.

Às monitoras, Mirian Mendonça Martins, Laura Hemilly Araújo Moreira, Thatiana Carolina Gomes Peixoto e Ana Flávia da Cunha Santos, parceiras imprescindíveis para o andamento dos trabalhos de pesquisa e coleta de dados, bem como o auxílio na organização textual, dentre outras ações realizadas até a conclusão deste texto. Também agradeço a elas pela companhia, pelas conversas descontraídas, risadas e outros momentos que ficarão sempre em minha mente. Desejo boa sorte em suas vidas profissionais e deixo um abraço para cada uma.

Aos amigos Adriana Oliveira Gouveia, Roberto Conceição Almeida Leite, Karem Aparecida Simas Resende e Liliane Vieira Moraes, por ouvirem meus desabafos, pelas experiências compartilhadas e pelos momentos de descontração.

Ao professor Sérgio Paulo Moraes, pela participação em minha banca de qualificação, quando realizou importantes considerações conceituais e práticas sobre os rumos de minhas análises. Não sei se consegui com este trabalho dar conta de todas elas, mas sempre levarei comigo as contribuições para futuros escritos. Agradeço também pelo acompanhamento durante as atividades orientadas, que nortearam a redefinição das escritas deste trabalho ao longo deste período de estudos e dedicação. Enfim, agradeço pela participação na banca de defesa.

Aos professores: Deivy Carneiro, Yangle Adriano Marinho e Jeane Silva, por terem aceitado o convite para comporem a banca deste trabalho. Agradeço as críticas, sugestões e advertências que serão de extrema importância para a continuidade de minha vida acadêmica e profissional.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E AS LUTAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NOS ANOS 1970-1980	29
1.1. A crise da ditadura militar e o processo de redemocratização no Brasil.....	29
1.1.1. Domovimento para pessoas comdeficiência ao movimento de pessoas com deficiência.....	37
1.2. Sobre exclusão e Cidadania	45
1.3. Oconceito de Estado Ampliado	57
CAPÍTULO 2 – “TEMOSHISTÓRIA”: PERCURSOS DE MILITANTES E SEU PROCESSO DE FORMAÇÃO NA LUTA PELOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS.....	63
2.1. Pessoas com Surdo-Cegueira e Surdos.....	68
2.2. Pessoas com Deficiência Física	73
2.3. Pessoas com Deficiência Visual.....	84
2.4. Pessoas sem Deficiência	89
2.5. Problematizando as entrevistas: os elementos que compõem o processo de constituição dos sujeitos políticos no Movimento de pessoas com Deficiência	101
CAPÍTULO 3 – AS AUDIÊNCIAS NA CONSTITUINTE.....	107
3.1. As APAE e as Pestalozzis	110
3.2. A questão dos direitos das pessoas idosas e pessoas com Deficiência Auditiva	126
3.3. Pessoas com Deficiência Auditiva	132
3.4. Pessoas com Deficiências Físicas	138
3.5. Pessoas com Deficiência Visual.....	162
3.6. Após as audiências na ANC.....	187
CONCLUSÃO	190

REFERÊNCIAS.....	197
-------------------------	------------

INTRODUÇÃO

A temática deste trabalho foi escolhida a partir de estudos anteriores sobre o movimento de pessoas com deficiência e foi motivado tanto por nossa vivência como pessoa cega e militante pelos direitos deste seguimento quanto pela busca de uma análise sobre vários conceitos que se construíram a partir das práticas políticas, econômicas e sociais e foram difundidas como ideologias de classe. Pensar a constituição de 1988 e a concretização de suas garantias ao longo das décadas seguintes é um desafio pois ela está em vigência e sua aplicação modifica-se conforme as correlações de força mudam. No caso de nossa experiência de vida este desafio trás grande responsabilidade no processo da construção de concepções de mundo diversas e que passam a fazer sentido de acordo com a nossa vivência junto a órgãos de representação e instigou estes escritos na busca da compreensão sobre a construção de concepções de cidadania, influenciando a efetivação e\ou negação de direitos democráticos.

A proposta inicial desta tese era pensar a formação das pessoas com deficiência como sujeitos políticos no processo da Constituinte de 1987 e verificar como ocorreu a institucionalização das conquistas constitucionais nos anos 1990 e 2000. Porém, ao entrar em contato com as referências bibliográficas e com os relatos nelas contidos de militantes que participaram do processo de escrita da Constituição de 1988, começamos a perceber que, ao invés de considerarmos a Constituinte como um ponto de partida para a estruturação do movimento das pessoas com deficiência na luta por direitos, seria necessário tratarmos este fato como o ponto de chegada de sujeitos políticos já constituídos em diversos setores da sociedade civil.

Assim, entendemos que colocar a constituinte como ponto de partida não valorizaria devidamente o longo percurso anterior desses movimentos. Seria necessário perpassar, principalmente, os anos 1970 e 1980, estabelecendo semelhanças e muitas diferenças internas, mas, apesar disso, se fortalecendo a ponto de já se fazer representar no processo constitucional de 1987/88.

Dessa forma, o recorte temporal precisou ser repensado e modificado, considerando, principalmente, os anos 1970 até 1988. Para isso, buscamos recuperar alguns marcos históricos e conjunturais que consideramos importantes para a compreensão, seja da consolidação deste movimento, seja da estruturação de uma rede institucional que direcionava as políticas públicas voltadas a esse grupo. Essa rede é

composta por hospitais ligados à classe médica, instituições prestadoras de serviço formadas por grupos religiosos, pessoas com deficiência ou pais de crianças com algum tipo de característica como surdez, dificuldades de aprendizagem, etc.

Nessa perspectiva, destacamos alguns pontos importantes, tais como: a formação e a evolução desses sujeitos individuais e coletivos a partir de núcleos oriundos de locais diversificados, dentro de escolas especiais, hospitais especializados em reabilitação, grupos de universitários, movimentos internacionais que se instalaram no país como os CVIs, instituições privadas já existentes de habilitação e reabilitação, além de núcleos de educação especial dentro de secretarias de ensino. Percebemos que há uma especificidade nesse movimento que se constituiu fora dos padrões mais conhecidos, de aglutinação em partido político ou movimento sindical, conforme a especificidade destacada por Eunice Durhan (1984).

Outro fato importante foi a institucionalização no campo governamental das políticas públicas que envolviam as pessoas com deficiência, por meio da criação de órgãos especializados como a Coordenadoria Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) e o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), que depois seria substituída pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (SEESP).

A partir dos anos 1970, com relação à organização do movimento em associações de luta por direitos, reuniram-se, em um primeiro momento, características diversas de deficiências, com objetivo de constituir uma representatividade única. No entanto, a partir de 1983, elas foram segmentadas em diversas categorias, como pessoas com deficiência física, visual, auditiva, intelectual, ostomizados e com hanseníase. Esta divisão influenciou na organização das audiências públicas feitas na respectiva subcomissão que tratou de questões relacionadas às minorias durante a Constituinte. As entidades prestadoras de serviço como as Associações de Amigos dos Excepcionais (APAE), Pestalozis, Fundações, Institutos e Associações que surgiram a partir da década de 1970, formaram uma rede em busca da legitimidade representativa tanto no campo da sociedade civil, quanto, principalmente, na esfera da sociedade política, por meio da constituinte.

Por isso, decidimos tratar esta diversidade no interior de temas mais gerais e que, de certa forma, são comuns à maioria dos grupos de pessoas com deficiência e que são a base material da relação entre Estado e sociedade civil. Nesse viés, foram escolhidos três temas: educação, acesso ao mercado de trabalho, previdência e aposentadoria. Essas

temáticas são tratadas tendo por base a concepção materialista da sociedade e o processo que sustenta o sistema capitalista em sua divisão e relação de classes. Para isso, foi necessário recuperar, historicamente, como se deram as correlações de forças que nortearam o processo que levou o Brasil a uma “Nova República” sob a base do processo de construção democrática, na transição após a ditadura.

Para esse resgate histórico, primeiramente, é importante refletir sobre o que significa a frágil democracia construída no Brasil. A organização da constituinte pode dizer muito sobre a relação de poder que se estabeleceu, fruto de um ordenamento político, econômico e social, originado do processo de crise do regime civil militar. Para isso, o eixo principal será o do assistencialismo frente aos direitos humanos, colocando a constituinte, nesse caso, como ponto de chegada.

Selecionamos alguns trabalhos acadêmicos que tratam do processo constituinte, em 1987-1988, que servirão não somente de base para a discussão historiográfica, como de apoio para nossas análises. A dissertação¹ de Barbosa (2012), intitulada **A Comunicação Popular, o Debate e o Processo Constituinte no Brasil (1977-1988)** apresenta, no capítulo 1, uma análise dos antecedentes dos trabalhos que levaram ao processo de escrita do texto constitucional, tratando de acontecimentos que decorreram do “Pacote de Abril” até a aprovação do Congresso Constituinte de 1977 a 1985. No capítulo 2, a autora trata das eleições dos constituintes, das vitórias que os movimentos sociais obtiveram na construção do regimento interno e também como se deu a intervenção popular nas subcomissões nos anos de 1986 e 1987. E, por fim, a autora examina a formação do chamado “Centrão” e o golpe realizado por este grupo até a promulgação da nova Constituição Brasileira no fim de 1987 e que entrou em vigência em 1988.

A referida dissertação teve como eixo de pesquisa o debate e o processo de formulação do texto constitucional sob a perspectiva dos movimentos sociais e sobre como a comunicação popular, principalmente a impressa, produzida por esses movimentos, influenciou no andamento dos trabalhos. A análise se deu a partir do processo do declínio do regime militar em 1977, até a abertura política, rumo à chamada Nova República. Assim, a imprensa produzida e veiculada pelos partidos, organizações, movimentos sociais e grupos ligados à esquerda, que participaram do transcurso da constituinte, produziram um grande impacto social que fomentou a mobilização da

¹Foi publicada como livro em 2016, pela Editora da UFG, sob o mesmo título.

sociedade civil em torno de pautas igualmente diversas.

Segundo Barbosa(2012),o Congresso Constituinte (com participação social restrita, em caráter apenas representativo), proposta do bloco no poder sustentado pelos militares,acabou por se antagonizarcom a contraproposta de uma Assembleia Nacional Constituinte (com efetiva participação popular). Essa demanda foi trazida pelos movimentos sociais e pelos partidos de esquerda. Por um lado, ainda que, com uma grande participação popular na sua urdidura, ao final do processo, em 1988, a nova Constituição Federal, em seu textorefletiu a dualidade, ao fazer concessões às camadas populares, conferindo-lhe características democráticas e liberais, garantindo direitos fundamentais. Por outro lado, manteve a hegemoniade frações de classe dominante. Isso significou a limitação de direitos em muitos aspectos e também a manutenção do *status quo* de vários grupos que continuaram a sua atuação por meio da intervenção do estabelecimento de políticas públicas nos desdobramentos da implementação da nova Carta Magna.

Outro fator importante para entendermos as contradições deste processo, segundo Barbosa, decorreu do fato de que a imprensa produzida pelos movimentos sociais foi um fator de extrema relevância para a politização da sociedade civil, principalmente, nos âmbitos das classes operária e média, enquanto a institucionalização dos representantes políticos que atuavam na Constituinte tiveram o apoio e a atuação de setores da burguesia e dos militares. Dessa forma, a comunicação popular foi imprescindível na organização das ações contrahegemônicas cujas forças levaram à inclusão de diversos direitos dos grupos minoritários e também da classe trabalhadora.

Neste sentido, Barbosa(2012) faz uma consideração interessante sobre a periodicidade da Constituinte, a qual, apesar de compreender institucionalmente o intervalo temporal de fevereiro de 1987 a outubro de 1988, o desenvolvimento da atuação política dos grupos minoritários e subalternos iniciou-se em 1977, face às medidas adotadas no “Pacote de Abril”². Além disso, a organização da sociedade civil em partidos e movimentos sociais cresceu em um ciclo de crise hegemônica de frações burguesas que continuou a dominar o campo institucional do Estado com caráter antidemocrático, mas permitiu uma grande correlação de forças.

²No dia 1º de Abril de 1977, o então presidente General Ernesto Geisel decretou tanto o fechamento do Congresso, quanto, por meio do AI-5, uma série de reformas constitucionais. Criou, também, a eleição indireta para 1/3 dos senadores, então denominados “biônicos”. Motta, Marly. “Pacote de Abril”. Disponível em:<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/PacoteAbril>. Acesso em: 01 jun. 2019.

Maciel (1999), em sua dissertação intitulada “Democratização e Manutenção e da Ordem na Transição da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985)” tem como objeto central o processo de transição política da ditadura militar à Nova República no período temporal de 1974 a 1985, em que tenta compreender como a mudança política ali ocorrida manteve a ordem social burguesa e o conteúdo autocrático estatal, a despeito da intensificação da luta de classe e das contradições sociais provocadas pela transformação econômica do sistema capitalista dos anos 1970. As modificações políticas tiveram como ponto preponderante o arrefecimento da autoridade militar baseada em um ditador e o estabelecimento das condições institucionais que tornaram dinâmicos e plurais os conflitos políticos sem que houvesse a desagregação da ordem social vigente. Conforme o autor, o ato inicial foi o projeto de distensão no governo Geisel e teve como o término a eleição indireta de Tancredo Neves, em 1985. Com isto, a passagem para a Nova República foi gradual e lenta, de um sistema político autoritário para um regime democrático marcado pela Constituinte e a posterior promulgação da atual Constituição da República.

Maciel (1999) trata dos dois últimos governos militares, de Geisel (1974 - 1979) e João Figueiredo (1979 - 1985). Além desse período temporal, o autor delimitou as características supracitadas do processo de redemocratização, também desenvolveu a metodologia de exposição da dinâmica da luta política por meio das conjunturas e correlações de força, substituindo um exame temático em que o objeto seria dividido em temas separados dentro de uma lógica evolucionista e predeterminada. Outra questão importante para o autor foi entender o papel desempenhado por diversos agentes políticos diante do processo histórico e das diversas conjunturas.

O período de transição é dividido em três etapas: a) de 1974-1977, que se iniciou com o projeto distensionista do governo Geisel e terminou com a implementação do Pacote de Abril; b) no início do processo de abertura com a mudança presidencial de Geisel para Figueiredo, período em que foram aprovadas reformas institucionais até as eleições de 1982; e c) após as eleições até 1985. Para compreender essas etapas, foi necessário voltar a 1964, período em que houve o golpe e o poder se concentrou nos militares que ocuparam a presidência e os principais cargos do governo. Esse retorno foi importante para entender porque, após 1974, o governo militar adotou a condução do processo de transição para a democracia e também passou a propor medidas para que isto se concretizasse. A relação que o Estado passou a estabelecer com as classes dominantes garantiu o processo de transição controlado.

A primeira etapa foi marcada pelo aumento das contradições entre os diversos grupos burgueses que estavam no poder, principalmente, pelo fim do ciclo de elevadas taxas médias de crescimento econômico, entre 1967 e 1973, que foi caracterizado por “Milagre Econômico” brasileiro. Tais contradições colocaram em xeque as ações institucionais autoritárias que começaram a atrapalhar o desenvolvimento da hegemonia dos grupos dominantes, como a centralidade governamental das decisões sobre as políticas econômicas. O projeto distencionista foi um instrumento de ampliação da representação das classes dominantes que aumentaram suas relações com a sociedade política. Dentre as medidas adotadas, a reativação do legislativo, dos partidos políticos e das eleições -que antes eram colocadas na ilegalidade - fizeram surgir novas contradições. Houve o fracasso das iniciativas estatais e a tentativa governamental de estabelecer uma nova forma de acumulação capitalista após a crise do petróleo. Com isto, aumentou a divisão do bloco dirigente, inclusive entre as Forças Armadas.

A segunda etapa do processo de transição começou com o estabelecimento do Pacote de Abril até as eleições diretas para as uniões federativas no ano de 1982. Neste espaço de tempo, as contradições sociais iniciadas na fase anterior se expandiram. Já no bloco dirigente e nas classes dominantes, a disputa pelo poder é cada vez mais acirrada pelas divergências nos métodos de implementação de um governo capaz de conter a crise profunda pela qual o país passava no momento. Também as classes subalternas começaram a despontar no campo das disputas políticas tendo como bandeira de luta a redemocratização do Brasil, em uma perspectiva antagônica ao modelo militar de democracia. Além disso, vislumbravam a luta por direitos, o que potencializou a emergência da crise hegemônica que questionou a estrutura ditatorial do Estado e o caráter autocrático da burguesia que sustentava o modelo de transformação capitalista implementado no país.

O governo militar, em conjunto com os grupos que exerciam o poder, implementaram medidas para sufocar o potencial de contestação dos grupos subordinados. Ocorreu assim, o desmonte gradual do domínio que estava concentrado nas mãos apenas do presidente constituído pelas forças armadas. A promoção de práticas de pluralização do desenvolvimento controlado dos conflitos políticos que se desenrolaram de forma fracionada em várias frentes, as quais propuseram a reforma institucional, com a intenção de endurecer o regime autoritário, substituindo a suspensão de direitos políticos e individuais que constavam no AI-5 pelo reestabelecimento das atribuições do Estado que assegurassem os direitos fundamentais

dos cidadãos.

Assim, houve a necessidade de dinamizar e pluralizar a esfera representativa, por meio da reforma partidária e da formulação da Lei da Anistia que, apesar de não retirarem por completo a centralização do poder, provocou a diminuição dos instrumentos de controle que poderiam ser utilizados pelo regime. Em conjunto com as reformas institucionais houve a troca presidencial, em que o General presidente Geisel (1974 a 1979) deu lugar ao General João Batista Figueiredo (1979 a 1985), permitindo que as diversas frações do bloco dominante fossem recompostas no domínio estatal em que o governo, em conjunto com o capital monopolista, promoveu uma política econômica de expansão e abandonou os mecanismos que substituíam a forma original de acumulação capitalista.

Outro fator importante foi que as forças descritas conseguiram conter os conflitos pela nova ordem mantendo o controle dos protestos populares, a repressão sobre os movimentos sociais e a classe operária. Com a reforma partidária, que submeteu os partidos e garantiu a imunização eleitoral da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido criado em 1965, para dar sustentação à ditadura durante os processos de votação, houve, por exemplo, a determinação para que a renovação do Senado tivesse o controle do regime militar, conferindo-lhe autoridade para renovar o Congresso sem que as pessoas indicadas fossem eleitas.

Sousa (2017), em sua tese intitulada **O Penhor de Uma Igualdade: Contradições e Vicissitudes do Projeto Constitucional de 1988 no Brasil do Capital Fictício**, trata do direito das coisas no qual existe uma forma de capital não propriamente econômico que esteve presente nas realidades nacionais e regionais a partir dos anos 1970 e que evidencia as realidades desiguais por meio de um conjunto de políticas neoliberais. No caso do Brasil, pode ser compreendido pelo processo de formação social que é diretamente ligado à dependência que leva ao subdesenvolvimento como consequência das ações políticas dentro da vertente supracitada.

Apesar de a nova Constituição não refletir-se no projeto social do estabelecimento de igualdades por métodos radicais, expressou o decurso de sucessivas mobilizações populares que possuiu como ponto central a redução das desigualdades sociais, que deveriam nortear a nova República e a organização econômica do país. Em alguns setores, havia a esperança de conseguir equilibrar as formas representativas com a soberania popular, e sujeitar a ordem econômica aos princípios reguladores, nos quais a

administração financeira do Estado teria as condições necessárias de prover os direitos sociais. No campo do Direito, procurou-se impor limites ao poder punitivo e garantir que as prerrogativas penais e processuais fossem devidamente aplicadas.

A questão central da tese de Sousa (2017) foi compreender como ocorreu o bloqueio das disposições constitucionais dirigentes, e como isso traçou uma resposta central na qual o estabelecimento de um modelo hegemônico dentro da lógica do capital fictício impossibilitou a materialização de princípios econômicos de igualdade social e dos direitos individuais. No decurso do tempo, pode-se notar o endurecimento do Estado para garantir a acumulação de capital. Para Sousa (2017, p. 248),

Nesse contexto, a Constituição brasileira de 1988, de cujo sentido se extraía uma orientação de cunho socialdemocrata, com elementos de nacionalismo, entrou em franca e aberta contradição com as exigências da consolidação dessa forma de acumulação, cuja viabilidade dependia da introdução de uma série de reformas concebidas no âmbito de um projeto neoliberal.

Neste sentido, ele se diferencia de Maciel (1999) e Barbosa (2012), pois entende que a Constituinte se consolidou como a contestação à imposição do modelo hegemônico de dominação vigente, ao contrário dos dois primeiros trabalhos que tratam o processo de escrita da Constituição como a consolidação dos grupos hegemônicos no poder, que fizeram concessões sociais para que houvesse a manutenção dos grupos dirigentes no âmbito da sociedade política.

A perspectiva que seguimos em nosso trabalho é esta última, pois entendemos que as demandas relativas aos movimentos sociais foram inseridas de forma marginal no texto constitucional e, apesar da nova Carta Magna estabelecer direitos às minorias, isso ocorre dentro dos limites de uma burguesia que manteve seu poder pela conciliação de classes, o que possibilitou o domínio das agências e dos agentes estatais, e manteve a governabilidade autocrática.

Acerca da bibliografia temática mais específica, alguns autores tratam sobre a história das pessoas com deficiência no mundo e também estudam o movimento político por direitos no Brasil. Mazotta (2003) realizou um trabalho importante para a compreensão do processo de institucionalização da educação especial que, no fim dos anos 1970 e durante a década de 1980, sofreu modificações importantes. Ocorreu o processo de mudança institucional de um modelo segregacionista, baseado na oferta do ensino por entidades da sociedade civil ligadas a setores da classe média alta, como a

igreja católica, áreas médicas e da saúde, etc. Esses setores fundaram uma rede de ensino paralela que foi incorporando o papel de inserir seus pacientes e clientes no mercado de trabalho por meio de serviços de reabilitação, para outro modelo que permitiu às pessoas com deficiência frequentarem a escola comum, entretanto, em classes especiais dependendo da característica.

As secretarias de educação também começaram a implantar ações no sentido de englobar esses discentes e, na segunda metade dos anos 1980, foram criados dois órgãos estatais importantes no processo de mudança de orientação das políticas públicas para este segmento. Foram: a SEESP e a CORDE, além das secretarias estaduais.

A luta por direitos e pelo papel do Estado em atender às reivindicações de pessoas com deficiência constituiu-se em um processo evolutivo no qual as correlações de força entre os movimentos associativistas e a rede institucional caritativa e assistencialista possibilitaram o amadurecimento dos sujeitos políticos e que lhes permitiu participar (ainda que, de forma restrita) no processo de escrita da Constituição de 1988.

Em nossa dissertação de Mestrado em História (UFU, 2009), tratamos do processo de institucionalização da luta por direitos e as conquistas na escrita das Constituições Federal e Estadual mineira e da Lei Orgânica Municipal de Uberlândia. Algumas partes e análises foram apropriadas por nós e adensadas. Foram feitas algumas considerações sobre a constituição do Estado, segundo Gramsci (2001) e seu papel como produtor e executor de políticas hegemônicas e contrahegemônicas. Também refletimos sobre a ideia de cidadania no interior de uma sociedade desigual.

O enfoque foi sobre a atuação das instituições representativas na cidade de Uberlândia, durante a década de 1990, na luta por direitos e também sobre a atuação que os indivíduos exercem no interior de grupos sociais, alguns, podendo ser “intelectuais orgânicos”, segundo Gramsci (2001), exercendo o papel de organizadores de vontades coletivas.

Na tese de Crespo (2009), foram entrevistados vários líderes do movimento político das pessoas com deficiência, sendo a maioria formada por pessoas com deficiência. Ela faz uma análise da história das lutas por direitos, por meio da descrição de trajetórias de vida e, em muitos pontos, o livro produzido pela SDH, citado, na sequência, se assemelha a essa abordagem ao recuperar a trajetória das pessoas escolhidas para a pesquisa da qual Crespo participou como entrevistada, entretanto, seu trabalho é anterior à obra.

No livro “História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil”, produzido em 2010, pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH), foram recolhidas informações que levaram à descrição dos fatos do processo de evolução política que possibilitou a passagem de um período institucional segregacionista para construir uma estrutura que conseguisse integrar estas pessoas na sociedade.

A obra foi organizada em duas partes: na primeira, há uma descrição cronológica dos fatos a partir da fala de 24 líderes de várias regiões do país sobre o processo de constituição das pessoas com deficiência como sujeitos políticos que lutam pela igualdade, contra o segregacionismo. Na segunda parte, foram transcritas as entrevistas e são essas que utilizamos como fonte de pesquisa para o capítulo 2, visando compreender questões como a origem destes líderes, a qual classe social eles pertencem, como entraram em contato com seus pares e começaram sua militância, e qual a sua participação institucional que culminou na atuação dos diversos grupos no processo constituinte, sendo que a maioria deles participou do processo, seja nos debates e na elaboração de propostas junto às associações e outras organizações, seja durante as audiências públicas na subcomissão correspondente no âmbito da Comissão da Ordem Social.

Com relação à metodologia com as fontes orais, seguimos o proposto por Cardoso(2006), sobre o papel do historiador frente às fontes orais para a escrita de análises históricas, sobretudo em relação a entrevistas produzidas por outros pesquisadores. O trabalho realizado por essa autora apresenta entrevistas editadas de pessoas que participaram da construção de Brasília e lá permaneceram como moradores. Eles foram colhidos pelo arquivo público do Distrito Federal. A autora procurou compreender questões relativas à liderança do presidente Juscelino Kubistchek de Oliveira (1956-1961) e o desenvolvimento do seu governo, enfocando a construção da nova capital do Brasil. Cardoso (2006) identificou que houve um movimento de reordenamento dos acontecimentos e informações e seu trabalho mostrou a absorção de memórias hegemônicas expressas nas narrações, embora a visão dominante não tenha anulado por inteiro as visões e propostas dos vários outros grupos. O discurso de um novo modelo governamental que promoveria aos brasileiros um melhor padrão de vida com oportunidades de construir um futuro melhor, contrastou com a realidade na qual as políticas progressistas provocaram desigualdade social e a exclusão daqueles mesmos trabalhadores. Na relação entre as diferentes visões de mundo, o futuro pode assumir múltiplas possibilidades admissíveis a partir da disputa pela hegemonia, o que leva à

concretização do domínio de uma cultura sobre as demais.

Sob a perspectiva indicada por Cardoso (2006), procuramos pensar os relatos feitos nas obras supracitadas, tentando identificar o discurso oficial e lidar com as contradições e homogeneidades construídas no intuito de organizar a história da luta das pessoas com deficiência por direitos. A memória dominante se relaciona com aquelas que se opõem a ela e constrói um relacionamento em que características que se cruzam levam a ressignificações coletivas. As falas dos indivíduos fazem parte de um terreno onde se desenvolvem tensões, contestações e disputas no processo de apropriação do conhecimento do passado e do presente. Também propiciam a ampliação dos sentidos conferidos aos fatos recuperados e questionam a universalização de uma história dominante.

As reflexões de Cardoso (2006) indicam que as visões históricas oficiais estão diretamente ligadas ao aparato estatal e aos grupos dominantes que selecionam o que se deve reproduzir na contemporaneidade. Desta forma, ocorre a tentativa de anular as desigualdades sociais e as relações de poder, muitas vezes mitificando pessoas e acontecimentos que passam a ser compreendidos de forma superficial. Neste sentido, é preciso entender que a memória pode ser trabalhada tanto para construir discursos hegemônicos tanto para expressar desejos e vontades individuais e de grupos subalternos. Ela expressa tensões manipuladas, mas também mostra os fatos recuperados por indivíduos que foram protagonistas dos acontecimentos que trazem ideias e valores já estabelecidos. Com isso, podemos perceber os elementos que formam o processo de identidade de classe e de atuação coletiva.

Os elementos de classe são importantes para compreender o movimento histórico e de evolução social, pois eles geram hegemonias e contrahegemonias, nem sempre identificadas no processo de avaliação de relatos feitos por outras pessoas. O grande problema de analisar falas realizadas por outrem é, em primeiro lugar, compreender os questionamentos realizados pelo entrevistador e, a partir deles e das respostas, conseguir realizar novos questionamentos. Se este procedimento não for realizado com fidelidade acadêmica, corre-se o risco de evidenciar noções e sentidos errados ou mal compreendidos e imputar afirmações que essas pessoas não fizeram.

Ao seguir esta vertente teórico-metodológica (dentre outras), procuramos, durante a recuperação do movimento das pessoas com deficiência, expressar a multiplicidade de visões para compreender as mudanças, disputas de poder, resistências, e consensos que abarcaram diversos setores das sociedades: civil e política, e que foram

importantes para a estruturação da militância que participou da Constituinte.

Em primeiro lugar, buscamos compreender a origem dos líderes que construíram os textos de reivindicações levadas à subcomissão relativa às temáticas das minorias. A questão de classe indica a que grupos o movimento das pessoas com deficiência estava ligado e quais as origens dos núcleos formados em todo o país.

Nas entrevistas, também é possível compreender vários campos de disputa política que influenciaram mudanças, resistências e consensos no interior das diversas instituições. Essas organizações possuíam uma estrutura consolidada e começaram a ser questionadas por seus usuários por não concordarem com os métodos da oferta de serviço e com as interferências políticas. Os efeitos dessas ingerências provocaram a exclusão dos indivíduos que não podiam falar por si, mas eram representados por intermediários, os quais ditavam os rumos da promoção e perpetuação de um sistema de segregação.

Além de entrevistas realizadas por outros pesquisadores, outras fontes utilizadas foram os documentos internacionais expedidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e suas agências no fim dos anos 1970 e começo dos anos 1980, principalmente, a Organização Internacional do Trabalho. Estes documentos nortearam as ações realizadas em torno do AIPD e serviram de base para futuras políticas em nível nacional. Foram várias resoluções, tratados e convenções que tinham como objetivo traçar diretrizes para que houvesse integração no mercado de trabalho, no sistema escolar e em vários outros campos (algumas delas são citadas adiante).

É importante notar que as questões relativas ao trabalho, à escolarização e à seguridade social que foram bandeiras de luta presentes na década da Constituinte e denotam tanto a mudança de paradigmas baseados anteriormente em uma visão médica e assistencialista para outra que começava a ser construída no âmbito de mudanças: sociais, políticas e econômicas.

Isto possibilitou a luta por direitos e a valorização dos indivíduos e suas características, bem como a sua participação em espaços comuns às outras pessoas, ainda que, de forma integrada, como alguns âmbitos específicos. Com o AIPD, foram publicados vários documentos que complementaram aqueles existentes nos anos 1970 com vistas a nortear as políticas públicas dos países em nível internacional. Destacamos no quadro abaixo, alguns documentos que foram expedidos pela ONU e pela OIT, divididos em resoluções, convenções e declarações. Esses documentos trouxeram instruções com relação à habilitação, reabilitação, educação, seguridade social, trabalho,

saúde e lazer, além de garantir os mesmos direitos fundamentais às pessoas com deficiência. Ao longo de nossa tese, esses pontos foram destacados para a compreensão da mudança de paradigmas e da reestruturação estatal brasileira para atender a estas necessidades, bem como a realização de planos governamentais que englobassem as questões relativas a este grupo.

A seguir, elencamos algumas das principais normativas.

QUADRO 1. DOCUMENTOS INTERNACIONAIS (RESOLUÇÕES, DECLARAÇÕES, CONVENÇÕES, NORMATIVAS)

Órgão/Ações	Teor
OIT. Recomendação 99, 25 de junho de 1955	Princípios e métodos de orientação vocacional e treinamento profissional meios de aumentar oportunidades de emprego para os portadores de deficiência, emprego protegido, disposições especiais para crianças e jovens portadores de deficiência.
OIT. Recomendação 111, 04 junho 1958	Discriminação em matéria de emprego e profissão. Suplementa a convenção de mesmo número, define discriminação, formula políticas e sua execução.
OIT. Convenção 111 25 de junho de 1958	Combate à discriminação em matéria de emprego e profissão. Proíbe qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.
ONU. Resolução 3.447, 09 de dezembro de 1975	Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes. Versa sobre os direitos das pessoas com qualquer tipo de deficiência.
ONU/UNESCO. Conferência Mundial sobre Ações e Estratégias para Educação, Prevenção e Integração, Declaração de Sundeborg (Torremolinos, Espanha), de 07 de novembro de 1981.	Conferência Mundial sobre Ações e Estratégias para Educação, Prevenção e Integração - trata do acesso à educação, ao treinamento, cultura e à informação, pela pessoa portadora de deficiência.
ONU. Resolução 37/52 de 03 de dezembro 1982	Programa de Ação Mundial para Pessoas Deficientes. Estabelece diretrizes para Ações Nacionais (participação de pessoas com deficiência na tomada de decisões, prevenção, reabilitação, ação comunitária e educação do público), Internacionais, Pesquisa e Controle e Avaliação do Programa.
OIT. Convenção 159 20 de junho de 1983	Reabilitação Profissional e Emprego de pessoas deficientes. Estabelece princípios e ações para as políticas nacionais de reabilitação profissional e de emprego de pessoas com deficiência.
ONU. Recomendação 168, de 20 de junho de 1983	Suplementa a Convenção relativa à Reabilitação Profissional e Emprego de 1983 e a Recomendação relativa à Reabilitação Profissional de 1955. Prevê a Reabilitação Profissional em áreas rurais e participação comunitária no processo de formulação de políticas específicas pelos empregados, empregadores e pelas Pessoas Portadoras de Deficiência.
Programa Regional de Capacitação de Líderes, da Organização Mundial de Pessoas	Um dos principais documentos a condenar a imagem de pessoas com deficiência, como cidadãos de segunda categoria, devem ter garantia da igualdade dos direitos outorgados pela Constituição.

com Deficiência (<i>Disabled Peoples' International</i> – DPI). Declaração de Cave Hill (Barbados), de 1983.	
OIT. Convenção 168 01 de junho de 1988	Promoção do emprego e proteção contra o desemprego.

Fonte:Elaborado pela autora

A partir dos Decretos Presidenciais nº 84.919, de 15 de julho de 1980 e nº 85.123 de 10 de setembro de 1980, o presidente João B. Figueiredo instituiu, no âmbito do Ministério da Educação e Cultura (MEC), a Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, respondendo à diretriz da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 1976 que, pela Resolução 31/123 proclamou o ano de 1981 como o AIPD. O objetivo era desencadear ações que se estendessem por toda a década. Na época, no Brasil, estimava-se que 10% da população trazia algum tipo de deficiência, em torno de 12 milhões de pessoas. Atualmente, esse percentual é estimado em 23,9% (cerca de 45 milhões de pessoas), de acordo com o censo IBGE de 2010 (IBGE, 2012).

Em 1986, foi publicado o documento intitulado Plano de Ação Conjunta para Integração da Pessoa Deficiente, em que foi estabelecida a meta de expansão dos serviços de formação profissional e incentivo à inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho competitivo. Outro desdobramento seria a criação de leis que possibilitassem a formação e o trabalho daqueles que não pudessem participar de forma efetiva e produtiva e a criação de uma legislação que garantisse a redução na jornada de trabalho para responsáveis por pessoas com deficiência cuja presença fosse indispensável.

Já a CORDE publicou, em 1987, o 1º Plano de Ação da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Nesse plano, foi estabelecido o programa de inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho no qual pudesse articular demanda e oferta para que os empregos fossem gerados, valorizar o trabalho, garantir direitos trabalhistas, incorporar mão de obra ociosa e garantir novos contingentes. Isso porque as pessoas com deficiência fazem parte dos segregados e marginalizados que buscam se beneficiar do desenvolvimento dos meios de produção, o que implicava em criar vagas na esfera pública e na privada e reformular as leis que regiam o trabalho para que as barreiras fossem removidas.

Outro conjunto de fontes utilizadas foram as Atas da Comissão da Ordem Social, Subcomissão de Negros, Indígenas, Pessoas Deficientes e outras minorias,

instituída pela Constituinte de 1987, publicadas no Diário da Assembleia Nacional Constituinte (Suplemento), disponível no sítio do Senado Federal. Em primeiro lugar, elegemos aquelas que relatavam as audiências públicas voltadas às pessoas com deficiência e que podem ser descritas na seguinte sequência: da primeira até a quarta foram debatidos os métodos implantados nos trabalhos, nos quais os constituintes fizeram contatos com grupos dos quais eram representantes e também com outros que levaram suas demandas à subcomissão. Em seguida, selecionamos algumas falas, priorizando representantes de organizações de âmbito nacional, pois, no conjunto, o texto ficaria muito extenso.

Na Ata de número 5, está a audiência relacionada às pessoas com deficiência intelectual, na época chamada de “deficiência mental” que reuniu representantes das instituições que se colocavam como porta-vozes deste segmento. As entidades que lideraram a realização de propostas foram principalmente a Federação Nacional de Pais e Amigos dos Excepcionais (FENAPAE) e as Pestalozzis que também formavam uma rede nacional de prestação de serviços e atendimentos. Também outras entidades de natureza limitada (várias locais e regionais) no alcance de suas ações participaram dos debates. Fizeram o uso da palavra representantes da sociedade política e civil. Tanto parlamentares— que foram eleitos e tinham como bandeira de luta a defesa das causas deste grupo —, como representantes de associações várias (aparelhos privados de hegemonia), como pais que fundaram afiliadas das organizações citadas ou outras que possuíam nomes diferentes, mas os mesmos objetivos. Também falaram algumas pessoas com deficiência que vivenciavam as dificuldades no dia a dia. Estes indivíduos possuem uma particularidade que é preciso considerar: a dificuldade mais acentuada de falar por si, pois as suas especificidades requerem um trabalho mais intenso no seu empoderamento, e foi amplamente utilizado como um fator que limitava a sua participação direta, necessitando de intermediários para fazê-lo.

A Ata 6 compreendeu a audiência pública voltada às pessoas com deficiência física que levaram suas reivindicações. Seus integrantes foram indivíduos que participaram de associações e ou lideraram o movimento nacional por direitos conduzido tanto pela Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos (ONEDEF), quanto por organismos que prestavam serviços de habilitação e reabilitação. Parlamentares com deficiência física, incluindo Ivo Lech, presidente da subcomissão e médicos fisiatras que realizavam pesquisas e aplicavam técnicas que minimizassem os danos da aquisição desta característica, por meio de doenças ou outros

fatores.

A ata 9 tratou das questões relativas às pessoas com deficiência auditiva e dela fizeram parte escolas especiais, inclusive criadas por mães de pessoas surdas que realizavam o ensino especializado fora da rede regular. Também falaram representantes de instituições ligadas à Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS).

A ata 10 levou aos constituintes questões relacionadas às pessoas com deficiência visual, além de reunir prestadoras de serviço, escolas especializadas, profissionais da área e representantes das organizações como a Federação Brasileira de Entidades de Cegos (FEBEC). E, por último, a ata 12 que finalizou os trabalhos da comissão, mas que não foi contemplada neste estudo. Para melhor organização do trabalho, o texto foi organizado em 3 capítulos, descritos a seguir.

No capítulo 1, recuperamos o percurso histórico, em parte esboçado no primeiro capítulo de nossa dissertação, que apresenta alguns marcos nacionais e internacionais sobre as políticas voltadas às pessoas com deficiência, a mudança de paradigma de um contexto social baseado em um modelo segregacionista para a implantação de políticas de integração social destes indivíduos, principalmente, nas décadas de 1970 e 1980. Nessa parte, também enfocamos alguns pontos importantes sobre a constituição dos movimentos sociais de pessoas com deficiência e a participação da sociedade civil em seu sentido gramsciano, com destaque para instituições, que tinham como objetivo prestar serviços, estruturalmente constituídas há várias décadas antes deste período temporal. Também discorreremos sobre alguns conceitos para a compreensão do eixo que evidencia as hegemonias e contrahegemonias no processo de luta contra a filantropia e pelo estabelecimento de direitos. Dentre eles, destacamos a relação: Estado e sociedade civil, hegemonia, democracia, relação que permitiu a participação na constituinte, enfatizando a ampla movimentação nessas décadas.

O capítulo 2 tratou de relatos de lideranças, por meio de entrevistas orais editadas (BRASIL. SDH, 2010), com a finalidade de destrinchar estas questões relativas à inserção das pessoas com deficiência e trazer reflexões com relação ao contato destas pessoas com o movimento político por direitos e como foi desenvolvida sua militância até a constituinte, em 1987. Procuramos fazer um panorama de quem são essas pessoas, quais suas origens familiares, a que classes sociais são ligadas e assim, analisar a relação dessas categorias como sujeitos ativos e quais os fatores representativos que caracterizam a luta pela cidadania e contra a filantropia.

O capítulo 3 aborda as falas apresentadas nas Atas das reuniões da Comissão da Ordem Social, Subcomissão Negros, Indígenas, Pessoas Deficientes e outras minorias. Nessa parte, apresentamos as problemáticas relativas às pessoas com deficiência intelectual, auditiva, física e visual. Buscamos destacar as especificidades de cada deficiência, as tensões e heterogeneidades que formaram essas audiências, bem como entender as contradições dos diversos movimentos de pessoas com deficiência por direitos.

CAPÍTULO 1

ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E AS LUTAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NOS ANOS 1970-1980³

O período entre 1978 a 1985 é conhecido como o início da abertura política, buscando encerrar a ditadura iniciada em 1964. Tal momento estava intrinsecamente ligado a profundas mudanças na sociedade civil brasileira. Necessário se faz entendermos a trajetória deste movimento que lutou para sair de uma estrutura social e governamental baseada no assistencialismo rumo à garantia de direitos. Como analisar, então, a relação exclusão/inclusão? O que significaram as lutas pela cidadania nos anos 1980? De que forma esse conceito pode ser ou não operacional? Ademais, é necessário compreender as relações entre Estado e sociedade civil para que possamos entender as lutas de pessoas com deficiências nesse período e sua atuação durante o processo constituinte, em 1987. Essas questões estão expostas e problematizadas, a seguir.

1.1. A crise da ditadura militar e o processo de redemocratização no Brasil

³Neste capítulo, recuperamos alguns escritos localizados no item 2 de nossa dissertação. Nele fizemos considerações históricas e teóricas que são imprescindíveis para compreender o nosso objeto atual de estudo que se situa na mesma temporalidade, o que permite partir do trabalho anterior para o desenvolvimento do atual. São utilizados os trechos compreendidos entre as páginas 28 e 55 da nossa dissertação, intitulada “A Luta Pelo Direito À Cidadania Na Cidade De Uberlândia: O Movimento Das Pessoas Com Deficiência Entre A Legalidade E A Legitimidade” (ALMEIDA, 2014).

Para entendermos o contexto em que os movimentos sociais ganharam força e tiveram um papel atuante na abertura política, econômica e social durante o declínio da ditadura militar no Brasil, foi preciso recuarmos um pouco no tempo para compreendermos aspectos relacionados à política adotada após o golpe civil-militar de 1964.

Barbosa (2012) e Maciel (1999 e 2012) pontuam em seus trabalhos alguns elementos importantes que marcaram o estabelecimento do golpe civil-militar em 31 de março de 1964 passando pelo “milagre econômico” até chegar à “redemocratização” e à convocação da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). A derrubada do governo João Goulart ocorreu devido às instabilidades sociais e políticas como a realização de greves, manifestações populares e oposições políticas, principalmente ao estabelecimento de reformas de base que eram o eixo central das promessas feitas pelo governo para modificar o sistema educacional, estabelecer a reforma agrária, e implantar uma economia voltada a atender aos anseios da sociedade civil, principalmente os trabalhadores. Na época, o combate ao socialismo foi a tônica principal, inclusive, em nível internacional, principalmente com intervenção dos Estados Unidos da América (EUA) na soberania nacional dos países latino americanos para manter sua influência devido à Guerra Fria.

O regime civil militar possuiu esta conotação, pois foi amplamente apoiado, por meio de ajuda financeira e armamentista dos EUA, e também por parte de setores da Igreja Católica, da classe média, da elite empresarial e de grupos conservadores. Este regime possuía as seguintes características: a cassação dos direitos políticos daqueles que se contrapunham a ele; a repressão de forma intensa aos movimentos sociais com a utilização sistemática de tortura; censura aos meios de comunicação; controle dos sindicatos; o estabelecimento do bipartidarismo no qual a oposição ao governo era sistematicamente controlada e, no campo da economia estabeleceu-se o denominado “milagre econômico”, no período entre 1968 (governo Costa e Silva) e 1974 (fim do governo Médici) em que houve grande crescimento do Brasil nesta esfera. Com isto, houve grandes investimentos na área de infraestrutura, o que levou ao aumento da dívida externa, principalmente, pelo aumento das relações comerciais com os EUA. O declínio econômico ocorreu no governo Geisel e Figueiredo.

Em abril de 1964, foi estabelecido o primeiro ato institucional (AI-1) que determinou a eleição indireta para o próximo presidente que deveria ser realizada pelo

Congresso, com seção pública e votação nominal. A partir deste momento ocorreram grandes perseguições políticas por parte do aparato estatal que prendeu e torturou alguns líderes ligados a movimentos sociais e partidos esquerdistas, e também pessoas que não necessariamente atuavam como militantes, mas faziam oposição ao regime, tais como militares, funcionários civis, intelectuais e alunos de cursos ligados às Humanas e Sociais (Filosofia, História, Ciências Sociais, Serviço Social, dentre outros).

Em 27 de outubro de 1965, foi instituído o AI-2, que impôs eleições indiretas, extinção dos partidos políticos e a concentração do poder político no chefe do Executivo. No fim deste mesmo ano, foram estabelecidas as regras de criação partidária, o que permitiu a permanência apenas de dois partidos: Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Em 5 de fevereiro de 1966, o AI-3 proíbe eleições diretas para governador. Em 7 de dezembro deste mesmo ano, AI-4 convocou o Congresso Nacional para votar e promulgar o projeto de uma nova Constituição, que revogou a anterior. Em 24 de janeiro de 1967, foi promulgada a nova Constituição.

O AI-5 foi a legislação mais dura em relação aos outros atos institucionais, pois fechou o Congresso Nacional por tempo indeterminado, que se estendeu para Assembleias Legislativas dos estados e Câmaras Legislativas dos municípios. Também possibilitou a suspensão de direitos políticos e a cassação dos mandatos executivos e legislativos nas três esferas de governo, assim marcando a era mais dura do governo ditatorial.⁴

O Judiciário possibilitou ao Executivo Federal demitir ou remover juízes de seus cargos, e decretar “estado de sítio” sem a necessidade de observar a Constituição, o confisco de bens como punição a atos de corrupção, a autoridade de legislar por decreto os acusados de crimes contra a segurança nacional passaram a não ter direito ao *Habeas Corpus* e o seu julgamento passou a ser feito pelos tribunais militares sem direito a qualquer tipo de recurso. Com essas medidas, o Estado também aprofundou a coerção e relação aos movimentos sociais como sindicatos, organizações estudantis e movimentos de minorias e trabalhadores.

⁴A violência praticada pelo Estado brasileiro após o AI-5 “[...] convenceu a amplos segmentos de que a ditadura, assim fortalecida, só poderia ser derrubada pela força das armas” (FONTES E MENDONÇA, 1996, p. 46). Alastraram-se as guerrilhas urbanas e rurais após 1969 e, com elas, o aumento da repressão, que duraria em torno de 5 anos.

A repressão operada pelo regime militar avançou sobre os movimentos sociais tais como: as organizações estudantis, os sindicatos e demais instituições de luta por diversas demandas da população. Isto originou os protestos de 1968 que tiveram importância em nível mundial, pois as ditaduras se expandiram em vários países latino-americanos e, na Europa, ocorria uma grande crise econômica. Assim, o governo intensificou as intervenções no campo sindical por meio da destituição das lideranças e do fechamento de várias dessas, nomeando interventores das Forças Armadas que permitiu a dominação sobre a atuação deles que passaram a não representar mais as demandas dos trabalhadores.

Concomitante à repressão avariados setores da população, ocorreu o denominado “milagre econômico” que levou o país a um crescimento, com a implementação do Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG. Por um lado, buscou-se combater a inflação, investir de forma intensa em reformas estruturais, que possibilitou um grande investimento do capital estrangeiro e que conferiu certa estabilidade econômica. Por outro lado, provocou, em seguida, uma grande recessão, sendo um fator decisivo para a crise do regime. Uma das medidas mais aplicadas foi o incentivo à ampliação das estatais das áreas siderúrgica, petroquímica, energéticas, etc., que favoreceu o aprofundamento da industrialização nacional, gerando oferta de empregos e certa prosperidade da classe média. Todavia, elevou consideravelmente a dívida externa.

Enquanto o salário mínimo diminuía, os operários que alcançaram certo nível técnico conseguiram distanciar-se dos ganhos da maioria da população. Barbosa (2012) destacou que, no período de 1968 a 1974, além de o milagre econômico ter passado por um colapso, a ditadura militar também entrou em crise política, o que levou, principalmente, os trabalhadores, e organizações populares a passarem a mostrar sua insatisfação. Enquanto o regime militar tentava conter grandes mobilizações populares, ocorreram outros fatores que contribuíram para intensificar as mudanças políticas, econômicas e sociais pelas quais o Brasil passou até a queda do governo ditatorial. Ainda, segundo Barbosa(2012), a vitória do MDB nas eleições parlamentares de 1964, o estabelecimento de um pacote econômico em 1967, o fim do AI-5, a restituição do direito ao *Habeas Corpus* em 1978 e a volta do pluripartidarismo em 1979. A autora menciona o pacote citado como um marco temporal importante no período de transição.

Sader(1988) refletiu sobre as novas configurações assumidas pelos

trabalhadores de São Paulo no curso da década de 1970. Esse fenômeno não é extensivo ao conjunto desta classe, mas uma parcela que constituiu movimentos sociais e estabeleceu novas ações coletivas que permitiram a formação de sujeitos políticos que abriram outro período para a classe trabalhadora em todo país. Evidenciou as características dos novos movimentos sociais e as formas que possibilitaram suas atuações políticas. Procurou também entender o cotidiano das vivências dos trabalhadores, de onde eles retiraram as bases para a construção dos movimentos sociais.

O momento de transição para a Nova República, desde as greves do ABC paulista e o governo de José Sarney (1985-1990) foi um período de transformação profunda na sociedade civil que cruzou o movimento operário com outros ligados aos grupos subalternos. As greves de 1978 deram visibilidade, não só aos trabalhadores, mas também a um grande número de agrupamentos populares que lutavam por seus direitos, inclusive, pelo direito de reivindicá-los, o que promoveu a possibilidade de movimentos populares dos diversos tipos, surgidos nos anos 1970. Ao final dessa década, passaram a adquirir fôlego ao trazer novos valores, discursos, espaços de luta, identidades coletivas, etc. Sader (1988) analisou a luta social como a ação de pequenos movimentos, que convergiram e geraram um sujeito coletivo capaz de ganhar visibilidade pública. A imprensa noticiava as greves dos trabalhadores como um movimento setorizado e dividido por setor produtivo. Nos registros das Comunidades Eclesiais de Bases ligadas à Igreja católica, o movimento pela queda da ditadura foi documentado como pequenos núcleos que se organizavam.

De acordo com Sader (1988), foram 3 instituições em crise que buscaram reatar as ligações com seus públicos por meio de novas estratégias e novas matrizes discursivas,

Da Igreja Católica, sofrendo a perda de influência junto ao povo, surgem as comunidades de base. De grupos de esquerda desarticulados por uma derrota política, surge uma busca de "novas formas de integração com os trabalhadores". Da estrutura sindical esvaziada por falta de função, surge um "novo sindicalismo". Tanto a incidência social quanto a consistência argumentativa são muito desiguais quando comparamos as 3 agências. A matriz discursiva da teologia da libertação, que emerge nas comunidades da Igreja, tem raízes mais fundas na cultura popular e apoia-se numa organização bem implantada. Beneficia-se do "reconhecimento imediato" estabelecido através da religiosidade popular. A matriz marxista não dispõe dessa base, enfrenta uma profunda crise e ainda os grupos que a sustentavam vinham de uma derrota desarticuladora. Ela traz, no entanto, em seu benefício, um corpo teórico consistentemente elaborado a respeito

dos temas da exploração e da luta sob (e contra) o capitalismo. A matriz sindicalista não extrai sua força nem das tradições populares nem da sistematicidade teórica, mas do lugar institucional em que se situa, lugar constituído para agenciar os conflitos trabalhistas. Por isso mesmo a categoria da eficácia será central nas suas representações. (SADER, 1988, p. 144)

Essas correntes de análise social se relacionavam entre si e modificavam a origem de seus discursos a fim de atender às reivindicações e os anseios dos novos movimentos populares, denominados novos movimentos sociais. Por meio dessas matrizes discursivas, os movimentos sociais puderam abrir discussões sobre o cotidiano popular, trazendo importantes avanços nos rumos dos novos movimentos sociais e nas lutas por direitos humanos, por liberdade e por cidadania, conforme Sader (1988). E, mais adiante, afirma que

os movimentos sociais se constituem recorrendo a tais matrizes, que são adaptadas a cada situação e mescladas também entre si na produção das falas, personagens e horizontes que se mostraram no final dos anos 70. (SADER, 1988, p. 145)

Sader (1988) evidenciou como o campo institucional se modificou e reagrupou as lutas populares e possibilitou o desenvolvimento do movimento operário contra a ditadura e a repressão. Com o endurecimento das políticas econômicas, com os partidos colocados na informalidade e com a busca pela legitimidade do regime ditatorial, nos anos 1970, o movimento operário se reorganizou e a luta de classes passou a se intensificar a partir principalmente de 1974.

Os movimentos identitários ganharam força no período de reagrupamento da classe trabalhadora, o que permitiu o desenvolvimento dessas bandeiras de luta, que ganham corpo com a luta de trabalhadores.

Veremos, no capítulo seguinte, que o movimento estudado possuiu membros originados de várias realidades que podem abarcar: participantes de Comunidades Eclesiais de Base, estudantes ou clientes de uma rede de habilitação e reabilitação, integrantes do movimento estudantil, dentre outros. Entretanto, os movimentos ligados à classe média e também os núcleos que reuniram a classe operária, distribuídos em instituições diferentes, em sua essência, foram reunidos em um “sujeito coletivo” que agiu por fora da via institucional e aprofundou a crise do modelo ditatorial.

Para Barbosa (2012), a transição da ditadura para o processo de redemocratização

começou com o governo Ernesto Geisel, em 1974, e ocorreu lentamente, dentro das bases institucionais existentes. Em abril de 1977, foi estabelecido um conjunto de leis outorgadas por este presidente e foi composto por uma emenda constitucional e seis decretos que alteraram as regras eleitorais e fecharam temporariamente o Congresso nas eleições de 1978, na qual havia a possibilidade de renovação de dois terços do Senado. Foi estabelecida a maioria governista, pois o colegiado, composto por membros da Assembleia Legislativa local e delegados das Câmaras Municipais, passou a ter o poder de eleger indiretamente metade do Senado. Houve a ampliação do mandato presidencial, que passou de cinco para seis anos, sendo antecipado para garantir que o colégio eleitoral fosse composto pelos membros de 1964, também as eleições para governadores continuaram a ser indiretas.

Essas medidas provocaram protestos da oposição que começou a propor a realização de uma Assembleia Constituinte, ao invés de aceitarem a legislação imposta pelo governo. Isso significou a defesa de uma abertura política por meio da anulação da Constituição de 1967, a revogação dos atos institucionais e, por isso, a implementação de várias medidas para que as questões políticas, sociais e econômicas fossem tratadas no âmbito institucional que permitia o controle sobre as ações de oposição nestas esferas.

Outro fator importante foram as divisões que começaram a surgir dentro do Exército, enfraquecendo ainda mais o regime. Neste sentido, passou a ser urgente que os setores dominantes refizessem suas alianças institucionais para manterem seu poder hegemônico sobre as classes dominadas como objetivo de colocarem limites nos protestos realizados por estas.

A Lei de Anistia (Lei 6.683, de 28 de agosto de 1979) possibilitou o fim do exílio de lideranças políticas perseguidas pelo regime e a criação de outros partidos e, assim, as reivindicações e mobilizações populares poderiam ser controladas no âmbito institucional. Esse princípio também foi adotado em relação aos sindicatos em que o governo reduziu a repressão sobre estas organizações, mas o Estado continuou no controle delas, e fez com que os novos sindicalistas adotassem medidas corporativistas produzindo seu aparelhamento burocrático e, por isso, dificultou a mobilização popular e não representavam de fato as questões sociais. Os partidos ligados às classes populares vivenciaram uma grande contradição, pois, por meio das medidas adotadas, não conseguiram fazer convergir o seu crescimento eleitoral e parlamentar com o avanço da

mobilização dos grupos que representavam principalmente a classe operária.

Em seu trabalho, Barbosa (2012) procurou demonstrar que a Constituinte e as “Diretas Já” foram alternativas à transição implementada pelo regime militar pelo fato de esse propor a interrupção da institucionalidade estabelecida e não promover apenas uma reforma, mas a modificação em sua estrutura. Estas pretensões se deram a partir da falta de legitimidade que a constituição de 1967 possuiu, por ser autoritária. Nesse processo de transição para a democracia era preciso pensar na reorganização do Estado, ideia que alcançou setores populares, porém, não era o desejo das classes dirigentes que preferiam realizar reformas do regime que estava em vigência. O Movimento Democrático Brasileiro(MDB)promoveu diversas ações para defender a implantação de uma Constituinte, levando essa ideia à população e colocou de forma superficial a questão para os grupos ligados a partidos e à elite. Em 1981, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)realizou um congresso no qual foi aprovado um projeto que sugeria uma futura Constituição.

Barbosa(2012) faz uma observação sobre o comportamento dos grupos de esquerda na defesa da Constituinte, pois ela, em conjunto com o MDB, construiu documentos de apoio à sua realização. Com isto, eles defenderam a aliança com as classes dominantes para impor essa bandeira à sociedade, que continuaria excluída e isolada das decisões políticas e sua participação em uma saída constitucional estaria sujeita às decisões dos grupos hegemônicos. Assim, há a subordinação destes setores a grupos ditos progressistas, mas sua participação não se concretiza de forma efetiva. Poucos setores eram contra a participação dos partidos que representavam os trabalhadores na defesa no processo de divulgação e conscientização do povo sobre o que realmente significava a Constituinte.

Contudo, duas bandeiras foram colocadas em contraposição: as “Diretas Já” e o processo de escrita de uma nova Constituição. Na primeira, haveria o confronto de programas partidários defendidos por seus candidatos e assim conseguia separar àqueles que defendiam as questões populares daqueles que possuíam propostas elitistas. Já o segundo provocava um processo de construção de uma união nacional artificial, pois defendia que, se todos os brasileiros se unissem, conseguiriam acabar com a enorme crise pela qual o país estava passando devido aos anos ditatoriais e suas medidas econômicas, políticas e sociais. O voto popular foi colocado como um meio de efetivar mudanças no país no sentido de estabelecer novas instituições e dar estabilidade a novos

grupos hegemônicos, o que significava a exclusão da maioria da população das decisões sobre os rumos da nação.

Com isso, seria necessário que a Constituinte ocorresse após a implantação de eleições diretas, pois, seria acentuada a probabilidade de reduzir ainda mais a participação do povo nas propostas, porque os próprios partidos que se colocavam em defesa dos trabalhadores, caso, por exemplo, do Partido dos Trabalhadores (PT), teriam que lidar com a dualidade de legitimar as ideias dos grupos liberais ao fortalecer o Estado e as instituições vigentes e, ao mesmo tempo, mobilizar a classe trabalhadora fundamentada na ruptura com o regime burguês. A oposição aos interesses dos trabalhadores era composta por alguns setores do MDB que tinham herança no regime militar e que se contrapunham ao partido da ARENA – Aliança Renovadora Nacional, e comandaram o processo de transição do Brasil para o sistema de governo republicano.

Assim como a Lei da Anistia, a bandeira da Constituinte servia para manter a estrutura estatal, apenas fazendo reformas para que ela estivesse de acordo com os interesses dos grupos supracitados. As reformas políticas e jurídicas que possuíam como objetivo as mudanças na legislação vigente faziam parte do período de transição que deveria ser controlado o máximo possível para conter a organização e atuação política dos movimentos sociais, dos grupos políticos ligados à classe operária, evitando, assim, manifestações em massa. Dessa forma, o aparato repressivo e as leis que seriam respectivamente reestruturados no processo constituinte não perderam a raiz do regime militar nem o conservadorismo burguês.

1.1.1. Do movimento para pessoas com deficiência ao movimento de pessoas com deficiência

“Significa que o tempo chegou, que o devido tempo chegou”
(JÚNIOR, 2010)

A partir dos anos 1970, surgiram organizações da sociedade civil dirigidas por pessoas com deficiência que se opunham ao modelo caritativo de atendimento a elas mesmas. Seu objetivo era lutar pelos direitos dessas pessoas e por sua atuação política na sociedade, ou seja, a participação efetiva das pessoas com deficiência nas decisões da sociedade política por meio dos Aparelhos Privados de Hegemonia dirigidos por elas mesmas. Trata-se, a seguir, desse conjunto de ações que estão também inseridos no processo de redemocratização no Brasil.

Júnior(2010), em depoimento ao documentário produzido pela Secretaria de Direitos Humanos, diferencia as instituições dirigidas por pessoas com deficiência das prestadoras de serviços.

A partir de 79, começou a aparecer os movimentos de deficientes, e a gente diferencia as entidades para deficientes de entidades de deficientes, “né”? O “para deficientes” é o que trabalha com reabilitação e o “de deficientes” é o que nós trabalhamos pela gente mesmo (SATOW, 2010– Pesquisadora.)⁵.

Enquanto na primeira, as pessoas com deficiência passaram a atuar de forma direta dentro da instituição e na luta por sua inserção social; na segunda, havia um pensamento caritativo e filantrópico que resultava em políticas segregadoras e não fomentava o debate sobre as condições de vida das pessoas com deficiência e sua inserção social, mantendo o *status quo*. Portanto, a mudança do “para” ao “por” significou um avanço qualitativo nas lutas.

Bieler, Presidente do Instituto Interamericano sobre Deficiência e Desenvolvimento Inclusivo, ponderou sobre o processo de criação de um aparelho representativo nacional que unificasse as lutas das pessoas com deficiência por autonomia.

A coalizão foi criada com o objetivo de organizar o movimento representativo das pessoas com deficiência em nível nacional. Até então você tinha associações isoladas pelo Brasil, as áreas não se comunicavam. Era criar uma estrutura sistêmica mesmo para o movimento de luta das pessoas com deficiência.⁶

Em 1979 ocorreu, em nível nacional, um passo significativo para a organização das pessoas com deficiência. Em várias localidades do Brasil, reuniram-se representantes de entidades de pessoas com deficiência com objetivo de traçar metas nacionais de luta e de reivindicações desse segmento. Nessas reuniões, estabeleceu-se também a sua representação nacional, sendo que a primeira reunião dessas instituições realizou-se em outubro de 1979 na cidade do Rio de Janeiro⁷.

⁵Suely Satow – Pesquisadora. Documentário: História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. <http://www.youtube.com/watch?v=e6nJRozkf0w> Acesso em 23/10/2013.

⁶Rosângela Berman Bieler – Presidente do Instituto Interamericano sobre Deficiência e Desenvolvimento Inclusivo. Documentário: História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. http://www.youtube.com/watch?v=AKFyBAHsD_4 Acesso em 23/10/2013.

⁷Os parágrafos referentes à “Coalizão Nacional pró-Federação de Entidades de Pessoas com Deficiência” têm como base: SILVA, Idari A. da, 2002 (Capítulo 1) e LANNA JÚNIOR, 2010 (Capítulo 3).

Dessa reunião, surgiu a ideia da fundação de um órgão com representatividade nacional de pessoas com deficiência, sendo então fundada a Coalizão Pró-Federação Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, que marcou o início da organização proveniente da Sociedade Civil, a fim de pressionar a Sociedade Política e solidificar o poder de luta desse segmento. Crespo, jornalista e, Sasaki, Consultor de Inclusão Social, descrevem as condições nas quais os militantes se reuniam visando à efetivação desse aparelho representativo.

A gente se organizou nacionalmente nós fizemos um encontro nacional em 1980, na base da carta. Era carta postal que ia de um lado pro outro, telefonema, que às vezes a ligação caía no meio quando você estava conversando⁸. (CRESPO, 2009, p. 200)

A gente não tinha comunicação com as capitais. E, no entanto, depois que a gente se reuniu em Brasília a gente viu que sem nos comunicar estávamos, tempos atrás, quer dizer 78, 79, 80, nós estávamos defendendo as mesmas ideias, os mesmos ideais. Isso significa que não é apenas uma mera coincidência. Significa que o tempo chegou, que o devido tempo chegou⁹. (JUNÍOR, 2010, p. 408)

Em junho de 1980, a coalizão, criada pelas entidades de pessoas com deficiência, realizou em Brasília-DF sua primeira reunião, cujo objetivo era criar a Federação Nacional de Entidades de Pessoas com Deficiência, além de preparar o encontro nacional das entidades ligadas a esse segmento, a ser realizado no mês de outubro do mesmo ano.

Nos dias 9 e 10 de agosto de 1980, foi realizada a última reunião nacional da coalizão, que ocorreu na cidade de São Paulo e tinha como objetivo formar uma comissão nacional de pessoas que encaminhariam ao congresso as propostas feitas pelas organizações de pessoas com deficiência. Antônio Campos de Abreu, Historiador e Fundador da FENEIS, mostra a diversidade de reivindicações que a coalizão nacional pretendia representar.

Sempre que tinha algum congresso ou encontro, nós surdos chegávamos e encontrávamos várias outras deficiências. Ficávamos surpresos em ver várias outras deficiências que também tinham

⁸Lia Crespo – jornalista. Documentário: História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. http://www.youtube.com/watch?v=AKFyBAHsD_4 Acesso em 23/10/2013.

⁹Romeu Sasaki - Consultor de Inclusão Social. Documentário: História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. http://www.youtube.com/watch?v=AKFyBAHsD_4 Acesso em 23/10/2013.

reivindicações. Os cadeirantes pediam rampas, os cegos pediam o braile e nós surdos? A nossa reivindicação era a língua de sinais¹⁰.

Crespo (2009) ratifica que o maior obstáculo que a coalizão enfrentaria não era físico, mas cultural, pois seu objetivo era combater as ideias caritativas e clientelistas – base das instituições vigentes –, e impedir que uma nova visão de mundo possibilitasse a participação de pessoas com deficiência nas decisões da sociedade política.

Havia questões, políticas, não partidárias, mas políticas a serem resolvidas; havia questões práticas, havia questões filosóficas, não é. Porque de repente não era só a rampa que precisava ser feita, mas porque aquela rampa tinha que tá lá, todo um discurso, que foi construído durante essa época, um discurso que não existia antes (CRESPO, 2010, p. 131)¹¹.

Essas reuniões, juntamente com várias outras realizadas em nível local, por todo o país, significaram a base que nortearia os rumos das lutas pela autonomia das pessoas com deficiência, bem como permitiu que esses indivíduos passassem a falar por si mesmos, sobre suas necessidades e a forma como queriam ser inseridos na sociedade, na educação, no trabalho etc. Um exemplo disso foi o ato público realizado em São Paulo no dia 21 de julho de 1980, promovido pela Associação Brasileira de Deficientes Físicos – ABRADef, que tinha como bandeira de luta a busca pela igualdade, pelo direito de ir e vir e exercer sua autonomia com qualidade. (SILVA, 2002; LANNA JUNIOR, 2010)

Entre os dias 22 e 25 de outubro de 1980, como fruto de toda essa movimentação política por parte desses APHs (Aparelhos Privados de Hegemonia) ligados às pessoas com deficiência, ocorreu o encontro nacional das entidades que as representavam. Desse encontro, surgiram as diretrizes que estabeleceram os rumos da coalizão de pessoas com deficiência pelos seus direitos em nível nacional; discutiu-se e implantou-se uma pauta comum de reivindicações com o propósito de levá-las aos órgãos públicos, bem como foram definidos os critérios de adesão e participação de entidades de pessoas com deficiência dentro dessa coalizão.

As diretrizes adotadas nessa reunião trouxeram alguns debates e discordâncias dentro do segmento das pessoas com deficiência. Entre elas, a participação ou não de

¹⁰ Antônio Campos de Abreu – Historiador e Fundador da FENEIS. Documentário: História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. http://www.youtube.com/watch?v=AKFyBAHsD_4 Acesso em 23/10/2013.

¹¹ Lia Crespo – Jornalista. Documentário: História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. http://www.youtube.com/watch?v=AKFyBAHsD_4 Acesso em 23/10/2013.

peças sem deficiência na tomada de decisões dentro do conselho, quer por meio da emissão de opiniões, quer pelo direito ao voto. Enquanto os defensores da participação de pessoas sem deficiência na coalizão baseavam-se em uma matriz discursiva que buscava a implantação de uma sociedade para todos, independentemente de características físicas, aqueles que eram contrários à participação das mesmas nas decisões, sustentavam que somente as pessoas com deficiência poderiam decidir e opinar sobre suas dificuldades e reivindicações. Isso pelo fato de vivenciarem o dia a dia de uma pessoa que tem como característica uma determinada deficiência, seja física, sensorial ou intelectual.

Nesse encontro foi implantado um comitê executivo, composto por uma pessoa de cada região do país, cujo objetivo era estruturar a criação da Federação Nacional das Pessoas com Deficiência e definir os objetivos da Coalizão Pró-Federação.

A primeira reunião dessa comissão realizou-se em novembro de 1980 e marcou a união em nível nacional da luta por autonomia das pessoas com deficiência, dando-lhe forças necessárias para lutar politicamente por seus direitos. Nesse primeiro encontro, as pessoas com deficiência que lá estavam, por meio das discussões sobre suas necessidades, passaram a se perceber como indivíduos ligados a um grupo social que possuía lutas em comum e, por consequência, passaram a reivindicar o acesso às esferas social, cultural, intelectual, política e econômica de forma coletiva e estruturada.

As reivindicações que regeram os debates ocorridos no primeiro Encontro da Federação Nacional das Pessoas com Deficiência foram estabelecidas durante as reuniões da Coalizão Pró-Federação. As discussões giraram em torno dos seguintes temas: trabalho, atendimento médico e psicológico, legislação, transporte e benefícios sociais (aposentadoria, gratuidade etc.). Desse debates, surgiu um documento que ampliou os temas a serem discutidos e ramificou os mesmos por área de deficiência, os quais se dividiram em: trabalho e benefícios; transporte e acesso; assistência médico-hospitalar, reabilitação e aparelhos de reabilitação; legislação; e, por fim, reivindicações específicas das pessoas cegas, surdas e hansenianas.

Em resumo, o documento produzido a partir do primeiro encontro detalhou as reivindicações de cada tipo de deficiência e deu visibilidade às demandas específicas; tratou as necessidades de forma particular, mostrou a complexidade da inserção social desse segmento e aumentou a participação política dessas pessoas tanto na sociedade civil como na sociedade política (ou Estado restrito).

O renascimento das lutas populares por direitos, a partir da segunda metade dos

anos 1970, foi a expressão de toda conjuntura política, econômica, social e, principalmente, cultural da *práxis* dos militantes de várias origens.

A efervescência do surgimento de diversos grupos sociais de luta por direitos, incluindo os de pessoas com deficiência, não pode ser entendida apenas no campo das ideias político-partidárias, da situação econômica ou da ilegitimidade criada pela conjuntura dual do regime militar, mas sim, a partir de todos esses fatores refletidos nas práticas culturais e nas vivências de organizações da sociedade civil.

Em 1976, a Assembleia Geral das Nações Unidas, pela Resolução 31/123 proclamou o ano de 1981, como o Ano Internacional Das Pessoas Deficientes (AIPD). Logo depois, foi sugerida a formação de Comissão Nacional em cada país, em nível presidencial, para planejar, coordenar e fazer executar as ações relativas ao AIPD, composta por representantes de órgãos governamentais e entidades não governamentais. O objetivo era desencadear ações que se estendessem por toda a década.

A partir dos Decretos Presidenciais nº 84.919 de 15 de julho de 1980 e nº 85.123 de 10 de setembro de 1980 foi instituída a Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, composta por representantes do MEC, do Ministério da Previdência e Assistência Social, da Saúde, do Trabalho, da Justiça, das Relações Exteriores, da Secretaria de Planejamento, além de entidades não governamentais de reabilitação e educação de deficientes e daquelas interessadas na prevenção de acidentes do trabalho, de trânsito e domésticos. Na lista de 13 participantes da Comissão, 9 eram vinculados às agências governamentais, e 3 eram representantes de organizações não governamentais (reabilitação e prevenção de acidentes) e, por último, consta o nome do único representante da Coalizão Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, Sr. José Gomes Blanco. E, segundo Sassaki apud Lanna Junior (2010), foi ainda fruto de muita pressão, sobretudo do Núcleo de Integração de Deficientes (NID).¹²

O Plano de Ação foi constituído pelos seguintes objetivos a serem cumpridos durante a década, a curto, médio e longo prazos, formando-se subcomissões a partir dos seguintes eixos: conscientização, prevenção, educação, reabilitação, capacitação profissional e acesso ao trabalho, remoção de barreiras arquitetônicas e legislação.

O relatório elaborado em 1981 pela Comissão Nacional do AIPD¹³ baseou-se

¹²Essas e outras análises, sobretudo acerca das movimentações em 1981 encontram-se na entrevista de Romeu Sassaki, (LANNA JUNIOR, 2010)

¹³ Todas as informações relativas à Comissão Nacional encontram-se em: Brasil. Comissão

nos documentos das propostas colhidas pelos diversos movimentos em todo país. No item sobre a reabilitação e o acesso ao mercado de trabalho a comissão alegou que, apesar de ser um direito fundamental, ele não estava desenvolvido a contento no Brasil. Entretanto, no âmbito estatal, estavam realizando convênios com entidades da sociedade civil que trabalhavam para que o objetivo fosse alcançado, como o caso do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). A previsão era que as metas fossem atingidas com a união entre Estado e Sociedade Civil para estabelecimento de cursos de capacitação, avaliação de vagas disponíveis e quais seriam compatíveis com as pessoas com deficiência e, ainda, a realização de convênios entre União, Estados e Municípios para agilização das contratações deste seguimento. A implantação de cotas para empregar pessoas e o fomento à construção de centros profissionalizantes e oficinas. Outra medida seria a elaboração de uma minuta de decreto para que as unidades federadas admitissem pessoas com deficiência.

O AIPD foi extremamente importante para a organização e difusão dos movimentos das pessoas deficientes. Significou a possibilidade de difusão das necessidades, das ideias, das reivindicações das pessoas deficientes, em nível internacional. Para nós, o AIPD significou ampliação e impulso para as organizações recentemente criadas. As organizações puderam se difundir por todo o Brasil e ampliaram a possibilidade de intercâmbio entre os movimentos regionais¹⁴.

Um dos eventos importantes para discussão das diretrizes da ONU voltadas às pessoas com deficiências foi o Segundo Congresso Brasileiro de Reintegração Social, organizado em São Paulo, no mês de julho de 1980, que incluiu em suas temáticas as discussões sobre o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência.

Igualmente importante foi o surgimento do grupo de apoio e estímulo ao Ano Internacional das Pessoas Deficientes. A partir da fundação desse grupo e das discussões promovidas, os militantes perceberam, assim, a diversidade de propostas calcadas na heterogeneidade desse segmento, por causa da subdivisão por tipos de deficiência. Outra providência do grupo foi o envio ao Governo Federal de um ofício que solicitava a tradução correta da nomenclatura do Ano Internacional, pois surgiram nomes discriminatórios, tais como: “Ano Internacional do Incapacitado” e “Ano

Nacional. Relatório de Atividades. **Ano Internacional das Pessoas Deficientes**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002911.pdf>. Acesso em: 04 jun.2019.

¹⁴Entrevista de Ana Rita de Paula, sobre o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, realizada por Ana Maria Morales Crespo para sua tese (2009, p. 136).

Internacional do Excepcional”.

Depois do Conselho Estadual, no final de 1985, houve, na cidade de São Paulo, o processo de constituição do Conselho Municipal da Pessoa Deficiente (CMPD), que funcionou somente durante o ano de 1986, na gestão de Jânio Quadros. E a gente sabia que muitos outros conselhos estaduais e municipais estavam sendo criados portodo o Brasil¹⁵.

A efetivação do Ano Internacional das Pessoas com Deficiência ocasionou também reflexos regionais como, por exemplo, a criação no Estado de São Paulo da Comissão Estadual de Apoio e Estímulo ao Desenvolvimento do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, em 1981. Dessa comissão, saíram várias propostas para a inserção das pessoas com deficiência na sociedade a serem efetivadas no decorrer da década de 1980.

Em 1984, vários grupos de pessoas com deficiência se institucionalizaram em organizações nacionais que tinham como finalidade lutar pelos direitos específicos de cada tipo de deficiência. As instituições criadas foram: FEBEC – Federação Brasileira de Entidades de Cegos, a UMC – União Mundial de Cegos, a ONEDEF – Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos, a FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos, e o MORHAN – Movimento de Reintegração dos Hansenianos. Cada subdivisão do segmento de pessoas com deficiência se filiou às correspondentes organizações continentais e mundiais, temos como exemplo: UMC – União Mundial de Cegos; ULAC – União Latino-Americana de Cegos, e o World Federation of Deaf – a Federação Mundial dos Surdos.

Em 1986, foi publicado o documento intitulado “Plano de Ação Conjunta para Integração da Pessoa Deficiente”, estabelecendo como metas a expansão dos serviços de formação profissional e incentivo à inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Outro desdobramento seria a criação de leis que possibilitassem a formação e o trabalho daqueles que não pudessem participar de forma efetiva e produtiva. E também a criação de uma legislação que garantisse a redução na jornada de trabalho para responsáveis por pessoas com deficiência cuja presença fosse indispensável.

A partir da estruturação organizacional das pessoas responsáveis, as entidades dirigidas e voltadas para essas pessoas, os centros de reabilitação e os órgãos da sociedade política, passaram a se reunir em níveis local e nacional, a fim de criar conselhos estaduais que

¹⁵Idem.

dirigissem as várias organizações da sociedade civil na luta por direitos, até que, em 1986, foi criada a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência- CORDE.

Em 1987, a CORDE publicou o “1º Plano de Ação da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência”. Nele, foi estabelecido o programa de inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, no qual pudesse articular demanda e oferta para que os empregos fossem gerados, valorizar o trabalho, garantir direitos trabalhistas, incorporar novos contingentes e mão de obra ociosa. Isso implicava em criar vagas de trabalho nas esferas pública e privada, reformular as leis que regiam o trabalho para que as barreiras fossem removidas.

1.2.Sobre Exclusão e Cidadania

O termo exclusão acabou por ser algo duplamente interpretado. De um lado, conceito tão amplo, espécie de palavra-mãe (conceito horizonte) que abriga vários significados para reunir pessoas e grupos que são abandonados, desafiados (Castel), deixados de lado, desqualificados (Paugam) quer do mercado de trabalho, quer das políticas sociais etc. De outro ângulo, é um conceito equivocado, atrasado, desnecessário. (VERAS, 2008, p. 27)

Telles(2001) faz uma explanação sobre a exclusão, relacionando-a com a globalização capitalista. O êxodo do campo para a cidade durante os anos 1960 e 1970 provocaram amplas reflexões que se ampliaram após estas décadas incluindo novas problemáticas. A multiplicação das favelas, a mendicância, a delinquência e a pobreza seriam derivações de um processo migratório, entendido por alguns como um desequilíbrio natural fruto de um processo evolutivo no qual as pessoas teriam as mesmas oportunidades de crescimento, porém, os mais fortes se sobressaíam sobre os mais fracos que se aglomeravam em áreas segregadas com pouca moral e grande concentração de operários. Já os vencedores conseguiam as partes melhores das cidades. Isso gerou uma série de explicações baseadas em pensamentos funcionais da sociedade como se fosse um corpo, no qual ocorriam processos de disfunções pelo fato de muitos indivíduos não conseguirem se adaptar às novas ordens sociais.

Por outro lado, surgiram várias teses em que tratavam os pobres como grupos que possuíam cultura própria separada do restante da sociedade.e tinham na luta pelo mercado de trabalho, melhoria nos salários e maior acesso a bens e serviços, suas particularidades, pelo fato de não terem se adaptado à vida urbana Já um terceiro

campo, durante as décadas citadas, pensava a pobreza e a exclusão sob a ótica das contradições do modo de produção capitalista que necessita da formação do exército de reserva formado pelo deslocamento de um grande contingente de pessoas do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida. Esses indivíduos integram assim um sistema excludente e que os marginaliza ao promover a desigualdade. Neste sentido, outras pesquisas deixaram os pensamentos dualistas como a oposição entre cidade e campo e passaram a tratar as relações econômicas e sociológicas inerentes ao capitalismo como também inerentes ao sistema produtivo em que a acumulação por parte de poucos, cada vez mais intensa, formava um exército de reserva peculiar.

Já nos anos 1980, foram acrescentadas problemáticas, tais como: a necessidade da democracia, a segregação urbana, os efeitos das legislações que regiam o espaço urbano, a falência das políticas sociais, a ascensão dos movimentos sociais e suas lutas territoriais, por cidadania, pela moradia, a exclusão dos trabalhadores das organizações sindicais e da vida civil, etc. A “cidadania” alcançou diversos aspectos e significados que compreendia, desde o acesso a serviços essenciais e a sua gestão para que a coletividade pudesse ser beneficiada, até o direito à memória, a uma cultura dentro de um espaço territorial de identidade destruída por interesses como remoção da população de um local para outro, as reintegrações de posse, constituições de favelas, surgimento de grupos sem terra, etc. Os movimentos sociais que reivindicavam acesso ao ensino, à saúde, ao lazer, dentre outros serviços, caracterizavam a exclusão pela falta de promoção dos meios para que todos pudessem usufruir destas esferas com qualidade.

O movimento das pessoas com deficiência constituiu-se, em grande parte de sua atuação, de maneira identitária ao tratar da questão da luta por direitos e pelo princípio da não segregação como ponto central de suas reivindicações. A via mais adotada é o combate à discriminação e que não se constitui como o centro da questão e sim, como parte de uma situação mais ampla. A conscientização sobre as questões relacionadas a este segmento é algo que se trabalha no campo cultural e que não modifica necessariamente a estrutura social.

Nesse sentido, há a defesa da luta pela via da conscientização, promovendo ações para que as pessoas com deficiência sejam inseridas na sociedade. Isso constitui-se em uma miragem, pois a segregação não está meramente no campo individual da mudança de opinião das pessoas em relação aos grupos minoritários e, por isso, constitui-se como uma problemática subjetiva.

Para compreender a exclusão das pessoas com deficiência, é preciso entender

as condições sociais, políticas e econômicas, as quais esses indivíduos estão submetidos. A questão central que permeia as suas condições de vida, não somente no Brasil – mas em nível mundial dentro do sistema capitalista – é o problema econômico, pois o processo de exclusão deste segmento na sociedade, seja pela adoção de políticas assistencialistas ou abertamente sectárias, ocorre pelo entendimento de que tais pessoas se encontram em condição inferior de produtividade, seja no campo da reprodução do indivíduo ou no das forças produtivas.

Sob essa perspectiva, é aplicada uma política de exploração ao designar os indivíduos como inferiores e, por isso, é necessário entender qual o papel funcional da exclusão e da defesa de políticas segregacionistas e assistencialistas para a manutenção de um sistema político e econômico de exploração. Em uma sociedade de classes, à medida que o sujeito é considerado inferior, ele também é proporcionalmente mais explorado. Ao se considerar alguém menor que outros, significa, concretamente, que o tratamento conferido a tais indivíduos é de exploração.

Sawaia(2008) analisa as categorias ‘Exclusão e Inclusão’ caracterizando a sua relação dialética e não como esferas opostas. Para tal, remete à ideia marxista sobre a existência da miséria e da servidão na sociedade capitalista, que surgem fruto da inclusão do trabalhador, ao mesmo tempo em que o aliena de sua força vital. Por isso, a exclusão é parte dos mecanismos que, ao longo da história, tiveram o papel de manter a ordem social, reconstituindo formas de desigualdade, principalmente a acumulação de riquezas que geram as diversas mazelas sociais.

Enfim, o que queremos enfatizar ao optar pela expressão dialética exclusão/inclusão é para marcar que ambas não constituem categorias em si, cujo significado é dado por qualidades específicas invariantes, contidas em cada um dos termos, mas que são da mesma substância e formam um par indissociável, que se constitui na própria relação. A dinâmica entre elas demonstra a capacidade de uma sociedade existir como um sistema. Essa linha de raciocínio permite concluir, parafraseando Castel (1998) que a dialética exclusão/ inclusão é a aporia fundamental sobre a qual nossa sociedade experimenta o "enigma de sua coesão e tenta conjurar os riscos de sua fratura". (SAWAIA,2008, p.108)

Assim, o acolhimento, a repressão e a miséria fazem parte da inclusão destes grupos na sociedade com medidas, que ora os deixa evidente, ora os esconde em ações higienizadoras. O entendimento do sofrimento destes grupos, cuja origem é a desvalorização do ser humano, impedidos de desenvolverem suas potencialidades e tratados como inferiores, sem valor e legitimidade social é denominado, por Sawaia

(2008, p.109)de “sofrimento ético-político”. Assim,

A análise da exclusão por meio do brado de sofrimento capta as nuances finas das vivências particulares da mesma, demonstrando o que já foi dito anteriormente, que a exclusão não é um estado que se adquire ou do qual se livra em bloco, de forma homogênea. Ela é processo complexo, configurado nas confluências entre o pensar, sentir e o agir e as determinações sociais mediadas pela raça, classe, idade e gênero, num movimento dialético entre a morte emocional afetiva e a exaltação revolucionária. (SAWAIA 2008, p.110)

A ideologia da inferioridade, ou da segregação e da exclusão é parte não somente de uma exploração econômica, mas da destituição de direitos destas pessoas. E, como ressalta Sawaia (2008), é também atravessada pelas questões relativas à raça, classe, idade e gênero. Com isto, ao ter dificultada a participação política direta, em vista do processo de segregação, as políticas caritativas voltadas às pessoas com deficiência servem à manutenção do *status quo* e justificam a exploração.

A ação da classe trabalhadora sobre a história transcende valores individuais e os tornam universais por meio da consciência de classe. Assim, vários discursos podem surgir a partir da desmoralização social que indivíduos e grupos excluídos vivenciam, dentre eles, existem aqueles que se expressam de três maneiras diferentes: os que não se curvam à exclusão, os que se submetem, mas não aceitam esta condição e os que não querem sair desta categoria e procuram ver o lado positivo. Entretanto, as percepções dos sujeitos sobre a exclusão vivenciada podem significar um rompimento com a inclusão, a cristalização de uma visão negativa hegemônica, a autorepressão ou deixar de lado o exercício do direito à liberdade. (SAWAIA 2008, p.113)

Ao mesmo tempo em que as pessoas passam por todos os sofrimentos decorrentes dos processos de exclusão, procuram ser reconhecidas como indivíduos que não se reduzem à vida animal, mesmo encontrando-se em posição de indignidade. Suas ações somente possuem amplitude em relação aos outros semelhantes, formando uma coletividade organizada em que há vontades comuns e o fator que confere coesão a esta coletividade é o consenso e não determinado pacto ou contrato social. (SAWAIA 2008, p.116)

Nos movimentos identitários, segundo Sawaia(2008), a dialética entre a inclusão e exclusão possuem dois paradoxos que precisam ser enfrentados:

1. Ser uma perspectiva analítica que contém em si mesma a possibilidade de fugir, tanto das metanarrativas

- homogeneizadoras quanto do relativismo absoluto que elimina qualquer traço distintivo;
2. Ser usada como argumento de defesa do respeito à alteridade em relações democráticas e, ao mesmo tempo, de proteção contra o estranho, legitimando comportamentos xenófobos e excludentes de diferentes ordens. (SAWAIA 2008, p.117)

A busca pela identidade se constitui em uma problemática das sociedades contemporâneas, nas quais a representação e a construção do ser significam também a consolidação da liberdade e da cidadania. Assim, a individualidade passa a ser um valor que norteia o pensamento sobre a multiplicidade. Ela é recriada a partir de características como raça, religião, etnia, dentre outros, que buscam um refúgio contra a homogeneização global. Ao resguardar a existência de múltiplos indivíduos, ela garante a alteridade, ao mesmo tempo serve ao enfrentamento da multiplicidade no âmbito das relações interpessoais e sociais, produzindo a defesa do direito à diferença. (SAWAIA, 2008, P.119)

A identidade se constitui, então, em uma categoria política nas relações de poder. Ela é uma síntese de várias características que estão em constante evolução e movimento. Reconhecer as diferenças significa o desejo de ter sua diferença reconhecida e valorizada. A Identidade é a coexistência entre igualdade e diferença, e não a eterna luta entre elas. Ela é uma categoria política à medida que equipara o debate sobre a cidadania e também sobre vários fenômenos sociais. (SAWAIA, 2008, p.120)

Vale ressaltar que o conceito ‘identidade’ presta-se a utilizações diversas, podendo ser também utilizado para, a partir do estabelecimento de determinadas características, construir uma narrativa que justifique a exclusão de minorias. Esses discursos servem para impedir, de forma concreta, que grupos excluídos tenham acesso a direitos iguais, cerceando a participação deles na sociedade. Dessa forma, esse tipo de construção de identidade pode levar a ideologias segregacionistas. Assim,

A identidade precisa ser analisada do ponto de vista ético e não somente cognitivo, no qual as significações estão em processo de mudanças e norteiam as motivações e os sentimentos do sujeito, seja individual ou coletivo. (SAWAIA, 2008, p.125)

Para Wood (2011), as lutas identitárias que estão localizadas na esfera civil. “As opressões familiares, as desigualdades de gênero, o racismo, a homofobia, dentre outros são, com frequência, tratadas na perspectiva liberal como distorções que necessitam ser corrigidas pela democracia formal.” (WOOD, 2011, p.219)

A pluralidade de relações entre as pessoas tem sido tratada, segundo a autora, de forma errada pelos movimentos de esquerda (partidos, organizações, etc), de três formas: engloba desde as dominações externas até questões internas dos indivíduos e seu comportamento político e pessoal; nenhum princípio universal diferente daqueles estabelecidos de forma legal não pode englobar a totalidade das diversidades, o que leva ao estabelecimento de leis específicas que contemplem cada característica particular; as diferenças que permeiam o sistema capitalista não são o motor totalizador dele, mas sim, a sociedade pós-moderna fragmentada que dissolveu as universalidades. Neste sentido, segundo a autora, não existiria mais um sistema totalizante, o que teria levado à dissolução da identidade de classe e, conseqüentemente, à redefinição dos movimentos sociais para questões opressoras de outras ordens, como raça, gênero, etc. “Assim, a política majoritária estabelecida pelos movimentos e partidos de esquerda se baseou em políticas que buscavam ampliar o padrão de consumo e incentivar ações de comportamento de forma a garantir a livre expressão.” (WOOD, 2011, p.220)

A esquerda passou a reconhecer a questão das diferenças e construir uma política de valorização da diversidade de dominação, além de reconhecer a pluralidade delas e, com isso, construir várias teorias de igualdade sob múltiplas características que levam à emancipação dos indivíduos com base em suas experiências de vida. Ela troca a evolução de uma sociedade capitalista desigual para outra socialista, por uma ideia de um sistema democrático que pode ser inclusivo, tem como ponto central o conceito de identidade que “englobaria as várias experiências das pessoas e faria com que elas alcançassem um nível de emancipação diferente da adoção de políticas ultrapassadas. Assim, consideram-se todas as opressões como iguais e não é reconhecida a centralidade das lutas de classe.” (WOOD, 2011, p.220-221)

A política da identidade, segundo Wood (2011), possui muitas inconsistências teóricas e práticas à medida que trata as diferenças de classe no interior de um sistema democrático formal sem enfatizar as relações de exploração e dominação. Nesse sentido, as diferenças de classe não podem ser celebradas como aquelas que designam características individuais ou culturais. Uma categoria única não consegue abarcar fenômenos sociais tão diversos. No caso da abolição da dominação de classe significaria o fim do sistema capitalista, o que não se aplica a outras desigualdades, pois, para Wood (2011) “não possuem incompatibilidade com este sistema que age no sentido de cooptá-las e inseri-las nos conflitos classistas. Isso conduz à igualdade política que, no princípio neoliberal, é chamado igualdade de oportunidade.” (WOOD, 2011, p.221)

Para Wood (2011), foram criadas várias teorias confusas de sociedade civil, como espaço da liberdade e múltiplas realidades distintas e plurais. Todavia, as coerções “são constitutivas da sociedade civil e não apenas um defeito que precisa ser consertado, pois é nela que o poder de coerção do aparato governamental serve de apoio para a consolidação e manutenção da propriedade privada, ou seja, a coerção política ratifica a econômica.” (WOOD, 2011, p.218)

Os valores e relações entre os indivíduos são regulados no interior da sociedade civil, em que as preferências, opiniões e relações humanas são controladas pela dinâmica das relações de trabalho e suas regras mercadológicas. A diversidade e a pluralidade substituem a noção de grupos de interesse e fragmentam as lutas pela emancipação deixando-as enfraquecidas e isoladas, enquanto o sistema capitalista é totalizador. Reconhecer as diferenças é considerar a unidade capitalista e as diferenças entre a exclusão inerente a este sistema para distingui-las de outras coerções de outras origens. (WOOD, 2011, p.222-224)

Nesse processo, ainda cabem muitas perguntas.

Ainda há muito a ser dito acerca das condições de conquista desses bens extraeconômicos. Em especial, se nosso ponto de partida é o capitalismo, então devemos saber exatamente que tipo de ponto de partida é este. Quais os limites impostos, quais as possibilidades criadas por essa ordem material e por sua configuração de poder social? Quais tipos de opressão o capitalismo exige e que formas de emancipação ele tolera? Em especial, quais as vantagens para o capitalismo dos bens extraeconômicos, que incentivos ele lhes oferece e que resistência opõe à sua consecução? (WOOD, 2011, p.227)

“O campo democrático formal e o sistema econômico baseado na lógica do capital formam uma unidade dialética com avanços e recuos.” (WOOD 2011, p.216).

Na dinâmica dos movimentos sociais nos anos 1980, ao par exclusão/inclusão foi juntada a questão da cidadania. Daí, por exemplo, a Constituição de 1988 ter sido denominada de “Cidadã”. Era o termo chave da época, em variadas matizes e interpretações. Em entrevista a Crespo (2009), Sassaki discorre sobre o significado desse termo.

A gente ainda não usava a palavra “cidadania”, um termo que passou a ser utilizado na década de 90. Mas, a ideia de cidadania estava lá, desde o princípio. É como se, naquela época, a gente estivesse dizendo que a verdadeira cidadania se compõe do acesso a todos os direitos. E não reivindicávamos só direitos. Nós queríamos também poder cumprir os deveres. Não estávamos só pedindo, nós queríamos também fazer. Essa ideia de cidadania voltada só para direitos é falha. Para mim, direitos são apenas a metade do conceito de cidadania. Acho que cidadania também

implica em deveres, responsabilidades. Mas, para as pessoas com deficiência, certos direitos precisam ser disponibilizados para que elas possam cumprir determinados deveres.¹⁶

Talvez seja essa uma das grandes chaves de leitura do movimento de pessoas com deficiência, proposta por Sassaki: conquistar alguns direitos básicos para poder ter deveres, para ser “incluído”, para exercer a cidadania, para ter “direitos humanos fundamentais”¹⁷. Esse é um movimento de difícil caracterização, pois envolve diversas classes sociais. Sabemos, todavia, que as principais barreiras são enfrentadas pelas pessoas mais pobres, tanto para serem reconhecidas e incluídas na categoria de “cidadãos”, como para superar os obstáculos no dia a dia, em tarefas mínimas.

O debate sobre cidadania¹⁸ emerge no processo político da redemocratização, concentrando-se em torno do processo da constituinte, mas atravessando, de forma geral, os anos 1980 e 1990, principalmente. Todavia, o movimento de pessoas com deficiência comporta especificidade que encontra expressão na proposta de trabalho clássico de Durhan (1984, p. 25), ao analisar os movimentos sociais nessa época que, ao invés de algumas visões correntes, os menosprezam, por serem formas “inferiores” de mobilização, os caracteriza como “exigência de atendimento de novas necessidades e, portanto, como uma luta pela ampliação do acesso ao espaço político e aos benefícios do desenvolvimento econômico” e não, exatamente, como decorrência da pauperização das classes trabalhadoras.

Para a autora, não é, “[...] necessariamente, a miséria crescente, mas a consciência da pobreza que contribui para a mobilização popular”. (1984, p.25). Da mesma forma, os movimentos são impulsionados por uma avaliação negativa do atendimento de suas demandas pelo Estado, no ambiente do crescimento econômico, da urbanização e da industrialização. Esse é exatamente o “chão” histórico e social, onde esses novos movimentos sociais emergem. E o termo “cidadania” expressou esses

¹⁶Entrevista de Romeu Kazumi Sassaki, sobre sua militância na coalizão pró-Federação das Pessoas com Deficiência na cidade de São Paulo, realizada por Ana Maria Morales Crespo para sua tese. (CRESPO, 2009, p. 335)

¹⁷Para Alistair Davidson e Kathleen Weekley, a noção de Direitos Humanos, à qual se liga a de cidadania, foi originada na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e em diferentes constituições, particularmente a jacobina de 1783. “O conjunto de direitos à democracia e às liberdades garantidas é habitualmente sintetizado na noção de cidadania, que é tanto ativa (politicamente, impõe direitos) quanto passiva (civil e legalmente, usufrui direitos)”. (In: COUTINHO E TEIXEIRA, orgs, 2003, p.92)

¹⁸Josué Pereira da Silva faz uma análise desse debate sobre cidadania no Brasil englobando textos chave, de 1984 a 2009, abordando, portanto, o período após a promulgação da constituição de 1988. Inicia recuperando a importância do trabalho de E. Durhan. (2010)

anseios, naquele momento.

Entendemos que o processo da redemocratização abarcou movimentos diferentes, com reivindicações diferentes, mas que tinham como pressuposto a necessidade do ambiente político de livre expressão e canalização de demandas.

Silva (2002), em suas considerações sobre a participação das pessoas com deficiência na elaboração do texto constitucional de 1988, pondera que

a legislação brasileira foi aberta para discussão no Congresso Nacional, para que fosse possível após a ditadura militar, ter uma Constituição Brasileira que refletisse os desejos do povo desta terra e que devolvesse à população o espírito cidadão e, aqueles que ainda não podiam se dar ao direito de dizer “sou cidadão de fato” o direito ao sonho do vir a ser. (SILVA, 2002, p. 48)

Em perspectiva oposta, salienta que o conceito de cidadania, nos moldes da sociedade capitalista vigente, funciona como um aparato ideológico importante, que mantém a hegemonia dos grupos que dirigem o Estado. Mendonça (1996) defende que a ideia de cidadania está diretamente ligada à restrita democracia nos moldes capitalistas.

Assevera, ainda, que:

As conquistas democráticas possibilitam maior consciência política, porém, isto não basta para que uma revolução social ocorra, de fato. Assim a busca de cidadania no mundo liberal reproduz o sistema, torna-se falsa e mantém a hegemonia dos grupos dominantes (MENDONÇA, 1996, p. 94-95).

O discurso estruturalista do processo inclusivista advoga que a pessoa com deficiência só será incluída, de fato, no todo social por meio de sua inserção no mercado de trabalho. É claro que o poder aquisitivo e socioeconômico faz diferença no modo e na qualidade de vida da pessoa com deficiência, mas somente no campo pessoal, pois não há nenhuma mudança na estrutura social; somente o esforço pessoal para estudar, trabalhar etc. Não que seja algo ruim para a pessoa com deficiência, pois com muito esforço alcançará objetivos tais como um bom trabalho, uma bagagem cultural de qualidade. No entanto, acabará sempre classificada, marcada, enquadrada no discurso simplista dos “exemplos de vida”, os quais não provocam mudanças na estrutura econômica, política, comportamental e cultural do sistema social. Na realidade, os “exemplos de vida” conformam, prendem e modelam os indivíduos a uma determinada ordem social, os culpam e os responsabilizam por defasagens estruturais que não estão

ao alcance de os mesmos resolverem, como se os indivíduos pudessem medir forças com o Estado personificado, e como se a inclusão fosse uma luta corpo a corpo.

Porém, é preciso considerar que, quando a pessoa com deficiência se insere no mercado de trabalho, ela passa a fazer parte de uma nova posição dentro de sua classe social e tem acesso a um nível de vida que várias pessoas com as mesmas características não alcançaram. Portanto, quando pensamos em cada pessoa como agente, percebemos que a defesa ou não da autonomia ou do clientelismo depende também da classe ou fração de classe à qual os sujeitos se ligam. Ao longo dos anos de militância, a consciência política dos indivíduos se modifica tanto pelo fato de terem ocorrido mudanças de posição de classe, quanto pelo contato com os pares e o processo histórico de formação de intelectuais orgânicos nos aparelhos representativos.

Resende(2004), ao tratar do direito à acessibilidade das pessoas com deficiência física na cidade de Uberlândia-MG, acerca da cidadania, destaca vários fatores que a impedem de ocorrer de fato: em primeiro lugar, afirma que, por meio da manifestação física da cidade, podem ser percebidas as desigualdades existentes entre as pessoas que participam de diversos grupos sociais. Além disso, o discurso do “equilíbrio social” e da “organização espacial” existe para reforçar e reproduzir ideologias nas quais podem-se perceber a incoerência e a distância entre o que é dito pelas leis e deveria valer para todos. Bem assim, o que é concretizado com o propósito de servir para todas as pessoas que residem na cidade, serve para beneficiar apenas uma parcela da população.

Sobre as leis e sua aplicação na efetivação da cidadania nos moldes do sistema capitalista, Resende (2004, p. 28) explica:

Assim também, se a legislação não se presta mais aos interesses dominantes vigentes em determinada época, ela pode e deve ser alterada para representar as atuais necessidades de regulação ou, ao menos, para “fazer de conta” que ela vale para todos e pode ser visto por pelo menos dois ângulos. O primeiro é que a possibilidade de mudanças na legislação garante, ao menos em tese, que distorções possam ser corrigidas, que injustiças graves, como a escravidão, por exemplo, possam ser extirpadas do mundo e que da organização coletiva possam emergir melhorias na vida diária de muitos cidadãos; o segundo é que existem as manipulações das vontades e muitas “conquistas” legais são mantidas no papel para exercerem a função a que foram destinadas, qual seja, simular que a legislação atenderá ao que se propõe.

Nesse trecho, fica claro que as leis representam e concretizam a hegemonia dos grupos dominantes que difundem sua cultura entre os habitantes de uma esfera, seja ela

nacional, estadual, ou municipal, a fim de homogeneizar a visão de mundo dos indivíduos. Muitas vezes, pensa-se que tudo o que provém da sociedade política é ruim. No caso da abolição da escravidão, por exemplo, e até mesmo das pessoas com deficiência, várias leis, principalmente as brasileiras, surgiram para oferecer a essas pessoas melhor qualidade de vida e autonomia. Porém, na realidade do modelo político-capitalista, muitos desses direitos não são cumpridos de fato devido às características de controle, ordem, progresso, bem como a flexibilidade dos aparelhos privados de hegemonia, do aparato político, econômico e social utilizados para serem criados e adaptados às demandas das classes dominantes e da classe dirigente.

Como são muitos os interesses existentes, é fato que os conflitos serão inevitáveis. Então, alguns grupos com interesses próximos unem-se para sobrepor suas convicções às dos demais grupos existentes. Normalmente, os interesses dos agentes que detêm o capital sempre prevalecem, mesmo que não sejam apenas interesses econômicos, pois suas estratégias conseguem ser eficientes e eficazes. Acima de tudo, esses grupos conseguem dominar o “pensamento” da população e trabalhar as diferenças como se fossem problemas individuais e as pessoas envolvidas com essas diferenças “atrapalhassem” e não pudessem coexistir num mesmo espaço.

Apesar de não concordar com o pensamento da autora, ao afirmar que as vontades das classes hegemônicas se sobrepõem às classes dominadas, é preciso ressaltar que a violência simbólica é utilizada com frequência para manter os moldes dominantes de condução do Estado.

Segundo Mendonça (1996), as raízes e limites do Estado estão intimamente ligados à ideia de Estado incrustada no nosso inconsciente, e que é fruto das escolhas que surgem a partir da interação entre a sociedade civil e a política. Tais escolhas praticamente unificam cultura e hierarquia social. Como a cultura é relacional, existe uma gama de instâncias simbólicas que culminam da violência baseada no simbolismo e não no confronto físico, apesar desse ser utilizado em algumas ocasiões. Assim, “as categorias utilizadas para se pensar o social, que são sancionadas pelo Estado, conferem à cultura dominante a aparência de naturalidade e normalidade. A isto se chama violência simbólica” (MENDONÇA, 1996, p. 95), que se manifesta na atuação do Estado com sua cultura dominante, que influencia na guerra de posições entre as classes dominantes, emergentes e dominadas.

Entendemos que isso faz com que as lutas de representação sejam tão

importantes quanto as econômicas para compreendermos os mecanismos que um grupo utiliza para impor sua visão de mundo social, bem como seus valores para o exercício do domínio.

A Ideologia da Cidadania é um desses mecanismos, por meio dos quais as pessoas lutam para ascender às instâncias mais altas do Estado. E quando atingem seu objetivo, ocorre a mudança da identificação cultural dos sujeitos, que passam a participar de uma nova classe com cultura diferente das outras classes e das quais emergiu o termo “cidadania” que, por sua vez, remete à ideia de igualdade de todos, sem distinção de credo, cor, raça, etnia ou característica. Porém, o objetivo dos mecanismos de uma sociedade baseada no capitalismo é manter o *status quo*.¹⁹

Com tudo isso, não é possível ser ingênuo embarcando nesse conceito de “cidadania” como tábua de salvação, até porque ele é polissêmico, conforme Dagnino, ApudSILVA, 2010, p. 102. Todavia, nos anos 1980 e, principalmente, nos anos 1990, esse termo funcionou também como “estratégia”:

Afirmar a cidadania como estratégia significa enfatizar o seu caráter de construção histórica, definida, portanto por interesses concretos de luta e pela sua contínua transformação. Significa dizer que não há uma essência única imanente ao conceito de cidadania, que o seu conteúdo e seu significado não são universais, não estão definidos e delimitados previamente, mas respondem à dinâmica dos conflitos reais, tais como vividos pela sociedade num determinado momento histórico. Esse conteúdo e significado, portanto, serão sempre definidos pela luta política (DAGNINO, 1994, p.107, apudSILVA, 2010, p. 102).

Segundo Dagnino (1994), na visão liberal, a cidadania acabou por ser essencializada (IDEM, IBIDEM, P. 102), autoexplicativa. E, serve, ao final, para confundir debates e encaminhamentos de propostas políticas. Foi o que aconteceu a partir dos anos 1990, com a implementação de políticas neoliberais, reforçando o antiestatismo, demonizando ações estatais e pregando a virtude da sociedade civil,

¹⁹Na dissertação de Mestrado (2014), buscamos demonstrar como a promulgação das constituições da República e do estado de Minas Gerais de 1988-1989, respectivamente, e da lei orgânica do Município de Uberlândia de 1990 se desenvolveu rumo a essa ideia de cidadania, que busca igualar as diferenças em um sistema capitalista, que se movimenta sobre correlações de força, bem como a forma com que as pessoas com deficiência atuaram nesses debates e lutas. Para analisar a problemática da mudança de consciência política dos militantes na cidade de Uberlândia, tratei de um marco importante no processo de luta pela autonomia das pessoas com deficiência nas várias áreas da sociedade, e para tal, elaborei uma explanação de como o Estado (sociedade Política, Sociedade Civil e Estrutura) atuou antes da promulgação das Constituições federal e estadual em 1988 e da lei orgânica municipal de Uberlândia em 1989, bem como se deram as mudanças e permanências no processo de luta das pessoas com deficiência para participar da criação, reforma e implementação das leis.

oposta ao Estado. Afinal, o que é Estado?

1.3. O Conceito de Estado Ampliado²⁰

Para entender a relação ‘Estado e sociedade civil’, sobretudo no período da redemocratização, com a emergência de novos movimentos sociais, torna-se importante analisar essas instituições. É o que se trata a seguir. Com as transformações ocorridas no século XX, surgiram vários pensadores, adeptos da matriz marxiana que tentaram pensar o Estado para além da esfera econômica. Porém, a mais expressiva análise da estrutura estatal foi feita por Antônio Gramsci(1999), que criticou as bases analíticas do Estado fundamentadas no mecanicismo e no economicismo.

Para esse autor, o Estado não é um sujeito que paira acima da sociedade e possui vontade própria, nem é apenas o objeto das classes dominantes utilizado com a finalidade de garantir suas propriedades e interesses. Desta forma, ele é o fruto de diversas relações sociais, incorporando a multiplicidade das mesmas, e refletindo os conflitos, conformidades e resistências pelos quais passa uma determinada sociedade no seu processo de formação e existência. Assim, a Sociedade Civil e a Sociedade Política não estão mais em oposição uma à outra, as quais possuíam uma base filosófica dual da natureza do Estado.

Essa nova filosofia de pensamento em relação à natureza estatal tem sido compreendida como Estado “ampliado”, a qual se fundamentou em um tripé: a infraestrutura, que não modifica seu papel em relação à visão de Karl Marx, isto é, ela continua a representar o âmbito das relações entre o sistema produtivo e o mundo do trabalho; a Sociedade Civil, que se constitui dos indivíduos organizados nos denominados Aparelhos Privados de Hegemonia que norteiam as ações e pressões políticas de forma consciente, com foco na luta e conquista de objetivos específicos

²⁰O conteúdo desse subitem foi baseado nos seguintes textos: MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, 1996, p. 94-125; SAID, Ana Maria. Capítulo 2: Categorias políticas de Antonio Gramsci. In: **Uma estratégia para o Ocidente: o conceito de democracia em Gramsci e o PCB**. Uberlândia: EDUFU, 2009. BIANCHI, Alvaro. O Laboratório de Gramsci: Filosofia, História e Política. São Paulo: Alameda, 2008. NOGUEIRA, M. Aurélio. As três idéias de sociedade civil, o Estado e a politização. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. P. **Ler Gramsci, Entender a Realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. GRAMSCI, Antônio. Caderno 13. v.3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Coedição, Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002.

ligados à garantia de direitos e à plena participação na sociedade como cidadãos, e se estende a todas as esferas sociais; e a Sociedade Política e o Estado Restrito, isto é, o conjunto de aparelhos e agências do poder público.

Com referência ao Estado, Gramsci (2001) engloba tanto a Sociedade Civil quanto a Sociedade Política, como participantes das mesmas relações sociais. Assim, os Aparelhos Privados de Hegemonia não estão dicotomicamente opostos aos órgãos públicos, pois o termo Privado significa que os indivíduos da Sociedade Civil aderem, voluntariamente, a estes aparelhos. O que se designava como público ligado ao Estado e o privado ligado à sociedade Civil não são coisas opostas, mas uma relação social. Em outras palavras, a natureza do Estado na visão de Gramsci é extremamente abrangente e não se restringe às organizações sociais que compõem esse tripé de fundamentação da estrutura estatal a este ou aquele âmbito de análise, pois não podem ser pensados separadamente.

Assim, as visões do Estado somente como objeto, coerção, violência e como fundamentação ideológica não poderiam explicar a complexidade social e a suposta manipulação das massas, deixando-as em seu lugar, principalmente com a nova conjuntura dos países ocidentais e capitalistas, a partir da primeira metade do século XX. Dessa forma, a fundamentação central que passa a nortear as relações entre sociedade política e sociedade civil é o nível cultural, cuja constituição não está apenas no saber e no conhecimento produzido academicamente, e sim, nas diferentes visões de mundo que surgem das relações sociais, das crenças e percepções dos indivíduos sobre sua situação no sistema social, as quais são produzidas por cada grupo e suas subdivisões.

Porém, é preciso que estas visões de mundo possam ser desenvolvidas para que um determinado grupo (parte de uma determinada classe ou fração de classe) possua força para lutar pelo poder por meio da supremacia de sua concepção de mundo. Quanto mais os indivíduos se organizarem nos aparelhos privados de hegemonia, mais suas ideias sobre o mundo serão desenvolvidas, solidificadas e divulgadas, transformando-se em bases de políticas públicas. Quando um determinado grupo não consegue se organizar para fazer valer sua concepção de mundo, ele adotará a mesma concepção de outro grupo social que já esteja com seu nível de organização acentuado e sólido.

Quando um determinado grupo social consegue impor sua cultura sobre os demais, ocorre o que Gramsci chama de hegemonia, tornando esse grupo mais forte em termos de organização, e conseqüentemente, sua visão de mundo se sobressairá. Desse

modo, enquanto os Aparelhos Privados de Hegemonia têm como papel a organização da Sociedade Civil, o Estado Restrito tem como objetivo generalizar e difundir a cultura do grupo hegemônico. Para tanto, há a inclusão de suas instituições que coagem pela força, tais como o exército, a polícia, o sistema legislativo e judiciário com suas normas de conduta e de organização da sociedade e instituições.

Enfim, podemos entender o conceito de Estado gramsciano na seguinte formulação: os Aparelhos Privados de Hegemonia, originados na Sociedade Civil e responsáveis pela sua organização, são atuantes por meio dos intelectuais orgânicos que representarão a visão cultural de mundo, produzida dentro dessas organizações. Esses intelectuais representarão o projeto cultural do grupo ao que pertence no âmbito da sociedade política buscando, com isso, legitimá-lo por meio do exercício da hegemonia sobre as demais culturas. Isto não significa que as demais visões de mundo não estejam presentes na Sociedade Política por meio de seus Intelectuais, buscando também a sua legitimidade, o que confere a esse tripé o movimento de disputas de projetos sociais. Cabe-nos, portanto, o papel de identificar as classes, os segmentos e suas subdivisões; bem assim, as visões hegemônicas e aquelas que estão em disputa com esta, o que não é diferente com as pessoas com deficiência.

Bianchi (2008) apresenta uma reflexão importante sobre a sociedade civil e o Estado, segundo Gramsci, que é a visão presente neste trabalho, com a finalidade de refutar as visões reducionistas sobre o papel estatal. O Estado, em análise mais complexa, precisa ser concebido como relação conflituosa e permanente entre as sociedades política e civil e a hegemonia de um grupo sobre toda sociedade por meio de APHs como: Igrejas, escolas, sindicatos, etc. O Estado consegue reunir esses dois âmbitos sem descaracterizá-los. Não existe divisão de tarefas entre elas, ao contrário de várias afirmações que caracterizam a primeira como coerção e a segunda como hegemonia.

Assim, a sociedade política corresponde ao aparelho governamental encarregado do exercício legal da coerção sobre os que não consentem, seja de forma passiva ou ativa. Também nela se encontra a administração direta do governo, a burocracia, os poderes Legislativo e Judiciário. Ela possui uma dimensão coercitiva, mas o campo político é mais complexo que apenas esta atribuição. Já na esfera da sociedade civil ocorrem muitos equívocos analíticos, devido aos múltiplos significados a ela atribuídos, inclusive conferindo a Gramsci ideias que não correspondem ao seu pensamento.

A grande influência na concepção de sociedade civil foi divulgada por Bobbio, a

partir de sua concepção desse conceito em Gramsci, que colocava a sociedade civil como antagonista ao Estado e ligada à superestrutura. Bobbio compartilha da concepção toquevilliana de sociedade civil que seria um conjunto de associações que atuavam fora do âmbito estatal e eram indistintas entre si; potencialmente progressistas; agentes das transformações sociais e portadoras de valores e interesses universais iguais, sem conflitos.

Para Bianchi(2008), ao contrário da concepção esboçada por Bobbio, Gramsci evidencia o caráter material dos Aparelhos Privados de Hegemonia -APHs que dão concretude ao exercício do poder conquistado na forma de lutas entre visões de mundo que disputam entre si o domínio de toda sociedade. Os APHs também disputam entre si, pois oferecem apoio à difusão dessas visões e são o suporte para que elas se mantenham organizadas. Eles articulam o consenso da população para que possa condescender com a orientação social dos grupos dominantes. Esses organismos se diferenciam socialmente pela luta e divisão de classes que perpassam o interior destas instituições e provocam os conflitos entre elas. Nesse sentido, regimes autoritários e totalitários surgiram e foram apoiados por esta esfera, como fascismo, nazismo, regimes autoritários e ditatoriais de forma geral.

Na sociedade civil é onde se concretizam os interesses materiais imediatos como a propriedade privada e a sociedade econômica burguesa. Com isso, Gramsci atribui a ela mais de um sentido: é nela que a supremacia de uma classe sobre o conjunto social se afirma e entra em exercício, o que explica as revoluções burguesas que levaram a formação de um novo Estado, a possibilidade da promoção de mudanças sociais e a existência institucional que durava muitos anos e permaneciam fortes; por outro lado ele a concebia como as iniciativas econômicas produzidas pelo Estado e a conexão entre estas visões faz com que seja distinta da sociedade política.

Nogueira(2003)também aponta a ambiguidade das referências ao uso do conceito de sociedade civil que, pela pluralidade dos grupos que o utilizam, pode compor análises totalmente opostas. Ele é usado tanto em situações de resistência ao sistema capitalista e para sustentar programas democráticos radicais quanto para traçar estratégias de convivência com o mercado e justificar reformas no gerenciamento das políticas públicas. Serve também como meio de delinear o estabelecimento de um Estado democrático ou para justificar a ausência deste. Está presente nas críticas a um grande poder estatal ou às suas regulamentações e também pode ser empregado para defender governos neoliberais ou para combatê-lo.

Nogueira (2003, p. 219) define a sociedade civil: “em Gramsci, sociedade civil é um *conceito*, complexo e sofisticado, com o qual se pode entender a realidade contemporânea. Mas é também um *projeto político*, abrangente e igualmente sofisticado, com o qual se pode transformar a realidade.” Na sociedade civil, as lutas social e institucional andam juntas e se unificam pelo processo estratégico de poder e hegemonia, diferente da concepção difundida por Hegel e pela Igreja católica que a concebiam como o Estado restrito que se contrapunha à Igreja e à sociedade familiar. Gramsci (2001) a via como hegemonia de um grupo sobre toda a sociedade ao unificar interesses, politizar ações e consciências e superar tendências corporativas e a concorrência fragmentadora. Desse modo, os grupos estabelecem relações contra hegemônicas e hegemônicas para dominar o Estado. Ela é o espaço de construção dos projetos universais para a sociedade, a promoção de articulações ético-políticas de direcionamento e, ainda, de promoção de lutas na disputa pela dominação.

A esta definição de sociedade civil se contrapõe à ideia liberal que considera que o comando do mercado e a luta social ocorrem por meios competitivos que acontecem na esfera privada, onde não há interferências públicas ou estatais. O Estado estaria em contraposição ao mercado e à sociedade civil e suas alianças. Os interesses são particulares e corporativos e não há hegemonia. Sua organização se dá fora das instituições, como o voluntariado e o assistencialismo, e as ações são antiestatais e o Estado deveria ter mínimas atribuições, cuidando de questões de segurança e baseada no legalismo e na política representativa, sufocando as participações populares e o estabelecimento de mecanismos democráticos. A partir dessa sociedade civil, não se estruturam governos nem movimentos sociais, pois se encontram fora da esfera estatal e por isso há apenas oposição, sem a estruturação de contrahegemonias que visam contestar a sociedade política.

Ainda, na perspectiva liberal entre as duas concepções, mencionadas anteriormente, há uma terceira que considera a política como essencial, mas não possui, em todos os momentos, poder de comando. A luta social se choca com a institucional ou a exclui, o que inviabiliza o estabelecimento de estratégias de dominação. A sociedade civil seria uma esfera alternativa ao Estado e ao mercado e não se mistura com a sociedade política e com os partidos por ocupar posição superior, e não poderia ser atingida pelas degradações de âmbito político. Sua atuação é autônoma e os seus interesses são imunes às articulações e à hegemonia corporativa. A sociedade civil estaria entre o Estado e o mercado, como os novos movimentos sociais que lutam

por coisas imateriais como aqueles ligados a questões étnicas, de gênero, de minorias religiosas, de defesa de culturas, etc., e podemos incluir as pessoas com deficiência. Esses grupos atuam na promoção de reformas estatais. Assim como pairam acima das instituições, também agem em rede de forma internacional, e se constituem em uma unificação mundial.

Ainda, nessa perspectiva, o Estado seria cosmopolita e serviria para proteger os direitos dos cidadãos que estão estabelecidos em um campo supranacional, ao mesmo tempo em que restringe e limita a ação do mercado. Os movimentos sociais se organizam e impõem limites de forma autônoma e conseguem disciplinar a sociedade política e o mercado, atuando de forma paralela aos campos político e econômico. O estabelecimento de um sistema independente e autônomo daria à sociedade civil a capacidade de moderar as ações do mercado e do Estado atuando como mediadora entre eles e os movimentos sociais, ao criar condições de formação de uma vontade coletiva que conseguiria a institucionalização nas instituições parlamentares e jurídicas.

O movimento desse conceito se baseia nas comunicações entre sujeitos, no estabelecimento de vínculos culturais que surgem de forma espontânea, na desobediência civil, dos movimentos éticos e exclui as classes sociais. Os interesses morais, os valores universais e uma vontade generalizada devem ser defendidos, uma vez que as necessidades materiais são atribuições do Estado, que é sujo e imoral, ficando separado da sociedade civil, que tem uma política ética e não pretende conquistar o poder e a dominação.

No próximo capítulo, tratamos do processo de constituição dos sujeitos políticos durante as décadas de 1970 e 1980. Para isso, abordamos relatos de algumas das principais lideranças do movimento de pessoas com deficiência, com a finalidade de destrinchar questões relativas à inserção das pessoas com deficiência e sobre o contato dessas pessoas com o movimento político por direitos, como foi desenvolvida a sua militância até a constituinte, em 1987. Procuramos fazer um panorama de quem são, quais suas origens familiares, a quais classes sociais são ligadas e assim desenvolver a relação destas como sujeitos e quais os fatores representativos que caracterizam a luta pela cidadania e contra a filantropia.

CAPÍTULO 2

“TEMOS UMA HISTÓRIA”: PERCURSOS DE MILITANTES E SEU PROCESSO DE FORMAÇÃO NA LUTA PELOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Izabel Maior (2013), em entrevista ao documentário “História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência”, justifica a produção desse material ao dizer que antes desses escritos pensava-se que a pessoa com deficiência não tinha história.

Durante muito tempo, as pessoas com deficiência conhecem a sua história enquanto grupo, movimento através de ouvir falar, de narrativa daqueles que vieram antes, daqueles que são companheiros no mesmo momento. E cada um tenta passar de sua maneira para os novos, como foi a sua história antes. Essa história, às vezes, é considerada como muito recente, às vezes é considerada bem anterior, até remontando ao período imperial. Mas muitas começam a se dizer que as pessoas com deficiência não têm história. E a ideia é justamente mostrar que nós temos uma história. (Izabel Maior – Secretária Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência)²¹

Além de ter uma história, compartilhar memórias de lutas significa também passar adiante um legado, ressignificá-lo. Nesse capítulo, enfocamos as entrevistas de pessoas com deficiência com o objetivo de reunir elementos que permitam pensar qual é a origem destes militantes entrevistados e como ocorreu o processo que os constituiu militantes pelos direitos das pessoas com deficiência e como as suas trajetórias se inserem nas mudanças com a institucionalização, seja de organizações representativas, ligadas à sociedade civil, seja de órgãos governamentais que passam a assumir alguns deveres, como no caso da Secretaria Nacional de Educação Especial e da Coordenadoria Nacional para a Integração de Pessoas Portadoras de Deficiência antes e durante o período de propostas para a elaboração do texto da constituinte. Estão também incluídas as entrevistas de pessoas sem deficiência, mas que se envolveram no associativismo e

²¹Izabel Maior – Secretária Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Documentário: História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. <http://www.youtube.com/watch?v=e6nJRozkf0w> Acesso em 23/10/2013.

militância no campo da deficiência e dos direitos humanos. Na conclusão do capítulo, apresentamos uma interpretação do significado dessas trajetórias dentro do movimento de pessoas com deficiência pelos seus direitos.

Antes, porém, cabem algumas considerações teóricas que embasam essa reflexão sobre a relação indivíduo/sociedade e sobre o processo de formação de intelectuais coletivos que, muito diferente da perspectiva em que estamos tratando, do horizonte da redemocratização brasileira e a luta pela cidadania, a perspectiva de Gramsci era a de transformação e superação da sociedade capitalista, ele foi o fundador e secretário geral do Partido Comunista na Itália - PCI. O intelectual coletivo, o partido, para Gramsci, seria o “moderno Príncipe”, catalisador de vontades coletivas.

Para Gramsci (2006), no Caderno 11, 1932/33, todos os homens são “filósofos”, de uma filosofia espontânea, contida na linguagem, no senso comum e no bom senso, na religião e em todo o sistema de crenças, etc. A passagem para uma filosofia crítica e de ação seria permeada, dentre outros procedimentos, pela crítica de si mesmo, criticando a própria concepção do real e o quanto está envolvido pelas artimanhas do seu meio cultural e do “senso comum”. Para Gramsci (2006, p. 103), “a consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam”. Portanto, em diálogo com Marx (indivíduos pensados em seu contexto histórico), Gramsci reflete que todo ser humano/indivíduo e sua trajetória não devem ser considerados como peça única, em sua singularidade, apenas, mas como parte de um processo mais amplo, permeado por múltiplas influências e pelo contato com outros indivíduos de uma coletividade, onde, em estágio superior, de organização, poderão fazer de sua força uma força coletiva, em diversos níveis. Daí, por exemplo, a formação de um “homem coletivo”.

Uma nova cultura não surge de ideias individuais ou de ações heroicas de pessoas lutando por sua autonomia e independência, mas sim quando verdades já descobertas são socializadas e difundidas em ações vitais organizadas de forma intelectual e moral que leva à constituição de uma atividade prática com uma premissa teórica, configurando-se em uma organização política de classe. (GRAMSCI, 2006, p. 95)

Em seu Caderno 13 (v. 3. **Cadernos do Cárcere**) Gramsci discorre sobre a obra de Maquiavel e podemos apreender muitas coisas sobre a relação entre sociedades política e civil com a definição das características e do papel do condottiero e o processo de formação da vontade coletiva para um determinado fim político. É em torno

dele que ciência e ideologia políticas se fundem. A exemplificação do Príncipe torna concretas as características da atuação de um agente sobre uma população dispersa para organizar e despertar a sua coletividade. Assim o Príncipe é um organismo coletivo que, em sua complexidade, concretiza a vontade coletiva que se afirma no ato. Ele é o partido que surgiu com a evolução da história e a partir da origem molecular progride e gera valores universais e totais.

Este processo não é rápido, pois as ações baseadas no imediatismo tendem a ser fanáticas e apaixonadas, contrapondo-se à crítica e à ironia. O condutor precisa ser orgânico e atuar de forma ampla, capaz de desenvolver novos Estados, Nações e Sociedades, ao contrário do imediato que apenas origina as restaurações e reorganizações. Gramsci (2006) exemplifica a ação da vontade coletiva e política com o jacobinismo que modificou a situação estrutural francesa. A vontade é a consciência que opera a necessidade histórica que é ligada a um episódio real. O autor faz um pequeno esquema dos rumos analíticos para pensar uma realidade histórica e as ações de coletividade:

identificar o momento propício para a criação e desenvolvimento das vontades coletivas de uma população com abrangência nacional; analisar a estrutura social pela via econômica e histórica; e, por fim mostrar as tentativas da sua criação e os sucessivos fracassos, identificando as condições para seu desenvolvimento e como as forças que a sustenta se contrapõem com aquelas opostas fruto da dissolução de grupos burgueses agrários que deixam seu parasitismo. As condições positivas são encontradas em grupos urbanos, desenvolvidos no tocante a produção industrial e com um grande nível político-histórico. (GRAMSCI, 2006, p. 27).

Para Gramsci (2006), reflexo de sua própria época e de seu país, a Itália, marcada por uma forte base agrária, sobretudo no Sul, uma determinada vontade coletiva nacional originada do povo só é possível se grupos agrários produtores não tiverem influência política. Quanto menos ruralista o país, mais as forças produtivas se aprimoram, desenvolvendo o capital, formando as massas operárias e impulsionando a luta de classes. Nesse sentido o Príncipe, descrito como o partido, deve organizar e difundir uma nova moral e intelectualidade, e assim abrir caminho para o estabelecimento de uma civilização moderna. A reforma cultural significa a elevação civil das camadas mais baixas da sociedade e o programa de reformulação econômica é a concretização da reforma intelectual e moral, em que a antiga divindade dá lugar ao laicismo de todas as esferas da vida e das relações de costume.

Como, então, apresentar e analisar as memórias e trajetórias que construíram o

movimento de pessoas com deficiência? Ao longo do texto, destacamos que, durante os depoimentos colhidos pela Secretaria de Direitos Humanos, foram feitas apresentações reunidas em um primeiro texto, realizando-se perguntas para os entrevistados e nas quais eles também fazem as suas apresentações. Na perspectiva dessa obra, nenhuma história é exclusivamente oral, “a oralidade é uma das formas pelas quais se compartilham as experiências guardadas na memória”. (LANNA JUNIOR, 2010, p.16).

Tornam-se, portanto, subsídios para o trabalho da escrita da história, traçando, então, o longo percurso das lutas das pessoas com deficiência e tornando-as conhecida para um público maior. Dessa forma, “as memórias constantes nos depoimentos, nesse sentido, devem ser vistas como sustentáculo de identidades construídas pelas pessoas com deficiência na conformação de seu movimento” (LANNA JUNIOR, 2010, p.16).

“As entrevistas realizadas foram de caráter temático, explorando as trajetórias e percepções individuais acerca das lutas em prol dos direitos humanos das pessoas com deficiência no Brasil. Foram editadas e publicadas na parte final do livro, sendo que todas foram aprovadas pelos entrevistados” (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 18).

Heloísa Cardoso ressalta o predomínio e perpetuação de visões oficiais acerca da história do país (2006, p. 179):

O que continua sobressaindo nas interpretações sobre o passado vivido por nós são as visões oficiais que reconstroem a história do país a partir da visão do Estado e dos grupos próximos ao poder. Ao fazer a seleção dos vestígios do passado que devem permanecer no presente, a memória dominante busca anular as relações de poder e as desigualdades que compõem o próprio social para homogeneizar esse passado como mito, porque unívoco, construindo significados idênticos para trajetórias diferenciadas.

Ao final de seu trabalho, Cardoso (2006, p. 193) complementa:

(...) o poder instituído almeja uma unicidade para o contexto histórico nacional. As pessoas, no entanto, longe dos círculos do poder, refazem essa lógica e recolocam outras memórias, portadoras de outras histórias, nesse contexto, que se imbricam com essa memória hegemônica e se refazem nas reconstruções sobre o passado.

Nas entrevistas dos protagonistas do processo de construção de Brasília, a autora encontrou os motivos que levaram à migração dessas pessoas, principalmente, por melhores condições de vida. Percebeu elementos que mostravam a miséria no interior do país e as lutas cotidianas, tanto como trabalhadores, como posteriormente na

condição de moradores que alimentavam aspirações de participação na cidade já pronta, o surgimento de novos espaços e de laços comunitários.

A autora compreende que as lutas empreendidas por aqueles operários, que buscavam melhores condições de educação, saúde, moradia e a realização de pequenos desejos cotidianos são parte da história. Entretanto, o que ocorre é que os significados e valores dos grupos dominantes são disseminados como se compreendessem a totalidade das experiências humanas.

Cardoso reflete sobre as contribuições em relação à escrita historiográfica que permite recuperar essas memórias que foram obscurecidas. À medida que fazemos opções políticas adotamos procedimentos metodológicos adequados com a finalidade de explicar as relações que interligam as relações de dominação, subordinação e resistências e reafirmam o estabelecimento de hegemonias. Nesse sentido, é necessário introjetar procedimentos adequados para pensar as articulações e tensões que revelam as noções e interpretações que expressam as formas pelas quais o poder é exercido e como ocorrem as resistências que muitas vezes não se encontram visíveis. É necessário que o pesquisador possa tornar estes vínculos expressos de forma clara.

Apesar de a memória ser utilizada para a concepção de uma história oficial que seleciona períodos no tempo e no espaço com a finalidade de controlar a evolução dos acontecimentos, também serve de norte para o reconhecimento das memórias individuais como representativas de valores, sentimentos, experiências cotidianas e ações coletivas.

A opção metodológica para citar e trabalhar as entrevistas com militantes considerados pioneiros na constituição do movimento das pessoas com deficiência por direitos, que foram produzidas e editadas por outros pesquisadores, nessa obra organizada por Lanna Junior, em 2010, foi agrupá-las em cinco categorias: pessoas com deficiência física, pessoas com deficiência visual, pessoas com deficiência auditiva e pessoas sem deficiência. De forma descritiva, buscamos ressaltar aspectos essenciais tanto nas trajetórias individuais, quanto na conformação do próprio movimento coletivo, ressignificado pelo processo da memória, em que a ênfase principal é a luta para alcançar e construir tanto a si mesmo como agente social, como a seus próprios espaços de atuação e reivindicação.

Percebe-se, no conjunto das entrevistas publicadas, que as políticas públicas alcançadas para esse extrato da população foram fruto de muitas lutas, inclusive contra a invisibilidade. Essas trajetórias nos auxiliaram a entender as pressões que aconteceram

durante o processo constituinte. A “voz” das pessoas com deficiência fez-se valer devido a um longo processo de construção de trajetórias e de movimentos associativos ou, segundo o conceito de Gramsci, Aparelhos Privados de Hegemonia que lutaram para inscrever suas reivindicações básicas no âmbito da carta magna do país. Vejamos, então, algumas dessas trajetórias, buscando, no subitem 2.5, problematizar um pouco essas falas e memórias, como processo de constituição de sujeitos políticos no movimento de pessoas com deficiência, que teria atuação ativa no processo constituinte (tratado no capítulo 3).

2.1 Pessoas com surdo-cegueira e surdas

Antônio Campos de Abreu²² nasceu em Abaeté, no estado de Minas Gerais e é pessoa surda desde o nascimento, provavelmente devido a questões genéticas, pois possui outros parentes também surdos, como sua irmã. Sua escolarização se iniciou a partir dos 11 anos de idade quando foi estudar no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), no estado do Rio de Janeiro, onde permaneceu por 7 anos. Ao voltar a Belo Horizonte cursou o ensino médio em escola regular e concluiu aos 27 anos. Em 2004, começou sua graduação em História, formando-se nesta área. A primeira experiência que teve na capacitação de pessoas com deficiência para atuarem como líderes dentro de organizações não governamentais ou associações foi a oportunidade que teve de fazer um curso de liderança nos Estados Unidos, na Universidade Gallaudet, em 1989, que o preparou para futuramente liderar e participar de várias instituições que compunham o movimento de pessoas com deficiência.

Com 9 anos, mais ou menos, eu brincava na fazenda com minha família, com os meus primos e fui me desenvolvendo. (...) Língua própria em sinais mesmo. E era livre assim, não era Língua Brasileira de Sinais, era diferente, era mais natural. Dentro de casa, nas famílias, a gente inventava sinal para tentar se comunicar. (...) Abaeté não tinha escola especializada na época. A maioria era escola comum. Aí não conhecia o surdo, como fazer para ensinar, alfabetizar surdo. (...) Eu estudava no INES de segunda-feira a sexta-feira. Dormia no INES. Aos sábados e domingos eu ia para a casa da minha prima e ficava lá. Isso foi direto, durante sete anos. (...) Lá no INES, no Rio. De manhã, os professores ensinavam no método oral – havia alguns professores que sabiam Língua

²²Os próximos escritos estão baseados na entrevista de Antônio Campos de Abreu, a qual se encontra a partir da página 145, no livro “História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil”. (BRASIL. SDH, 2010)

de Sinais, mas era escondido. O INES não ensinava Língua de Sinais dentro da sala de aula. Os professores sabiam Língua de Sinais, mas o diretor e o coordenador ficavam olhando, não permitiam ensinar. Lá fora nós sempre conversávamos em Língua de Sinais. (...) Desde quando o INES foi fundado, a escola sempre usava Língua de Sinais. De geração em geração. Mas houve a proibição. (LANNA JUNIOR, 2010, p.146)

No trecho citado, Abreu (2010) contou como foi sua infância até o contato com a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). No meio familiar, ele deixou claro que não havia preconceito, porém, ao criar métodos para se comunicar, diferentes desta língua, mostrou que havia um desconhecimento da família com relação a LIBRAS e a aquisição da linguagem pelas pessoas surdas. A falta de contato com a língua prejudicou o seu acesso à educação, pois a barreira de comunicação fazia com que a escola comum rejeitasse alunos surdos, sob a alegação de que não estava preparada. Enquanto isso, as escolas especiais eram poucas e o acesso era restrito. Para que uma família pudesse manter uma pessoa surda longe de casa era necessário possuir recursos para tal. Um dos fatores que o ajudou, foi o fato de possuir família no Rio de Janeiro, o que proporcionou a ele um regime de semi-internato, que o ajudou na convivência fora do instituto.

Em contrapartida, o aprendizado da LIBRAS e o seu uso como primeira língua ocorreram de forma marginal, pois a escola era adepta do oralismo, onde a pessoa surda deveria aprender a falar dentro de uma normalidade estabelecida pelas pessoas ouvintes. Ele frisou que o INES havia adotado essa prática ao longo dos anos e, no começo do estabelecimento dessa escola, adotava-se a língua de sinais como forma de comunicação. Ao ser perguntado sobre a importância do INES, disse que, na época de seus estudos, ela era a única escola especial no Brasil e pessoas de todos os estados iam para lá estudar, eram poucos os cariocas que estavam lá na época em que era estudante e havia alunos, principalmente, dos estados do Amazonas, Ceará, Recife e Minas Gerais. Com o tempo, houve a necessidade de criar outras escolas especiais.

Então, vi um grupo de surdos conversando. Alguns surdos reclamavam de discriminação, de problemas, de dificuldades, de não terem intérprete. Como? Minha vida era boa; eles tinham problema. Eu não entendia como. O padre Vicente me aconselhava muito, falava das dificuldades das pessoas que não tinham escola, que entravam na escola atrasados. Aí eu fiquei sócio. O presidente, que também era surdo, me convidou para ser diretor social. Eu fui desenvolvendo, fui trabalhando, trabalhando, até hoje trabalho em prol disso. (LANNA JUNIOR, 2010, p.147)

Ele entrou em contato com o movimento de pessoas com deficiências ao se filiar à Federação Mineira Desportiva de Surdos, criada em 1952, em Belo Horizonte. Em 1956 se uniu a outros surdos para criar a Associação de Surdos de Minas Gerais (ASMG). Ao conhecer a realidade dos surdos e se empenhar em construir uma base de reivindicação de direitos, ele compara sua vida com a daqueles que não tiveram a oportunidade de estudar em um colégio especializado e, assim, ter as dificuldades minimizadas. Entretanto, ao voltar para a capital mineira e concluir os seus estudos, se a escola não era acessível para as outras pessoas, também a mesma coisa ocorria com ele, com a diferença que ele possuiu a oportunidade da aquisição de sinais ao entrar em contato com outros surdos, mas, com relação às políticas institucionais, vemos que nem no INES, ele teve as barreiras citadas minimizadas dentro do sistema educacional brasileiro, seja em nível federal ou estadual.

Somente em 2002, foi criado o decreto 5.626²³ que obriga as escolas a ensinarem língua de sinais e a coloca como segunda língua nacional; assim o Instituto teve que se adequar. Ele relatou que antigamente havia somente o INES como escola para surdos no Brasil, mas com o investimento governamental, foram criadas outras instituições para o ensino de tais pessoas.

Após concluir o ensino médio, trabalhou como colaborador da Associação de Surdos de Minas Gerais, da qual posteriormente foi presidente. Também participou da criação de outras instituições voltadas às questões das pessoas surdas, tais como: a Federação Mineira Desportiva de Surdos e a Confederação Brasileira de Desporto dos Surdos, e nelas seu trabalho foi voluntário. Já em 1987, atuou no processo de implementação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS). Nos anos 1990, presidiu a FENEIS, de 1993 a 2001. Nos anos 2000, participou do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), entre 2003 e 2004 e, na época da realização da entrevista para a Secretaria de Direitos Humanos, 2010, era membro da Federação Mundial de Surdos (FMS).

Karin Lílian Strobel²⁴ é a única pessoa surda de sua família e sua surdez foi adquirida pelo uso de antibióticos quando recém nascida. Formou-se em Pedagogia pela Tuiti do Paraná e é doutora em educação pela Universidade Federal de Santa Catarina.

²³BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. . Brasília, DF.

²⁴ Os próximos escritos estão baseados na entrevista de Karin Lílian Strobel, a qual se encontra a partir da página 245, no livro “História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil”. (LANNA JUNIOR, 2010)

Aos 15 anos, teve contato com a Associação de Surdos de Curitiba e, posteriormente, chegou a presidi-la. No período de 1995 a 1999, atuou como vice-presidente da FENEIS e como presidente de 2008 a 2012. Entre 1995 e 2005, foi assessora pedagógica na educação de alunos surdos pelo Departamento de Educação Especial da Secretaria de Educação do Governo do Paraná.

Eu sabia frases decoradas, mas não entendia o real significado delas. Ensinavam-me palavras, que eu guardava, mas que não tinham um sentido para mim. Isso começou a ser muito angustiante. Eu tinha dificuldade de aceitar que era surda. A escola não me ensinou a lidar com o fato de ser surda. Eu tinha um modelo do que é ser ouvinte, aquele que fala e que escuta. Mostravam-me que aquilo era o adequado, era o padrão. Era muito complicado. Comecei a ficar revoltada, pois o relacionamento comigo era difícil. (...) Quando eu era adolescente, foi uma fase de muita revolta. Minha mãe ficava muito preocupada comigo. Ela procurou uma associação de surdos, quando eu tinha 15 anos, porque eu estava muito sozinha, não tinha amigos. Eu não tinha amigos surdos porque a escola proibia amigos surdos. Mas minha mãe ficava preocupada comigo e me levou para a associação, para eu ter contato com outros surdos.(LANNA JUNIOR, 2010, p.247)

Ela foi matriculada com dois anos em uma escola de surdos que utilizava o método oral de ensino e não aceitava línguas de sinais, tal como a experiência relatada por Antônio Campos. Eles utilizavam a técnica de aprimoramento do resíduo auditivo, porém afirmou que a comunicação se tornou difícil, porque aprendia frases decoradas, mas não sabia seu real significado. Sua revolta e isolamento social provocou a necessidade de buscar ajuda, por parte de sua mãe. A partir desse momento, do contato com a associação de surdos, teve contato com a língua de sinais, passou a adquirir vocabulário, se assumiu como pessoa surda e construiu a sua identidade, pois na antiga escola, ela aprendia apenas o modelo de ser pessoa ouvinte. Diante disso, ela disse que toda a sua luta foi para que os surdos tivessem oportunidade de aceitar sua condição e ter contato com a LIBRAS.

A entrevistada destacou que, tanto o contato com a língua de sinais quanto o contato com outras pessoas surdas, são importantes para o processo de construção da identidade destes indivíduos, pois, por meio disso, podem ter contato com as maneiras de ver e interpretar o mundo, e com a produção cultural dos surdos de maneira visual. Ela se desenvolveu dentro da associação a qual estava filiada e começou a trabalhar, em primeiro lugar, com atividades esportivas e, posteriormente, passou a lutar pelos direitos dos surdos ao atuar como secretária, coordenadora e presidente da Associação dos

Surdos de Curitiba. Também criou o escritório regional da FENEIS no Paraná, em seguida, foi trabalhar na Secretaria de Educação Especial do Paraná e depois foi para Florianópolis cursar sua pós-graduação. Em 2010, quando a entrevista foi realizada, atuava como presidente da FENEIS em seu segundo mandato e fazia parte do CONADE.

(...) a escola começou a pensar em repassar a oralização e o treino da fala para a Secretaria de Saúde. Assim, a Secretaria de Educação passou a se preocupar somente com o acesso à informação e aos conteúdos escolares por esses alunos. A Secretaria de Educação convidou pessoas de fora para fazer palestras, como Carlos Skliar, Ronice Quadros, e viram a importância de uma educação bilíngue. Daí viram a necessidade de contratar uma pessoa surda para colaborar nesse trabalho. Foi assim que me convidaram, em 1995. Mas, como eu não era funcionária pública, fui contratada por uma associação da escola como terceirizada. (LANNA JUNIOR, 2010, p.248)

Dessa forma, ela foi contratada para atuar no trabalho de modificação das ações de inclusão ligadas ao sistema educacional. Diferente de vários entrevistados, Strobel precisou ser contratada como terceirizada por meio de uma associação escolar, pois o regime de contratação de servidores públicos havia se modificado após as mudanças do texto constitucional de 1988, que passou a exigir concurso público.

Cláudia Sofia Indalécio Pereira²⁵, natural de São Paulo, ficou surdocega com 19 anos, resultado da síndrome de Usher, doença genética, pois seus pais eram primos. Sua perda auditiva ocorreu gradativamente desde os 6 anos e sua perda visual começou aos 9. Em 1989, após perder os dois sentidos, ela começa a ter contato com a sua realidade como pessoa surdocega. Em 1990, estudou na Associação de Deficientes de Audio Visão (ADefAV), onde começou a ter contato com outros indivíduos com a mesma característica e profissionais que atuavam na área. Em 1997, participou do Programa de Criação de Organização para Pessoas Surdocegas da América Latina, que ocorreu na Colômbia. Foi, também em 1997, uma das fundadoras do grupo Brasil de Apoio ao Surdocego e ao Múltiplo Deficiente Sensorial e, no ano seguinte, participou da criação da Associação Brasileira de Surdocegos (ABRASC). Já em 2005, participou como suplente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo, em 2009 do Conselho Estadual de Assuntos da Pessoa com Deficiência de São Paulo.

Fizemos vários tratamentos para descobrir exatamente o meu diagnóstico.

²⁵ Os próximos escritos estão baseados na entrevista de Cláudia Sofia Indalécio Pereira, a qual se encontra a partir da página 158, no livro “História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil”. (LANNA JUNIOR, 2010)

Foi a partir daí, com 9 anos de idade, que eles descobriram que eu estava com retinose pigmentar, que é uma degeneração da retina. Nem todo mundo tem informação concreta da criança que já nasce com o problema ou da que vai ficar depois com tal problema, seja qual for a deficiência. É difícil achar um médico que fale para você: “Olha, você tem o diagnóstico tal, está concreto.” É difícil, minha mãe nunca teve esse apoio, essa assistência de que precisava. Hoje, todo mundo sabe. Por quê? Porque nós procuramos, nós surdocegos, junto com o Grupo Brasil, que são os profissionais e familiares que trabalham na área (...). Ainda não existia o reconhecimento da surdocegueira como categoria. Quando comecei a estudar na ADefAV, aprendi o Braille e outras formas de comunicação também. Eu achava que era a única surdocega do mundo. (LANNA JUNIOR, 2010, p.159)

Sua militância ocorreu de forma mais ativa a partir desse momento, quando afirmou que “... eu não sabia que era uma comunicação, o que era o mundo, o que era a cultura surda, o que era a deficiência visual mesmo.” (LANNA JUNIOR, 2010, p.160)

Ao ser questionada sobre o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, ela disse que, apesar de não ter atuado no evento, foi muito importante para que ela pudesse desenvolver suas atividades ao trabalhar com políticas públicas. As atividades que mais realizou, após entrar na escola e ter contato com seus pares, foram palestras e a aquisição de novas informações trazidas pelo contato com várias tecnologias assistivas, como o sistema *braile* e outros métodos de comunicação.

Por meio da escola especial que frequentou, ela teve contato com militantes da área e destacou que a surdocegueira não era ainda uma categoria de deficiência. Ela não esteve presente de forma direta na Constituinte de 1987 em que pessoas surdas e cegas estiveram em audiências diferentes. Ela relatou que, em 1994, começaram as primeiras reuniões de surdocegas nas quais ela atuou como palestrante, e durante toda a década, fez várias viagens para o estabelecimento de organizações de surdocegos por toda a América Latina, onde conheceu militantes dos diversos países.

2.2. Pessoas com Deficiência Física

Ana Maria Morales Crespo²⁶ nasceu em Osasco – São Paulo, e sua deficiência foi originada pela aquisição da poliomielite com um ano de idade. Em 1979, graduou-se em Jornalismo na Faculdade Cásper Líbero, fez seu Mestrado em Ciências da

²⁶ Os próximos escritos estão baseados na entrevista de Ana Maria Morales Crespo (LANNA JUNIOR, 2010, p. 127 e seguintes)

Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), e doutorou-se em História Social, na mesma instituição. Participou do Núcleo de Integração de Deficientes (NIDE) em 1980. No mesmo ano, participou do I Encontro Nacional de Pessoas Deficientes que tinha por objetivo formar uma coalizão nacional que englobasse todas as categorias (física, visual, auditiva, intelectual, etc.), e criar uma representação nacional única. Em 1985, foi presidente do I Conselho Municipal das Pessoas Deficientes de São Paulo, que durou apenas um ano, pois sua extinção ocorreu em 1986. Participou da criação do Centro de Vida Independente - CVI Araci-Nallin.

Em 1979, fez uma viagem turística para os Estados Unidos e conta que foi uma experiência importante para perceber a diferença de tratamento naquele país, em que pessoas com deficiência encontravam atenção e infraestrutura adequada,

Fizemos uma viagem de 24 dias, de costa a costa nos Estados Unidos. Foi muito interessante porque, pela primeira vez, sentia que minha deficiência era respeitada. (...) Pela primeira vez, nessa viagem, as pessoas me perguntavam se eu podia subir escadas e, se não podia, eles davam um jeito de me ajudar. Havia cadeiras de rodas para serem emprestadas ou alugadas por um dólar em todo lugar que eu ia. Fomos a todos os parques de diversões que havia naquele bendito país, naquela época, e a todos os brinquedos que quis ir. Fiz tudo o que queria fazer, porque havia acesso, havia condições, ao contrário do que acontecia aqui no Brasil. Nos Estados Unidos, vi um monte de pessoas com deficiência frequentando os lugares, em toda parte. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 129)

Em sua lembrança, Crespo relatou que possuiu muitas dificuldades de conseguir emprego, pois formou-se em 1979 e somente começou a trabalhar em 1982. Segundo a sua avaliação, isto ocorreu por causa de uma mistura entre o preconceito por ela ser uma pessoa com deficiência, e seu despreparo para enfrentar o mercado de trabalho. A entrevistada trabalhou no grupo Folha de 1982 a 1989. Durante os anos 1990 ficou desempregada, fazendo correções de textos e dissertações. Em 1999, voltou a trabalhar em uma organização não governamental dentro de um projeto pelo Fundo das Nações Unidas pela Criança – UNICEF.

Em 1980, foi criado em São Paulo o Núcleo de Integração de Deficientes – NID – no qual se reuniram pessoas que pretendiam reivindicar direitos e lutar pela autonomia das pessoas com deficiência. Grande parte de seus membros eram pessoas que já possuíam certo nível de escolaridade ou estavam tentando entrar na Universidade. Era um grupo que se propunha a conscientizar a sociedade sobre o direito das pessoas deficientes e os incluir no processo de conscientização, pois a maioria não sabia de seus

direitos como cidadãos. Com o tempo, ela tomou conhecimento de que havia vários outros grupos de discussão e de lutas por direitos, inclusive associações mais antigas que atuavam em São Paulo. Essas organizações se uniram em torno dos direitos das pessoas com deficiência, porém a origem de cada uma delas era variada: associações desportivas, grupos de evangelização, associações de ambulantes com deficiência e etc.

Suas primeiras ações na luta das pessoas com deficiência por direitos foram com a realização de vestibulares durante o tempo em que estava desempregada. Ao participar de um processo seletivo na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), conheceu algumas pessoas com deficiência, sendo que uma delas possuía paralisia cerebral e não podia escrever. A comissão de organização da prova colocou um fiscal para marcar as respostas de múltipla escolha, mas não permitiu que a ajudasse na prova de redação. Juntamente com outra candidata com deficiência, procuraram várias alternativas para que a pessoa não perdesse o exame, porém não obtiveram sucesso. De acordo com seu relato,

Ana Rita e eu tentamos ajudar. Foi a nossa primeira luta juntas. Tentamos falar com Dom Paulo Evaristo Arns, chamar a imprensa, fazer piquete na porta da classe. Tentamos de tudo para convencer a PUC de que era direito do Edgar que alguém escrevesse a prova para ele. Não conseguimos nada, ele não pôde fazer a prova e, naturalmente, “zerou” em redação e foi reprovado. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 129)

A partir desta ação, começaram a fazer reuniões para lutar por direitos a partir do ano de 1980. A maioria dos participantes foi reunida por meio da lista de processos seletivos para ingresso na universidade, e assim, o grupo foi composto por pessoas que já eram formadas ou procuravam entrar no meio acadêmico.

Lília Pinto Martins²⁷ nasceu na Cidade do Rio de Janeiro e teve poliomielite com dois anos de idade. Ajudou a fundar a Associação dos Deficientes Físicos do Rio de Janeiro (ADEFERJ), criada em 1977, e foi sua primeira presidente até 1979. Em 1985, participou da formação do clã e do Clube de Amigos que surgiram dentro desta instituição, sendo que chegou a ser presidente deste último. Ela formou-se em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRIO) e após concluir a graduação, trabalhou no setor de Psicologia da Associação Brasileira

²⁷ Os próximos escritos estão baseados na entrevista de Lília Pinto Martins (LANNA JUNIOR, 2010, p. 266 e seguintes)

Beneficente de Reabilitação (ABBR) e, em 1987, especializou-se em Psicologia Médica. Em 1988, Martins foi membro-fundadora do Centro de Vida Independente do Rio de Janeiro (CVIRIO) e, em 1997, chegou a presidi-lo. De 1990 a 1997, coordenou a Unidade de Psicologia da ABBR.

Eu tive a pólio em 1941, mais ou menos. A ABBR, que é um grande centro de reabilitação aqui do Rio, só foi inaugurada em 1958, quer dizer, eu já tinha quase 20 anos. Nesse período é que começaram a surgir as grandes instituições de reabilitação: a AACD em São Paulo, a ABBR aqui no Rio. Aí começou a haver mais circulação dessa intervenção terapêutica. Não havia o que fazer: ou a pessoa tinha condição e bancava por conta própria ou, então, não havia nada. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 267)

Ressalta, então, que seu acesso a tais serviços foi tardio, porque quando a ABBR surgiu, tinha quase 20 anos de idade. Com isso, se a família não tivesse dinheiro para custear um bom tratamento, a pessoa ficava em casa, sem a possibilidade de possuir uma vida mais independente. No período de seu estágio do curso de graduação em Psicologia, foi encaminhada por um dos diretores da faculdade onde estudava para a ABBR. Segundo ela, a justificativa que ele deu foi que, ao direcioná-la para esse centro, ela poderia conviver com pessoas com deficiência que possuíam as mesmas características que as suas. Neste estágio, a entrevistada disse que foi um momento decisivo, pois possibilitou o desenvolvimento de sua carreira profissional e que, após se formar, foi contratada pela instituição. Lá se desenvolveu em torno das questões relativas a tais indivíduos, o que se misturava com a própria vida. As suas experiências levaram-na a produzir artigos científicos que foram apresentados em congressos acadêmicos.

A ABBR foi um espaço muito importante; eu tenho a melhor lembrança, apesar de que hoje em dia já não existe mais nada do que era na época. Foi um ponto de formação mesmo, porque naquele período havia uma escola para formar os profissionais – os fisioterapeutas, os terapeutas ocupacionais que trabalhavam na ABBR eram formados dentro da própria escola de reabilitação. Foi um período de muita troca porque as pessoas que estavam em formação, faziam estágios na própria ABBR e havia uma integração, um envolvimento desses formandos com a instituição. E ali já havia o público-alvo, havia as pessoas em reabilitação para estagiar, para trabalhar, para criar uma identidade com aquele trabalho. Foi um grupo de profissionais de excelente qualidade na época; a escola formou grandes profissionais. Os estagiários se envolviam com os pacientes: o local de formação era o local da prática. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 267)

Em 1975, começou a atuar no movimento das pessoas com deficiência por direito a partir da própria ABBR com a criação do Clube de Amigos da Associação e de um jornal criado por um grupo de pacientes que tinha como objetivo lidar com as questões internas do hospital, lutar contra as barreiras arquitetônicas e garantir a reabilitação profissional. Na sua visão, o clã incentivou a criação de associações e foi o movimento que incentivou toda uma luta política que aconteceria mais tarde, além de contribuir para a formação de várias das lideranças vindas de várias localidades do país e que depois voltaram para suas cidades e estados e deram continuidade à luta.

Lúcio Coelho David²⁸ é natural do Rio de Janeiro e nasceu com paralisia cerebral devido a complicações de parto. Até os 13 anos, ele estudou e passou por reabilitação no Instituto Brasileiro de Recuperação Motora (IBRM). Posteriormente, começou a estudar em escola pública dentro de uma sala regular. Graduiu-se em Administração de Empresas na instituição Estácio de Sá. Em 1991, filiou-se à Associação de Paralisia Cerebral do Brasil (APCB), que chegou a presidir. Também na década de 1990, chegou a integrar o Conselho Estadual para Políticas de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência do Rio de Janeiro. Trabalhou como assessor parlamentar do vereador Otávio Leite, integrou o Conselho Consultivo da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e participou das câmaras técnicas estabelecidas na gestão de Maria de Lourdes Canziani.

Minha deficiência, a paralisia cerebral, é muito confundida com deficiência mental, por causa do modo de falar. (...)Essa foi a grande luta no movimento. Quando o Movimento das Pessoas com Deficiência começou, a paralisia cerebral não tinha uma identidade, estava na área da deficiência mental. No movimento, além da luta pelo direito de todos, eu tive de lutar por uma autoafirmação no movimento. Eram as pessoas cegas e deficientes físicas que dominavam o movimento. Então, eu tive de abrir caminho para ter o meu espaço. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 274)

Lúcio David aponta, então, outro problema, o reconhecimento da especificidade identidade da deficiência. No caso, pelo modo de falar, é confundido com deficiência mental. Portanto, teve que abrir caminho para construir essa “autoafirmação”, segundo ele.

²⁸ Os próximos escritos estão baseados na entrevista de Lúcio Coelho David (LANNA JUNIOR, 2010, p. 295 e seguintes)

No segundo grau, ele fez um curso técnico em Administração e despertou para a área, o que o levou a se graduar. Porém, quando terminou o curso, enfrentou grandes obstáculos para trabalhar. Como no começo não conseguiu entrar no mercado de trabalho, ele dedicou-se ao movimento no ano de 1991, quando se filiou à APCB, e isto lhe abriu caminho para atuar junto a conselhos de lutas por direitos e também em órgão governamentais. Trabalhou como assessor do vereador Otávio Leite por doze anos, que começou a fazer leis voltadas às pessoas com deficiência, mas não possuía conhecimento técnico. Posteriormente, esse político começou a ganhar espaço ao trabalhar nesta linha de atuação política, porém após candidatar-se a deputado federal, David foi dispensado sob a alegação de que Brasília era muito longe para que pudesse acompanhá-lo. Ele permaneceu na prefeitura em um cargo de confiança na Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência criada quando Otávio Leite tornou-se vice-prefeito; no entanto, foi rebaixado de cargo, o que o deixou descontente e à procura de outro local para trabalhar.

Em suas memórias, Lúcio Davi se ressentia que, embora com todo o conhecimento específico e aptidão técnica, tendo, inclusive contribuído para a formação de um político para atuação nesse campo específico, foi injustamente preterido, por motivos banais, quando poderia alcançar um novo patamar profissional, considerando sua capacidade para chegar onde chegou.

Maria Aparecida Siqueira²⁹, nascida em Goiandira, interior de Goiás, contraiu poliomielite aos nove meses de idade. Graduiu-se em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e em Psicologia pela Universidade Católica de Goiás (UCG). Iniciou sua militância em 1978, quando começou a frequentar um grupo de jovens católicos, mas somente em 1990, engajou-se nas questões voltadas às pessoas com deficiência ao se filiar à Associação de Deficientes Físicos de Goiás (ADFEGO). A partir daí, foi eleita representante do estado dentro da ONEDEF. E, em 1995, dirigiu a divisão de atenção ao deficiente da antiga Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário que se tornou Secretaria Municipal de Assistência Social de Goiânia. Foi eleita em 2004, vereadora pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e reeleita para um segundo mandato em 2008.

Quando eu era criança, não percebia minha deficiência. Minha família,

²⁹ Os próximos escritos estão baseados na entrevista de Maria Aparecida Siqueira (LANNA JUNIOR, 2010, p. 327 e seguintes)

graças a Deus, me deu muita força nessa caminhada. Eu contrai a paralisia infantil com nove meses de vida. Comecei a fazer tratamento no Sarah Kubitschek, em Brasília, em 1969. Foi uma longa jornada de tratamento com o uso de tração e gesso e sessões de fisioterapia. No início da adolescência, foi que percebi melhor as diferenças que existiam entre mim e as demais pessoas da minha idade. Via meu corpo diferente, e isso começou a me incomodar. Perceber a deficiência me trouxe momentos de luto. O médico que me acompanhava nessa época sempre disse que eu conseguiria caminhar, razão pela qual fiquei engessada por vários anos. Porém, como o tratamento não estava surtindo efeito desejado, eu deixei esse médico de Brasília e fui para São Paulo. Busquei atendimento na Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD). O médico que me assistiu, Ivan Ferrareto, disse: “Cidinha, infelizmente não dá para operá-la, porque sua capacidade respiratória é muito baixa e um procedimento cirúrgico representaria um risco muito grande”. Lembro-me bem de quando o médico se sentou na minha frente e disse – porque os outros médicos falavam sempre com os meus pais, e esse, não, falou diretamente comigo: “Continue sua caminhada, levante a cabeça e vá em frente, porque mesmo nessa cadeira de rodas você vai realizar muitas coisas”. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 329)

Em seu depoimento, ela contou como foi o processo de relação entre a sua característica e a forma com que o meio em que vivia a tratava. Os métodos dolorosos de tentar superar a deficiência por meio de cirurgias não foram eficazes e começaram a causar traumas a ela quando passou pela adolescência. Disse também que a sua convivência familiar era boa, o que lhe deu muitas forças para prosseguir adiante após o médico da Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) confirmar que os tratamentos não seriam eficazes. Foi convidada para assumir a Divisão de Atenção ao Deficiente da prefeitura de Goiânia, porque não havia nenhum programa voltado a estes indivíduos. Ela assumiu essa pasta, porque era conhecida em sua atuação junto ao movimento de luta para a integração de tais pessoas. Nessa Divisão, ela passou a realizar seminários, debates, campanhas educativas nas escolas e, em quaisquer lugares que o município fosse chamado. Assim, a prefeitura de Goiânia começou a atuar diretamente na integração da pessoa com deficiência na sociedade.

Sua militância originada dos grupos católicos a levou a uma atuação mais forte na transformação da sociedade ao combater os preconceitos atitudinais e derrubar barreiras arquitetônicas que impediam o avanço das pessoas com deficiência. A intensificação de sua luta ocorreu após ser eleita para atuar na ONEDEF (Organização Nacional de Deficientes Físicos), onde teve oportunidade de trabalhar em várias cidades do Brasil e os Debates giravam em torno da necessidade de o país avançar na garantia de direitos das pessoas com deficiência por meio do cumprimento da Constituição de 1988. Nestes debates, eram colhidas propostas que eram encaminhadas aos deputados

cobrando destes o dever de assegurar o direito das minorias, mais especificamente das pessoas com deficiência. Ela afirma que ao falar por si, as coisas começaram a se modificar de forma nacional.

Meu acidente foi em 28 de fevereiro de 1974. Resolvemos passar o carnaval numa praia chamada Barra do Cunhaú. Em um passeio de barco, dei um mergulho. Não percebi que o lugar era raso e bati com a cabeça na areia. (...) Isso não se deu assim de uma forma, vamos dizer, refletida: “Agora que estou assim, vou fazer isso”. Em 1976, fui contactado por alguns companheiros da Associação dos Deficientes Motores (ADM), que ainda hoje existe (é uma das mais antigas), e participei como membro da diretoria. (...) Em São Paulo, o ponto da inserção no movimento foi de forma mais ampla, a atuação política de forma mais ampla, porque até então o trabalho aqui, meu e dos meus, era muito direcionado à capital, Recife, somente, embora esse seja um trabalho muito grande até hoje. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 361)

Messias Tavares de Souza³⁰ nasceu em Vitória do Santo Antão no estado de Pernambuco e ficou tetraplégico em 1974, devido a um acidente decorrente da prática do mergulho. Por ser funcionário do Banco do Brasil, fez sua reabilitação no hospital Stoke Mandeville, na Inglaterra. Em 1976, alguns integrantes da Associação dos Deficientes Motores (ADM) entraram em contato com ele e começou, assim, a participar da luta pelos direitos das pessoas com deficiência e posteriormente compôs sua diretoria. Depois foi convidado por um padre para participar da Fraternidade de Doentes e Deficientes (FCD), da qual foi coordenador regional e em 1978, nacional. No mesmo ano, participou das discussões junto ao então deputado Talles Ramalho sobre a promulgação da emenda nº12 à Constituição de 1969, que foi o primeiro texto constitucional voltado às pessoas com deficiência.

Ele contou que, como coordenador nacional, visitou os vários núcleos da FCD pelo Brasil e notou que a maioria delas estava na parte Sul do país e pouquíssimos no Nordeste. Estas instituições foram dirigidas por pessoas com deficiência, porém, a consciência de que estas deveriam dirigir as associações que as representavam talvez não fosse algo para uma reflexão anterior que conduzisse a uma tomada de decisão, mas fluiu naturalmente com as discussões feitas nesses espaços, colocando nos estatutos a obrigatoriedade de tais pessoas estarem na direção destas entidades. Em 1981, presidiu o primeiro Congresso Brasileiro de Pessoas Deficientes e o segundo Encontro Nacional

³⁰ Os próximos escritos estão baseados na entrevista de Messias Tavares de Souza (LANNA JUNIOR, 2010, p. 360 e seguintes)

de Entidades de Pessoas Deficientes, que ocorreu em Recife. De 1986 a 1988, foi presidente da ONEDEF, e por isso teve a responsabilidade de levar as reivindicações das pessoas com deficiência aos parlamentares que compunham as comissões e subcomissões da Constituinte.

Posteriormente, esteve à frente do Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência do estado de Pernambuco. Atuou como representante nacional do CONADE e da Associação de Pais e Amigos de Pessoas Portadoras de Deficiência dos funcionários do Banco do Brasil (APABB). Na época, que foi entrevistado pela extinta Secretaria de Direitos Humanos, integrava o Instituto Interamericano de Deficiência e Desenvolvimento Inclusivo.

Regina Lúcia Barata Pinheiro Souza³¹ nasceu em Belém do Pará e adquiriu a deficiência após um acidente de carro em que teve seu braço amputado. Na época do acidente, concluiu o último ano do curso de direito. A partir de sua formação, tornou-se posteriormente advogada e defensora pública. Sua atuação na Associação Paraense de Pessoas Deficientes (APPD) começou em 1982 e assumiu o cargo de presidente de 1990 a 1993. No futuro, ganharia o título de presidente honorária da instituição. Presidiu a ONEDEF de 1994 a 1996 e de 2000 a 2002. De 2006 a 2009, foi conselheira do CONADE. Em 1996, foi eleita vereadora pela cidade de Belém e reeleita no ano 2000. Em 2002, assumiu como deputada estadual e, em 2006, foi reconduzida ao mandato. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 391)

Quando eu estava no último ano de faculdade, sofri um acidente. Eu tive a felicidade de ter uma amiga, Sônia Hermes, que, quando soube que eu tinha feito uma amputação – ela também era uma pessoa amputada –, foi me visitar no hospital. Foi ela quem me disse que estava sendo fundada a Associação Paraense de Pessoas com Deficiência, porque era o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência (1981). Eu fui, assim que pude andar, que pude participar das primeiras reuniões, e achei muito estranho: nem eu me tocava de que não existia nada, nenhuma entidade de apoio à pessoa com deficiência. Era 1982, ano da abertura política, houve a primeira eleição de governadores no Brasil e a primeira eleição direta de deputados e senadores. Estava sendo restabelecido o processo democrático. E, óbvio, como eu era uma estudante bastante ativa, peguei esse viés da área da deficiência para organizar nossa entidade aqui no Pará. Até então, eram as primeiras-damas que tomavam conta da assistência social. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 393)

³¹ Os próximos escritos estão baseados na entrevista de Regina Lúcia Barata Pinheiro Souza. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 392 e seguintes)

Regina Souza destaca que a oportunidade daquele momento político e social fez com que ela percebesse que seria esse o momento de retirar o protagonismo das primeiras damas e organizar a área da assistência social.

A APPD era uma associação que englobava todos os tipos de deficiência, diferente do que foi proposto nos encontros regional e nacional que ocorreram em 1981 e 1982. Após o encontro de São Bernardo do Campo, onde foi decidido pela separação do movimento por tipo de deficiência, foram criadas, no Pará, entidades para cada grupo. Antes disso havia apenas a APAE e a Pestalozzi.

Rosângela Berman Bieler³² nasceu na cidade do Rio de Janeiro e adquiriu a deficiência após sofrer, aos 19 anos, acidente de carro que lhe deixou tetraplégica. Este fato ocorreu no começo do curso de Comunicação. Mais tarde viria a fazer Mestrado em Inclusão Social das Pessoas com Deficiência pela Universidade de Salamanca, na Espanha. Fez sua reabilitação na ABBR (Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação) e, em 1977, iniciou no movimento das pessoas com deficiência por direitos, por meio de Lília Martins, e atuou como relações públicas do clã ABBR. Ainda neste ano, fez parte da criação da ADERERJ (Associação dos Deficientes Físicos do Rio de Janeiro), onde assumiu o mesmo cargo citado. Participou como representante desta associação nos encontros nacionais de Brasília em 1980 e de Pernambuco, em 1981. Em 1983, ajudou a criar a ONEDEF e foi sua coordenadora nacional. De 1983 a 1988, era editora do informativo institucional desta entidade chamado Etapa.

Eu, que tinha acabado de tirar o gesso, quebrei o pescoço de novo em uma sacudida do carro. Tive de fazer uma nova cirurgia e fiquei mais três meses imobilizada. Nessa época, eu fui para a ABBR fazer minha reabilitação. Aí, abriu outro mundo na minha vida. (...) O próprio fato de a nossa geração ser a primeira que saiu do centro de reabilitação para o “bar” foi nossa reabilitação social, um aprendendo com o outro e, juntos, abrindo caminhos que ainda não existiam para pessoas com deficiência. (...) Aqui no Rio, como em outros lugares, havia clubes de cadeirantes cuja prática era colocar 50 deficientes nos carros e levá-los para, por exemplo, Copacabana em horário de grande movimento. Ia todo mundo para a rua; era um batalhão vendendo bala. E eu passava batido. É interessante perceber como a gente é treinada para não ver o diferente, o que incomoda a sociedade. Depois é que ficou claro para mim por que isso acontece. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 422)

³² Os próximos escritos estão baseados na entrevista de Rosângela Berman Bieler. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 420 e seguintes)

Antes de adquirir a deficiência, o contato que ela tinha com estes indivíduos era o da invisibilidade. Desta forma, Bieler destacou que não compreendia a forma indiferente que a sociedade tratava pessoas com deficiência, mas após se acidentar e passar por reabilitação, começou a perceber o porquê de tal tratamento. Durante o tempo em que esteve na Universidade, atuou junto ao Movimento Estudantil, sendo que, quando cursou Comunicação, ela apenas participava das atividades promovidas. Já no curso de Belas Artes atuou como diretora do Diretório Acadêmico e participou de vários congressos da União Nacional dos Estudantes (UNE). Ela destacou que a abertura política e a luta por eleições diretas foram importantes no desenvolvimento dos movimentos sociais. Ela conjugou as duas militâncias, o que lhe ofereceu uma visão mais ampla do processo de democratização do país.

Em 1988, fez um intercâmbio nos Estados Unidos e lá conheceu a organização Centro de Vida Independente e, em conjunto com outras duas militantes, fundou o CVIRIO, o primeiro do Brasil. Em 1992 e 1995, organizou os Congressos Internacionais DEF-Rio que tratavam sobre questões voltadas às pessoas com deficiência. Em 1997, já com moradia nos Estados Unidos, promoveu o Fórum Internacional de Mulheres com Deficiência e, em 1999, a Conferência Mundial de Vida Independente, em Washington. Também nesse ano, fundou o Instituto Interamericano sobre a Deficiência e Desenvolvimento Inclusivo (IDI). Na época da entrevista, ela já possuía 15 anos de consultoria junto aos bancos Mundial e Interamericano de Desenvolvimento, além do programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, dentre outros.

Suely Harumi Sotow³³ nasceu em Arujá, no estado de São Paulo. Adquiriu paralisia cerebral assim que nasceu pelo fato de o parto ter sido prematuro. Graduiu-se em Filosofia e fez Mestrado e Doutorado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Ela frequentou, dos cinco aos sete anos, a Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) em regime de semi-internato, depois estudou em escolas regulares. Até os cinco anos, não sabia falar português, pois seus pais eram japoneses e não falavam o idioma. Ao longo de sua vida escolar, enfrentou diversas barreiras, estigmas, ora valorizada pelo “superesforço”, ora

³³ Os próximos escritos estão baseados na entrevista de Suely Harumi Sotow. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 439 e seguintes)

menosprezada como se o estudo, para ela, fosse uma forma de se distrair, “passar o tempo”. No entanto, ela tinha objetivos claros.

Não, eu tinha de correr atrás e pegar os cadernos das outras colegas e copiar aquilo que eu não tinha copiado [na sala] porque não dava tempo. Eu me lembro, também, que as professoras falavam que eu era superesforçada, só por causa da minha deficiência. Eu pensava: “Por quê?” Foi bem pesado, para mim, arcar com esse estigma de ser inteligente, superesforçada, superestudiosa. Mas no fundo eu sentia alguma coisa errada. No ginásio ou no colegial começaram a dizer: “Estudar é um bom passatempo, não é?” E eu não queria estudar para passar o tempo. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 440)

Escolheu graduar-se em Filosofia para entender o porquê do tratamento diferenciado entre as pessoas, também queria compreender as relações que envolviam indivíduos com deficiência. Ao longo do curso, ela realizava os trabalhos das disciplinas e levava os questionamentos aos professores, por exemplo: como elas viviam e estudavam. Após se formar, fez também Comunicação Social, porém almejando ir para o Mestrado e estudar sobre a discriminação com relação às pessoas com deficiência física. Tornou-se Mestre em 1984 e foi a primeira aluna com deficiência que entrou na linha escolhida.

Em 1981, com os preparativos do AIPD, teve seu primeiro contato com o movimento, entretanto, ainda não aceitava suas características e passou por um processo de autoconhecimento, de suas qualidades e defeitos. Em 1985, ao realizar uma entrevista com Cândido de Melo, ela voltou ao movimento como secretária do MDPD, para, desta vez, atuar na luta por direitos e igualdade. A partir de 1990, fez parte do Centro de Documentação e Informação do Portador de Deficiência (CEDIPOD), e conselheira consultiva no Banco de Dados sobre e de Pessoas com Deficiência (DEFNET).

2.3 Pessoas com Deficiência Visual

Aos 23 anos, depois de estar praticamente isolado dentro de casa, tomei conhecimento de uma reportagem do jornal O Estado de Santa Catarina, na qual uma pessoa, egressa do Rio de Janeiro, do Instituto Benjamin Constant, se propunha a ensinar Braille para pessoas cegas em Florianópolis. Fui ao encontro dela. Certo dia, eu estava estudando Braille e datilografia, e essa pessoa que era cega – advogado, trabalhava no Sesi e estava vendo a possibilidade de colocar pessoas cegas na indústria em Florianópolis – me perguntou se eu gostaria de trabalhar. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 115)

O trecho do depoimento acima é de Adilson Ventura,³⁴ que nasceu em Florianópolis – Santa Catarina. Ficou cego aos 13 anos devido à causa desconhecida. Por esse motivo, deixou de estudar, e somente aos 23 anos foi alfabetizado, conforme a mencionada citação. A grande virada na vida, por influência desse professor de *braille*, é dessa forma significada: “Aos 23 anos, depois de estar praticamente isolado dentro de casa...” O *braille* e a perspectiva de trabalho significaram a rota de fuga do isolamento.

Em 1963, conseguiu um emprego numa fábrica de rendas e bordados e, em 1968, começou a cursar Pedagogia na Universidade para o Desenvolvimento do estado de Santa Catarina, na qual foi bacharel. Depois licenciou-se em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Em 1977, ajudou a fundar a Associação Catarinense para a Integração do Cego (ACIC), assim como, em 1984, a FEBEC, e neste ano, foi seu vice-presidente. Em 1983, foi eleito presidente da Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais (ABEDEV), e, em 1986, participou dos trabalhos para a criação da CORDE. Foi a primeira pessoa com deficiência a presidir o CONADE por dois mandatos consecutivos: de 2002 a 2006.

Por meio do diretor da fábrica de rendas onde trabalhou, conseguiu uma entrevista com o secretário de Educação do estado de Santa Catarina, momento em que falou sobre a criação de um serviço para o atendimento de pessoas cegas, pois o existente na época era esporádico e atendia a algumas cidades do interior. O entrevistado se propôs a estar à frente deste trabalho e assim foi contratado para trabalhar neste órgão. Trouxe muitas experiências que havia aprendido com Dorina Nowill, fundadora da Fundação para o Livro do Cego. Juntos participaram da fundação da ABEDEV, sendo que ela foi uma das idealizadoras desta instituição. Ele estruturou o serviço de apoio aos alunos com deficiência visual e, em 1969, os professores do ensino regular já conseguiam fazer cursos de especialização fora do estado, e assim conseguiam ensinar estes alunos, com sucesso, e promover a integração deles na escola.

Dorina de Gouveia Nowill³⁵, contou que foi a primeira aluna cega a fazer o curso normal na escola regular em São Paulo. Antes de entrar e iniciar os estudos na

³⁴ Os próximos escritos estão baseados na entrevista de Adilson Ventura. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 113 e seguintes)

³⁵ Os próximos escritos estão baseados na entrevista de Dorina de Gouveia Nowill. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 183 e seguintes)

escola Caetano de Campos, ela já coordenava um pequeno grupo de pessoas que transcrevia livros para o Braille. Eles transcreviam cartilhas, livros infantis para crianças e com o aumento do acervo foi criada a Fundação para o Livro do Cego, cujo objetivo era tornar livros acessíveis às pessoas com deficiência visual.

Em 1945, Dorina conseguiu a implantação – pelo colégio Caetano de Campos – do primeiro curso de especialização de professores para ensino de cegos. Ela destacou que já havia escolas especiais como o instituto Benjamin Constant (IBC), onde as pessoas cegas podiam estudar, porém, a luta dela e de suas amigas era para que as pessoas com deficiência visual estudassem no ensino regular e, por isso, ela disse que defende o ensino inclusivo, no qual as pessoas com deficiência podem conviver nos mesmos espaços e, assim, terem acesso à diversidade humana. Ela disse que, apesar de ter relações com órgãos do Estado, não se envolve com política, pois as pessoas cegas eram sua política.

Ethel Rosenfeld³⁶ é natural da cidade do Rio de Janeiro e ficou cega devido a uma cirurgia para a retirada de um tumor. Ela estudou no IBC até terminar o ensino fundamental e, posteriormente, fez supletivo para completar o ensino médio. Formou-se em Letras na especialidade inglês-português na Faculdade de Santa Úrsula. Ela passou a atuar no Centro Operacional Pedro de Alcântara (COPA), que era um movimento constituído por pessoas cegas intelectualizadas. Nos anos 80, participou dos grupos que elaboraram artigos para os textos da Constituição Federal de 1988, Estadual Fluminense e da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro. Em 1992, participou da avaliação da década do AIPD em Vancouver – Canadá. Também organizou vários eventos voltados à acessibilidade e atecnologias assistivas para pessoas cegas de todo o Brasil. Em 1993, integrou os trabalhos de elaboração da Política Nacional de Educação Especial. Em 2004, candidatou-se a vereadora, porém não teve êxito.

Após se formar, ela procurou uma sessão de educação especial, hoje atual instituto Helena Antipoff, e se ofereceu para dar aulas para pessoas cegas e o pedido foi encaminhado à Secretaria de Educação do Rio de Janeiro com uma declaração da coordenadora dizendo que o cargo seria compatível com as características da entrevistada, e assim ingressou no magistério, sendo a primeira professora cega a atuar no ensino público do Rio de Janeiro em 1973. Em um primeiro momento, ela trabalhou

³⁶ Os próximos escritos estão baseados na entrevista de Ethel Rosenfeld. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 195 e seguintes)

como professora de apoio itinerante, depois, foi criado um núcleo de atendimento especial, o primeiro do estado do Rio, dentro de uma instituição asilar chamada Sodalício da Sacra Família.

A Escola de Serviço Público da Guanabara (ESPEG), que preparava a prova dos professores candidatos a uma vaga para o concurso resolveu abrir mais vagas para professores cegos. Doze pessoas, incluindo a entrevistada, tomaram posse. Na época, a entrevistada ajudou a organizar uma biblioteca falada por meio de leitores voluntários em fitas cassetes. Também atuaram na inserção profissional, e faziam folhetos de conscientização. Em 1973, foi convidada para fazer parte da Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais (ABEDEV) e, posteriormente, foi vice-presidente por oito anos. Nos anos 1990, também atuou no Centro de Vida Independente (CVI).

Posso dizer que a melhor coisa da minha vida, depois de ter ficado cega, foi ter passado pelo Instituto Benjamin Constant. Até hoje, como professora, no momento aposentada, assino embaixo, vou falar de pessoas cegas, mas você pode dizer que é a mesma coisa para a pessoa surda ou para pessoa com outras deficiências, até mesmo pessoas com doenças: todas as pessoas devem conviver com seus iguais, com seus pares. É ali, nessa convivência, que a gente aprende. Eu sempre digo que aprendi a ser cega convivendo com meus amigos cegos, com meus professores cegos. Ali, aprendi muito. (...) Quando fiz 17 anos, ainda aluna do Instituto, subindo a escadaria do Instituto, comecei a perceber e a sentir uma coisa dentro de mim: “Que bacana, todo mundo aqui é muito bom e tal, mas eles não têm a sorte que eu tenho. Eles não têm o pai e a mãe que eu tenho, eles não têm os irmãos que eu tenho”. Então, comecei a agradecer a Deus ali, naquela escadaria. E naquela escada parei, me concentrei e fiz um juramento: “Eu vou dedicar minha vida em prol das pessoas cegas”. E assim começou o meu movimento no movimento. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 197)

Nesse trecho, ela descreveu como foi o início da convivência com seus pares e como esta passagem foi importante para o seu desenvolvimento, pois, a partir dali, ela aprendeu, não somente as matérias escolares, mas também questões relativas às pessoas com deficiência visual com acesso a equipamentos específicos e a experiências de outras pessoas com a mesma característica. A sua afirmação é semelhante àquela relatada por Antônio Campos de Abreu, que estudou no INES, ambos os institutos foram criados e até hoje continuam nas mãos do Governo Federal. A instrumentalização que os dois receberam minimizou várias situações de falta de recurso quando passaram a estudar em escolas regulares e se formaram nas suas respectivas áreas, ou seja, o fato de terem uma boa base educacional adequada às suas características, de alguma forma,

foi vista como privilégio. Porém, se analisarmos suas vidas após terem o contato com escola especial, não significou que as barreiras tivessem sido removidas, mas deu-lhes um caminho de luta por direitos ao ingressarem no movimento das pessoas com deficiência.

Manuel Augusto Oliveira de Aguiar³⁷ nasceu em Surubim, estado de Pernambuco. Ficou cego entre 9 e 10 anos de idade e também possui um irmão nas mesmas condições. Aos quinze anos, começou seus estudos no Instituto Padre Chico, localizado na cidade de São Paulo, onde permaneceu por três anos. Ao voltar para Recife, concluiu seus estudos. Formou-se em Administração pela Universidade Católica de Pernambuco. Em 1981, participou da organização do Congresso Brasileiro de Entidades e Pessoas com Deficiência que ocorreu na capital pernambucana. No mesmo ano, foi um dos fundadores do Movimento Estadual pela Emancipação das Pessoas Portadoras de Deficiência (MEPES) e da Associação Pernambucana de Cegos (APEC), instituição que presidiu de 1983 até 1988 e de 1997 até 2000. No período de 1981 a 1988, foi membro do Conselho Estadual de Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência e na época da elaboração do texto constitucional, participou como delegado da Assembleia Nacional Constituinte escolhido pela coalizão nacional de Entidades de Pessoas Portadoras de Deficiência, representando o estado de Pernambuco. De 2000 a 2007, liderou a Superintendência Estadual de Apoio às Pessoas com Deficiência.

Roberto, que era meu irmão mais velho, ficou cego entre 15 para 16 anos, e eu fiquei cego aos 9, 10 anos de idade, quando parei de estudar. Tive, até os 11 anos, uma interrupção nos estudos. Dos 12 aos 13 anos, frequentei como ouvinte o admissão e a primeira série ginásial. Papai conseguiu uma professora itinerante, Maria de Lourdes, que vinha duas vezes por semana à Vitória de Santo Antão, onde morávamos na época, para me ensinar o Braille; ela havia conseguido alguns livros impressos nesse sistema. Nesse intervalo, dos 9 aos 14 anos, duas coisas me marcaram para sempre, me fizeram compreender minha condição de cego e revelaram as contradições da sociedade, fatos que lá adiante seriam determinantes em meu comportamento e no caminho que viria a trilhar: primeiro, fui apresentado ao Braille; depois, a convivência no campo. Fui, então, para São Paulo, com essa aprendizagem, terminar o ginásio no Instituto Padre Chico. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 308)

O trecho nos mostra que Aguiar descreveu sua trajetória escolar. Assim como vários relatos já citados, iniciou seus estudos de forma tardia e com muitas interrupções.

³⁷ Os próximos escritos estão baseados na entrevista de Manuel Augusto Oliveira de Aguiar. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 307 e seguintes)

Ele afirma que, ao ter contato com um instituto especializado no ensino de cegos em São Paulo, a primeira coisa que procurou foi lutar pela liberdade de ir e vir por meio das técnicas utilizadas de orientação e mobilidade. Apesar do seu desejo de ficar em São Paulo, seu pai o levou de volta para a capital pernambucana. Ao escolher seu curso de formação, em primeiro lugar, queria fazer Economia, porém, a família não o apoiou, alegando que, por ser cego, ele deveria cursar Direito ou atuar como um professor. Ele resolveu desafiá-la e foi aprovado para o curso desejado; no entanto, devido às dificuldades com a Matemática, transferiu-se para o curso de Administração.

Em 1975, fez um curso de programação em São Paulo voltado a pessoas cegas, promovido pelo Instituto Brasileiro de Incentivos Sociais (IBIS), a International Business Machines (IBM) e a International Telegraph and Telephone (ITT). Com esta experiência, despertou para as questões envolvendo as pessoas com deficiência e se conscientizou em relação às barreiras invisíveis que envolviam o segmento. A partir disto, promoveu uma campanha junto aos empresários para conscientizá-los, que foi realizada em conjunto com a Rádio Bandeirantes, onde falou sobre o acesso das pessoas cegas ao mercado de trabalho. Ao voltar para Recife, iniciou a sua militância junto a seus pares e relatou que sofreu muita desconfiança devido ao seu grau de estudo. Antes da criação da APEC, ele participou do IBIS e também da Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes, o que permitiu vários aprendizados no processo de criação desta instituição. Também disse que, em Pernambuco, havia algumas entidades, porém não eram voltadas às pessoas com deficiência visual.

2.4. Pessoas Sem Deficiência

Meu filho mais velho havia nascido com uma deficiência que, em princípio, não foi percebida. Quando fomos aos Estados Unidos, ele tinha dois anos e cinco meses e já estava sendo atendido no Brasil. Chegando lá, procuramos uma escola especial para ele. Depois, em conjunto com a Universidade de Northeastern, foi organizado com ele um programa terapêutico muito interessante. Havia um centro muito bom, o Learning Disabilities Center – Centro de Disfunções de Aprendizagem –, coordenado, na época, por dois expoentes nos Estados Unidos, Doris Johnson e Helmer Myklebust, autores de uma publicação que era amplamente adotada nos Estados Unidos naquela época, o Learning Disabilities (“Disfunções de Aprendizagem”). (LANNA JUNIOR, 2010, p. 218)

Flávio Arns³⁸ é natural de Curitiba, fez o ensino fundamental e médio no Colégio Franciscano Bom Jesus, que era dirigido pela Associação Franciscana de Ensino Bom Jesus, e graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e em Letras (Português-Inglês) pela Universidade Católica do Paraná. Em 1977, fez doutorado em Linguística nos Estados Unidos, na Universidade de Northwestern. Seus estudos foram motivados a partir do nascimento do seu filho que possuía deficiência intelectual. De 1983 a 1990, dirigiu o Departamento de Educação Especial da Secretaria de Educação do Paraná, também presidiu a Federação Nacional das APAE de 1991 a 1995 e de 1999 a 2001, também esteve à frente da Associação Brasileira de Desportos de Deficientes Mentais (ABDEM) de 1995 a 2004. De 1997 a 1999, foi vice-presidente da *Inclusión Internacional* (Liga Internacional Pró-Pessoas Portadoras de Deficiência Mental). Em 1991, foi eleito Deputado Federal pelo Paraná, e se manteve até 2003, e em 2009, época da entrevista era Senador.

Tivemos muita sorte, muita felicidade de encontrar um ambiente bastante propício para o assunto. Por um lado, víamos que, na época, havia extensa pesquisa, publicações, intensos debates nos Estados Unidos sobre o atendimento da pessoa com deficiência, o que, em princípio, não estava acontecendo no Brasil. Esse conhecimento era muito avançado nesse país; o mundo acadêmico se dedicava intensamente ao tema. Na área da Medicina – falo em termos de médicos mesmo, em potencial humano –, o Brasil era, e é, muito adiantado também. A grande diferença era que, nos Estados Unidos, a maior parte das pessoas tinha acesso a bons médicos e hospitais, enquanto no Brasil era a minoria. As realidades eram, nos aspectos citados, muito diferentes, mas não necessariamente melhores ou piores. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 218)

Arns descreveu a experiência com seu filho mais velho, que possuía deficiência intelectual e não foi percebida após o nascimento. Somente quando já estava com dois anos, ele estava fazendo tratamento no Brasil, depois a família foi para os Estados Unidos e lá o filho teve um atendimento diferenciado, além disso, Arns participou de estudos relacionados à aprendizagem do deficiente.

Com relação à organização para o AIPD, ele afirmou que não havia qualquer tipo de mobilização nos Estados Unidos e somente ficou sabendo deste evento quando voltou ao Brasil. Porém, após o seu retorno, ele presenciou debates e a realização de várias palestras, mas que não mobilizaram a sociedade de forma intensa. As lideranças

³⁸ Os próximos escritos estão baseados na entrevista de Flávio Arns. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 216 e seguintes)

se dispuseram a trabalhar no movimento com grande esforço, porque os desafios enfrentados na época eram grandes, o que fortaleceu os movimentos de pessoas com deficiência e de entidades que prestavam serviços para estes indivíduos.

Ele se vinculou à APAE em 1980, durante a coleta de dados para sua pesquisa de doutorado, e apesar de ter ficado pouco tempo no Brasil, conheceu o Departamento de Educação Especial das APAE, o que lhe deu base para, futuramente, realizar neste país congressos com a temática das disfunções neuro-psico-sociais no processo de ensino-aprendizagem, que foram especializações desenvolvidas em conjunto com profissionais norte-americanos.

Ele organizou, em 1981, o curso de pós-graduação na PUC-PR denominado “Disfunções neuro-psico-sociais do processo de ensino-aprendizagem”; com isso, começou a se aproximar das APAE e outras instituições que atendiam pessoas com deficiência. Em seu Mestrado nos Estados Unidos começou a estudar questões relativas às pessoas com deficiência nas áreas da Neurolinguística, Psicolinguística e Linguística Aplicada. Apesar de encontrar uma realidade diferente nos Estados Unidos, a questão da institucionalização da pessoa com deficiência era forte, entretanto, a área médica deste país era mais desenvolvida.

Saiu a presidente da Pestalozzi, e eles queriam uma nova presidente, uma pessoa que ajudasse, porque a instituição estava caída, não tinha nada, estava caindo aos pedaços. Eles me convidaram para ser vice-presidente e convidaram Olga Magalhães Bastos, outra senhora da comunidade, cunhada do governador do Estado, para ser a presidente. (...) Umas das coisas que eu tinha de fazer era o dormitório. Aí eu fui buscar auxílio na comunidade. Eu conhecia todo mundo: meu pai foi deputado, foi prefeito da cidade de Rio Bonito, era médico; meu sogro era um homem muito conhecido também, foi diretor da Faculdade de Direito; e eu já me metia nessas festas todas. Comecei a trabalhar com a comunidade e fui falar com um amigo meu, o Caridade, seu João Ferreira Caridade que eu precisava fazer uma reforma, uma obra – o dormitório dos meninos. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 282)

Lizair de Moraes Guarino³⁹ é natural de Rio Bonito – RJ, é graduada em Direito pela Faculdade de Direito de Niterói e em Administração. Foi presidente da Pestalozzi de Niterói em 1961 e, em 1970, foi presidente da Federação Nacional das Pestalozzis(FENASP), até 1972, retornando à presidência de 1976 a 1985, quando

³⁹ Os próximos escritos estão baseados na entrevista de Lizair de Moraes Guarino. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 280 e seguintes)

assumiu a presidência do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP). Em 1988, voltou à FENASP. Coordenou o Comitê Nacional para Educação Especial de onde surgiu a proposta de criação da CORDE pela Secretaria Nacional de Educação Especial ligada ao Ministério da Educação. Foi vice-presidente do CONADE e conselheira dos seguintes conselhos: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente (CONANDA), Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e da FUNABEM.

Através da escola de serviço social, ligada à assistência, começou a participar da Pestalozzi de Niterói por que havia necessidade de um novo presidente que pudesse levantar a instituição, pois ela estava perdendo a qualidade. Foi convidada para ser vice-presidente da instituição e trabalhava com crianças com deficiência intelectual, as que viviam na instituição como internato, somente as do sexo masculino, de todas as idades. Ela conseguiu a construção de dormitórios mais decentes, para que as crianças pudessem ter um pouco de conforto e, por meio de financiamentos da comunidade e de seu pai, que era político e médico, conseguiu terminar a obra.

Após a renúncia da presidente, ela assumiu a presidência e conseguiu empréstimos junto a empresários da comunidade para construção do dormitório e reforma da casa e realizou campanhas para arrecadar recursos. Assim, a casa pôde ser usada para as salas de aula, porque antes elas eram realizadas na varanda com sol e chuva. Ela afirma que, na época, havia algumas entidades como a Associação Fluminense de Amparo aos Cegos e o Conselho de Obras e Serviços de Assistência ao Menor, porém, tais entidades não eram atuantes.

Maria de Lourdes Brenner Canziani⁴⁰ formou-se em Pedagogia pela UFPR, (Universidade Federal do Paraná), coordenou de 1965 a 1983, o Departamento de Educação Especial da Secretaria de Educação do Estado do Paraná. Em 1986, foi convidada para integrar o Centro de Educação Especial (CENESP) ligado ao Ministério de Educação e Cultura (MEC). Após este órgão ser transformado em secretaria, ela assumiu o cargo técnico da diretoria. Em 1990, assumiu a CORDE até 1997. Aos 16 anos, foi nomeada professora adjunta do Ministério. Após terminar o curso de Pedagogia foi convidada para trabalhar no Centro de Pesquisas da Secretaria de Educação.

⁴⁰ Os próximos escritos estão baseados na entrevista de Maria de Lourdes Brenner Canziani. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 340 e seguintes)

Após ganhar uma bolsa para estudar na PUC de São Paulo, por meio do Secretário Estadual de Saúde do Paraná, doutor Justino Alves Pereira, que era pai de pessoa com deficiência intelectual, a entrevistada fez o curso de pós-graduação em Deficiência Mental, a fim de atuar com atendimento a estas pessoas no estado do Paraná. A incumbência dada a ela pelo secretário de saúde foi desenvolver o projeto de atendimento especializado no estado do Paraná. No término do curso, o secretário decidiu se candidatar a deputado federal, o que fez com que o projeto parasse.

Canziani passou a atuar na Associação de Assistência ao Psicopata do Paraná, que era uma organização sem fins lucrativos que atendia internos do hospital Nossa Senhora da Luz e possuía uma escola especial em seu interior, na década de 1960. A diretora desta instituição fundou o Instituto Decroly, com alunos egressos da escola ligada à Associação e coube à entrevistada dirigir e reformular o programa de atendimento institucional. Ela propôs que a instituição definisse o perfil de pessoas para quem seriam oferecidos os atendimentos. Para tal, foi preciso especificar o que a instituição entendia por escola especial e o que significava ser portador de uma deficiência ou doença mental. Após os debates, ficou estabelecido que a entidade atenderia pessoas com deficiência mental. Desta forma, Luzia fez o curso oferecido pelo Ministério da Educação em parceria com o painel Kennedy dos Estados Unidos. Um dos objetivos deste curso era definir quem são as pessoas com retardo mental substituindo a palavra anormal por excepcional, um avanço em relação à terminologia existente e identificava todos os tipos de deficiência e superdotados. Esta associação modificou o seu nome para Associação de assistência ao excepcional do Paraná.

Esta nova terminologia refletia a mudança do modelo médico de ver a pessoa com deficiência. Além do curso supracitado, a entrevistada fez vários outros, inclusive em nível internacional, com destaque para o curso de Pedagogia Terapêutica do Instituto de Pedagogia Terapêutica de Madri, com bolsa do Instituto de Cultura Hispânica de Madri. Ao voltar da Espanha, o movimento das APAE, em Curitiba, solicitava, ao poder público, a responsabilidade de ele assumir, em seu sistema educacional, a educação das pessoas com deficiência.

De 1990 a 1997, assumiu a presidência da CORDE e durante seu mandato contribuiu para o desenvolvimento das políticas nacionais voltadas à atenção das pessoas com deficiência por meio de programas, projetos e diretrizes elaboradas para a defesa dos direitos destes cidadãos. Em sua gestão, foram implementadas as câmaras técnicas que tinham como finalidade aprofundar-se no exame e avaliação de temas

importantes para o movimento das pessoas com deficiência com a ajuda de técnicos e representantes do movimento organizado. Também trabalhou no fortalecimento institucional das questões que envolviam pessoas com deficiência intelectual, desenvolvendo ações ligadas à bioética e a pesquisas experimentais em seres humanos, transtornos do espectro autista, psicoses infanto-juvenis, reservas de vagas para pessoas com deficiência, dentre outros.

Um ano antes, em 1949, após minha aprovação no concurso para interno plantonista da Santa Casa, fui designado para trabalhar no Serviço de Reumatologia e Fisioterapia, inaugurado em 1949 e dirigido pelo Dr. Waldemar Bianchi, que voltara naquele ano de um curso de residência médica em Chicago, nos Estados Unidos. Nesse Serviço trabalhei inicialmente como interno e continuei como médico assistente após minha graduação em 1950. Meu companheiro era Odir Mendes Pereira. Outros médicos vieram depois, como Waldemar Wettreich e Ideal Peres. Na verdade, ao graduar-me no final de 1950, recebi o convite do professor Waldemar Bianchi para continuar como assistente do Serviço e aceitei prontamente. Eu me apaixonei pela Fisioterapia. Naquele tempo, penso que havia tão-somente um livro americano sobre esta especialidade médica no Brasil (...). (LANNA JUNIOR, 2010, p. 382)

Raimundo Edson de Araújo Leitão⁴¹ é cearense e foi para o Rio de Janeiro a fim de cursar Medicina na Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil. Possuiu duas livres docências, sendo que a primeira foi em 1968, pela Faculdade de Ciências Médicas, e a segunda, em 1978, na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 1953, escreveu o primeiro livro brasileiro sobre fisioterapia, denominado Manual de Fisioterapia. Trabalhou no serviço de reumatologia e fisioterapia da Santa Casa do Rio. Participou da Fundação da Sociedade Brasileira de Fisioterapia que depois foi renomeada para Sociedade Brasileira de Medicina Física e de Reabilitação em 1954. No final da década de 1950, visitou vários centros de reabilitação tais como: Institute of Medical Rehabilitation em Nova Iorque, Institute for the Development of Human Potential na Filadélfia e Cerebral Palsy Clinics em Londres. Em 1970, ela foi diretora-adjunto do Departamento Nacional de Reabilitação Profissional do INPS(Instituto Nacional de Previdência Nacional). Atuou na criação da Academia Brasileira de Medicina de Reabilitação. Possuiu os primeiros contatos com a Medicina Física e suas técnicas em eventos no Canadá e Estados Unidos onde as técnicas estavam sendo aplicadas.

⁴¹ Os próximos escritos estão baseados na entrevista de Raimundo Edson de Araújo Leitão. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 380 e seguintes)

Ele explicou que o termo “fisioterapia”, ligado à Medicina, foi modificado para “Medicina Física”, que passou a assumir uma parte do processo de tratamento das pessoas com deficiência, cujos fundamentos não se baseavam apenas na aplicação de agentes físicos, mas passou a aplicar um detalhado exame físico do paciente, a realização de exames complementares, o diagnóstico da doença, a avaliação da incapacidade e pelo tratamento de reabilitação. Esta mudança foi responsável pela expressão do conjunto de medidas adotadas no tratamento desses pacientes. Também podemos acrescentar aos procedimentos adotados por esta especialidade médica, o uso de medicamentos, cirurgias, órteses e próteses, recursos tecnológicos e atuação de uma equipe multidisciplinar que atuaria para reabilitar estes indivíduos. Com relação às entidades que existiam na época de seus estudos, ele observou que não haviam instituições voltadas para pessoas com deficiência física, porém, destacou que o IBC, o INES e a Sociedade Pestalozzi fundada em 1919, possuíam a filosofia de preparar os alunos que por ali passavam.

O surgimento da reabilitação no Brasil não teve, inicialmente, relação com a criação da Sociedade Brasileira de Fisioterapia Médica, nem com o surgimento da ABBR, que, posteriormente, começou a influenciar a classe médica carioca por meio do surgimento da disciplina de Fisioterapia na Escola de Ciências Médicas e os concursos de livre docência de 1958 e 1962, que resultou no primeiro congresso de fisioterapia médica em 1961. No fim dos anos 1950 e início dos anos 1960, houve um esforço para convencer as autoridades ligadas ao ensino superior a autorizar e a estimular as escolas de medicina para a criação da matéria Medicina Física e de Reabilitação.

A criação da ABBR ocorreu para tratar pacientes vítimas da poliomielite originada por um grupo de médicos que pretendiam estabelecer um centro de reabilitação. Já em São Paulo, foi criada pelo doutor Renato da Costa Bonfim a Associação de Assistência à Criança Deficiente, em 1950. Vários ortopedistas brasileiros, que tiveram oportunidade de ir aos EUA, começaram a criar pelo país, centros de reabilitação, legitimando esta especialidade na área da Medicina. Para Leitão, a reabilitação não possuiu um reconhecimento completo, pois não houve repercussão entre os profissionais, apesar de, no futuro, desempenhar um papel importante na área no Brasil. Em 1956, os dirigentes da ABBR começaram a suprir a carência de profissionais ao treinar fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonodiólogos, etc., o que ocorreu com a criação da Escola de Fisioterapia dentro desta Entidade.

Estou atuando na área de atendimento às pessoas com deficiência desde 1960, ano em que também me tornei universitário no curso de Serviço Social. Na faculdade, o coordenador me mostrou a oferta de estágio oferecido pelo Instituto de Reabilitação, do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Esse instituto, inicialmente com o nome de Instituto Nacional de Reabilitação (INAR), foi instalado pela ONU em 1957. Todos os equipamentos e aparelhos eram importados. O Instituto me proporcionou muitas coisas boas. Uma delas foi a bolsa de estudos da ONU, por meio da qual fiz diversos cursos e estágios de atualização na área da reabilitação profissional, durante nove meses, entre 1966 e 1967, nos EUA e na Grã-Bretanha. Tudo isso me marcou muito. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 405)

Romeu Kazumi Sasaki⁴² nasceu em Campo Grande - Mato Grosso do Sul (MS). É graduado em Serviço Social pela Faculdade Paulista de Serviço Social. Ele destacou que durante seu curso de serviço social fez estágio no Instituto de Reabilitação do Hospital das Clínicas e Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Nos anos de 1966 e 1967 ganhou bolsa de estudos da ONU o que possibilitou a realização de diversos cursos e estágios de atualização na área da reabilitação profissional nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha por nove meses. Desde então passou a receber as publicações da ONU. Em 1979, começou a levar estes documentos traduzidos para o movimento de pessoas com deficiência. Em 1975, fundou o Centro de Desenvolvimento de Recursos para Integração Social – CEDRIS – o qual administrou até 1990.

Em 1992, foi para o Rio de Janeiro onde trabalhou como diretor executivo do Centro de Vida Independente do Rio (CVI-Rio) e depois participou da fundação do Centro de Vida Independente de São Paulo (CVI-SP). Também atuou como representante do Conselho Nacional do Centro de Vida Independente (CVI-Brasil) junto ao Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CONADE) de 2009 a 2011. Em 1960, entrou como estagiário no Instituto Nacional de Reabilitação (INAR) da Universidade de São Paulo que foi instalado pela ONU em 1957. Todos os equipamentos e aparelhos utilizados ali eram importados. Por meio deste instituto conseguiu a bolsa para fazer os cursos de atuação na área de reabilitação profissional. Permaneceu neste instituto de 1963 a 1974.

De 1967 a 1969, realizou diversas palestras em entidades de reabilitação e empresas. Como possuía muito material sobre o assunto, ele levantou as seguintes questões com relação à reabilitação profissional das pessoas com deficiência, tais como:

⁴² Os próximos escritos estão baseados na entrevista de Romeu Kazumi Sasaki. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 404 e seguintes)

como realizar as inserções nos empregos; quais recursos técnicos e tecnológicos existiam para serem utilizados; quais eram os profissionais que deveriam atuar na constituição de equipes multidisciplinares; como deveria ser a formação dos profissionais que atuavam nas equipes multidisciplinares, e como promover a sua atualização.

Em 1969, tornou-se vice-diretor do curso de Serviço Social das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) até 1974. Em 1979, foi convidada para participar da Organização do Movimento das Pessoas com Deficiência. Foram as primeiras reuniões do movimento em que participaram vários líderes. Trouxe para o movimento a ideia de se ampliar uma coalizão pró-federação de pessoas deficientes, ideia retirada de suas experiências nos Estados Unidos. Uma coalizão é a união de várias forças que antes atuavam isoladamente, às vezes, até em luta umas contra as outras. A coalizão é a união e não uma fusão de forças, pois as entidades continuam atuando da forma que julgam ser conveniente, porém são envolvidas para trabalhar junto em favor de um determinado objetivo.

Teresa de Jesus Costa d'Amaral⁴³, nos anos 1970 atuou na Federação Nacional das Pestalozzis como voluntária e na secretaria de assistência social do ministério da previdência social. Em 1985, participou dos trabalhos do Comitê Nacional para Educação Especial que propôs a criação de uma coordenadoria interministerial que originou a CORDE. Liderou o processo de criação da CORDE e a tramitação do projeto que deu origem à lei 7.853 de 1989. Esta instituiu o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, e também estabeleceu diretrizes para a criação da CORDE, bem como garantiu os direitos coletivos de tais cidadãos. De 1986 a 1990, ocupou a função de primeira coordenadora da CORDE, criou o Instituto Brasileiro dos Direitos das Pessoas com Deficiência (IBDD), que deu início às suas atividades em 1998.

Começou a militar em favor dos direitos das pessoas com deficiência por possuir na família uma irmã e um sobrinho com deficiência. Sobre a sua militância, ela destacou o fato de que há uma ideia no interior do movimento que se uma pessoa não possui tais características estas não podem falar, exceto se a pessoa for mãe de alguém com deficiência. Segundo seu relato, o movimento perdeu muito pelo fato de aceitar apenas a

⁴³ Os próximos escritos estão baseados na entrevista de Teresa de Jesus Costa d'Amaral. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 449 e seguintes)

legitimidade daqueles que possuíam tais características no processo de reivindicação de direitos.

Quando atuava como voluntária na sociedade Pestalozzi fez um projeto para o Ministério do Planejamento para aumentar o número de Pestalozzis no Brasil de modo a interferir nas participações políticas e superar a atuação das APAE, pois havia certa rivalidade entre as duas instituições. Existia a diferenciação institucional que separava as APAE das Pestalozzis, na qual as primeiras foram criadas por pais de pessoas com deficiência e as segundas por educadores, porém, na prática não era desta forma que se configurava.

Jorge Márcio Pereira de Andrade⁴⁴, formado em Medicina, especialista em Psiquiatria, é especialista em análise institucional e participou do núcleo de psicanálise e análise institucional na década de 1990. No início da década de 1980, trabalhou com atendimento a crianças com deficiência na Ação Cristã Vicente Moretti. É pai de dois filhos com paralisia cerebral. Em 1996, lançou o centro de informática e informações sobre paralisia cerebral que foi a primeira página em português sobre o assunto. É membro do Conselho Consultivo do Centro de Vida Independente de Campinas. Também é pesquisador e consultor em tecnologias assistivas, direitos humanos e inclusão de pessoas com deficiência.

Seu primeiro emprego foi na Instituição Vicente Moretti no atendimento de crianças com deficiência que, a partir desse momento, passou a mudar o seu pensamento sobre tais pessoas e começou a deixar o modelo médico para enxergar o modo social de lidar com esses indivíduos. Seu trabalho não possuía o foco apenas na reabilitação. Foi demitido pelo fato de criar um grupo politizado que unia as mães e também um grupo de família que envolveu vários profissionais de outras áreas como Fonoaudiólogos, Terapeutas ocupacionais, Psicólogos e etc, que possuíam ações para o trabalho familiar das crianças com deficiência, com a finalidade de modificar sua realidade.

A partir deste trabalho, as pessoas passaram a fazer reivindicações, porém, a associação era centralizada no presidente que possuía deficiência; entretanto, possuía uma visão espiritualista de deficiência, pois a entidade era fundamentada na doutrina espírita. De acordo com Andrade, a pobreza gera deficiência, não tem atendimento

⁴⁴ Os próximos escritos estão baseados na entrevista de Jorge Márcio Pereira de Andrade, (LANNA JUNIOR, 2010, p. 231 e seguintes)

médico especializado na hora do parto e não havia concepção de um atendimento neonatal preventivo. Na sua concepção, as mães de pessoas com deficiência deveriam ser trabalhadas para levar informação às outras e orientá-las a procurar os centros de saúde e os médicos obstetras para que os partos fossem feitos em boas condições. Por intermédio das informações das mães com deficiência, os casos poderiam ser prevenidos. Muitas crianças não possuíam cadeira de rodas e eram trazidas pelas mães à instituição em condições precárias de transporte.

Com relação à atuação no movimento político das pessoas com deficiência, Andrade relatou que já os membros possuíam uma consciência crítica em relação à situação e acompanhavam toda mudança de paradigma do modelo médico para o social, além de refutar o tratamento destes cidadãos como excepcionais. Seu trabalho na instituição foi de 1979 a 1985.

A atuação de Andrade na luta por direitos das pessoas com deficiência começou em 1987 com o nascimento do seu primeiro filho com paralisia cerebral. Com isto, começou a procurar as instituições que trabalhavam na área para buscar informações; no entanto, se deparou com a APAE que possuiu um caráter apenas de reabilitação, em que os diagnósticos dos especialistas médicos determinavam como a pessoa com deficiência era compreendida e eram eles quem decidiam as características de uma pessoa com deficiência e como esta deveria ser tratada. Tem-se como exemplo os neurologistas e fisiatras que eram muito respeitados e diziam como a pessoa com deficiência deveria ser educada e reabilitada.

Com isto, tais pessoas não eram reconhecidas como sujeitos de direitos, e as questões, que envolviam mudanças de paradigma social e de transformação da sociedade, não eram debatidas. Além disso, não eram realizadas ações para combater as barreiras que surgiram com a interação entre as pessoas com deficiência e o meio em que viviam. Ele destacou que, como pai, foi levado a aceitar este sistema em que a deficiência é mais importante que a pessoa e, assim, acabam recorrendo a médicos especialistas e escolas especiais.

Elza Ambrósio⁴⁵ nasceu em Três Pontas- Minas Gerais. Formou-se em Letras e especializou-se em Administração; foi casada com Rui Bianchi, falecido em 2001, e era uma liderança importante no movimento de pessoas com deficiência. Ele tinha

⁴⁵ Os próximos escritos estão baseados na entrevista de Elza Ambrósio. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 189 e seguintes)

osteogenesis imperfecta (ossos de vidro) e passou toda a vida lidando com fraturas, cirurgias, gessos, aparelhos ortopédicos e imobilizações. Em 1990, criou juntamente ao seu marido o Centro de Documentação e Informação do Portador de deficiência (CEDIPOD), que se constituía em um banco de dados com legislações federais, estaduais e municipais, leis orgânicas e documentos internacionais traduzidos. Também nesta época, ajudou a organizar o encontro da Disabled People International (DPI), no Brasil.

Em 2006, foi curadora dos 25 anos do ano AIPD, onde os visitantes podiam ver vídeos, objetos e fotos da época. Em 2009, ano que concedeu a entrevista para a SDH, trabalhava na Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo como coordenadora do Projeto Memorial da Pessoa com Deficiência, cujo objetivo era resgatar a história de lutas e conquistas das pessoas com deficiência na busca de dignidade e igualdade de direitos.

Uma amiga com quem eu dividia o apartamento e que namorava Rui tinha um encurtamento na perna, acho que em decorrência de paralisia infantil, e usava uma bota de compensação de mais de dez centímetros. Ela me dizia: “Eu vou com o Rui a uma reunião do movimento para falar de direitos de pessoas com deficiência”. E eu achava muito estranho ela dizer isso. Eu não entendia por que essa minha amiga, a Márcia, militava no Movimento das Pessoas com Deficiência se ela tinha uma deficiência tão pequena. Mas quando eu conheci o Rui ele já tinha as duas pernas amputadas, aí eu fui entendendo. Foi essa a minha inserção no movimento. Nessa época, já havia o Movimento pelos Direitos das Pessoas com Deficiência (MDPD). (LANNA JUNIOR, 2010, p. 191)

Antes de conhecer seu marido, não participava desta militância. Ela ficou sabendo dos eventos e debates sobre os direitos de tais indivíduos por meio de uma colega, que tinha um encurtamento na perna, com quem morava. Após este fato, ela passou a acompanhar as coisas que ocorriam durante o AIPD. Após começar a namorar seu futuro marido, ela esteve de forma mais intensa nos eventos ligados ao seguimento.

Ela destacou alguns detalhes sobre o marido e a trajetória de luta. De 1986 a 1988, Bianchi foi presidente da ONEDEF. Ela frisou que as entidades de São Paulo não participavam desta organização, o que confirma a “richa” que havia entre o MDPD e a representação nacional das pessoas com deficiência física. Junto com o CEDIPOD, ela e o marido criaram um boletim que teve o patrocínio da Caritas, da Holanda. Após a morte de Bianchi, não conseguiu mais levar o boletim para frente.

2.5 Problematicando as entrevistas: os elementos que compõem o processo de constituição dos sujeitos políticos no Movimento de Pessoas com Deficiência

Após a descrição das falas, é preciso refletir sobre alguns elementos que compuseram o processo de constituição dos sujeitos políticos durante as décadas de 1970 e 1980. Elas foram divididas por tipo de deficiência com a finalidade de compreender melhor como ocorreu a estruturação destes grupos que chegaram à Constituinte com esta configuração.

A partir desta organização, buscamos fazer justamente uma análise inversa e pensar estes agrupamentos pelos elementos que os unificam. Também procuramos deixar de lado as linhas identitárias que causam não somente a exclusão das pessoas com deficiência de uma visão macro, mas são linhas que originam, de forma concreta, a exclusão nas várias esferas sociais, tanto na sociedade civil quanto na sociedade política.

Um fator importante a ser considerado é a realização das entrevistas feitas pela Secretaria de Direitos Humanos em 2010, que trouxeram números variados de entrevistados de acordo com o tipo de deficiência. Na área da surdez e da surdocegueira, informações. Foram ouvidas vinte e uma pessoas, oito com deficiência física, uma com deficiência intelectual, quatro com deficiência visual e oito sem tais características, porém sua militância está ligada aos indivíduos com deficiência física ou intelectual.

A seguir, fizemos a análise de elementos importantes das falas para identificar questões como as origens, como a classe social a qual pertenciam, em qual instituição estudavam e em quais condições entraram em contato com o movimento das pessoas com deficiência e começaram a militar.

Em várias entrevistas, a aquisição da deficiência ocorreu por fatores relacionados às condições genéticas, à proliferação de doenças infecciosas como a poliomielite que vitimou muitas pessoas devido à falta de vacinas ou aquelas que foram aplicadas, porém estavam vencidas. Também houve a aquisição devido a acidentes, que ocorreram em várias circunstâncias, e causaram traumas irreversíveis. Algumas pessoas vieram do campo para a cidade, o que conferiu mudanças às suas famílias em relação às informações disponíveis à pessoa com deficiência, como serviços de habilitação e reabilitação, escolas especializadas, etc. Entretanto, a maioria das pessoas entrevistadas era natural de algumas capitais (São Paulo, Rio de Janeiro, Belém, e outras), ou elas

acabaram se mudando para esses locais, devido ao acesso a melhores condições de estudo e qualidade de vida.

A escolarização tardia foi um fator importante recorrente nos casos já descritos, e é fator representativo da situação vivida por muitos indivíduos com deficiência. Com relação às pessoas surdas, a aquisição da linguagem influenciou muito no seu desenvolvimento acadêmico, pois o desconhecimento da família sobre as línguas de sinais fez com que a comunicação ocorresse de forma precária com o uso de métodos informais de interação; outro aspecto importante era a existência de um sistema escolar que não possuía os meios da promoção de ensino e inviabilizava o avanço destes alunos como discentes; algumas pessoas chegaram a estudar nas escolas especiais criadas para agrupar indivíduos com as mesmas características.

O INES e o IBC se constituíram como exceção, pois sempre foram vinculados ao Governo Federal, com origem no segundo governo imperial brasileiro. Inicialmente, atendiam um número restrito de estudantes ligados à nobreza, mas a maioria das escolas especializadas eram ligadas a grupos da sociedade civil. As APAE, Pestalozzis, a AACD e vários outros centros de habilitação e reabilitação possuíam um vínculo direto com a classe médica e muitos estabelecimentos de ensino se situavam anexos a hospitais.

É interessante destacar as falas de Roosevelt e de Abreu, que evidenciam o fato de, ainda na segunda metade do século XX, as famílias precisarem dispor de alguma condição para manter os estudos destes alunos. Ele possuía parentes na cidade do Rio de Janeiro, o que possibilitou sua permanência em semi-internato, diferente de outros alunos que acabavam em um regime integral. Os entrevistados, com deficiência auditiva, relatam várias violências sofridas no seu processo de aquisição da linguagem, seja no INES ou em outras instituições de ensino. Dentre essas, a proibição do uso da língua de sinais, o ensino pelo método oral de forma forçada sem que as famílias pudessem optar por outras formas de aquisição da linguagem sinalizada; a comunicação marginal por meio de conversas informais com os pares; e a desinformação da família que produz efeitos como a má aceitação das características ligadas à deficiência ou a superproteção. Lilian Strobel foi incisiva ao destacar a importância do contato com a língua de sinais e com indivíduos com as mesmas características para a formação do indivíduo como um todo.

Abreu, ao relatar sua participação no processo de criação das entidades associativistas, compara a sua situação de exclusão com a de outros surdos

que, supostamente, seria diferente daquilo que vivenciava. O mesmo ocorreu com Roosevelt, que relata o momento em que teria agradecido por ter uma vida diversa daquela experienciada por seus colegas no IBC. Ambos destacaram a importância de suas famílias no período em que estiveram nestas escolas especializadas, o que evidencia um provável abandono familiar de alguns estudantes. Outros entrevistados chegaram a estudar em instituições especializadas, principalmente no campo daquelas com deficiência sensorial.

Neste sentido, a posição de classe e a vida material refletem nas condições ofertadas às pessoas em todo o período de habilitação, reabilitação, escolarização e entrada no mercado de trabalho. A maioria dos líderes ingressou no ensino superior no período entre 1960 e 1990, o que aponta para o movimento estudantil como um dos campos que originaram a organização das pessoas com deficiência, de onde alguns participantes trouxeram experiências de militância. O objetivo adotado pela SDH foi realizar um retrato da mobilização política deste segmento; no entanto, a maioria deles se concentrou no eixo Rio - São Paulo e os estados de Minas Gerais, Santa Catarina, Goiás, Pernambuco e Belém aparecem com poucos membros, muitas vezes solitários. A partir destes pontos, pode-se estabelecer a vinculação da maioria dos que compuseram o discurso desta secretaria com a classe média e também com os grupos hegemônicos.

Com respeito à educação especial, as pessoas com deficiência tiveram diversas experiências, pois algumas estudaram em colégios especializados, outras obtiveram apenas uma formação inicial nestes espaços e migraram para o ensino regular e, por fim, há aqueles que tiveram sua formação neste último sistema institucional. Isto indica que no período relatado em parágrafos anteriores, o Brasil passava por mudanças de paradigmas de forma como seriam desenvolvidas as políticas educacionais e sociais voltadas aos alunos com deficiência. Havia uma estrutura consolidada de escolas e outras entidades que, além da prestação de serviços, participavam ativamente da sociedade civil e das novas estruturas institucionais a partir dos anos 1970 até a Constituinte. O acesso à educação é considerado condição essencial para o pleno desenvolvimento das capacidades humanas e para a concretização da cidadania.

Nos artigos 88 e 89 da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), trataram-se, pela primeira vez, da educação das pessoas com deficiência, na época, a terminologia usada era “excepcionais”, estabelecendo como princípio a educação como direito de todos, prevendo o apoio financeiro a entidades privadas dedicadas a essa especialidade. Os

diferentes níveis e modalidades de ensino foram reunidos em um único texto normativo, pela primeira vez.⁴⁶

Depois ocorreu um retrocesso com a Lei 5692, a LDB de 1971, época da ditadura, que estabeleceu que o ensino de alunos com deficiências físicas ou mentais, ou com atraso quanto à idade regular de matrícula, ou superdotados deveriam receber “tratamento especial”. Portanto, não promovia sua inclusão na rede regular. Na Constituição de 1988 é que se consagram novos avanços, estabelecendo que a educação no rol dos direitos sociais, como direito de todos e dever do Estado, em detrimento dos ranços autoritários, seguindo-se todas as regulamentações nos anos 1990 e 2000, graças, também às pressões e normativas internacionais. (BRAGA E FEITOSA, 2016)

A maioria das pessoas sem deficiência entrevistadas atuou nas entidades prestadoras de serviço, principalmente nas APAE e Pestalozzis e, portanto, eram consideradas como especialistas no ensino e nas estimulações precoces de crianças com deficiência intelectual. Os motivos que os levaram a atuar na área foram: familiares com algum tipo de deficiência; pesquisadores, médicos, professores contratados pela rede de ensino especializado; iniciação profissional na área por meio de estágio, etc.

No próximo capítulo, mostramos como estas instituições influenciaram na estruturação da educação especial e da Coordenadoria de Integração (CORDE) e quais as ações vindas de parte da sociedade civil que se organizou contra esta cadeia institucional que relegava seus tutelados a ambientes específicos.

Um desses casos que influenciou a implantação de novas instituições e de um atendimento especial, mesmo ofertado pelo Estado, foi o da Fundação para o Livro do Cego, atual Fundação Dorina Nowill para Cegos que ajudou a estruturar a educação especial junto à Secretaria de Educação de Santa Catarina que foi estabelecido em conjunto com a criação da Associação Catarinense de Cegos (ACIC), liderada por Adilson Ventura. Com isso, as organizações das sociedades política e civil estavam presentes na constituição de uma infraestrutura que seria o pólo do atendimento aos discentes com deficiência, ofertado junto a esta unidade associativa.

Quanto ao mercado de trabalho, ao avaliar as descrições, vemos a dificuldade daqueles que cursaram o ensino superior de atuarem em suas áreas. Nesse sentido, acabaram por exercer suas atividades em três nichos: i) alguns foram empregados

⁴⁶Sobre um amplo histórico da educação para pessoas com deficiência, em termos nacionais e internacionais, inclusive sobre diversas constituições, (BRAGA E FEITOSA, 2016). Sobre a LDB de 1961, p. 337 e 338.

em Organizações Não-Governamentais (ONGs); ii) outros seguiram a carreira política; iii) e a maioria acabou nomeada para cargos públicos, no caso daqueles que entraram como servidores antes da Constituinte, ou exerceram funções de confiança, em órgãos federais ou em secretarias estaduais ligados à educação. No caso de Crespo, houve tentativas mal sucedidas de exercer a carreira jornalística, exceto no período em que conseguiu trabalhar no jornal Folha de São Paulo. Já David relata a interferência familiar no período de escolha do curso universitário e quando se formou, não conseguiu inserção no campo da Administração.

Outra questão importante desenvolvida no capítulo 1 é a internacionalização das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência que, a partir de 1981, tomou corpo e influenciou a maturação dos movimentos sociais ligados ao segmento e continuou a atuar após a promulgação da Constituição de 1988 ligada ao estabelecimento de ONGs e outras normativas internacionais. Segundo o exposto por Romeu Sasaki, o início de sua carreira profissional ocorreu em uma ONG de reabilitação estabelecida em São Paulo pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A partir do momento em que começou seu estágio, ele realizou vários cursos de formação ofertados por este organismo para trabalhar na área. Isto foi muito importante, pois no Ano Internacional das Pessoas com Deficiência (AIPD) em 1991, foi o tradutor da maioria dos tratados internacionais relacionados à garantia de direitos das pessoas com deficiência e dos documentos que orientavam os debates em torno desta temática, expedidos por várias agências ligadas à ONU, como os exemplificados no capítulo 1.

Outros líderes passaram por formação nos EUA durante as décadas de 1980 e 1990 para a geração de novas lideranças habilitadas a atuar em ONGs, associações e também órgãos governamentais brasileiros. Várias agências ligadas a outros países também apoiaram a criação de entidades de pessoas com deficiência em níveis nacional, latino-americano e mundial, divididas por tipo de característica. Foram citadas várias agências ligadas a grandes grupos financeiros. O relato mais expressivo foi o desenvolvimento da representatividade das pessoas surdocegas, que não se consideram pessoas com deficiência múltipla, criando assim uma categoria específica de pessoas com deficiência.

Algumas pessoas com deficiência física passaram por instituições para a aquisição de novas funcionalidades de características diversas. Havia vários fisiatras que, em conjunto com hospitais, criavam escolas especializadas onde podiam estudar as questões físicas e também cognitivas.

Para Gramsci, no Caderno 12, de 1932, “se se quiser criar uma nova camada de intelectuais, chegando às mais altas especializações, a partir de um grupo social que tradicionalmente não desenvolveu as aptidões adequadas, será preciso superar enormes dificuldades” (2002, p. 52). Nada mais verdadeiro, em se tratando de pessoas com deficiência, embora, como já mencionado anteriormente, o objetivo presente nesses movimentos é o máximo possível de integração na sociedade capitalista.

O capítulo que se segue tratadas disputas de poder hegemônico que ocorreram na consolidação do movimento das pessoas com deficiência na luta por direitos e como estas disputas chegaram à Constituinte, no tocante às reivindicações e os discursos, principalmente de representantes de diversos aparelhos privados de hegemonia, alguns deles citados nesse trabalho.

CAPÍTULO 3

AS AUDIÊNCIAS NA CONSTITUINTE

No regimento interno da ANC, Art. 13, parágrafo 11: “Às Assembleias Legislativas, Câmaras de Vereadores e Tribunais, bem como às entidades representativas da sociedade, fica facultada a apresentação de sugestões contendo matéria constitucional, que serão remetidas pelo Presidente da ASSEMBLEIA às respectivas comissões” (Apud BARBOSA, 2016, p. 152/153). No geral, eram 8 comissões com 3 subcomissões cada. “As audiências públicas nas subcomissões temáticas foram uma vitória dos movimentos pró-participação popular no próprio regimento interno da constituinte.” (cf. BARBOSA, 2016, p. 151/152)

Na sequência, apresentamos a composição da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, da Comissão da Ordem Social.

QUADRO 2 – COMPOSIÇÃO DA SUBCOMISSÃO DOS NEGROS, POPULAÇÕES INDÍGENAS, DEFICIENTES E MINORIAS DA COMISSÃO DA ORDEM SOCIAL

Parlamentar	Par do	Atribuição
Ivo Lech	PMDB-RS	Presidente
Doreto Campanari	PMDB-SP	1º Vice-Presidente
Bosco França	PMDB-SE	2º Vice-Presidente
Alceni Guerra	PFL-PR	Relator

Titulares:

Parlamentar(es)	Partido
Bosco França; Doreto Campanari; Ruy Nedel; Hélio Costa; Ivo Lech; José Carlos Sabóia; Mattos Leão; Mauro Sampaio; Renan Calheiros.	PMDB-Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Alceni Guerra; Jacy Scanagatta; Lourival Baptista; Salatiel Carvalho.	PFL-Partido da Frente Liberal
Vago	PDS-Partido Democrático Social
Nelson Seixas	PDT-Partido Democrático Trabalhista
Vago	PTB-Partido Trabalhista Brasileiro
Benedita da Silva	PT-Partido dos Trabalhadores

Suplentes:

Parlamentar(es)	Partido
------------------------	----------------

Cid Sabóia de Carvalho; Severo Gomes; Anna Maria Rattes; Bezerra de Melo; Cássio Cunha Lima; França Teixeira; Francisco Carneiro; Heráclito Fortes; Maurílio Ferreira Lima; Osmir Lima; Ronaldo Carvalho; Lúcia Vânia.	PMDB
Jalles Fontoura; Sarney Filho; Odacir Soares; Marcondes Gadelha; Francisco Dornelles.	PFL
Vago	PDS
Edésio Frias	PDT
Vago	PTB
Luiz Inácio Lula da Silva	PT

Fonte:Elaborados pela autora

Nota-se que a composição da comissão foi hegemonizada pelo PMDB, mas seus componentes tinham ou histórico de deficiência física ou de atuação no setor de saúde, pública e privada. Todos com atuação na sociedade política ou Estado restrito. Não conseguimos informações sobre suas participações em organismos da sociedade civil. Ivo da Silva Lech, presidente da comissão, começou a carreira como vereador na sua cidade natal, Canoas-RS, como “porta-voz dos pobres e dos portadores de deficiência física”. Antes da atuação parlamentar, era técnico de vendas aposentado por invalidez após acidente automobilístico.⁴⁷

O relator, Alceni Guerra, gaúcho de origem, formou-se em Medicina pela Universidade Federal do Paraná. Ocupou vários cargos públicos na área da saúde pública e previdência, mas também no setor privado. Foi eleito deputado federal pelo PDS, em 1982. Em 1986, elegeu-se Deputado constituinte pelo PFL⁴⁸. Foi Ministro da

⁴⁷Nas principais votações da Constituinte, pronunciou-se a favor do rompimento de relações diplomáticas com países de orientação racista, da limitação do direito de propriedade privada, do mandado de segurança coletivo, da legalização do aborto, do turno ininterrupto de seis horas, do aviso prévio proporcional, da unicidade sindical, da soberania popular, da adoção do voto facultativo aos 16 anos, da nacionalização do subsolo, do limite de 12% ao ano para os juros reais, da proibição do comércio de sangue, da limitação dos encargos da dívida externa, da criação de um fundo de apoio à reforma agrária, da anistia aos micro e pequenos empresários, da legalização do jogo do bicho e da desapropriação da propriedade não produtiva. Votou contra a pena de morte, a estabilidade no emprego, a remuneração 50% superior para o trabalho extra, a jornada semanal de 40 horas, o presidencialismo, a estatização do sistema financeiro e o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. FGV/CPDOC. **Ivo da Silva Lech**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ivo-da-silva-lech>. Acesso em 10 jun. 2017.

⁴⁸ Nos trabalhos constituintes, concentrou-se na abordagem de problemas referentes à organização da saúde pública e na luta pela aprovação de sua proposta instaurando a licença-paternidade de cinco dias. Votou a favor do mandado de segurança coletivo, da proteção ao emprego contra a demissão de trabalhadores sem justa causa, da unicidade sindical, do voto aos 16 anos e da criação de um fundo de apoio à reforma agrária. Foi contrário à pena de morte, à limitação do direito de propriedade privada, ao aborto, à remuneração 50% superior para o trabalho extra, à jornada semanal de 40 horas, ao presidencialismo, à nacionalização do subsolo, à estatização do sistema financeiro, ao limite de 12% ao ano para os juros reais, ao mandato de cinco anos para Sarney, ao monopólio da distribuição do petróleo e à desapropriação das propriedades rurais produtivas para fins de reforma agrária. Absteve-se na votação do dispositivo que regulamentava o comércio de sangue. FGV/CPDOC. **Alceni Ângelo Guerra**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alceni-angelo-guerra>.

Saúde (1990-1992), sendo envolvido em várias denúncias de irregularidades administrativas. Osvaldo Doreto Campanari, também era médico, oftalmologista, igualmente formado pela UFPR, mas sua carreira política desenvolveu-se no estado de São Paulo. João Bosco França Cruz, igualmente médico, formado pela Universidade Federal de Sergipe, exerceu várias atividades empresariais no campo da Medicina, leite de coco, café e pecuarista. De todos esses, Alcení Guerra é que teve maior projeção nacional.

Bianchi (2007), ao investigar a construção gramsciana dos conceitos de Estado/sociedade civil, coerção/consenso, afirma a relação dialética entre esses conceitos fundamentais. Resta saber, em cada momento, o quanto de coerção/consenso se manifesta em espaços diversos, pois não é possível predeterminar. Gramsci, segundo Bianchi (2007), também se preocupou em identificar “quem é o legislador”, elemento importante para a elaboração de uma teoria integral do Estado, “afirmava Gramsci que o conceito de ‘legislador’ deveria ser identificado com o de ‘político’ e dado que todos são ‘políticos’, na medida em que fazem parte ativa ou passivamente da vida política, todos, também, são ativa ou passivamente ‘legisladores’” (BIANCHI 2007, p. 14 e 15). Todo legislador expressa, portanto, vontades coletivas, evidentemente considerando a relação de forças em momentos políticos específicos. Toda Constituição seria, acima de tudo, texto educativo e ideológico (IDEM, IBIDEM, p. 16)

Os constituintes sofreram pressões diversas de setores da sociedade civil “organizada”, além de eles mesmos serem frutos de determinações partidárias, sociais, de interesses privados aos quais se vinculavam, etc. Portanto, o resultado de todos esses embates foi expresso no texto constitucional. Daí para a aplicação efetiva vai uma enorme distância, que também dependerá das correlações de forças. Nesse trabalho, ao expor algumas falas consolidadas nas transcrições das Atas, pretendemos evidenciar parte da correlação de forças na constituinte, em que, nitidamente, setores da sociedade civil e sociedade política estavam frente a frente.⁴⁹

Diante do exposto, importa informar que o presente capítulo trata das audiências, apresentando algumas falas de parlamentares, alguma pessoa com deficiência que apresenta aspectos relevantes, ou representantes de organizações de

Acesso em 10 jun. 2017.

⁴⁹ Em nossa Dissertação de Mestrado (ALMEIDA, 2014, p. 55-64), tratamos dos movimentos prévios à Constituinte de 1988, da constituinte estadual e dos movimentos posteriores a 1988, registrando alguns dos embates. O objetivo foi apresentar a dinâmica interna à Constituinte.

caráter nacional, prioritária, mas não exclusivamente⁵⁰. Muitos são militantes, “intelectuais orgânicos”, organizadores desses movimentos. A perspectiva principal é apresentar algumas das reivindicações de indivíduos e de movimentos de pessoas com deficiências, mas também explorar consensos e dissensos no interior desses movimentos, as dificuldades na formulação de projetos comuns.

No capítulo 2, tratamos de algumas pessoas que expressarem suas vozes nas audiências, cujo foco foi, principalmente, a sociedade civil.

3.1. As APAE e as Pestalozzis

O Brasil ficou dominado pelo poder militar durante 20 anos, e aqueles que deviam falar não tinham o direito de fazer reivindicações e de falar. Como excepcionais, temos o direito de fazer nossas reivindicações. Cada dia fico mais feliz de poder falar do que gosto. É importante o excepcional falar o que sente. Por isso estamos de parabéns. (Flávio Siqueira. ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.34)

A Ata 5⁵¹ é o registro da primeira reunião de audição pública da subcomissão dos negros, populações indígenas, pessoas deficientes e minorias da Comissão da Ordem Social, em 27/4/1987, presidida por Ivo Lech, o médico e parlamentar Nelson Seixas foi convidado para ajudar na condução dos trabalhos, pelos motivos expostos em sua fala, a seguir. Esta audição pública ouviu representantes das APAE⁵² que trouxeram reivindicações voltadas às pessoas com deficiência intelectual.

⁵⁰ Houve muitas falas de representantes de pais e amigos e de organizações regionais. Tratar de todos ficaria não somente muito extenso, mas também teria que explorar outros vieses analíticos, que envolvem especificidades de cada deficiência.

⁵¹ Assuntos: Responsabilidade do Estado para com a pessoa deficiente / Deficientes mentais / Escolas institucionais de educação excepcional / Integração das pessoas portadoras de deficiência / Não-terminalidade do atendimento ao excepcional / Criação da fundação de assistência aos deficientes / Crianças excepcionais e a Constituinte / Igualdade de condições para deficientes, negros e índios / Filhos excepcionais/Proteção do Estado ao deficiente / Situação do excepcional no Rio Grande do Sul / Participação dos deficientes nas diretorias das APAE / Educação física na educação especial. Expositores: Elpidio Araújo Neres, Otávio Blater Pinho, Cleonice Floriano Ainberg, Sérgio Túlio Fredo, Flávio Potente Siqueira, Maria de Lourdes Creziane, Maria Consuelo Porto Gontijo, Gláucia Gomes de Oliveira Aguiar, Justino Alves Pereira, Dayse Collet de Araújo Lima, Percy Chagas Filho, Chelse Gutten, Rachid Conceição de Matos, Aldo Brito, Maria de Lourdes, Domingos José Freitas, Antônio José e Vanilton Senatore. Publicação no DAC, 08/5/1987, p. 144.

⁵² Segundo o sítio oficial da APAE, diante do preconceito e da ineficiência do Estado “surgiram as primeiras associações de familiares e amigos que se mostraram capazes de lançar um olhar mais propositivo sobre as pessoas com este tipo de deficiência. Convivendo com um Estado desaparecido das necessidades de seus integrantes, tinham a missão de educar, prestar atendimento médico, suprir suas necessidades básicas de sobrevivência e lutar por seus direitos, na perspectiva da inclusão social”. Atualmente, a rede atende cerca de 350 mil pessoas em 2.178 unidades em todo o país. Disponível em: <https://apaebrasil.org.br/page/2>. Acesso em 19 jun. 2019.

Além das APAE, ouviram também as reivindicações das Pestalozzis⁵³.

O constituinte Seixas discorreu sobre os motivos que o levaram a chamar as entidades criadas pela sociedade civil, que tinha por finalidade atender às pessoas com deficiência intelectual. Pode-se notar que, nesse momento, o parlamentar se colocou como partícipe não só das instituições, como das lutas e como representante, “intérprete” desses setores.

Estamos abrindo, hoje, uma audiência pública, fato muito importante nesta Constituinte, que dá oportunidade à comunidade de dizer a nós Constituintes ao que aspira para o Brasil do futuro. Temos aqui velhos companheiros de luta, sejam pais, sejam amigos de pessoas deficientes, entre os quais me incluo e, agora, inclusive com alguns deficientes fazendo suas reivindicações. Para nós, que lutamos, há 23 anos, no trabalho pela pessoa deficiente, como pai de dois deficientes mentais que sou, que já lutei por duas candidaturas e esta é a terceira, consigo chegar à Câmara Federal num momento histórico de Constituinte, é uma satisfação e um sentido de responsabilidade muito grande estar aqui nesta reunião. Mesmo sendo um pai vivido, um apaeano com experiência, coloco-me aqui como ouvinte. Hoje, sou um membro desta Subcomissão e quero ouvir, mais uma vez e procurar ser o intérprete dessa parcela da nossa população frente à Constituinte. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.30)

Em seguida, Seixas apresentou aos representantes destas organizações, duas pessoas com deficiência intelectual que eram beneficiadas e também exerciam uma participação no interior de tais instituições, representantes de órgãos governamentais, além de parlamentares que também atuavam nesse meio.

Seixas fez uma explanação sobre o conceito de pessoas com deficiência e um começo de mudança de paradigmas, no sentido de dar destaque mais à pessoa do que às suas características corporais, mentais e sensoriais. Também ressalta que, ao falar desse

⁵³ “O início do Movimento Pestalozziano no Brasil se deu em 1926 na cidade de Porto Alegre com a criação do Instituto Pestalozzi de Canoas, hoje Associação Pestalozzi de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, pelo Professor Thiago Würth. O Instituto foi transferido três anos após para a cidade de Canoas e foi criado com foco no atendimento das pessoas com dificuldades de aprendizagem. Em 1929 chega ao Brasil, a Educadora Russa Helena Antipoff, a convite do Governo do Estado de Minas Gerais, trazendo o legado de informações e aprendizagem obtido com Johann Heinrich Pestalozzi enfatizando o trabalho na reabilitação e na formação de recursos humanos no atendimento à pessoa com deficiência. Após são implantadas as Associações Pestalozzi em Minas Gerais, no Rio de Janeiro e em São Paulo.” Disponível em: <http://fenapestalozzi.org.br/como-criar-uma-associacao-pestalozzi>. Acesso em 19 jun. 2019.

público, era preciso pensar para além da deficiência física. Entretanto, defendeu que as pessoas excepcionais eram aquelas pessoas que não estavam dentro de um padrão de normalidade em quaisquer áreas de suas vidas, seja em seu corpo físico ou em sua mente, o que refletia em sua participação na sociedade e, por esse motivo, necessitavam de educação, habilitação e reabilitação, tratamentos especiais em sua vida social, etc.

Destacou que as pessoas com deficiência mental eram o segmento mais numeroso e discriminado. Ao frisar esta informação, ele lembrou que, em 1981, pela ocasião do AIPD, houve várias confusões conceituais ao usarem o termo deficiente físico para se referirem a todos os tipos de deficiência e ao tratarem do termo excepcional, davam a impressão de que as pessoas com deficiência eram fora do comum.

E antes de deficiente, é de gente que nós tratamos. Mesmo se falando pessoa deficiente, está-se caracterizando, está-se destacando muito a deficiência. E nós, para caracterizarmos bem a pessoa, deveríamos passar a usar doravante, pessoas portadoras de deficiência. Assim, vamos ter uma visão muito mais abrangente, inclusive, incluindo muitas deficiências que são inaparentes, a grosso modo. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.30)

Em seguida, fez uso da palavra o então Presidente Nacional da Federação das APAE Elpídio Araújo Neres (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p. 30 e 31) que discorreu sobre sua vivência na instituição e sobre o documento que entregou à subcomissão e à constituinte. Iniciou sua fala fazendo referência à reparação de injustiças cometidas contra as pessoas “portadoras de deficiência” que possuíam a oportunidade de terem seus direitos tutelados no texto constitucional. Dessa forma, a ideia de tutela foi estendida à máquina estatal e não apenas às instituições, ou seja, apesar do processo de luta pela garantia de direitos, não quer dizer que a implementação destes significaria autonomia e independência às pessoas com deficiência.

Neres enfatizou a estrutura das APAE e Pestalozzis, sua abrangência nacional, o número de municípios onde estas instituições estavam instaladas, o grande número de pessoas atendidas e ele salientou, ainda, que três quartos do atendimento das pessoas com deficiência eram abrangidas por essas instituições, e, por estes dados, os presentes poderiam entender o poder representativo que estas organizações possuíam. Além da presença de vários líderes regionais e municipais, ele menciona duas pessoas com deficiência intelectual, e, por isso, não se sabe se haviam mais pessoas com estas

características na plenária.

[...] nesta oportunidade, com satisfação, que se começa a fazer uma reparação a uma injustiça perpetrada, por anos, no Brasil, e que vem atender ao clamor das pessoas portadoras de deficiências, para que os seus direitos, as suas reivindicações, os seus interesses sejam tutelados pela nossa Lei Maior. Tenho a satisfação de representar, nesta hora, um grande segmento da comunidade nacional. Sr. Presidente, Ivo Lech, nós representamos aqui, nesta oportunidade, o Brasil inteiro. Temos a Diretoria da Federação Nacional das APAE e a Diretoria da Federação das Pestalozzi, representada pela sua ilustre Presidente, Professora Cleonice Floriano. Isso significa que, em densidade, em municípios espalhados pelo Brasil, temos nada menos de 800 municípios aqui presentes. Tenho a honra de presidir, nesta reunião, a Diretoria da Federação Nacional que está representando regiões, neste País. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.30)

Enfatizou a importância das entidades para o país e afirmou que o intuito de sua fala não era discorrer sobre o que já existia, mas sobre o que faltava para que o Estado pudesse assumir os cuidados destes indivíduos.

Em termos de cobertura do território nacional, acrescentamos ainda cerca de 100 associações das Pestalozzi. Temos, hoje, no Brasil, 613 APAE filiadas à Federação e mais de 100 a caminho de filiação, o que vale dizer, temos setecentas e tantas APAE, mais 100 Pestalozzi, prestando serviços diretos à comunidade. Representamos, portanto, mais de três quartos de todo o trabalho prestado aos deficientes mentais, neste País. Sobra, portanto, um quarto para outras entidades e para o próprio poder público. De cerca de 120 mil pessoas assistidas, prestamos assistência a mais ou menos 90 mil pessoas. [...] nós aqui vimos com uma bagagem para ressaltar especialmente não o que temos, porém o que falta. Uma população de 135 milhões de habitantes, como é a população brasileira, e com uma taxa aceita, nacional e internacionalmente, de 10%, no mínimo, de pessoas portadoras de deficiência [...]. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.30-31)

Com relação à atuação do Estado ele reivindicou o estabelecimento de igualdade de direitos, por meio da proteção constitucional, ao tratar estes cidadãos dentro de suas especificidades. Além da proteção estatal, ele reivindicou que estes indivíduos tivessem condições para serem também produtivos. Vários problemas sociais decorrem da negligência estatal, levando esses indivíduos a se revoltarem com o sistema e muitos desses teriam como consequência, por exemplo, a prisão por crimes que poderiam ser evitados se tais pessoas tivessem acesso aos direitos fundamentais como o trabalho. Na época, a punição às pessoas com deficiência intelectual era a mesma que se

aplicava a outros, e desconsideravam-se as suas especificidades.

O entrevistado relatou que foram realizados trabalhos de coleta de informações (por meio de pesquisas e viagens) que, infelizmente, foram engavetados. Ressaltou que muitos projetos de leis estavam em tramitação no Congresso Nacional e a instituição fez um levantamento destas a fim de apresentar em formato de súmula ao presidente da subcomissão de negros, indígenas, deficientes e minorias. Frisa que a procuradoria geral das APAE havia realizado um estudo com consultas à legislação nacional e internacional para oferecer suporte à Câmara e ao Senado com relação ao estabelecimento destas leis.

A fala do procurador geral das APAE, Dr. Otávio Blater Pinho (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.31 a 33) nos mostra como o discurso das entidades prestadoras de serviço pretendeu, ao contrário do que prega o discurso oficial do movimento das pessoas com deficiência, consolidar legalmente mecanismos legais e sociais de tratamentos especiais. Para ele,

O tratamento igualitário de todos dentro da sociedade, ainda não realiza o ideal pleno de justiça. Só quando a sociedade conhecer e zelar por suas minorias poderemos ter a pretensão de tê-la organizada de uma forma equânime, de uma forma justa e, digamos nós, de nosso Brasil, de uma forma cristã. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.31)

A difusão ideológica da divisão jurídica entre uma justiça real e outra ideal é um instrumento de poder que ultrapassa as agências estatais e estende-se à sociedade civil. Dessa forma, o cumprimento ou não das leis não depende de valores morais e, sim, das relações estabelecidas entre sociedade política e sociedade civil, grupos hegemônicos e grupos subalternos configurando-se em disputas hegemônicas e contra hegemônicas de poder.

Historicamente, as Constituições são sintéticas. Fala-se muito até, em nome do tecnicismo jurídico, de que deve o corpo Constituinte prevenir-se e repudiar o excesso de pretensões dos vários segmentos sociais, na medida em que a Constituição deve ser uma lei absolutamente sintética, deve ser uma lei seca, dentro das suas raízes históricas que, afinal de contas, só disciplinavam os problemas políticos entre os cidadãos. Evoluímos nesse sentido. [...]. Assim, nós temos, nas Constituições modernas, amplos capítulos [...]. Nesta oportunidade que se oferece aos brasileiros, e todos nós pretendemos uma Constituição o quanto possível eterna, não podemos deixar de um esforço consciente, no sentido de disciplinar aqueles capítulos que se consideram fundamentais para o amparo, para a restituição, o cumprimento pelo Estado de suas responsabilidades, com referência às pessoas portadoras de

deficiência. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.32)

Blater (1987) classificou as pessoas com deficiência em um segmento social que possuía características comuns de identidade e, por isso, este grupo necessitaria de uma legislação específica. A formulação destas normas jurídicas foi debatida na federação das APAE e baseou-se nas constituições de vários países principalmente as mais sintéticas, como a dos Estados Unidos. Se, anteriormente, elas apenas disciplinavam o campo político, após a Primeira Guerra Mundial passaram a englobar capítulos sobre direitos econômicos, direitos sociais e com isto, passaram a garantir as reivindicações de categorias sociais específicas como as pessoas com deficiência que passaram a conquistar direitos que foram ou que passaram por um processo de aprofundamento conforme as constituições nacionais foram promulgadas pelo mundo.

O projeto feito pela Federação Nacional das APAE procurou trabalhar com todas essas variáveis, mais com as seguintes; a primeira dúvida com que se deparou a Federação foi optar entre a proposta de aglutinar todas as pretensões, os segmentos interessados no tratamento da deficiência em um único artigo, uma única sessão, um único capítulo da Constituição, ou se deveríamos utilizar a técnica de fragmentar essas nossas propostas, nos diversos capítulos da Constituição. Prevaleceu entre nós a convicção de que já há em formulação, já há em gestação, já começa a ser reconhecido, pela cultura nacional e internacional um direito da portadora de deficiência. A excepcionalidade, sob o ponto de vista jurídico, já foi objeto de tais estudos, que podemos falar na existência desse direito. E à medida que isso é verdade, porque não concretarem num único capítulo da Constituição o tratamento disso? [...]. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.32)

Podemos notar a posição desse representante das APAE e também das Pestalozzis sobre como o texto constitucional deveria estar disposto. Enquanto representantes de movimentos de outras áreas de pessoas com deficiência, defendiam que, em cada temática, constasse os direitos das pessoas com deficiência, incluindo-os assim como cidadãos. Nessa perspectiva, os direitos não deveriam ficar fragmentados.

Dentro desse princípio, a formulação da proposta, da Federação Nacional das APAE procurou atender aos seguintes parâmetros básicos [...] a respeito da vida. Em primeiro lugar, já explicou o nosso presidente que a Federação Nacional das APAE, o movimento apacano, é o movimento devotado a todas as formas de deficiências. Em segundo lugar [...] a nossa proposta, portanto, parte de um desenvolvimento da Emenda Constitucional nº 12. O

terceiro princípio, o terceiro parâmetro adotado em nossa proposta refere-se à inteira conveniência de que abandonemos os conceitos clássicos do tratamento dos temas jurídicos na letra da Constituição, voltados sempre para as normas, meramente programáticas, mensagens muitas vezes não ouvidas pelo legislador ordinário. E temos o máximo de exeqüibilidade, o máximo de eficácia, isto é, transformemos em normas preceptivas, normas pungentes, em normas, desde logo, impostas aos poderes do Estado [...]. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.32)

Com isto, nota-se que a luta empreendida por estas instituições prestadoras de serviços tinha o objetivo de fortalecer suas ações junto ao Estado, trazer uma ideia de sociedade ligada não somente à prática institucional, mas também a uma concepção de sociedade integracionista.

A proposta das APAE contida em apenas um capítulo possuía várias características que são importantes para serem analisadas: em primeiro lugar, ela estabelecia direitos especiais, além daqueles que seriam assegurados pelo texto geral da futura constituição, ou seja, esses indivíduos eram tratados como exceção à regra, portanto, o modelo médico tratava tais indivíduos como excepcionais e que necessitavam ser integrados a uma sociedade geral. Tais direitos teriam o objetivo de oferecer a compreensão das diversas deficiências, o que denota a manutenção dos paradigmas existentes na relação social com estes indivíduos, pois eles estariam em uma condição diferente dos outros cidadãos e que deveriam ser compreendidas por meios legais. Assim, os parâmetros de medição das deficiências e de sua caracterização homogênea, se adotada, provocaria perdas de direitos que iam no sentido contrário à luta de parte das pessoas com deficiência por igualdade de oportunidades.

Com isso, o princípio jurídico de promover direitos iguais quando se trata um grupo na medida de suas desigualdades sociais assumia um duplo sentido dependendo da política pública adotada. A desigualdade legal precisa garantir ao sujeito a não segregação por intermédio do estabelecimento de instituições e mecanismos especializados e paralelos aos constituídos pela sociedade em geral. O direito não deve ser compensatório e, sim, inclusivo. Caso contrário, perpetua-se a exclusão.

Em segundo lugar, é feita a ligação entre estes direitos paralelos e as áreas a que eles se vinculam. Dentre eles, podemos destacar: a defesa da educação especial que não abolia a existência de escolas especiais; a internação em casos de custódia e o cuidado estatal às pessoas com deficiência mental que não conseguiam conduzir-se dentro de um padrão de normalidade e, com isso, pessoas com deficiência mental se

confundiam com aquelas que possuíam doenças mentais. A adaptação da legislação, conforme as especificidades dos tipos de deficiência, a fim de alcançar a igualdade de direitos pretendia que as leis se especializassem para contemplar as características de cada área da deficiência, sem que essas pessoas fossem incluídas primeiramente nos direitos universais. As especificidades não poderiam superar o tratamento desses indivíduos como cidadãos e não como seres excepcionais.

No entanto, vemos que, nessa proposta, alguns direitos reivindicados por outros grupos de pessoas com deficiência estão inseridos na proposta de redação de um capítulo especial:

[...] A Constituição assegura tratamento igual a todos, na medida em que eles são desiguais é necessário que se instituem, que se criem direitos compensatórios. Só com isto será verdadeiro, em sua inteireza, o clássico conceito conforme um padrão da igualdade de todos perante a lei. [...]. Vejam os Srs. que esses incisos são quase a extensão, o desdobramento, de certa forma, o aperfeiçoamento dos incisos da Emenda Constitucional nº 12: I – Educação especial e gratuita em todos os seus graus; II – assistência: tratamento médico: habilitação: reabilitação e integração na vida econômica e social do País; III – proibição de discriminação, inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço público, e direitos decorrentes; IV – facilidade de acesso a edifícios, logradouros públicos e a transportes coletivos; V – internação em casos de custódia e tratamento dos deficientes abandonados que, por suas condições ou idade, não puderam reger suas próprias pessoas; VI – adaptação da legislação comum às peculiaridades das formas de deficiência para permitir aos seus portadores a plena igualdade perante a lei. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.32-33)

Ao discorrer sobre os parágrafos que compunham a proposta do artigo específico, a explanação de Blater traz um misto de retrocesso, mas também de questões pertinentes à realidade das pessoas com deficiência. Nessa proposta, estava previsto que os municípios se comprometeriam a destinar uma verba acima de 8% para educação especial, saúde, assistência, dentre outros. Esse valor é justificado pelo orador, pelo fato de a Constituição de 1967 estabelecer que a porcentagem do orçamento empregado na educação era de 13%, porém, não havia legislação que normatizasse o repasse de recursos à educação especial, já que o número de pessoas com deficiência, segundo dados internacionais, era de cerca de 12%. No entanto, pode-se notar que, no ano da constituinte, já existiam a Secretaria de Educação Especial e a Coordenadoria, essa última tratava das questões relativas às pessoas com deficiência, ou seja, aos autores da proposta faltaram detalhar como seria empregado esse montante e se ele serviria apenas

para manter as instituições prestadoras de serviços ou se seria distribuído entre os municípios.

Eles defendiam que as empresas reservassem acima de três por cento das vagas para pessoas com deficiência, porém, Blater afirma que tal prática já ocorria pelo Brasil. Entretanto, quando se analisa as falas dos militantes com deficiência percebe-se que vários deles possuíam problemas no tocante à empregabilidade e quando chegavam a possuir formação em nível superior trabalhavam em organizações ou entidades voltadas às pessoas com deficiência. No próximo item, colocaram a necessidade de garantir aposentadoria diferenciada para pessoas incapacitadas para trabalhar ou agravarem a deficiência por meio da função exercida por tais pessoas.

Eles também defendiam a assistência da União aos responsáveis por pessoas com deficiência intelectual, solicitavam que esses fossem internados, de forma gratuita, em lugares que exigiam pagamento das famílias para sua permanência. Além disso, que, ao chegarem à fase adulta, ficassem incapacitados para o trabalho. O orador observa que é melhor as pessoas com deficiência intelectual receberem a assistência governamental do que serem presas no sistema carcerário comum; também visavam garantir a isenção de impostos às entidades filantrópicas que tinham como objetivo a educação, a habilitação e reabilitação, as atividades voltadas ao tratamento destas pessoas e que promovessem o seu acolhimento por meio da tutela.

Quanto à lei especial, que adequaria a legislação às necessidades das pessoas com deficiência, serviria para consolidar as normas existentes na época e defendidas pelas APAE e Pestalozzis, além de criar uma fundação nacional de amparo à pessoa deficiente que ficaria encarregada de administrar os recursos destinados à educação especial. Dessa forma, os recursos se concentrariam em apenas uma fonte de distribuição dos mesmos a fim de que fosse garantida a igualdade nos critérios corretos para uma boa distribuição das verbas governamentais às instituições; por último, a idade penal das pessoas com deficiência intelectual seria medida pela “idade mental” determinada através da aplicação de testes e não por sua idade cronológica.

Já é regra constitucional que a educação receba do orçamento nacional um percentual de 13%. O que ocorre, e o nosso Presidente aconteceu, é que esses recursos são repassados de uma maneira não normativa à Educação especial. Na medida em que nós temos 12% de deficientes, numa população de 12% de deficientes a pretensão de 8% – e esse número não é de estatística brasileira, é estatística de organismo da ONU – estabelecer em 8% o percentual destinado à educação especial, parece extremamente razoável. Segunda a

pretensão: as empresas com mais de cem empregados reservarão nunca menos de 3% dos empregos para pessoas portadores de deficiências. (...) A pessoa deficiente faz o dobro do esforço para dar cumprimento às suas tarefas. Nada mais justo, portanto, que a aposentadoria seja em tempo mais curto, na medida em que se agrave essa deficiência. O § 4º diz: "A União prestará assistência, não inferior a um salário mínimo ao responsável por menor portador de deficiência, não internado gratuitamente convertido em favor dele, aporte a maioridade, for incapacitado para o trabalho." Melhor será que a União desse assistência do que manter esse menor em presídio ou estabelecimento correccional. Diz o § 5: "São isentas de tributos, inclusive as do pagamento da quota patronal devida à Previdência Social, as entidades filantrópicas destinadas ao ensino, habilitação, reabilitação, tratamento e custódia de pessoas portadoras de deficiências." Ao invés de se pagar e o Estado restituir, que o Estado isente, num processo mais direto, muito mais simples, o fornecimento de recursos para entidades. Diz o § 6º: "A lei especial que adaptar a legislação comum à deficiência, consolidará as normas existentes e criará uma Fundação Nacional de Amparo à Pessoa Deficiente, qual locará, dentre outros, os recursos previstos no § 1º oriundos da União." (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.33)

Como podemos ver na continuação do discurso do Dr. Blater, ora se recorre a uma noção de moral, ora a uma ideia de construção de uma Constituição com base técnica e não de luta popular. Ao mesmo tempo, nesse processo, a APAE se articula dentro da subcomissão de Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, como corpo "técnico" capaz de contribuir e atuar em conjunto com o Estado, não só na redação da constituinte, mas em sua aplicação. Para finalizar, ele pede permissão para que Flávio Potente Siqueira (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.34), um dos dois deficientes mentais presentes na audiência, pudesse falar sobre os assuntos debatidos nesta sessão.

Após a intervenção de Flávio ser permitida, ele inicia ressaltando as dificuldades enfrentadas no processo de educação da pessoa com deficiência mental, mais particularmente no que tange ao local em que ele frequenta como usuário dos serviços prestados pela APAE. Seus apontamentos possuem uma mescla de busca pela legalização dos direitos, assim como de reivindicação da incorporação das APAE pelo Estado em que este assumiria a parte de financiamento daquelas, bem como da ampliação das escolas especiais sustentadas pelo poder público. Com isto, podemos notar como os mecanismos de exclusão podem ser sustentados por vias legais.

Bom dia, Sras. e Srs. presentes. É com muita honra que me sinto como convidado para representar os alunos das APAE do Rio de

Janeiro. E, por este motivo, eu gostaria de fazer algumas reivindicações, devido a alguns fatos acontecidos naquele órgão. Em primeiro lugar, eu gostaria que as autoridades governamentais do Brasil e a sociedade brasileira fizessem do Brasil um só, não deixando ser diferente o excepcional, como o deficiente físico, isso não importa, o que importa é a qualidade. Somos todos normais. Infelizmente, as autoridades no Brasil, as associações de moradores, enfim, a sociedade do Brasil tem dificuldade de aceitar o excepcional como normal. Isso é uma injustiça. Como estamos na Baixada Fluminense, as APAE têm mais dificuldade frente às autoridades, como é um local mais afastado, tem pouca festa, tem muita dificuldade de falar. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.34)

Flávio Siqueira toca em uma questão que afeta, em particular, as pessoas em deficiências nas grandes cidades, como o Rio de Janeiro: locais afastados, sem transportes adaptados, sem opções culturais e de integração, daí a evidência de se ter “muita dificuldade de falar”. No trecho que se segue, ele defende que o Estado deveria cuidar da formação de profissionais para trabalhar com a educação especial e, por conta disso, alimenta esperanças na elaboração de uma constituição que legalizasse o apoio material e de formação de profissionais competentes para lidar com uma educação voltada a um público específico e a criação de novas escolas especiais de caráter público.

Espero que essa nova Constituição do Brasil não seja feita só para a sociedade, as classes sociais, mas a classe média e principalmente os excepcionais. Somos iguais a qualquer ser humano. Sendo assim, eu gostaria de dar um depoimento. Como vocês sabem, as APAE do Brasil têm dificuldades de manter as suas escolas, faltam os professores e assim sucessivamente. Os professores que trabalham nas APAE e outras mais são pagos pela própria APAE com muita dificuldade, não pagam a formação desses professores para a educação especial ou excepcional. As autoridades, de uma maneira geral, deveriam se preocupar, ao abrirem uma escola, com a preparação de novos profissionais na educação, para atender às necessidades das APAE do Rio de Janeiro e do Brasil em geral. Estou ajudando nossos representantes a desenvolverem esse trabalho. Às vezes, fico muito emocionado, quando sinto as dificuldades deles ao recorrerem às autoridades. Temos que entender o seguinte: no Brasil, nascem cada vez mais pessoas, daí a dificuldade de dar o ensino educacional ao excepcional. Às vezes, me pergunto por que as APAE não são administradas pelos órgãos municipais ou estaduais. As autoridades do Brasil deveriam fazer parte das APAE, como outras quaisquer. Lógico que deveriam ser professores especializados na educação ao excepcional. Infelizmente, o Brasil vem tendo muitas dificuldades políticas da reforma, inclusive essa nova Constituição está sendo muito difícil de ser elaborada. Mas, tenho a certeza de que ela vai ser a nossa

solução. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.34)

Na conclusão de sua fala, ressalta a importância da autonomia para se expressar e reivindicar, notadamente, após os 20 anos de silêncio impostos pelo poder militar. Mas, também reivindica o apoio do poder público.

O Brasil ficou dominado pelo poder militar durante 20 anos, e aqueles que deviam falar não tinham o direito de fazer reivindicações e de falar. Como excepcionais, temos o direito de fazer nossas reivindicações. Cada dia fico mais feliz de poder falar do que gosto. É importante o excepcional falar o que sente. Por isso estamos de parabéns. Há outro fato muito importante, que as autoridades deveriam se preocupar principalmente em fazer escolas institucionais de educação ao excepcional. A sociedade do Brasil dá uma vida muito difícil ao excepcional. Aham que não somos capazes e, por isso, estamos tendo muitas dificuldades. Apesar de sermos responsáveis, como o nosso Presidente, muito competente, estamos sempre conversando sobre as dificuldades, eu me pergunto: será que esse trabalho terá resultado sem a ajuda das autoridades? Isso é muito importante. É só isso. Muito obrigado aos Srs. eSrs. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.34)

Pode-se comparar esta fala com as anteriores e levantar os seguintes pontos: os níveis de consciência política e corporativa dos indivíduos presentes nestas e em outras audiências, são diferentes. A defesa do texto constitucional é feita de várias formas e por vários caminhos, seja baseado na moral e ética cristãs ou pela via estatal de subsídio a entidades privadas. Apesar da importância de se pensar no movimento das pessoas com deficiência como homogêneo e defensor de duas linhas fundamentais de reconhecimento deste grupo – integração e inclusão – é preciso pensar quais os caminhos que levam a mecanismos de exclusão ou de perpetuação de ideologias de certos grupos que consolidaram práticas excludentes nas décadas seguintes à promulgação da Constituição de 1988.

Após as considerações feitas sobre as falas contidas na ata escolhida para análise, é importante desconstruirmos as versões oficiais sobre o movimento das pessoas com deficiência para que possamos pensar nas complexidades e variedades de caminhos, pensamentos, práticas e expectativas que o processo de luta de tais pessoas por direitos englobou durante as práticas políticas que se intensificaram no fim dos anos de 1970 e início dos anos de 1980. Tais práticas permearam a luta das minorias por direitos.

A representante das Pestalozzis, Cleonice Floriano Ainsberg (ASSEMBLEIA

NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.34) discorreu sobre as reivindicações levadas ao congresso por esta instituição. Ela destacou o trabalho da federação nacional que reunia essas entidades e fez referência à participação no Comitê Nacional, estabelecido em 1986, a fim de fazer um levantamento das necessidades das pessoas com deficiência, baseado nesses trabalhos que o documento de reivindicações foi criado. Este comitê foi instituído por José Sarney e teve como presidente o ministro Jorge Bornhausen e como secretária executiva, Lizair Guarino (Cf. biografia no Capítulo 2), representante da CENESP que, na época da entrevista, já tinha sido convertida em SESC. Ela ressaltou a importância do documento das APAE já apresentado e enfatizou a necessidade de políticas de valorização da força de trabalho de pessoas com deficiência intelectual e a preparação dos adultos para o ingresso no mercado de trabalho. Cita que cerca de 80% da Educação Especial ainda estava nas mãos das Pestalozzis e outras entidades privadas e o governo seria responsável apenas por 20%.

Ela contou que as APAE e Pestalozzis são os dois movimentos nacionais responsáveis pela promoção da educação especial e várias delas se dividiam entre os atendimentos iniciais às pessoas até o mais complexo, ligado à inserção no mercado de trabalho. A ausência da oferta de ações que preparassem as pessoas com deficiência intelectual para exercer uma ocupação estava ligada à falta de estrutura física e legal para que o treinamento nas oficinas fosse implementado com sucesso. Os adolescentes já chegavam a uma certa idade preparados a aprenderem uma profissão, porém, a inexistência destes treinamentos provocava a exclusão de tais pessoas.

A oferta de cursos profissionalizantes, segundo a proposta levada à subcomissão, diminuiria a absorção desta mão de obra de forma paternalista. Para que isto se concretizasse, foi proposto que o governo pudesse promover ações que dessem respaldo à atuação destas instituições para que elas adquirissem condições favoráveis para oferecer cursos que pudessem inserir as pessoas com deficiência intelectual e, em conjunto com isso, constituir um amparo legal para que esses treinamentos fossem concretizados. Também propuseram incentivos para empresas e órgãos que recebessem pessoas com deficiência com o intuito de mostrar que estas pessoas são eficientes.

Sr. Chelse Gutten (p.36 e 37) do Estado do Paraná foi vice-presidente da Federação Nacional das APAE. Destacou que era a primeira vez que o segmento teve acesso direto aos parlamentares com a fase de audiências produzida pela constituinte. Ele disse que, durante os 26 anos em que lutou junto à instituição que ele representava, os acessos a parlamentares eram feitos de forma individual (e possivelmente

clientelista), assim como suas promessas, que não eram cumpridas. Ele era pai de pessoa com deficiência mental e conta sua trajetória em conjunto com outros pais na formação de instituições que reunissem pessoas que passavam pelas mesmas dificuldades.

Não podemos ter um índice crescente que é um peso terrível, inclusive, econômico, desde que usemos o bom senso. Se há um empresário, ele vai saber. Se você, na sua empresa, 10 a 12% de algo que não funcionam, que não significa nada, então, você vai à falência num dado momento. E, se isso cresce dia a dia, e o crime de lesa pátria não prestar atenção a esse aspecto. A oportunidade que V. Ex.^{as} estão dando, inclusive, de trazer nossa angústia, nosso anseio, nossa angústia e anseio no sentido geral, que, particularmente, cada um dos que estão está aqui é pai que aceita seu filho, é pai que é feliz com seu filho. Não estamos aqui tristes por sermos pais de excepcionais, não. Estamos tristes de não conseguir evitar outros excepcionais; estamos aqui para alertá-los. Façam, tomem medidas! Tragam, ao campo da excepcionalidade, a batalha que diminua essa incidência, a batalha do esclarecimento e a batalha fundamental do patriotismo que compreenda que nenhum país pode subsistir com taxas tão elevadas de excepcionalidade. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.36-37)

Ressaltou a desinformação de pais e profissionais sobre a questão e diz que só ficou inteirado do problema quando ocorreu em sua casa. Para ele, no Brasil, devido às suas desigualdades sociais e econômicas, mais de 10% da população estava marginalizada e não era absorvida no mercado de trabalho, mesmo que a maioria tivesse plenas condições para se integrarem à sociedade.

Em seguida, falou Aldo Brito de Santa Catarina (p.37), pai de pessoa com deficiência intelectual e que representou, na Federação Nacional das APAE, 92 entidades espalhadas por seu Estado. Relata as conquistas que a instituição conseguiu junto ao governo estadual e sugeriu que estas fossem implementadas em nível federal. São elas: a oferta pelo estado catarinense de meio salário mínimo aos pais de pessoas com deficiência com renda *per capita* abaixo de três salários mínimos; os servidores públicos que tinham filhos com deficiência conquistaram o direito de redução de sua carga horária de trabalho em quatro horas, sendo que as outras quatro seriam destinadas aos cuidados de seus filhos; a colaboração da rede estadual de ensino com as APAE ao fornecer professores por meio de convênio em que eles eram colocados à disposição da entidade, por volta de 1435 profissionais;

Ressaltou que uma conquista importante foi a criação da Fundação Catarinense de Educação Especial, semelhante ao que as APAE reivindicavam em nível nacional.

Ela possuía o apoio governamental e possuía o objetivo de fornecer colaboração às APAE. Brito reitera a fala de outros participantes ao confirmar a necessidade da prevenção de deficiências e as causas que levavam os indivíduos a adquiri-la. Fala sobre a renovação que ocorria no congresso por causa da constituinte e da importante participação de políticos jovens neste processo.

A seguir, falou José Carlos Sabóia (p.38 e 39), Deputado Federal pelo Estado do Maranhão. Discorreu sobre a fala dos dois indivíduos com deficiência intelectual e diz que o momento da constituinte foi único e trouxe conquistas importantes para o Brasil no sentido da garantia da cidadania. Recorda os dados mencionados durante a audiência em que 10% da população possuíam algum tipo de deficiência e o governo era responsável apenas por 20% dos gastos com educação especial em todo o Brasil. Frisa que seria importante a presença de representantes da subcomissão de educação para que pudessem entrar em contato com os dados fornecidos tanto pelas instituições quanto pelas pessoas com deficiência.

Ressaltou que, no Nordeste, 4 milhões de pessoas estavam condenadas a adquirir deficiência devido à seca e às condições de subdesenvolvimento a que estavam sujeitos os cidadãos dessa região do país, e, por isso, coloca a mudança da estrutura social como chave para a garantia da cidadania dos grupos excluídos. Ele advertiu que, após a aprovação do texto constitucional, o maior desafio seria a luta política em que terão quegarantir direitos por meio da redação das leis ordinárias que deveriam garantir os preceitos constitucionais. Destaca que, com esses dados, as instituições ali presentes estavam sendo humilhadas pela esfera governamental e não era por falta de informação que as políticas públicas não contemplavam as pessoas com deficiência, mas, sim, pelo desinteresse das classes dominantes que são responsáveis pelas injustiças sociais.

Para finalizar os trabalhos da Comissão, o presidente passou a palavra aos constituintes da subcomissão, para que fizessem suas considerações finais. Inscreveram-se o relator Alcení Guerra, o constituinte José Carlos Sabóia e o constituinte Almir Gabriel (p.39). Esse último possuía sua carreira ligada à saúde pública.

Na fala de Alcení Guerra (p.40 e 41), ele expôs sua preocupação com a relação entre o médico e o paciente desde o nascimento da criança até a orientação para que as mães procurassem os locais que ofereciam atendimentos, os quais surgiram ao longo de sua carreira médica, pois, durante este tempo, ocorreram avanços tecnológicos, científicos, sociais e econômicos. E as conquistas inseridas na Constituição sempre foram fruto destas mudanças. Ele pontuou que a construção social da beleza e de seres

perfeitos levou a sociedade a adotar concepções que levam à discriminação. A reflexão sobre a exclusão de grupos minoritários leva ao combate ao preconceito sobre tais indivíduos. Criticou a ênfase dada ao crescimento econômico em detrimento das condições sociais brasileiras e que o “setor social tem sido sistematicamente em segunda ou terceira categoria”.

Quando eu vejo o depoimento de professores a respeito de médicos, e respeito de professores, de mães a respeito de médicos, de médicos a respeito de mães, acho que é preciso não se esquecer de que, qualquer que seja o profissional, ele da educação, seja ele da saúde, seja ele da sociologia, seja ele de qualquer ramo, ele é, na verdade, uma fração de toda sociedade brasileira que, durante longos e longos anos, preparou-se, trabalhou e foi influenciado exatamente de acordo com essas distorções e esses estigmas. Então, a culpa não me parece adiantar buscar dentro do profissional médico, dentro do profissional enfermeiro, dentro do profissional professor: a culpa não seria apenas dentro da sociedade como um todo: a culpa não é também do Governo. O Governo é apenas reflexo de uma organização do Estado, porque é indispensável nós sabermos onde está o poder. E num País como o nosso o poder não está no Governo. O Governo é um reflexo parcial, em grande maioria daquilo que acontece no poder; e o poder está na área econômica. Ou nós sabemos atingir, de forma adequada, esse ponto de poder, ou nós vamos inserir, na nossa Constituição, nos nossos textos legislativos, as mais bonitas intenções e não vamos poder realizá-las, de maneira alguma, na medida em que todas as intenções, para poderem ser realizadas, dependerão de recursos. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.40)

Guerra continuou seu discurso falando do papel das mobilizações para que os preconceitos e estigmas que se perpetuaram na sociedade pudessem ser combatidos.

[...] Então não adianta nós apenas discutirmos a necessidade de ter escola: adianta nós dizermos que o limite máximo que o governo poderá dar como subsídios como incentivos, não pode ultrapassar a um determinado limite, que se terá que discutir, na Assembleia Nacional Constituinte, e discutir, sobretudo, com a área econômica. Creio que é necessário também ter claro que a contribuição para a área social deve mudar a característica: ela terá que deixar de ser contratual como hoje tem sido, para ser um consenso nacional para ser uma decisão de toda a sociedade brasileira, ao consumir qualquer coisa, saber que esta destinando especialmente para a área social um determinado valor, um determinado percentual daquilo que a pessoa consome, ou adquire logicamente guardando determinadas proporcionalidades justas em relação a renda de cada um mas atue seja capaz de garantir ao setor social a possibilidade do atendimento dessa fração da sociedade brasileira que hoje é grande e que se tomara cada vez maior, representa pelos

deficientes físicos ou representadas por outras minoria que são inquestionavelmente, gravemente atingidas por esse modelo econômico que nós temos. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.40-41)

Guerra cobrou dos constituintes uma postura com relação à escrita do relatório e como este deveria refletir as questões sociais e os debates promovidos pela subcomissão.

[...] Reitero que uma coisa é a nossa posição pessoal, que é de firmeza e abertura total às proposituras dos Srs., mas ela é uma posição pessoal e precisará como *relatório*, refletir aquilo que a Comissão e seus Membros determinaram e aquilo que certamente se terá a nível de Plenário. Por isso, eu creio, na afirmação da posição de todos os Senhores na continuidade desse trabalho, de organização política e de pressão adequada. (Palmas.) (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p. 41)

O deputado Nelson Seixas finalizou sua fala, chamando a atenção para a aceitação dos “indivíduos com deficiência intelectual pela sociedade e a necessidade de se implementar políticas conforme a realidade dessas pessoas e o contexto social em que vivem.” (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p. 41)

3.2. A questão dos direitos das pessoas Idosas e pessoas com Deficiência Auditiva

Então, no caso, numa sociedade de relações sociais iníquas, o oprimido e o opressor fazem parte do mesmo jogo que degrada, deprime, humilha e aniquila, não só o indivíduo, mas esse grupo que abriga essas formas de existência coletiva. [...].(Maria Leda R. Dantas. ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.44)

A Ata 6⁵⁴ da Subcomissão de negros, populações indígenas, pessoas deficientes e minorias corresponde à audiência pública que foi realizada em 27 de abril de 1987. Dentre algumas participações, destacamos a de Maria Leda Rezende Dantas (p. 44 a 46), em torno das problemáticas que envolviam pessoas idosas⁵⁵ e representantes das pessoas com deficiência auditiva. Segundo documento,

⁵⁴ Assuntos: Programa de recuperação dos alcóolicos / Irmandade dos AA / Idoso / Direitos dos deficientes auditivos e a Constituinte / Oportunidades para o deficiente auditivo / Prevenção e integração do deficiente auditivo. Expositores: José Washington Chaves, Maria Leda de Resende Dantas, Célia Maria Ignatios Nogueira, Gilson Tostes Borba, Ana de Souza Campello, Tereza Cristina Lago Barbosa Silveira, João Carlos Correia Alves e José Rinaldi. Publicação no DAC, 20/5/1987, Supl. 62, p. 107.

⁵⁵ Essa fala sobre a questão dos idosos auxilia no entendimento de questões sociais ditas das “minorias”.

Então, eu agradeço aos Srs. o privilégio de estar aqui, não para falar em nome dos velhos, que, por questão legal ou talvez até cronológica, eu não os pudesse ainda representar: mas estando dentro do aparato estatal eu tento fomentar, eu tento pelo menos afirmar que os velhos no Brasil se constituem num grupo marginalizado. Eu não diria minoritário, porque a questão das minorias é uma questão de país desenvolvido, onde a pobreza é Minoria, onde o judeu ou os velhos podem ser Minoria. Infelizmente nos países oprimidos e dependentes, a miséria, tristeza e opressão não é apanágio de pequenas Minorias, é o cotidiano da imensa Maioria de cidadãos. Então, quando nós falamos aqui dos problemas da Minoria étnica ou das circunstâncias sexuais, ou da questão de idade, nós não estamos falando da Minoria, nós estamos falando da Maioria. [...]. Porque não é preciso ser aleijado para ser solidário com o aleijado, não é preciso ser alcoólatra para ser solidário com o alcoólatra, e a questão da velhice não é questão para velhos, a questão da velhice é uma questão para a sociedade como tal. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.44)

Apesar de o seu discurso ser voltado às pessoas idosas, Dantas não se colocou como alguém que estaria na tribuna para falar em nome desse segmento, porém, ela fala a partir de um aparato estatal do qual participa e faz uma diferenciação da situação nacional desses indivíduos, classificando-os como um grupo marginalizado e não como minoritário. Ao fazer esta distinção, ela relaciona a condição marginal deste grupo à condição econômica dos países oprimidos e dependentes, nos quais a miséria está intimamente ligada à opressão, que faz parte do cotidiano de seus cidadãos. Comparou a situação desse segmento da população com a dos Estados Unidos, com mais direitos e com as dificuldades encontradas em países subdesenvolvidos. Assim, levada pela piedade, afirmou que passou a ter compromisso incondicional com a causa da defesa de direitos destes indivíduos.

Segundo Dantas, não havia necessidade de uma pessoa possuir uma característica para representar e lutar pela causa de um determinado grupo. Com isto, podemos pensar sobre o protagonismo dos grupos minoritários e qual o limite da legitimidade representativa, pois, uma pessoa que não vivencia determinadas características, pode atuar perfeitamente na defesa de direitos, porém, não vivencia na prática diária, preconceitos, desrespeito a determinados direitos e diferentes experiências em sua interação com a sociedade, seja com seus pares ou com outros segmentos sociais.

Ela ponderou, em sua fala, que as questões relativas aos idosos não diziam respeito apenas a eles, mas sim a toda sociedade na construção de políticas públicas que

pudessem contemplá-los. Em seu ponto de vista, explica que a subcomissão em questão deveria chamar-se "subcomissão da cultura" (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.45), pois, ao tratar das questões relativas à sociedade, automaticamente são trabalhados símbolos, valores e significados, estabelecendo a realidade a partir da ordenação ética, moral e econômica da nação brasileira. A realidade também se estabelece no trabalho com os grupos mais frágeis que compõem a organização social vigente. Destacou que, ao trabalhar com a velhice, visualizou, na prática, a relação entre as faixas etárias, os critérios de classe social e as questões étnico-raciais nas quais a discriminação, a injustiça e as desigualdades sociais se manifestam com maior força.

Afirmou, ainda, que todos estes fatores existiram em sociedades pré-capitalistas; no entanto, é preciso pensar que a ética burguesa se apropria dos signos, afim de garantir a atual estrutura de classes entre oprimidos e opressores. Ao separar estes dois grupos em seu discurso, ela tenta traçar um perfil de vivência que leva a uma condição de causa e efeito em relação à condição das pessoas que compõem estes dois grupos quando ficam idosos e a reação social a estes. Se os oprimidos estão acostumados com as migalhas oferecidas, eles desenvolvem certas características morais que os tornam pessoas tolerantes; no entanto, os indivíduos que oprimiram outros acabam pagando em sua velhice pelas coisas que fizeram ao serem rejeitados socialmente.

É preciso explicar que opressores e oprimidos não são categorias morais e, sim, fruto das relações dialéticas determinadas pela infraestrutura econômica social. Desta forma, as classes sociais não se constituem em uma relação antagônica entre indivíduos que fazem mal ou bem, mas são posições sociais coletivas exercidas pelos indivíduos e se subdividem em várias subclasses e, de acordo com estas, a ação de opressão se estabelece como expressão das hegemonias e contra-hegemonias estabelecidas quando se relacionam os donos de meios de produção, os trabalhadores e as classes médias. Dantas chamou a atenção para as relações que a sociedade faz entre velhice, as ações de caridade e assistencialismo praticadas pela alta sociedade burguesa e por grupos religiosos que constroem espaços exclusivos para este segmento social.

Fica claro, ao estudar, ao constatar as condições existentes dos sujeitos velhos da História do Brasil, nós possamos dizer que o opressor velho é muito mais dramático do que o oprimido velho. Aquele que a vida toda não teve o seu salário justo, não teve onde

dormir, que não teve sua dignidade assegurada, ele, ao longo das décadas pelo menos, já aprendeu a virtude ou o pecado da paciência. Ao passo que o cidadão homem, o cidadão forte, o cidadão machão, o cidadão rico, quando, a pretexto da idade, perde todo o seu prestígio e todo o respeito que a sociedade lhe deve, isso é muito mais duro para ele. [...]. Então, no caso, numa sociedade de relações sociais iníquas, o oprimido e o opressor fazem parte do mesmo jogo que degrada, deprime, humilha e aniquila, não só o indivíduo, mas esse grupo que abriga essas formas de existência coletiva. [...]. Quando se fala em velho, dá muito a impressão de alguma coisa ligada, quem sabe, ao Vice-Rei, Conde de Resende, no Século XVIII, criando seus asilos, à moda francesa, ou, quem sabe, pensa-se em alguns grupos religiosos piedosos que vivem de cuidar, de abrigar os velhos pobres. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.44)

Além de destacar que as questões relativas ao envelhecimento devem ser tratadas pela sociedade como um todo, também devem ser reivindicações e bandeiras adotadas por diversos movimentos sociais, que lutavam contra a discriminação étnico-racial, contra as ligadas às questões de gênero, e àqueles que giravam em torno das pessoas com deficiência. Ainda destacou que o envelhecimento se configurava como controle social e que este segmento era marcado pela invisibilidade e manipulação. Desta forma, a velhice seria a somatória das discriminações às quais foram submetidos estes sujeitos, principalmente aquelas ligadas à classe social e à idade.

Como exemplo, ela cita o caso de inúmeras pessoas que, em sua infância, saíram do meio rural e foram morar nas grandes cidades em condições precárias. Com isto, por inúmeros fatores não tiveram acesso ao processo de escolarização e pelo fato de serem pobres precisavam trabalhar cedo, o que diminui ainda mais as chances destes indivíduos levarem a frente seus estudos. Quando algumas destas pessoas conseguiam inserção no mercado de trabalho, ao passarem dos quarenta anos, o mercado criava mecanismos para que estes fossem gradativamente preparados para a aposentadoria. Dessa forma, o envelhecimento passa a ser tratado como algo obsoleto e que não poderia produzir mais frutos. Assim, Dantas cexplica que uma pessoa, para ser retirada do mercado de trabalho, é preciso que se comprove a incompetência do indivíduo e não a sua idade como critério principal. Após os quarenta anos, a pessoa já acumulou enorme experiência e, por isso, teria muito a contribuir com a sua equipe de trabalho.

[...] mesmo nos grupos minoritários, vamos dizer, nos movimentos das mulheres, nos movimentos de portadores de deficiência, quaisquer que sejam os grupos, ou a questão indígena, ou a questão da cultura negra, a questão da velhice não se coloca enquanto tal, quer dizer, nem para a sociedade como um todo, nem para os

grupos que lutam contra a discriminação. Agora, seria isso bom ou ruim? Eu diria que como signo que parece que a velhice é, quer dizer, como uma forma de controle social, a maneira como ela é tida, é natural que ela seja ao mesmo tempo colocada e obscurecida, porque na medida em que não vejo o envelhecimento e o desgaste do trabalhador, na medida em que essas questões não são colocadas muito claramente, elas podem muito mais facilmente serem manipuladas. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.44)

Ainda em seu relato, Dantas explicou que a velhice, assim como as outras fases da vida, são criações culturais que, em diferentes culturas, assumem determinadas estruturas e significados diferentes. Para ela, não existe a figura do idoso e sim, de pessoas de idade avançada que possuem maior história de vida do que as demais. Desta forma, o idoso seria um conceito metafísico que não possui ligação com a realidade das relações sociais e econômicas, variando conforme as culturas dos diversos povos. Ela exemplifica que, no Brasil, se uma pessoa idosa não perde o poder patriarcal, empresarial ou político, este é considerado um "velho de espírito jovem" (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.45).

O objetivo de sua fala é modificar o conceito de velhice de algo metafísico para uma realidade concreta destes indivíduos. Para tal, ela tenta relacionar a ideia de velhice com a dinâmica do mundo do trabalho; no entanto, ela confunde o conceito com a realidade material que rege o mercado de trabalho bem como as tensões sociais que elevam a discriminação de determinados grupos.

Nesse sentido, podemos notar que muitas coisas relativas à questão da velhice podem ser aplicadas às pessoas com deficiência, pelo fato de as duas categorias serem características dos seres humanos, mas que, em relação ao meio social, são produzidas barreiras que os impedem de exercer sua cidadania. No entanto, quando Dantas fala sobre a perda de poder e exemplifica que existe uma faixa de idosos que possuem poderes políticos e econômicos no Brasil, é preciso esclarecer que esse domínio é exercido por idosos ligados a uma determinada classe social, à classe dominante. Também podemos destacar que a condição de vida dos idosos em países pobres se diferencia da dos países ricos e imperialistas, ou seja, esses possuem uma base econômica que se reflete nas relações políticas, sociais e culturais. Assim, as proteções previdenciárias e outras que garantem políticas públicas aos idosos não influenciam diretamente nas questões econômicas concentradas nas ações políticas, ou seja, podem ser implementadas várias ações de bem estar dos idosos e outras minorias e não modificar as correlações de força que conferem a eles uma realidade social que pode ser

modificada de acordo com os interesses das classes hegemônicas.

[...] porque não adianta nós termos toda uma política de proteção previdenciária, habitacional, sanitária, se isso é feito às custas da liberdade, do respeito e da integração social dos mais velhos. Acredito que tomando como base todas as manifestações culturais brasileiras, desde os folclores, desde as nossas religiões afro-indígenas, desde o nosso carnaval, em que as gerações estão integradas em torno de objetivos, e não da funcionalidade do industrialismo, que já está em véspera de terminar, eu acredito que nós teremos, dentro de uns 10 ou 15 anos, alguma coisa de bom para dizer para os europeus e para os americanos, de tal forma que haja esperança de viver, como já dissemos, que quando se desejar aos Srs. Constituintes uma longa vida seja uma bênção e não um anátema. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.46).

O constituinte Nelson Seixas (p. 46) pergunta a Dantas como ela percebe a relação entre as ideias relativas à idade e às questões de gênero, e afirma que, biologicamente, existem semelhanças na aquisição de várias características, porém, as mulheres se engajavam mais em movimentos de luta por direitos de pessoas idosas e que, no mundo ocidental, elas não são respeitadas como nos países orientais. Ela responde que a questão relativa às pessoas idosas está ligada à sua produtividade no mercado de trabalho e não ao seu intelecto e experiência.

Com relação às questões de gênero e à participação em grupos de idosos, ela afirma que estes espaços não eram locais de lutas por direitos nem contra o machismo, mas locais de lazer nos quais as mulheres que os frequentavam passavam a agir de forma infantilizada e acabavam se submetendo a instituições que sobreviviam às custas da infantilização destas pessoas. Assim, estas mulheres não se filiavam a instituições de luta por direitos dos aposentados, o que atrasava o processo de conquistas de melhorias.

Na fala abaixo, Dantas deixa claro que possui alguma deficiência, apesar de não relatar qual é, porém, por causa de suas análises iniciais pode ser que ela tenha relacionado à deficiência no sentido moral, e não físico. Ela faz distinção entre políticas públicas e políticas sociais e diz que as segundas são feitas para esconder questões referentes aos problemas estruturais da sociedade, enquanto as primeiras garantiriam às minorias seus direitos como cidadãos; entretanto, as conquistas de direitos não ocorrem a partir de conquistas legais, mas de lutas estabelecidas no interior da sociedade civil, sendo as políticas sociais, a extensão de políticas públicas voltadas às minorias. Nem sempre as conquistas jurídicas estão em compasso com as sociais, sendo que estas ocorrem em maior velocidade do que aquelas. Para finalizar, ela se diz à disposição para

colocar os constituintes em contato com grupos de idosos, caso verificassem a necessidade de ouvir os movimentos pelos direitos destes indivíduos. Ela defende, ainda, as nomenclaturas como forma de se assegurarem direitos específicos aos grupos marginalizados.

[...]enquanto aos aleijados, cegos, mudos e paráliticos foi atribuída a pecha de pessoas deficientes, a ponto de que um aleijado, como eu ou outro, são capazes de sermos chamados de deficientes sem que ninguém estile nem se indigne. [...]. Acho que essas categorias sociais, velhos, marginais, elas são muito boas exatamente para mostrar que tipo de políticas públicas nós temos que ter, para que não fique relegado às chamadas políticas sociais, que são o remendo das práticas e das estruturas básicas da sociedade. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.47).

3.3. Pessoas com Deficiência Auditiva

Parece ter uma parede muito grande. Eu e todos os surdos do Brasil desejamos e queremos que todos tenhamos os mesmos direitos e oportunidades iguais como os ouvintes e, assim, acabar as discriminações. É só isso que nós desejamos. (Ana Regina Campelo. ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.50-51).

Na continuidade da Ata 6, em seguida, falaram os representantes das pessoas com deficiência auditiva. Foram focalizados nesse estudo, o Sr. Gilson Tostes Borba, Secretário da Comissão de Lutas pelos Direitos dos Deficientes Auditivos, Regional do Paraná, Sr.^a Ana Regina de Sousa Campelo, Presidente da Federação Nacional de Educação e Integração do Deficiente Auditivo – FENEIDA; também, do professor João Carlos Carreira Alves, professor de deficientes da audição, Diretor da FENEIDA, o Diretor da Associação Alvorada, Congregadora dos Surdos.

O Sr. Gilson Tostes Borba, pessoa com deficiência auditiva:

O desejo do deficiente auditivo é que as propostas que nós mandamos para Subcomissão de Deficientes Auditivos fossem aprovadas pela Constituinte, porque é uma maneira de o deficiente auditivo conquistar um lugar que ele quer ter na sociedade, de um modo geral. Uma das ambições do deficiente auditivo é que ele possa ter o mesmo espaço que as outras pessoas têm, e não ser rejeitado. [...] realmente o deficiente auditivo é muito discriminado. Não lhe dão oportunidade, não lhe dão chance de mostrar o que pode ser ou que as outras pessoas pensam que ele

não pode ser. Existe muito paternalismo. O deficiente auditivo quer ter condições por si mesmo de provar que pode concorrer, nas mesmas proporções que os outros deficientes. [...] esperamos que, com este encontro, com este debate, possa sair alguma coisa em nosso favor, não em maior parcela, em detrimento do deficiente físico e visual, apenas queremos uma compreensão igual à que o constituinte dá aos outros deficientes. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.50)

Nesta fala, Borba destacou seus anseios com relação às propostas encaminhadas e fez uma explanação quanto às dificuldades e às necessidades das pessoas surdas. Segundo ele, os surdos eram o grupo mais discriminado, principalmente quanto ao acesso ao mercado de trabalho onde a maior barreira seria o acesso à comunicação e, por isso, se multiplicavam os estigmas pelo fato de os funcionários não conseguirem interagir com tais pessoas. Ele fez referências às leis que estabeleciam cotas para as pessoas com deficiência, porém, eram leis gerais que não estabeleciam a contratação por percentuais relacionados aos tipos de deficiência. Desta forma, as empresas acabavam contratando pessoas cegas ou com deficiência física e deixando de lado os indivíduos com deficiência auditiva.

Há uma percepção da deficiência como interação ambiental, ou seja, os indivíduos necessitavam de condições para estarem nos mesmos espaços que as demais pessoas e a falta delas criavam e perpetuavam barreiras que impediam as pessoas com deficiência auditiva, a exercerem sua cidadania. Isto indicava o começo de um entendimento que a sociedade deveria assimilar estes indivíduos garantindo-lhes o acesso, diferente do modelo médico, onde a pessoa deveria se adaptar à sociedade da melhor forma possível.

No entanto, a mudanças de paradigmas com relação às pessoas com deficiência não ocorrem somente no campo conceitual, mas nas vivências de tais pessoas. Além da exclusão pela falta de conhecimento das diferenças relacionadas às pessoas com deficiência auditiva, havia as exclusões legais, pois, pela lógica empresarial, ao estabelecer leis que supostamente beneficiavam a todas as pessoas com deficiência, permitiam também que se fizesse uma seleção daqueles que seriam mais produtivos sem gerar qualquer tipo de ônus para os patrões, dispensando ao máximo as adaptações do ambiente para que os contratados pudessem trabalhar.

Posteriormente, a próxima pessoa a falar foi Ana Regina de Souza Campelo, Presidente da Federação Nacional de Educação e Integração do Deficiente Auditivo (FENEIDA), que possuía deficiência auditiva profunda.

Esta Federação conta com 40 Associações de Surdos e com mais de 300 escolas especializadas que trabalham com surdos. A proposta da Federação é de acabar com as discriminações de surdos, principalmente nas escolas especiais, onde têm muitos professores que trabalham para si próprios e trabalham para os surdos, mas não conhecem os problemas dos surdos em profundidade. [...] Mas como a educação especial para introduzir o português para os surdos não é suficiente, os surdos vêm trabalhando muito para conseguir um espaço ou lutando contra as discriminações não só na educação, mas também na família. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.50)

Na fala acima, a presidente da FENEIDA destaca o tamanho da entidade, a quantidade de instituições a ela filiadas, sejam associações ou escolas especiais. Neste sentido, havia tanto entidades prestadoras de serviço quanto instituições que, na maioria, se declaravam como espaços de defesas de direitos. Assim, no processo de luta política, estes dois gêneros de organizações estão presentes nos processos de luta política e estabelecimento de políticas públicas, o que traz contradições e tensões no decorrer da luta por direitos.

No entanto, a exclusão sofrida pelas pessoas surdas é apontada neste relato como algo que possui diferentes origens nos âmbitos sociais. Ela está nos espaços familiares, no descaso governamental, e nos espaços segregados de educação especial, onde os alunos frequentavam ambientes escolares criados apenas para seus iguais e, no futuro, serem integrados a uma sociedade diversa, mas excludente. Entretanto, Campelo levou uma questão importante: a discriminação dentro dos próprios espaços de segregação com profissionais que não entendiam as especificidades dos alunos surdos, aumentando ainda mais a situação excludente que estes viviam, principalmente pela má qualidade do ensino de Língua Portuguesa.

Eu gostaria de esclarecer que o que me faz diferente é o fato de eu ter uma surdez profunda. [...]. Quero propor aos Constituintes aqui presentes, ao Governo, ao Presidente da República, que procurem sempre a comunidade dos surdos, encontrando as soluções certas para formar uma Constituição certa. Há muitas falhas, omissões, porque pensam como antigamente, o surdo era considerado excepcional. O surdo e o excepcional são pessoas diferentes. Os surdos têm capacidade de trabalhar e têm mentalidade diferente do excepcional. O excepcional não pensa e tem o apoio dos pais. Mas com o surdo tem na verdade muito paternalismo, não deixando os surdos falarem. O surdo pensa, mas não pode falar porque não tem comunicação com os ouvintes. Parece ter uma parede muito grande. Eu e todos os surdos do Brasil desejamos e queremos que todos tenhamos os mesmos direitos e oportunidades iguais como os

ouvintes e, assim, acabar as discriminações. É só isso que nós desejamos. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.50-51)

Campelo começou a diferenciar a pessoa com deficiência auditiva das demais. Explicou que a principal característica que a distinguia dos outros indivíduos era possuir surdez profunda. Isto apontava para um processo de mudança de perspectiva que trouxe a percepção de que tal característica era parte da condição humana, e não uma doença que deveria ser curada ou seus efeitos aplacados. Em seguida, ela conclamou os parlamentares a consultarem as pessoas surdas quando criarem leis, afim de debaterem sobre os assuntos que os atingem diretamente dentro da realidade trazida por este grupo por meio de suas experiências.

A fala da presidente da FENEIDA reitera outras falas anteriores sobre a maior barreira das pessoas surdas que era, e ainda é, o acesso à comunicação. Diante destas narrativas, a reivindicação de espaços para todos onde houvesse uma comunicação plena começa a ser debatida. Para tal, Campelo começa a diferenciar as pessoas surdas das pessoas chamadas excepcionais, termo usado principalmente para se referir a pessoas com deficiência intelectual. Em debates anteriores feitos na ata 5, alguns representantes de instituições voltadas a pessoas com deficiência intelectual tentaram estender o termo “excepcional” a todos os tipos de deficiência pois seriam um segmento social que necessitava de recursos diferenciados. Já neste caso, a palestrante associa “excepcional” a indivíduos que não possuíam capacidade de pensar, e assim eram representados por seus pais. Em contraposição a isso, as pessoas surdas seriam indivíduos que pensavam, mas não podiam expressar suas ideias.

Assim, a fala de Campelo revela que a fragmentação do movimento de pessoas com deficiência ocorreu pela diversidade de características que envolvem este segmento social. Ela revela o desconhecimento sobre pessoas com outros tipos de deficiência, ao dizer que estes indivíduos não pensavam. Dessa forma, cada grupo que atuava na luta por direitos que se formaram a partir da criação das federações nacionais por tipo de deficiência, ou deram continuidade ao trabalho realizado por entidades já existentes, reivindicava na Constituinte a partir das condições mais básicas daqueles a quem representavam. Além disso, ela coloca as pessoas surdas como capazes de trabalhar e se desenvolver, porém, sem a comunicação, o processo se tornaria mais difícil.

O Sr. João Carlos Carreira Alves (p.51), professor de deficientes da audição, Diretor da FENEIDA, Diretor da Associação Alvorada, Congregadora dos

Surdos, reitera as ponderações feitas por outros representantes de que a legislação voltada a pessoas com deficiência não era cumprida. Segundo ele, havia necessidade de moralizar as instituições do Legislativo, Executivo e Judiciário, para que, aqueles que as compunham pudessem colocar em prática a legislação. Ainda, segundo sua opinião, o cumprimento deveria ser feito de cima para baixo, para que tais instituições dessem o exemplo do cumprimento efetivo destas leis, pois o governo exercia o direito inconstitucional de violar os direitos constitucionais já garantidos.

[...] tenho esperanças, esperanças de ver filmes pela televisão com legendas, um direito garantido por lei que o próprio Governo não cumpre em suas emissoras oficiais; esperanças de ver os meus amigos e alunos surdos compreenderem o noticiário de televisão através de sua linguagem e de gestos, direito garantido e não cumprido; tenho esperanças de ver os srs., nossos representantes exigir, sem deixar de dar exemplo, que o Governo pare de ter o direito inconstitucional de violar a Constituição. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.51)

Os constituintes presentes na audiência expressaram suas impressões quanto aos depoimentos dos representantes de pessoas com deficiência auditiva. O constituinte Salatiel Carvalho (p.52 e 53) explicou que, inicialmente, não iria participar da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, e sim, da Comissão da Ordem Social que a congregava. Afirma que, nessa subcomissão, percebeu que as falas com as quais teve contato expressavam realidades que se tentavam esconder na sociedade, e que a exclusão envolvendo as minorias era fruto da falta de conscientização e informação.

Destaca que, em sua vida, não possuía os problemas que as minorias ali presentes relatavam, mas, ao ouvir os testemunhos e experiências das pessoas ali presentes se sentia sensibilizado, e que antes não conseguia compreender a grandeza e extensão dos problemas vivenciados pelas pessoas com deficiência auditiva e outras minorias. Segundo ele, era preciso sensibilizar a sociedade para garantir direitos. Desta forma, os parlamentares membros dessa subcomissão tinham a oportunidade e a missão de repercutir sobre as considerações feitas nas audiências, apesar da pouca visibilidade que ela possuía nos órgãos de imprensa.

Porém, ao destacar a importância da conscientização, Carvalho destaca algo interessante com relação à posição dos constituintes em relação às minorias ouvidas nas audiências. Apesar de Carvalho afirmar que os interesses dos grupos minoritários não interessavam à grande imprensa, também deixa claro que eles obtinham acesso a esses veículos de comunicação, algo que os indivíduos ouvidos não possuíam. Este acesso

não se dava apenas em nível nacional, mas também regional, pois o parlamentar menciona que a visibilidade das questões trazidas pelas minorias também era levada aos veículos de comunicação do estado de Pernambuco, o qual representava.

[...] até porque como o problema não é legal, não é problema de lei e não se restringe simplesmente ao que estiver definido na nova Constituição, como é um problema de conscientização, a nossa missão não vai se esgotar só no aspecto constitucional, no processo constitucional, porque ela realmente ultrapassa os limites desse processo constitucional, [...] eu acho que nós teríamos historicamente essa responsabilidade. Porque nós temos uma tribuna permanente, pelo menos durante esses próximos 3 anos e meio, teremos uma tribuna, nós teremos a imprensa, nós teremos os meios de comunicação, enquanto que o horizonte, o espaço dos representantes dessas minorias, até pelo fato de já serem discriminados, eles não teriam a oportunidade que nós vamos ter. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.52)

Logo após falou o constituinte Nelson Seixas (p.53), que destacou a importância da relação com a imprensa e da divulgação da Subcomissão, além de destacar o pouco contato da Constituinte com os brasileiros para o estabelecimento de debates, como os realizados na audiência com as pessoas surdas.

Gostaria que procurássemos mais os nossos pontos de convergência do que as nossas divergências; e que fizéssemos uma compatibilização de propostas. Fizemos uma série de propostas da Federação Nacional das APAE, porque excepcional, repito, não é só retardado – ele é exceção à regra – tanto é o super como o subdotado. E de encontros nacionais de entidades de pessoas portadoras de deficiências, conselhos e coordenadorias também saíram várias propostas, em número de 14. Vamos compatibilizar essas propostas, para ver onde elas falham, o que têm em comum, para que tenhamos, assim, um trabalho eficiente. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.53)

Neste trecho, Seixas responde a algumas considerações feitas pelos representantes de surdos, e tenta ampliar o conceito de pessoas excepcionais como indivíduos que são exceção à regra, e, portanto, tenta desvincular o termo somente das pessoas com deficiência intelectual e estendê-lo aos demais. Defende que as pessoas com deficiência em geral, deveriam se unir em torno de suas semelhanças e deixar as diferenças de lado para construírem propostas que englobassem a todos. Mais uma vez, traz sua história de vida para legitimar sua participação na comissão como conhecedor de causa e pai de duas pessoas com deficiência intelectual. Também afirma que não

gosta das segregações impostas a essas pessoas, pois sente que seriam consideradas inferiores até mesmo em relação a outras pessoas com deficiência. Compara a situação de seus filhos a dos surdos que, mesmo com dificuldades, conseguiram se expressar, enquanto seus filhos não poderiam fazê-lo, mas apesar disto, os pais se encarregariam de trazer as questões que envolviam as dificuldades de seus filhos.

3.4. Pessoas com Deficiência Física

[...]. Lutar pela integração social dos deficientes, mas lutar também por uma sociedade mais justa mais humana e mais fraterna. Uma democracia só se constrói quando tiver a base voltada para o social e o ser humano. (Cândido de Melo. ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.107)

[...] ou seja, as propostas têm que nascer não da cabeça de alguém, mas do fruto germinado dentro do movimento popular, dentro dos segmentos sociais. Só assim, os parlamentares passam a ser os verdadeiros representantes do povo. (Messias Tavares de Souza. ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.123)

Sassaki indicou, em entrevista, todo o trabalho preparatório desse segmento para a participação nas audiências, destacando, também o método e os principais representantes:

Tivemos uma participação grande na Constituinte. Nós, do movimento, trabalhamos no ano de 1987 inteiro, em âmbito nacional. Acontece que o anteprojeto da Constituição, escrito pela Câmara Federal, já estava pronto em 1986, sem termos sido consultados. Se você comparar o anteprojeto de 1986 com a Constituição que veio a ser aprovada em 1988, vai ver a grande diferença, o quanto nós conseguimos interferir. O anteprojeto era muito fraco, com aquela visão antiga, paternalista, sobre pessoas com deficiência. Ali, realmente, nós crescemos. Tanto que constituímos uma comissão e fizemos várias reuniões para fechar nossas propostas para a Constituição. Cândido Pinto de Melo foi o coordenador aqui em São Paulo, Carlos Burle Cardoso, em Porto Alegre, e Messias Tavares de Souza foi nosso porta-voz no Congresso Nacional, em Brasília. Eu era o secretário, fazia as atas. Viajamos bastante. Fechávamos cada artigo e o entregávamos ao Messias, que ia para Brasília brigar com os deputados federais e os senadores. Todo mundo sabia que Messias não era apenas uma pessoa, ele era o representante do movimento. Foi, realmente, uma vitória muito grande. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/assistente-social>. Acesso em: 05 jun. 2019.

Portanto, nessa sessão, dispondo dessa análise de Sassaki, podemos perceber o movimento de “chegada” até esse momento, com todas as dificuldades, mas também

com muito empenho, de frutos que se germinaram no interior dos movimentos, em muitos casos, conforme citação acima de Messias Tavares de Souza.

A ata da 9ª Reunião Ordinária⁵⁶ foi escrita em 30 de abril de 1987, às 9 horas da manhã. Na primeira parte dessa audiência, foram discutidas as questões das pessoas com deficiência física e, na segunda parte da audiência, falaram os representantes dos hansenianos, ostomizados e talassêmicos⁵⁷ que, por questão de espaço, não serão contemplados nesse trabalho.

O presidente da Comissão Ivo Lech passou primeiramente a palavra, ao assessor do Ministério da Cultura, professor Paulo Roberto Moreira (p.104), com a incumbência de discorrer sobre os trabalhos da Comissão e o que esta havia realizado até o momento. Ele trouxe para reflexão qual seria o sentido das pessoas com deficiência física estarem na audiência e a importância de participarem de um todo social no qual estavam inseridos. Desta forma, podiam entender o sentido de fazerem parte do Brasil à medida que podiam compreender que faziam parte de uma parcela da população que vivenciava a falta da garantia de direitos em seu próprio país.

Ele ressaltou que a luta das pessoas com deficiência física havia passado por mudanças que geraram um salto qualitativo em suas ações, pois estavam ali para discutir com as instituições que detinham o poder, assumir a autoridade para falarem sobre si e participarem da construção de uma nova cultura social. Ressalta que o desenvolvimento de um país precisa ocorrer de dentro para fora, e que o Brasil, ao se envolver com questões externas deixou de lado as mudanças sociais internas. Afirma que: “a única maneira de realmente se desenvolver é através da negação superadora de nossas deficiências” (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.104)

Moreira diz que a essência social se diferencia da aparência, pois a primeira esconde a segunda, e por isso, as pessoas com deficiência física, que participavam daquele momento, estavam deixando de ser o peso para tomarem a direção de suas vidas e construir por si mesmos, a história. Para ele, o desenvolvimento de uma

⁵⁶Assuntos: Superação deficiência física / Deficientes físicos e os meios de comunicação / Direito diferencial / Integração social dos portadores de deficiência / Reabilitação / Deficiente físico e a sociedade brasileira / Talassemia / Estomizados. Expositores: Paulo Roberto de Guimarães Moreira, Messias Tavares de Souza, Marcelo Rubens Paiva, Rosângela Bermann, Cândido Pinto de Melo, Alberto Nogueira, Antônio Maroja Limeira, Humberto Pinheiro, Benício Tavares da Cunha, João Batista Ribas, Francisco Carlos Kuneski, Jean Carlos Reinert, José Gomes Blanco, João Batista de Oliveira, Cláudio Vereza, Neusa Callassine, Bruno Giullarri, Francisco Augusto Vieira Nunes e Marcos Motta. Publicação no DAC em 21/5/1987. Supl 63, p.91.

⁵⁷À época, apesar de não serem pessoas com deficiência, estes grupos estavam junto ao movimento, pois algumas destas doenças geram deficiências, e assim acabavam se misturando à luta dessas pessoas por direitos.

sociedade provém dos grupos dominados, pois são os que mais vivenciam a realidade e a essência da exclusão social. Assim, aqueles que não atuavam nas instâncias de poder precisavam se esforçar para sobreviver e superar as barreiras, ultrapassando os limites de sua potencialidade, e com isso, se tornavam criativos e conseguiam mudanças concretas e qualitativas.

Neste sentido, ele convoca a sociedade a olhar a sua deficiência e não a dos indivíduos que ali estavam, e combater as violências geradas e disseminadas pela cultura. Além disso, destaca que o exercício da liberdade dos que ali estavam seria superar os limites da deficiência. Podemos perceber que, na fala do professor, já existia a ideia de que a sociedade possuía barreiras que precisavam ser removidas, porém, necessitava que as pessoas com deficiência lutassem para superá-las. O maior destaque desta fala foi a percepção de que as mudanças surgem de vivências concretas entre as pessoas com deficiência e as barreiras sociais que permaneciam nas relações culturais criadas por ela.

O próximo a discursar foi Messias Tavares de Souza (vide trajetória no capítulo 2), pessoa com deficiência física e, na época, coordenador da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos (ONEDEF), que levou as propostas aprovadas por este movimento e outras entidades nacionais, conforme Sassaki, anteriormente citado.

Ele iniciou o discurso discorrendo sobre o aspecto político deste movimento. Contou que, alguns anos antes, o Brasil possuía associações voltadas para esse segmento, porém, elas não possuíam cunho político, mas sim, assistencialistas e ou paternalistas. Por volta de 1980, as entidades começaram a se aproximar e seus integrantes começaram a perceber que as questões relativas às pessoas com deficiência física também afetavam outros grupos de pessoas com deficiência e demais minorias.

[...] apesar da importância que existe em ter nesta Constituinte uma subcomissão específica que, trata da questão dos negros, das populações indígenas, das pessoas deficientes, e das minorias várias, acho que cabe a nós, cada vez mais, trabalharmos não aqui neste fórum, mas também nas outras comissões porque não vemos como as questões de todos estes grupos de minorias sejam defendidas apenas sob ótica do social. Eu não sei como podem ser desenvolvidas se não passam também pelo político, pelo econômico, pela educação, pelo transporte, pelo lazer, pela profissionalização, pelo emprego. O tratamento tem que ser, sob muitos ângulos, sob muitos aspectos. Acho que a importância de tratarmos esses assuntos não fica apenas em pegarmos o rol de

propostas – e esperamos o apoio de todos os Srs. Constituintes, não apenas das Subcomissões, mas das etapas subsequentes – e fazermos com que sejam letra viva na nova Carta. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.104)

Tavares trouxe uma questão importante ao debate sobre o direito das pessoas com deficiência desenvolvida nos diversos encontros realizados entre várias instituições de pessoas com múltiplas características: a visão das problemáticas que envolviam as pessoas com deficiência de forma ampla, e transversal, que passava por vários âmbitos e não somente pelo aspecto social. Ele também deixou claro que o desenvolvimento dessa perspectiva ampla da garantia da participação plena destes indivíduos, surgiu a partir da desvinculação de grupos com pessoas com deficiência dos espaços assistencialistas, caritativos, e que exerciam a tutela sobre esta parcela da população.

Referiu-se a esta nova forma de pensar, às questões relativas às pessoas com deficiência, como uma nova consciência que deveria ser despertada e que ela pudesse se concretizar em ações efetivas necessárias à melhoria da qualidade de vida destas pessoas. Em primeiro lugar, era preciso trabalhar na prevenção para que as pessoas não adquirissem deficiências, e para tal, as esferas econômicas e política eram fundamentais nesse processo de mudança institucional e governamental, pois, da forma com que se encontravam serviam como instrumentos para os excluírem de todo o processo de participação na conquista de direitos. Nesse sentido, os fatores que levavam muitas pessoas com deficiência a não conseguirem falar por si, dependiam principalmente das condições sociais e econômicas que vivenciavam e por meio de mecanismos de exclusão não conseguiam atuar politicamente.

[...] se não mudarem as instituições, se não mudar o sistema mesmo de governo que nós vivemos, vamos continuar como aquela legião a que nos referimos, que é a maior parte – vejam bem – eles não estão aqui. Onde estão os deficientes mentais, onde estão nesta sala? Não os vi aqui, mas eles são mais de 50% dos nossos principalmente por fome. É como dizia o grande cientista Nelson Chaves, de quem nos orgulhamos em Pernambuco: eles ficam deficientes mentais, não crescem nem a nível intelectual, nem a nível de físico, porque já no útero das suas mães estavam subnutridos e as suas mães também. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.104-105)

Com relação às propostas apresentadas, essas foram trabalhadas no sentido de unificar as reivindicações, com perspectivas de serem melhoradas na comissão e que não houvesse retrocessos por parte da avaliação dos constituintes. Em seguida, ele

efetuiu a leitura daquilo que foi proposto no terceiro Encontro Nacional de Coordenadorias, Conselhos Estaduais e Municipais, e entidades de pessoas deficientes, que ocorreu em Belo Horizonte, em 7 de dezembro de 1986.

Na primeira proposta, havia a busca da garantia de que todos seriam iguais perante a lei sem qualquer distinção, inclusive pessoas “portadoras de deficiência” de qualquer ordem e almejava que a nova Constituição trouxesse dispositivos para punir qualquer discriminação que fosse contra os direitos humanos; a segunda buscava proporcionar à sociedade, políticas de prevenção de doenças ou condições que levassem à deficiência; a terceira procurava assegurar à pessoa com deficiência o direito à habilitação e à reabilitação, e que seu fornecimento incluísse também equipamentos necessários para alcançar os objetivos propostos por estes serviços; a quarta proposta reivindicava o direito à educação básica e profissionalizante, gratuita, sem limitações de idade, e desde o nascimento.

A quinta orientação previa que as três esferas: União, estados e municípios destinassem o mínimo de 10% de seus orçamentos à educação de pessoas com deficiência, valores que seriam destinados pela nova Constituição; já a sexta orientação visava à proibição das diferenças de salário e critérios de admissão, promoção e dispensa, baseados em motivos fundamentados em discriminações relativas às pessoas com deficiência, ou a qualquer outra condição humana e social; a sétima propunha a dedução de imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas que tivessem gastos com a adaptação e aquisição de equipamentos que fossem utilizados para o exercício profissional das pessoas com deficiência; a oitava sugeria a regulamentação e organização de oficinas que acolhessem este segmento, enquanto os indivíduos não conseguissem ser integrados ao mercado de trabalho competitivo.

Tavares lembrou aos constituintes que o Brasil fazia parte da Organização das Nações Unidas (ONU) e também da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e, por esse motivo, buscava apoio dos parlamentares para que o Brasil pudesse se tornar signatário da Convenção 153 da OIT, a qual o país havia se recusado a assinar até o momento. Nela havia a previsão de que o Ministério do Trabalho poderia exercer atividades para tornar compatíveis as políticas de empregabilidade também às pessoas com deficiências.

Na nona proposição, pretendia-se transformar a aposentadoria por invalidez em seguro reabilitação, para permitir que estes indivíduos pudessem trabalhar em outra função diferente da exercida anteriormente, e que houvesse essa garantia sempre que se

encontrassem em situação de desemprego. A décima proposta procurava garantir que as pessoas, com deficiência, com expectativa de vida reduzida, se aposentassem por tempo de serviço após 20 anos de trabalho. Já na décima primeira, pretendiam garantir que os edifícios públicos e particulares de uso público, os logradouros e os transportes coletivos, contemplassem a acessibilidade mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas e ambientais, e, ainda, a adaptação dos veículos.

Na décima segunda, buscava-se a implementação de políticas que trabalhassem a conscientização e informação junto a estabelecimentos de ensino, empresas, e comunidade com relação à importância de se prevenir doenças ou outros fatores que pudessem levar as pessoas a adquirirem deficiências.

A décima terceira procurava efetivar o direito à informação e à comunicação por meio da adoção de adaptações necessárias, para que este segmento pudesse ter acesso. E, enfim, a última proposta reivindicava a isenção de impostos de atividades que promovessem a pesquisa, produção, importação e comercialização de materiais e equipamentos voltados às pessoas com deficiência. Assim, Tavares fecha a apresentação das reivindicações levadas pelos grupos que ali estavam representados com o desejo de que elas fossem contempladas no texto da nova Carta Magna.

Em seguida, foi apresentado o escritor Marcelo Rubens Paiva (p. 105 e 106), o próximo a discursar. Ele se manifesta como alguém que faria uma explanação de sua vivência relatando as coisas pelas quais passava no dia a dia, uma vez que as propostas das entidades de pessoas com deficiência física já haviam sido mencionadas. Explicou que aceitou o convite, porque os parlamentares precisavam ouvir a sociedade para que o poder não estivesse tão distante como naquele momento. Explicou que era um jovem, brasileiro, filho do deputado Rubens Paiva, torturado e assassinado pelo regime militar. Aos 20 anos, adquiriu a deficiência física em um acidente ao mergulhar.

[...] nesses oito anos em que estou em uma cadeira de rodas, que a vida de um deficiente é um caos, é muito difícil. Os direitos básicos de qualquer cidadão, direito à educação, direito ao trabalho, o direito mais lindo que vejo numa carta, que é o direito de ir e vir, nos são praticamente impossíveis de exercer, pelas nossas condições físicas e através da falta de apoio e de consciência da nossa sociedade. Nesses sete ou oito anos, vivo pedindo favores [...]. Tenho a sensação de que estamos aqui um pouco como favor. [...] parece-me ser um favor em que o Senado e o Congresso fazem à sociedade civil. No entanto, todo dia 15 de março, dia em que tenho que declarar meu imposto de renda, percebo que não é exatamente a favor que esta Subcomissão existe,

e não tenho mais que ficar pedindo favor à sociedade brasileira para existir, para poder exercer minha profissão, para poder ter uma educação e saúde dignas de qualquer outro brasileiro. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.105)

No excerto acima, Paiva ressaltou que as dificuldades pelas quais as pessoas com deficiência passavam no dia a dia, ocorriam tanto pelas condições físicas dos indivíduos, quanto pela falta de consciência social, na efetivação dos direitos garantidos a todos os cidadãos. Ao dizer que vivia de favores diversos, deixou claro que o sentimento não era do exercício de uma cidadania plena, e que, quanto aos deveres, principalmente econômicos como a declaração do imposto de renda, era tratado como as demais pessoas, era preciso, portanto conferir dignidade e igualdade para estas como qualquer brasileiro.

Observa que a imprensa tratava as minorias com um distanciamento da sociedade em geral, como se fossem um público alvo de curas e milagres e não como grupos que possuíam propostas realizadas dentro de suas organizações com a finalidade de promover discussões sobre como deveria ser uma sociedade para todos. Apesar de as pessoas com deficiência constituírem uma parcela significativa da população brasileira, em torno de 13 milhões de pessoas, a imprensa as tratavam como assunto de reportagens sensacionalistas. Ele reivindicou que, por meio do trabalho das pessoas com deficiência e do pagamento de impostos, elas pudessem ter o retorno de sua contribuição para a sociedade, com condições para que pudessem exercer seu trabalho, estudar e viver.

Logo após, discursou a jornalista Rosângela Bermann (p.106. Vide também entrevista no capítulo 2), secretária de imprensa da ONEDEF e editora do jornal Etapa. Ela procurou complementar a fala de Paiva ao destacar que o deslocamento das pessoas com deficiência a duas semanas da audiência, para entregar o documento de reivindicações ao presidente da Constituinte Ulisses Guimarães, foi fruto de uma grande mobilização em todo o Brasil, e que este processo não foi fácil pela falta de transportes e recursos financeiros das entidades. Na ocasião, compareceram lideranças de entidades governamentais e da sociedade civil, porém, o presidente da Constituinte não apareceu e nem enviou representante para receber as propostas. Acontece que as pessoas com deficiência constituíam 10% da população e o segmento possuía representatividade suficiente para que alguns dos constituintes pudessem dar-lhes atenção.

Com isso, ela reforçou que a vida das pessoas com deficiência não incluía o exercício pleno da cidadania e, por isso, trazia enorme revolta ao perceberem a forma

como eram tratadas. E, apesar de pagarem impostos como todo mundo, não tinham os mesmos direitos sociais.

Acho que nós no nosso movimento procuramos, e os deficientes de uma forma geral também procuram, através de um discurso político, através de reivindicações, mudar, alterar, transformar a sua situação social. Nós reprimimos uma revolta muito forte. Acho que, neste momento, devemos, em vez de reprimi-la, trazê-la à tona, porque é hora definitivamente, de ocuparmos um local na sociedade, já que nós temos direito integral a ele. [...] ouvi várias vezes: vocês têm que ser tolerantes, vocês têm que entender que na hora, por falta de sorte, teve o problema dos bancários e isso mobilizou mais a imprensa. [...] apesar do intenso trabalho, não conseguimos passar sequer uma linha, através dos meios de comunicação, sobre a entrega do documento de 10% da população brasileira à Constituinte. [...] compramos esses direitos através dos impostos que pagamos. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.106)

Segundo Bermann, o movimento de pessoas com deficiência tinha o papel de modificar sua situação por meio de reivindicações e discursos políticos junto às instituições estatais existentes. Apesar de tentarem articular com alguns jornalistas, as pessoas com deficiência que ali estavam, não conseguiram destaque na mídia e foram preteridas em relação ao outro segmento. Além disso, foi pedido a estes indivíduos que tivessem tolerância com os problemas que surgiram e, dessa forma, sentiram que eram pessoas menos importantes apesar de representarem um segmento considerável da população.

Ela fala sobre a necessidade da organização política das pessoas com deficiência, para que os direitos conquistados ou os que poderiam vir a ser aprovados pudessem se cumprir à força. Também deveria haver um trabalho no sentido de promover mudanças sociais por meio das modificações culturais. Afirma que as transformações viriam por meio de lutas a médio e longo prazos. Desta forma, ela apelou para que os parlamentares incluíssem as quatorze reivindicações integralmente no texto constitucional.

Em seguida, discursou Cândido Pinto de Melo⁵⁸ (p.106 e 107), que era engenheiro e fazia parte do movimento das pessoas deficientes do estado de São Paulo e membro do Conselho das Pessoas com Deficiência do mesmo estado.

⁵⁸ A importância de Cândido de Melo no percurso histórico desse movimento foi ressaltada por Sassaki e Sueli Sotow no capítulo 2.

A sociedade brasileira é cortada verticalmente por setores sociais altamente díspares em condições de vida, em condições de saúde. A população brasileira, em sua grande maioria, é uma população de baixa renda, que recebe 2 ou 3 salários mínimos, e, nessa situação, as pessoas deficientes não são seres interplanetários. São cidadãos, a deficiência é adquirida em qualquer camada social e principalmente com as condições péssimas de higiene e de saúde, de pré-natal, que atinge mais, nos países subdesenvolvidos, as pessoas de baixa renda. Este é o primeiro corte, seria o corte vertical. Temos um outro corte, horizontal, o corte da deficiência, que atinge, independentemente da sua condição social, todos os cidadãos: é o código da grande marca da cultura preconceituosa que se tem sobre a pessoa deficiente. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.106)

Neste trecho, Melo relacionou a condição de pessoa com deficiência às diversas camadas sociais existentes e ressalta que a incidência de deficiências adquiridas ocorria principalmente em países cuja renda das pessoas era baixa e, conseqüentemente, o acesso à saúde, ao saneamento básico, e a melhores condições materiais de vida agravavam as exclusões sofridas por este segmento. O segundo ponto que ele destacou foi a cultura enraizada da sociedade, que tratava as pessoas com deficiência como incapazes, aumentando assim, a exclusão social. Dessa maneira, pode-se perceber que a exclusão das pessoas com deficiência na sociedade não ocorre apenas pelas características da pessoa, mas pelas condições de vida que elas vivenciam. Afirma que a cultura enraizada no Brasil possuía grande influência religiosa, pois pregava os milagres divinos em relação a pessoas que antes de passarem por tais fenômenos não possuíam valor algum para a sociedade e eram desprezíveis.

É, também, o caso da industrialização, onde a sociedade não coloca o valor do cidadão pelo que ele pode produzir, dentro dos conceitos da sociedade inteiramente capitalista, onde o lucro e a capacidade produtiva é muito grande. Isso conduz a quê? Conduz que o cidadão é visto como o ser produtivo dentro de um conceito de produção que está aí presente, e a maioria da população deficiente não pode vender aquilo que o cidadão brasileiro em sua maioria vende, que é a sua força física. [...] para se inserir no mercado de trabalho é necessário que ela tenha, pelo menos, um pouco de profissionalização. E o descaso do Estado é tão grande que qualquer um de nós aqui, qualquer pessoa, hoje, que fique deficiente terá de recorrer, obrigatoriamente, a entidades benemerentes, a entidades privadas, porque o Estado não assume nem a reabilitação das pessoas deficientes. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.107)

A sociedade capitalista comporta um modelo de produção no qual não se encaixaria a pessoa com deficiência. É importante esclarecer que ser uma mão de obra

produtiva no sistema capitalista não é apenas trabalhar mais em menos tempo, mas ter a capacidade de gerar mais-valia para os patrões. Sem o acesso ao mercado de trabalho com qualidade, a pessoa com deficiência ficava destinada a depender de instituições assistencialistas e caritativas para sobreviver.

Desse modo, a existência e atuação de várias entidades prestadoras de serviços ganhavam força pela inoperância do Estado e pelos modos de exclusão ao sistema capitalista. Nesse sentido, se o Estado não conseguia garantir tais direitos, não reconhecia as pessoas com deficiência como cidadãos, e testava sua incompetência na efetivação de direito.

[...] queremos que na área da educação, do trabalho, da legislação estejam concentradas explicitamente os nossos direitos diferenciais. É a única forma de assegurarmos que as pessoas deficientes sejam tiradas de cidadãos de segunda categoria para passar o cidadão pleno. Queria colocar, por fim, que sabemos que os planos dos deficientes estão diretamente ligados à solução dos problemas sociais e econômicos do País. [...]. Lutar pela integração social dos deficientes, mas lutar também por uma sociedade mais justa mais humana e mais fraterna. Uma democracia só se constrói quando tiver a base voltada para o social e o ser humano. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.107)

Finalizando o discurso, Melo ressalta a relação entre a integração das pessoas com deficiência e as condições socioeconômicas do país, que passava por profundas modificações. Ao participar deste processo democrático, as pessoas com deficiência esperavam não somente garantir os direitos inerentes a todas as pessoas, mas também, àqueles específicos e que esses estivessem presentes em todas as áreas debatidas. Esta relação da garantia entre o exercício da plena cidadania e a infraestrutura social chamada por ele de “recorte vertical”, mostra as hierarquias, tanto de luta quanto de implementação de políticas públicas por parte do Estado com a pressão dos movimentos sociais. Com isso, ele define a democracia como um regime que atende às necessidades sociais e humanas dos indivíduos.

O Sr. Humberto Pinheiro (p.108) do Rio Grande do Sul, conselheiro brasileiro da Organização Nacional dos Deficientes Físicos.

Até agora, de uma forma extremamente clara e objetiva vimos colocada a questão da reivindicação por direitos civis, pelo acesso, pelo trabalho, pela saúde, é preciso fazer a coisa de uma outra forma, dando um outro enfoque. O velho Aristóteles já dizia que o que torna comum as pessoas é a sua condição de humanidade, é a

essência que comporta todos os atributos no que concerne esta atribuição. E as condições de aleijados, negros, cegos, altos ou baixos são acidentes dessa essência humana. [...] a discriminação, o preconceito e as dificuldades encontradas são realidades concretas enfrentadas por nós, mas que não venham a fazer com que se ratifique na prática essa divisão artificial da humanidade em deficientes e normais. Esta divisão supõe que seja possível estabelecer, se quantificar o que é deficiente e o que é normal. Na medida em que se estabelece o que é deficiente, isto nos remete imediatamente para o estabelecimento da condição de normalidade. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.108)

Pinheiro afirmou que, ao pensar a garantia de direitos civis pelo viés da diversidade humana, a sociedade brasileira poderia romper com a separação entre pessoas ditas “normais” e indivíduos com deficiência. Além disso, a quantificação destas características e as exclusões que surgiam a partir da separação já citada, faziam parte do modelo médico de deficiência que procurava colocar as pessoas em um patamar mínimo de normalização.

Segundo ele, a divisão feita em 1981, pela Organização Mundial da Saúde, estabeleceu que 10% da população mundial possuíam algum tipo de deficiência, o que ele achava errado, pois ao enfatizar estes dados, colocava estes indivíduos no grupo dos discriminados e tornaria esta divisão artificial, uma realidade. Na verdade, o que existia, na opinião de Pinheiro, eram as diversas aptidões, divisões e habilidades do ser humano.

Do ponto de vista visual, para pegar um exemplo diverso da nossa área, a deficiência visual que eu tenho, um grau de miopia leve, é um tipo de deficiência, mas não sou considerado deficiente visual. Ao passo que um cego, que estaria num outro extremo da escala, é considerado. Aquele é muito de grau, de quantidade, nunca de qualidade. [...]. Tanto insisti nesta divisão, que nos colocar nesse grupo me parece uma temeridade. [...]. É um grupo especial que enfrenta deficiências sociais concretas de toda ordem. Fica, então, conforme as colocações aqui feitas, que se coloque vários pontos na Constituição, como garantia de direito.[...]. Vamos ter, na verdade, uma Constituição que é uma colcha de retalhos em matéria de garantias de minorias. [...] Vamos ter Constituições para grupos minoritários e não para a sociedade como um todo. [...]. Agora, a forma como isto vai ser colocada, tecnicamente, na Constituição, é que é a minha preocupação [...]. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.108)

Pela fala de Pinheiro e a relação com o discurso de outros representantes, podemos perceber que havia toda uma discussão com relação ao combate do modelo médico de deficiência e da percepção desta como característica humana. Mas, a suspensão da métrica e dos parâmetros para se designar tais características,

poderiam levar ao pensamento de que a sociedade não estava dividida entre pessoas com e sem deficiência.

O palestrante trouxe a ideia de que todas as pessoas, em algum grau, possuíam algum tipo de deficiência. Nesse sentido, esta fala assume uma postura oposta a outras declarações que consideravam as pessoas com deficiência como excepcionais e, portanto, deveriam estar em espaços sociais específicos, o que levava à segregação. Porém, neste trecho, o argumento vai para o outro extremo, o que causa também exclusão, pois dilui uma característica entre todos os seres humanos.

Novamente, a recorrência da preocupação da forma com que este segmento seria tratado no texto constitucional, pois alguns defendiam que deveria haver um capítulo separado tratando de todos os direitos voltados a esses indivíduos. Já outros achavam que cada capítulo deveria ter questões relativas a pessoas com deficiência e, no caso do trecho descrito, havia a defesa de que não deveria haver direitos específicos para minorias, pois todos seriam tratados pela Constituição como seres humanos em uma definição geral de humanidade.

Logo após esta fala, ocorreram as ponderações feitas por Benício Cunha Melo (p.108), que era funcionário do Senado Federal, e exercia a chefia de gabinete da Assessoria Legislativa no Senado e foi, também, ex-presidente da Associação dos Deficientes Físicos de Brasília. Melo relatou que, desde o ano de 1978, ele e vários companheiros ali presentes, além de muitos outros, pensaram em criar um movimento nacional que pudesse reivindicar direitos, o que foi concretizado após o encontro nacional de entidades de pessoas deficientes em 1980, onde surgiu a Coalizão Nacional de Pessoas Deficientes. Inicialmente, eram 39 entidades espalhadas por todo Brasil, enquanto que, naquele momento, havia somente ligadas à UNEDEF, bem mais entidades do que no começo.

Após a formação da Coalizão em 1980, o movimento de pessoas com deficiência passou a se preparar para participar do Ano Internacional da Pessoa Deficiente, que foi instituído pela ONU, em 1981. Foi reivindicada a participação efetiva das pessoas ligadas à militância na Comissão formada pelo então presidente da República, cujos componentes nomeados não possuíam deficiência, que eram justamente as pessoas indicadas para participar e reivindicar seus direitos (Cf. já apontado na Introdução). Após este fato, foram criados outros órgãos e conselhos com uma coordenadoria nacional de integração das pessoas deficientes que não possuía membros com deficiência em sua direção. Melo destaca a importância dos

parlamentares com deficiência no diálogo entre os órgãos governamentais e o movimento. Reitera também que, antigamente, seriam os médicos e diretores de clínicas aqueles que falariam no lugar dos indivíduos com deficiência, e que, na ocasião da Constituinte, estas pessoas estariam falando por si, sem porta-vozes, e podiam reivindicar coisas que não eram consideradas importantes por aqueles.

O País vem sofrendo há muitos anos e muitas são as populações marginalizadas. Não se vá dizer que, com um salário mínimo, o povo possa viver bem. E, é claro, o deficiente é fruto dessa política, é fruto de uma política econômica que tem marginalizado o povo e tem colocado o povo a mercê de uma classe dominante, como a classe dos banqueiros, dos espoliadores, dos grandes latifundiários, que vêm usurpando toda a renda nacional, em benefício próprio e deixando milhões de brasileiros minguando, passando fome por este Brasil afora.[...] mas a luta não vai parar aí, porque, como bem declarou, na sessão de segunda-feira, o Constituinte Saboya, temos que estar juntos não só na Constituinte, mas na regulamentação, para ação, para cobrança, e para efetivação dessas medidas. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.108)

Neste fragmento, o discursante relaciona as questões relativas à exclusão das pessoas com deficiência às questões políticas e econômicas do país, e ressalta que, sem medidas econômicas e políticas para toda a população, essas pessoas, bem como outras minorias, sofreriam com a fome e a miséria pela espoliação feita pelas classes dominantes e que possuíam o poder político e financeiro. Ele lembra às pessoas ali presentes que a luta pela garantia de direitos não se restringiria apenas ao acolhimento das propostas pela comissão, e sim, garantir que nas outras reuniões das subcomissões e comissões, estes direitos estariam assegurados no texto constitucional.

Ao final da sessão, passaram a falar os parlamentares. O primeiro foi João Batista de Oliveira (p.109 e 110), que era vereador pela cidade de Belo Horizonte. Ele trouxe para os constituintes documentos produzidos por entidades que foram colhidos na Câmara Municipal, daí a importância de trazer a sua fala, indicativa da movimentação social pré-constituinte. Ao falar sobre a instituição de serviços voltados à reabilitação, afirma que o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) funcionava como o “Ministério da Doença”. Além disso, a verba destinada à saúde servia para custear convênios com hospitais particulares, que constituía 30% da rede hospitalar brasileira daquele momento. Com isto, estes estabelecimentos ficavam com a verba que seria destinada aos trabalhadores, o que provocava desigualdade no acesso à saúde.

Para mostrar as diferenças de acesso à saúde, ele exemplificou falando sobre as campanhas de vacinação que visavam imunizar muitas pessoas, porém, havia pouco comparecimento e muita incidência de doenças como a poliomielite. As pessoas que adquiriam deficiências, por meio destas doenças, não tinham acesso a aparelhos ortopédicos para que as crianças pudessem se desenvolver melhor. Segundo ele, a responsabilidade da reabilitação destas pessoas deveria ser da previdência social, porém, esta estava manipulada pela Federação Brasileira dos Hospitais. Destaca que a Legião Brasileira de Assistência atendia acerca de 10% do total de pessoas com deficiência que chegavam a três milhões de pessoas. Os 90% restantes ficavam sem qualquer atendimento.

Ele trouxe a posição da Associação Brasileira de Paraplégicos que levantou uma proposta que estava fora do documento feito por ela, mas era pertinente que fosse incluída nos debates desta comissão: todos os medicamentos que servissem para manter as pessoas vivas ou melhorassem a expectativa de vida, deveriam ser controlados pelo governo e que o Estado promovesse sua distribuição. Em seguida, comentou sobre o documento conduzido por Messias Tavares de Souza, que apresentava as catorze propostas. Ele comentou as várias discordâncias em relação a alguns itens e disse que não gostaria de vê-los aprovados. Nota-se, então, a dificuldade na unificação das propostas e dos objetivos da participação nesse momento da constituinte.

Com relação à reserva de 10% das verbas municipais para a educação ser destinada ao ensino das pessoas com deficiência, ele destaca a disparidade orçamentária dos municípios, o que poderia provocar desigualdades na destinação dos recursos. Ao invés disso, propôs que fosse aprovado que estados e prefeituras possuíssem a obrigação de construírem um plano de educação especial integrado com o ensino regular. Segundo ele, as políticas de atendimento trariam a integração das crianças com deficiência na escola comum e na comunidade onde viviam.

Outro questionamento feito foi em relação à garantia de aposentadoria da pessoa com deficiência aos vinte anos, pois a expectativa de vida dos trabalhadores brasileiros já era reduzida e a das pessoas paraplégicas era de dez anos, porque morriam por causa de infecções pela falta de atendimento médico e pelo pouco poder aquisitivo para comprar remédios. Segundo Blanco, a questão não era definir um tempo de aposentadoria e sim, quando as pessoas com deficiência conseguiriam entrar no mercado de trabalho. Quanto à questão do tempo de aposentadoria, este item poderia beneficiar algumas pessoas com deficiência que já estavam no mercado de trabalho, e,

quanto ao tempo de serviço, se a pessoa não conseguisse desempenhar as suas tarefas, bastaria que pedisse a aposentadoria por invalidez.

Com relação à isenção de impostos, para quem desenvolvia pesquisas de produção, importação e comercialização de produtos, ele denunciou as montadoras de carro que firmaram contratos com uma empresa montadora de peças de Belo Horizonte, para vender produtos e equipamentos às pessoas com deficiência e exigiam que a isenção de impostos já garantida para a compra de carros adaptados fosse atrelada a aquisição das adaptações de veículos feitas por esta empresa, cujo valor superava os benefícios garantidos.

Quanto aos documentos trazidos por ele de Belo Horizonte, fez algumas observações com relação às propostas. Destaca que o diálogo com as entidades governamentais muitas vezes desorganizavam as instituições da sociedade civil, e por isso, o movimento de pessoas com deficiência possuía reservas quanto à promoção de encontros com órgãos governamentais, e também era contra que militantes participassem de cargos públicos; quanto à questão do estabelecimento de uma renda para garantir a sobrevivência digna, defendiam que as pessoas nascidas e declaradas inválidas recebessem o direito a uma fonte de renda ou pensão, afim de que tais pessoas possuíssem dignidade.

Defendeu também que o seguro desemprego deveria ser pago não somente a trabalhadores desempregados, mas às pessoas com deficiência que não conseguissem voltar ao mercado de trabalho; com relação à obrigatoriedade do governo em manter centros de recuperação, eles possuíam reservas, pois era preciso saber se eles seriam as mesmas instituições que já funcionavam como clínicas de repouso de hospitais particulares, conhecidos como hospitais psiquiátricos que só serviam para institucionalizarem os doentes mentais, e atendiam aos interesses de indústrias farmacêuticas e grupos de hospitais. Assim, o termo seria trocado para “centros de reabilitação física e profissional”; quanto aos medicamentos, defendiam a inclusão da medicina natural bem como do controle dos medicamentos que mantinham e prolongavam a vida. Com relação à comunicação social, incluíram a obrigatoriedade das televisões de manterem programas voltados às necessidades das pessoas com deficiência auditiva, ainda que tivessem colocado que a comunicação seria universal.

Logo após falou o deputado do estado do Espírito Santo, Cláudio Vereza (p.111), destacando que o estado do Espírito Santo era pequeno e, muitas vezes, desprezado pela administração pública e lembrado somente em certas ocasiões.

Ressaltou que os problemas referentes à mobilidade para participar das audiências populares em Brasília era um obstáculo à participação popular, porém, ele conseguiu vencê-los. Em segundo lugar, falou sobre a importância do momento histórico vivenciado pelo segmento das pessoas com deficiência que possuía um número significativo de pessoas e, portanto, deveriam participar da Constituinte, uma vez que as propostas trazidas por elas foram fruto de uma luta social coletiva, iniciada em 1978. Desta forma, o espaço para a participação da sociedade civil havia sido aberto por meio das conquistas de reivindicações sociais.

Em terceiro lugar, ele trouxe seu ponto de vista com relação ao debate e concordou com a fala de Cândido Pinto Melo, quando afirmou que a exclusão das pessoas com deficiência ocorria por dois motivos: o econômico social e o cultural, que influenciavam diretamente nos problemas relativos às pessoas com deficiência. Na passagem a ser apresentada mais à frente, afirma que a posição do Brasil no mundo e a forma com que o sistema capitalista se desenvolvia dentro de uma sociedade inserida em um país periférico, trazia para a maioria da população sua exclusão do processo de desenvolvimento social, econômico e político. Com isto, somado às condições de deficiência adquiridas por problemas sócio-econômicos e de saúde, podemos notar que os fatores excludentes estão diretamente ligados à situação da vida material da maioria da população pobre no Brasil.

Ele destacou que a maioria da população era desinformada a respeito dos assuntos que envolviam pessoas com deficiência e como a exclusão deste segmento poderia ser combatida. Os tabus criados ocorriam pela falta de informação que as pessoas sem deficiência tinham sobre a vida destes indivíduos. Os estigmas surgem quando a população não tem contato com a diversidade humana e, assim, vários preconceitos e discriminações são disseminados.

Para que estas questões pudessem ser resolvidas, Vereza aponta que a luta destes cidadãos por direitos não deveria ser feita fora da luta geral da população contra a exclusão social e em favor da democracia, da liberdade, e de uma sociedade justa.

Nessa e em muitas outras falas, enfatiza-se que a conquista de direitos não ocorre por acaso ou bondade dos gestores, e sim pela luta dos grupos excluídos que se organizam e geram tensões sociais ao romper com as bases sociais existentes. A luta nacional das pessoas com deficiência provocou na época, a ruptura com os sistemas paternalistas e assistencialistas, e desta forma ocorreram brechas que permitiram estes indivíduos falarem por si mesmo

ainda que as tutelas institucionais continuassem a existir. Da mesma forma, a consciência de que muitos males derivavam da situação de um país capitalista de “Terceiro Mundo”. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.111)

Vereza salienta que as conquistas legais eram um passo importante na luta dos movimentos das pessoas com deficiência por mais espaço de participação e ampliação de direitos. A conquista de prerrogativas constitucionais era uma etapa importante a ser efetivada, porém, a Constituição vigente já contemplava alguns direitos que não eram cumpridos e não foram contemplados no texto constitucional no *status* de artigo. Mediante a essas considerações, seria preciso que o movimento das pessoas com deficiência empreendesse uma luta permanente, para que estas leis pudessem produzir, na prática, os avanços necessários para combater a exclusão desta minoria.

Com o exemplo da luta contra a exclusão social, Vereza apresenta o caso das pessoas com deficiência que tentavam ingressar no serviço público, mas não obtinham êxito, porque os paradigmas sociais baseados na ineficiência destas para o trabalho se constituíam como barreira para o ingresso no mercado de trabalho, seja ele público ou privado. As conquistas sociais voltadas ao exercício do trabalho digno e a reivindicação de medidas, que pudessem proporcionar aos indivíduos com deficiência um sustento, para que, por meio dele, pudessem se capacitar e serem incorporados como mão de obra, são muito importantes para entendermos que, ainda que direitos sociais sejam garantidos, a base da luta contra a exclusão se faz no campo econômico que modifica a situação material das pessoas.

Nesse sentido, o deputado convocou os parlamentares ali presentes para trabalharem em alternativas que pudessem monitorar o cumprimento das leis criadas por eles e que o Estado pudesse atuar efetivamente no cumprimento delas. Apesar de, em algumas das falas, haver um determinado distanciamento entre sociedade civil e sociedade política, pudemos perceber que as tensões geradas pelos movimentos sociais refletem nas ações parlamentares.

[...] isso acontece com aqueles que, por direito garantido em lei, fazem concursos públicos e ingressam no funcionalismo, aliás, ingressam não, tentam ingressar, porque ao passar por um exame de uma junta, eles são barrados por serem considerados incapazes, inválidos, os nomes são os mais diversos. E com a acusação, ainda, acrescida de que, logo em seguida, vão pedir a aposentadoria. Então, não pode ser contratado pelo Estado, não pode ser efetivado no quadro do funcionalismo, porque vão pedir a aposentadoria. Apenas a legislação, que na maioria dos Estados existe, não

garante a aplicação do direito, ou o usufruto do direito. Devemos estar constantemente vigilantes – e creio que os Constituintes têm um papel fundamental na fiscalização e na execução das leis que eles mesmos elaboram [...]. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.111)

Logo após, o presidente da Comissão abriu a palavra para que os constituintes fizessem seus questionamentos ou pedissem esclarecimentos com base nos depoimentos das lideranças nacionais das pessoas com deficiência física. Apresentou-se o relator Alcenir Guerra (p.111 e 112), que manifestou seu apoio ao documento dos quatorze pontos e disse concordar com as observações feitas pelo vereador João Batista de Oliveira. Destacou que a inserção do mínimo de 10% de investimento na educação em alguns municípios seria insuficiente apesar de minimizar a questão.

E achei muito lúcida a colocação de S. Ex.^a sobre a aposentadoria aos vinte anos, e eu me indagava aqui, desde o começo das exposições dos diferentes segmentos desta Subcomissão, a respeito de um pedido quase que unânime, geral, sempre muito persistente a respeito da modificação da legislação da Previdência Social em relação às minorias. E perguntava-me qual seria a postura da Subcomissão, já que sendo funcionário concursado da Previdência Social e tendo feito carreira dentro da Previdência Social, sei das dificuldades e dos descaminhos que há dentro da Previdência hoje. E inclino-me – e quero entender que seja a inclinação de todos os Constituintes – a colocar aqui no nosso relatório, que será encaminhado à Comissão de Ordem Social e depois à Comissão de Sistematização, muitas reivindicações feitas pelas minorias nesta Subcomissão e esperarmos pela outra Subcomissão da Previdência e depois no contexto, na Ordem Social, que isso seja colocado com os pés no chão, o que é possível fazer na Previdência Social por todas as reivindicações que são feitas? (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.111)

No fragmento acima, ao falar sobre a aposentadoria especial para a pessoa com deficiência, Guerra expõe sua posição como um servidor que fez carreira na Previdência Social. Ao falar sobre o relatório que seria entregue à Comissão de Ordem Social e, posteriormente, seria enviado a outras comissões até chegar à redação final do texto da Constituinte, ressalta que seria preciso que as propostas fossem feitas dentro da realidade e que estas reivindicações fossem debatidas nas outras comissões. Para aprofundar o assunto, o parlamentar relembra uma conversa que teve com um servidor da Serviços de Engenharia e Planejamento do Nordeste (SEPLANE) em que questionou qual seria a possibilidade da Previdência Social ofertar um salário mínimo por pessoa com deficiência, visto que o Brasil tinha uma grande infraestrutura.

Ao fazer os cálculos, foi demonstrado à Guerra que havia possibilidade da implantação de tal política, desde que houvesse modificação nos sistemas de arrecadação e financiamento da Previdência, e, se ocorressem cortes em alguns benefícios fornecidos à época. Com isto, chega-se à conclusão que a Previdência Social brasileira e sua estrutura política e socioeconômica precisavam encontrar equilíbrio entre despesa e arrecadação, para que algumas reivindicações, como a aposentaria especial para pessoas com deficiência, fossem implementadas. Em sua opinião, tal observação deveria ser colocada no documento da Subcomissão na qual proferiu este discurso, para que, ao chegar em outras subcomissões e nas comissões temáticas, as reivindicações das pessoas com deficiência fossem contempladas, levando em conta o que o segmento almejava e o que seria possível implementar.

O parlamentar fez uma ressalva quanto aos números apresentados, que divergiam daqueles com os quais ele teve acesso. Isso levantava uma questão importante, sobre como esses dados eram colhidos e disseminados. Para finalizar, classificou o documento com um nível bom, mas que, ainda, se encontrava tímido nas considerações que reforçariam a necessidade do cumprimento das reivindicações, e por isso, os parlamentares poderiam se encarregar para que o texto constasse na redação final da Constituição e pudesse ser vinculado à obrigatoriedade da execução e a necessidade de fiscalização, para que os leitos fossem cumpridos.

Encerrando os trabalhos da manhã, falou o presidente da comissão Ivo Lech, destacando que, nas falas dos representantes das pessoas com deficiência física, não havia amargura, apesar de possuírem dificuldades de locomoção. Em segundo lugar, ressaltou que, durante os anos de luta, as pessoas com deficiência passaram a compreender que possuíam uma questão comum, e por isso, deveriam ser inteligentes para se unirem em prol das propostas formuladas e das bandeiras de luta. Em terceiro lugar, trouxe a diversidade político partidária apenas no fim para mostrar que, apesar das divergências ideológicas, essas não os impediam de tomarem posições comuns e lutarem juntos por um objetivo comum pelo avanço social e de se comprometerem à sociedade, também com as questões nacionais, tais como: combate à fome, miséria, falta de cultura e outras. Finalizou destacando que o compromisso das minorias era com o direito de todos os homens e com a liberdade.

A fala do parlamentar e médico Alcenir Guerra (p.118) ressaltou a sua participação como relator da Subcomissão e explicou que as questões levantadas eram importantes para o relatório ser construído. Ele também destacou algumas experiências

que vivenciou no Hospital de Clínicas de Porto Alegre e em cursos que ministrou na Argentina, onde a realidade do tratamento das crianças era diferente do praticado no Brasil. Ressaltou as condições precárias de trabalho que os médicos enfrentavam e a necessidade de a saúde ser reconhecida como direito de cidadão e dever do Estado, no qual este teria o papel de proporcionar os meios necessários para que os funcionários pudessem atuar.

[...]Somos um sistema anárquico na saúde, agravado por nosso sistema social, nossos problemas e realidades sociais, com a nossa realidade discriminatória, como dizia V.S.^a em alguns pontos [...]. Quanto mais na ponta do estrato social está a criança, mais agravado é o seu problema clínico, e, para corrigir isso, realmente, precisa-se de um novo enfoque de saúde no Brasil. Nosso sistema é multifacetado; precisamos unir um sistema só, que tenha um planejamento. De cima em baixo, e que atenda a nossas necessidades. Precisamos de uma unidade de comando. Hoje, temos "n" unidades, comandando o setor de saúde, e, principalmente, precisamos priorizar o setor. [...]. Investimos maciçamente hoje na ponta, na doença, e investimentos quase que zero na prevenção. [...]. Em 1988, em função de uma Carta Constitucional nova, nós não vamos ter saúde para todos os brasileiros. Mas, vamos ter aberta a porta para o caminho que nós queremos atingir no mais curto espaço de tempo. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.118)

Ao se inserir no texto constitucional que a saúde era direito de todos e dever do Estado, seria aberta uma via legal para que, no futuro, se fizesse uma lei ordinária esmiuçando os problemas relacionados à saúde e trazendo soluções para que o acesso a ela fosse realmente democratizado. Ele frisa que, no texto constitucional, seria garantido o direito geral, e as especificidades seriam tratadas mais à frente pelo Congresso.

Em seguida, discursou Júlio Costamilan (p.119 e 120) que voltou ao debate sobre questões relativas ao trabalho, principalmente questões voltadas ao Fundo de Garantia que deveria ser tratado pelo constituinte de forma a não provocar instabilidade no emprego de trabalhadores, que eram forçados a optar por este fundo, e não lhe era dada a escolha por um regime de estabilidade. Dessa forma, os trabalhadores, ao fazer esta opção, abriam mão da estabilidade que lhes era garantida até 1967, limitando a oferta de emprego às pessoas que optassem pelo FGTS. Destacou que era advogado de dez sindicatos do município de Caxias do Sul, e constatou que, por causa dos acidentes de trânsito que aumentavam no país, colocava o Brasil como um dos primeiros no índice de pessoas que ficavam com sequelas e adquiriram deficiência física e visual. Por isso, seria necessário adotar medidas de prevenção de acidentes e apoio a estes

indivíduos, para que seu direito de cidadania fosse respeitado e que eles pudessem integrar a sociedade, ou seja, que fossem emancipados em sua condição e alcançar coisas que não haviam conseguido antes.

Com relação à destinação de 10% dos orçamentos nas três esferas para a educação, ele explicou que seria muito importante fixar um percentual de gastos nesta área, e que houvesse prioridade para as ações voltadas às pessoas com deficiência no âmbito do sistema educacional no período da construção dos planejamentos orçamentários. Também concordava com a garantia da aposentadoria especial após vinte anos de trabalho, concedida a pessoas com deficiência que possuíssem expectativa de vida reduzida.

Há pouco tempo, recebi um processo da Coordenadoria Nacional, que se iniciou numa cidade do interior de São Paulo, senão me engano, em Ribeirão Preto. Foi a proposta de um Vereador, mais ou menos nesse sentido. Só não falava em tempo, e deixava uma coisa muito mais abrangente. Num encontro em Belo Horizonte isso foi citado, e houve, inclusive, divergências de posições. Principalmente, os paraplégicos defenderam essa situação, porque existe, realmente, uma condição que lhes desfavorece, eu diria, não no exercício profissional, mas na diminuição da expectativa de vida, por conta do exercício profissional, já que quase todos têm sua função renal afetada pela própria posição que ficam ou por incontínências urinárias, além de outros aspectos. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.120)

Para defender a aposentadoria especial, ele faz um relato no trecho acima de como a questão estava sendo debatida no Brasil sobre a atitude de implantá-la, não como privilégio, mas em respeito às particularidades das pessoas com deficiência. Fez a comparação com o caso de outros grupos que vivenciavam condições de trabalho e necessitavam de um menor tempo para se aposentarem, exemplo dos professores e dos mineiros. Desta forma, o reconhecimento do direito a essa prerrogativa seria avaliado com base não apenas na profissão exercida, mas também, na relação entre os profissionais e as atividades praticadas. Pensar em trabalho e aposentadoria não era uma ação excludente, mas complementar, pois as pessoas com deficiência precisavam exercer seu trabalho com dignidade por meio de ações do Estado voltadas a melhores condições laborativas, bem como a oferta de serviços de habilitação e reabilitação, garantindo que estes profissionais pudessem exercer suas profissões com qualidade e com a segurança de desfrutar da aposentadoria com a qualidade de vida.

Marcelo Rubens Paiva (p.120 e 121) fez questionamentos baseados na

exposição dos quatorze itens de reivindicação. A primeira foi relacionada ao item 7, que reivindicava a devolução do imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas, no caso dos gastos com adaptação e requisição de equipamentos necessários no exercício profissional das pessoas com deficiência. Ele pergunta se cadeira de rodas, equipamentos especiais como almofadas, coletores urinários e outros itens que as pessoas sem deficiência não precisavam adquirir já seriam dedutíveis do imposto de renda. Também, estendeu o questionamento a pagamento de enfermeiros, questões relativas aos tetraplégicos como necessidades de motoristas, e pessoas que necessitavam do auxílio de terceiros para o seu exercício profissional.

A segunda pergunta foi relacionada ao item 11, que buscava garantir o livre acesso aos edifícios públicos e privados de uso coletivo, a logradouros e aos meios de transportes. Ele explicou que sua residência era em uma rua íngreme, que o impossibilitava de chegar ao local onde os transportes passavam, por isso, questionou se, nestas circunstâncias, não seria melhor adotar um transporte especial para pessoas com deficiência física, custeado pelos municípios como, no caso da Inglaterra, que possuía sistema de transporte nesses moldes em locais construídos há muitos anos sem possibilidade de adaptação, caso de locais históricos.

Após estas considerações, Messias Tavares de Souza (p.104 e 105) respondeu ao escritor sobre os questionamentos feitos em relação ao documento redigido por alguns grupos de pessoas com deficiência física, não só como um participante da redação das reivindicações, mas também como militante que atuou no processo de sua concepção por meio de debates com outros integrantes dos grupos. Em relação ao item 7, dito anteriormente, ressaltou que a intenção era garantir que, a partir do momento que as pessoas com deficiência física acessassem ao mercado de trabalho, exercendo alguma profissão, tivessem este direito assegurado.

Segundo ele, o papel do Estado era gerir bem os seus recursos, para que pudesse atingir estágios mais avançados de garantia de direitos, e acreditava na possibilidade da implantação das sugestões dadas por Paiva, porém, as questões seriam consolidadas por lei ordinária e não propriamente pelo texto constitucional. Frisou que as propostas, que não fossem acolhidas pelos constituintes, ou questões técnicas poderiam, por meio do Parlamento e das organizações de pessoas com deficiência, alcançar aquilo que não foi contemplado. Com respeito ao item 11 já descrito, não foram especificados os meios de transporte que seriam adaptados, por isso, acreditava que seria algo a ser detalhado por meio de lei ordinária.

Cândido Pinto de Melo (p.121) fez suas considerações e destacou a reunião promovida pelo movimento, o qual participava como presidente desta subcomissão, em que entregaram a este um documento produzido em agosto de 1986, em São Paulo, que norteou as discussões com os candidatos à Constituinte, e também o documento posterior entregue aos então parlamentares. Observou que, nos escritos do ano anterior, possuíam reivindicações mais precisas em torno do qual pessoas com deficiência se mobilizaram em todo o país para colherem assinaturas na intenção de que o seu conteúdo detalhado pudesse ser inserido no processo da Constituinte. Para ele, não importava o prazo que levaria para alcançar este objetivo, mas interessava o respaldo de todos que debatiam os problemas destes indivíduos no intuito de inseri-los nos planejamentos gerais da sociedade.

Messias Tavares (p.123) tratou da questão relativa à aposentadoria e à invalidez, que eram segundo ele “um atestado de óbito civil”, pois eram aposentados pelas empresas enquanto poderiam trabalhar e contribuir com a sociedade, e por este motivo, a pessoa com deficiência passava a sustentar sua família com uma renda cada vez mais escassa, necessitando complementar sua renda com trabalho informal e atividades esporádicas. Isso levava à perseguição por parte da fiscalização e à superexploração realizada pelas empresas. Informou que, em vários países, existia um seguro para as pessoas com deficiência que comprovassem despesas adicionais por causa de sua condição, e que se convertia em aposentadoria quando a pessoa passava a exercer uma atividade diferente da anterior. Ele expôs que, quando as pessoas com deficiência, conseguiam emprego, enfrentavam preconceito dentro das organizações, e, muitas vezes, elas estavam se readaptando ao mercado de trabalho, com um salário inferior àquele que recebiam anteriormente. Alguns preferiam não receber aposentadoria e continuar trabalhando na informalidade.

Também manifestou preocupação com a reserva de vagas para pessoas com deficiência nas empresas, que era um assunto polêmico. Houve uma proposta na Plenária de reserva de 3% dos postos de trabalho a estes indivíduos. Em nome do movimento de São Paulo, manifestou sua discordância com tal proposta, pois achava esta medida ineficaz, pelo fato de não haverem profissionais capacitados para preencherem esta cota e não seria correto obrigar as empresas a ofertarem empregos. A competência para julgar se uma pessoa estaria apta ou não ao mercado de trabalho era dos empregadores e não do Estado. Ao pensar nesta medida como algo que serviria para incluir uma minoria social, seria necessário também oferecer porcentagens de reserva

para outros grupos, tais como: homossexuais, negros e outros. Na opinião de Tavares, poderia posteriormente haver a criação de lei ordinária que isentasse de impostos as empresas que adaptassem suas máquinas e seus prédios para garantir acessibilidade. O maquinário não estava adequado para que pessoas com diferentes tipos de deficiência pudessem operá-lo.

Com relação à defesa da assistência, à saúde e à reabilitação, que deveriam ser responsabilidades do governo, não poderia apenas adotar políticas de financiamento de entidades particulares beneficentes e filantrópicas, pois elas eram fruto de um sistema de assistência social precária que deixou lacunas. O dinheiro do Estado deveria ser aplicado em instituições ligadas a ele, ou à iniciativa provada com fiscalização do Poder Legislativo e órgãos públicos para que os tributos fossem bem administrados.

Messias Tavares, ao final de um longo debate com os presentes, destacou a relação entre os movimentos de pessoas com deficiência que, segundo ele, precisavam se unir e firmar parcerias tanto na questão do trabalho de base quanto na disseminação das propostas para o texto da Constituinte. Além disso, contavam com o apoio de várias outras entidades de parlamentares para que estas propostas não se perdessem, mas fossem efetivadas ao máximo possível. Também destacou que era necessário fazer o trabalho de base para fortalecer a luta das pessoas com deficiência por seus direitos. Assim, a necessidade de um trabalho em várias frentes, tanto no interior da estrutura estatal, quanto nas mobilizações que ocorriam na sociedade civil organizada eram importantes para o processo de conquista de direitos e de participação na construção de políticas públicas.

[...] apresentou uma proposta que era o trabalho do deficiente nas empresas, o empresário poderia descontar um total de 100% no Imposto de Renda. Aparentemente essa é uma proposta que facilita o mercado de trabalho para o deficiente, mais ela traz, por si, no reverso da medalha, que trabalho do deficiente é tão inútil, tão inútil que tem que ser dado de graça. Quer dizer, às vezes aparentemente é uma medida que vai favorecer mas ela só vai se agregar. São coisas que, às vezes, precisam ter, ou seja, as propostas têm que nascer não da cabeça de alguém, mas do fruto germinado dentro do movimento popular, dentro dos segmentos sociais. Só assim, os parlamentares passam a ser os verdadeiros representantes do povo. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.123)

Cândido de Melo (p.131) observou que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não trouxe as problemáticas envolvendo a deficiência em suas estatísticas, e achava necessário

que a Constituinte trouxesse benefícios que obrigassem o IBGE a contemplar este assunto nos próximos censos, pois era importante para a construção dos planejamentos de políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência. Frisou que as pessoas com deficiência resolviam seus problemas por meio de contatos com amigos ou de influências e persistências, e não tratava tais necessidades como direitos. Os problemas levantados pelo representante dos estomizados também poderiam se estender a outros equipamentos como as máquinas de escrever braile, que não eram produzidas nacionalmente e precisavam ser importadas, muitas vezes entravam no território brasileiro mediante. A pessoa que queria trazer algum equipamento para o Brasil conversava com fiscais da alfândega que os liberavam de maneira informal, já a população mais carente e os filhos de trabalhadores não possuíam acesso a eles.

3.5. Pessoas com Deficiência Visual

Nós, realmente, não somos pessoas deficientes, porque se fôssemos não estaríamos aqui, agora. Somos eficientes e muito. Somos pessoas com algumas limitações, talvez diferentes, com características pessoais. [...] (Ethel Rosenfeld. ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.137)

Na 10ª Ata⁵⁹ da reunião da Subcomissão dos Negros, Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, em 04 de maio de 1987, foram tratadas as questões relativas às pessoas com deficiência visual. A seguir, destacamos algumas falas.

O presidente Ivo Lech iniciou os trabalhos e destacou a participação de representantes das associações e movimentos sociais de pessoas com deficiência visual. O primeiro a falar foi Dr. Manuel de Aguiar (p.132 e 133), cuja biografia encontra-se no Capítulo 2, como presidente da Associação Pernambucana de Cegos, que iniciou falando sobre o documento que foi encaminhado à Subcomissão por uma fração destes indivíduos de vários estados do país. Ele continha as questões e as necessidades básicas desse grupo. Ele destacou a união entre as pessoas com diversas deficiências, incluindo aqueles a quem representava. Segundo ele, essa unidade estava expressa nas quatorze propostas já referenciadas na audiência daqueles com deficiência física. Elas foram elaboradas sob o princípio do resgate do direito à cidadania deste segmento social, pois

⁵⁹ Assuntos: Direitos dos deficientes visuais / Discriminação do deficiente visual / Educação especial / Unidade cultural / Racismo / Isonomia de vagas em empresas públicas para trabalhadores negros / Discriminação racial / Cultura negra / Questão negra. Expositores: Manoel Oliveira de Aguiar, Edson Ribeiro Lemos, Luzimar Alvino Sombra, Roberto Soares de Araújo, Maurício Zeny, Ethel Rosenfeld, Regina Lucia de Sá, Luiz Geraldo de Mattos, B. Paiva, Hugo Ferreira, Ricardo Dias, João Carlos de Oliveira (João do Pulo), Joel Rufino, João Jorge. Publicação no DAC 21/5/1987, Supl 63, p. 120.

ela sempre esteve à margem com um histórico de menosprezo e inferioridade que oferecia às pessoas com deficiência péssimas condições de vida e o suprimento de suas necessidades era ignorada. Destacou o alto percentual de cegueira causada pela avitaminose (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.133)

Como representante da região nordestina, ele chamou a atenção dos constituintes para o tratamento das questões relativas a esse segmento, que não tinha o devido tratamento por parte do Estado nos diversos níveis. Ele frisou que os governos se ocuparam em tratar apenas dos efeitos e não as causas que levava as pessoas a adquirir as diversas deficiências. Além da fome, não havia eficiência na realização dos exames pré-natais e na orientação das mães com relação à questão. Também não havia explicações para a comunidade sobre doenças hereditárias e síndromes e, portanto, seria necessário encarar essas questões.

Se olharmos a história deste País, constataremos que o enfoque dado pelos organismos e instituições particulares ou governamentais tem focalizado a questão do cego de maneira discriminatória, segregacionista, assistencialista e paternalista, e tem feito isto como uma opção mais cômoda para os próprios governos; governos esses que, ao invés de encarar o cidadão cego, como diz a Constituição hoje vigente, como cidadão brasileiro que tem direito a educação, à profissionalização, não faz essa mesma Constituição qualquer menção que elimine os cegos dessa participação. Mas é mais cômodo colocar a questão do cego de maneira isolacionista, porque atende às necessidades filantrópicas e paternalistas. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.133)

O segregacionismo também condenado na fala de Aguiar permeou a luta de uma parcela das pessoas com deficiência pelo direito de ter direitos. É preciso relembrar que os participantes delas eram heterogêneos e nem sempre defendiam a luta pela cidadania e, por muitas vezes, a sua fala era no sentido de garantir a oferta de serviços especializados e não a participação social dos indivíduos e a adoção do modelo integracionista que contestava o anterior.

Para tal, ele discorreu sobre as quatorze propostas já referenciadas na ata 9, que promoveu a nona reunião ordinária da subcomissão, que teve como tema as pessoas com deficiência física. Ele resume tais reivindicações em três temas fundamentais: educação, reabilitação e profissionalização. Eles consistem nos eixos fundamentais que procuramos adotar durante a elaboração da tese. No primeiro item, ele destacou a garantia de que todos os brasileiros seriam iguais perante a lei e por isto, haveria a

eliminação da discriminação por gênero, etnia, religião, convicções políticas e características de deficiência, e assim, haveria o resgate à cidadania.

Aguiar ressaltou que os cegos no Brasil não possuíam direito à participação no sistema educacional regular e quando eles iniciavam seus estudos, logo desistiam, pois a evasão era grande e aumentava gradativamente. Eles não eram estimulados a estudar e apesar de algumas regiões do país possuírem melhores condições, ou fatores menos prejudiciais, a maioria não obtinha respeito, considerando suas especificidades. A segunda preocupação com o processo de escolarização das pessoas com deficiência visual era a necessidade de promover a igualdade por meio da integração social e da emancipação que seria fruto do respeito dos direitos deste grupo, dentre eles, o acesso ao braile, a acessibilidade à informação, o acesso ao mercado de trabalho e a promoção da reabilitação.

Ele preferiu não se aprofundar nestas questões e afirmou que havia participantes na audiência que fariam uma explanação mais profunda sobre este conteúdo, pois estes companheiros tinham vivências mais substanciais. Para finalizar a fala, fez uma consideração sobre o texto da nova constituição, que ele não deveria trazer apenas novos paradigmas, mas que também fossem adotados novos meios que modificassem o sistema no intuito de tornar concretas as mudanças na realidade das pessoas com deficiência, que pudessem superar a marginalização e o descontentamento desta parcela da população com o descumprimento da emenda 12, promulgada em 17 de outubro de 1978 e ausência de regulamentação dela até a data desta audiência. Era necessário unir a teoria com a prática para promover o respeito a estes cidadãos.

Em seguida, falou o professor Edson Lemos (p.133 e 134), membro do Conselho Brasileiro do Bem-estar dos Cegos, do estado do Rio de Janeiro.

[...] historicamente, os deficientes visuais conseguiram esse direito há 133 anos, fruto não de um ato de filantropia ou de paternalismo, mas sim pela própria iniciativa do Governo Imperial, durante o Segundo Reinado. Infelizmente, essa conquista, que se deu há mais de cem anos, não frutificou em todo o território nacional, e foi preciso passar quase que mais cem anos, cerca de oitenta anos, para que uma nova iniciativa, também governamental, e não filantrópica desse continuidade a esse atendimento educacional. E, ao longo da História, os cegos têm procurado galgar as suas conquistas, através do esforço, através do empenho pessoal junto às autoridades, através de algumas leis que foram abrindo as portas aos deficientes visuais. Ainda, historicamente, no seu ponto de vista já abrangente, a educação, o atendimento aos deficientes, a levou até 1960, desde a primeira iniciativa da educação para os

cegos, em 1854, portanto, mais de 100 anos, defendendo temas dessas iniciativas assistemáticas, sem que houvesse, de fato, uma orientação política para o atendimento às deficiências de modo geral. A partir de 1960, tivemos um início de uma institucionalização, por parte do Governo, com a criação de campanhas para atender às diferentes áreas. Já, na década de 70, vamos ter um desenvolvimento de caráter do próprio Governo preocupado em traçar uma política a fim de organizar o atendimento aos deficientes. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.133)

Com relação às constituições anteriores, não houve a preocupação durante os seus processos de escrita com as problemáticas desta parcela da população. Em 1969, ocorreu a implantação das primeiras normas mais substanciais nas quais a educação dos alunos com deficiência ficava a cargo do governo, bem como as primeiras diretrizes constitucionais passaram a ser aplicadas. Todavia, o processo de normalização de seus direitos não foi fruto de iniciativas puramente estatais, mas da organização de entidades no âmbito da sociedade civil. Em 1965, o CBEC começou a pesquisar junto à comunidade a qual representava para relacionar as suas necessidades e com isso trabalhar junto aos constituintes para que as demandas enumeradas fossem incluídas no texto constitucional.

O Conselho fez consulta às instituições e realizou várias reuniões para o levantamento das reivindicações. Já na segunda metade dos anos 1960, o Ministério da Educação começou a produzir programas de educação que englobassem a implantação de medidas que dessem acesso às pessoas com deficiência nas escolas do sistema educacional regular. Para que isto se concretizasse, agentes do ministério ouviram, em nível nacional e internacional, as entidades ligadas a este grupo, e compilou as informações por meio de uma comissão composta por alguns representantes de entidades nacionais que elaboraram um documento pontuando direitos e garantias individuais. Esse documento trouxe conteúdos nas seguintes categorias: prevenção de condições que ocasionam deficiências; direito à educação e acesso ao mercado de trabalho, seja por intermédio do provimento de cargos para o serviço público ou admissão em empresas privadas; adoção de ofícios alternativos voltados às pessoas que não reuniam condições devido às suas características para ingressar em trabalhos competitivos e segurança social por meio de medidas que promovessem a integração destas na comunidade.

A participação do CBEC no processo de escrita do documento já citado foi importante pelo fato de ter formulado sugestões em conjunto com várias instituições

mobilizadas para coleta dos dados relacionados às necessidades dos alunos com deficiência. Após o recolhimento das informações obtidas, o texto foi enviado ao Ministro da Educação.

A partir dos encontros realizados, foram formulados questionamentos que nortearam a compilação das informações obtidas com a finalidade de submetê-las à avaliação das pessoas com deficiência que indicaram se o texto produzido pela comissão ministerial correspondia às suas expectativas para promoção de políticas públicas e garantia de direitos. Em 1966, os encontros e reuniões, que tinham como norte o documento original, continuaram e, importa ressaltar que esse documento era baseado nas consultas de entidades nacionais públicas e privadas.

Então, é uma terceira contribuição apresentada pelo Conselho Brasileiro, que representa entidades em todo o Território Nacional, o Conselho Brasileiro, que é uma organização filiada à União Mundial dos Cegos e que tem uma representação dentro dessa União Mundial dos Cegos; o Conselho Brasileiro que pertence à União Latino-americana – ULAT; o Conselho Brasileiro que tem, ao longo de 33 anos de sua existência, procurado, com as dificuldades naturais de uma entidade particular, tem procurado contribuir para com os deficientes, para sua melhoria e seus direitos na vida social, para facilitar a sua emancipação sócio-econômica. E é com esse passado do Conselho Brasileiro para o Bem-Estar dos Cegos que nós entregamos, hoje, à Comissão que tratará do problema dos deficientes, a nossa contribuição [...] (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.134)

O documento entregue pelos representantes de entidades de cegos possuiu duas bases fundamentais: a emenda 12 feita à Constituição de 1969 e os escritos, frutos das reuniões do conselho com entidades voltadas principalmente às pessoas cegas, produzidos durante a segunda metade dos anos 1960. As quatorze propostas entregues na audiência de pessoas com deficiência física não representavam todo o movimento de luta por direitos e, por isso, foi questionado nesta reunião. Segundo Lemos, havia algumas concordâncias em relação ao conteúdo, entretanto, as proposições feitas no encontro de Belo Horizonte não conseguiram atingir qualidade quanto à apresentação do grupo autor das reivindicações e não conseguiu explicitar nos objetivos as necessidades das pessoas com deficiência.

Dessa forma, o CBEC trouxe aos constituintes um documento mais analítico baseado na emenda 12 e, ao longo do texto, foi contemplado tanto um modelo mais descritivo quanto um mais sintético, para que fosse incorporada à futura constituição,

em conformidade com o modelo de redação que as comissões e subcomissões achassem por bem adotar. Outra proposta foi que todas as questões relativas às pessoas com deficiência fossem centralizadas em um artigo específico, com previsão de regulamentação futura. Isso foi feito para que os diversos assuntos fossem tratados em lei ordinária e para que não se repetisse o tratamento que a emenda 12 recebeu por parte do Estado, pois não houve políticas que buscassem o cumprimento efetivo dos direitos nela descritos. Por último, ressaltou as especificidades dos indivíduos com deficiência visual sem excluir os outros grupos.

Após a descrição do documento, Lemos faz uma pequena descrição das características dessa instituição que merecem destaque. Em primeiro lugar, ele frisou a sua abrangência nacional e que tinha a concessão para falar em seu nome. Em segundo lugar, o CBEC era filiado à União Mundial dos Cegos (UMC) e à União Latino Americana de Cegos (ULAC), e possuía representantes junto a estas instituições internacionais. Isto é importante para a compreensão de que não só a Constituinte fazia parte da consolidação dos grupos hegemônicos, mas também a nova ordem global que estava em processo de estabelecimento desde os anos 1970 até o início da década de 1990, que foi o período de formação de lideranças dos diversos movimentos sociais, que pudessem trabalhar em seus respectivos países em favor de orientações pautadas em princípios liberais.

A sua atuação em nível nacional havia começado há 33 anos e possuía caráter particular que, apesar das dificuldades, tinha como missão atuar junto às pessoas com deficiência visual para que pudessem adquirir melhores condições de vida, trabalhar para que elas tivessem os direitos sociais garantidos, bem como trabalhar para que atingissem autonomia no campo socioeconômico. Isso é mais um fator que mostra a consolidação de um grupo hegemônico e a sua organização política, que permitia a atuação junto a órgãos governamentais, no sentido de consolidar sua visão de mundo com relação às pessoas cegas e com baixa visão.

Ao passar às mãos da subcomissão com as reivindicações que julgavam pertinentes, o Conselho buscou contribuir com questões relativas ao acesso de seus representados ao mercado de trabalho. Durante a explanação, ele divide este segmento em três grupos segundo o grau de possibilidades de desempenhar um ofício e garantir seu sustento. Ele salientou que a admissão das pessoas com deficiência visual como servidores constava de um decreto expedido na primeira metade dos anos 1940, durante o governo de Getúlio Vargas, mas que não havia sido regulamentado para direcionar o

cumprimento do direito ao acesso ao serviço público causando insegurança jurídica.

Além disso, o documento pleiteava que as pessoas com deficiência visual e demais tipos deveriam ter assegurada no futuro texto constitucional a prerrogativa de poder comprovar suas capacidades no exercício das atribuições dos cargos que pretendessem ocupar. O segundo grupo que merecia destaque no texto da Constituinte eram aquelas pessoas com deficiência grave, que não conseguiam competir no mercado de trabalho sem um apoio durante o desempenho das atividades, mas que possuíam capacidades parciais para o exercício das obrigações corporativas. Para que elas fossem absorvidas pelo mercado, seria necessário que a nova Carta Magna trouxesse a previsão do que ele chamou de “trabalho protegido”, cuja aplicação viria a ser regulamentada.

Ressaltou a importância das denominadas “empresas pedagógicas” que podemos identificá-las como as instituições prestadoras de serviço bem como as escolas especializadas e institutos que preparavam seus clientes para o ensino de cursos técnicos. Nelas, o indivíduo era preparado para a integração social, muitas vezes com o início dos trabalhos na primeira infância que se estendia até a adolescência ou fase adulta. Dentre as soluções, o documento apresentava a previsão de incentivos estatais à empresa que mantivesse esta modalidade de emprego.

A terceira categoria de pessoas com deficiência referenciadas neste discurso são aquelas que não podiam contribuir de forma alguma na cadeia produtiva e que, pelo fato de não conseguir prover seu sustento, inclusive nas questões básicas para a sua existência, seria necessário que a futura Constituição fizesse uma previsão de benefícios assistenciais para estes cidadãos e suas famílias. Dessa forma, o papel das pessoas com deficiência produtiva e que conseguiam falar por si, por meio do acesso à educação e à reabilitação, era lutar para que todo segmento tivesse seus direitos respeitados. Ele frisou que, apesar desta parcela de indivíduos possuírem ampla qualificação, não o fizeram com apoio do Estado, entretanto, aqueles que não detinham tal capacidade eram levados à dependência de instituições particulares paternalistas e assistenciais. Por último, Lemos fechou seu discurso lembrando que o direito à integração em sociedade era alcançado por poucos e que as leis beneficiavam a alguns privilegiados sem deficiência, o que se constituía em desigualdade social.

A fala do advogado Luzimar Sombra (p.134 e 135) - identificado pelo presidente da mesa como profissional que trabalhava com questões relativas às pessoas com deficiência - teve como premissa os direitos desses indivíduos, bem como suas experiências com casos concretos. Fez um histórico evolutivo das formas de tratamento

que este segmento passou ao longo dos anos, com o desenvolvimento da noção de direito. Foram três etapas: no primeiro, não havia direitos e nem inserção social, principalmente durante os impérios grego e romano, nos quais as crianças que nasciam fora de um padrão eram abandonadas ou mortas; a segunda foi marcada por ações assistencialistas como forma de auxiliar o Estado no acolhimento de grupos minoritários como mendigos, pessoas doentes e outros. A instituição mais atuante nesse sentido foi a Igreja católica durante a Idade Média; a última foi iniciada após o período do Iluminismo no século XVIII e XIX onde foram iniciados os primeiros experimentos pedagógicos com a finalidade de educar as pessoas com deficiência, surgindo assim várias instituições de ensino públicas e privadas, geralmente especializadas em uma característica específica, fazendo com que diversos tipos de deficiência fossem organizados em institutos especializados.

Ao invés de tratar sobre a legislação internacional que trazia documentos extensos sobre o assunto, o expositor destacou alguns aspectos:

O primeiro deles é o direito de não discriminação. [...] Só na Carta, ou na declaração universal sobre os direitos da criança, existem dois dispositivos que proíbem discriminação. Na nossa Constituição, está lá o art. 53, proibindo discriminação, e na Emenda Constitucional nº 12, também há proibição da discriminação. [...] Eu gostaria que o princípio da não discriminação ficasse consignado na Constituição. E de que maneira? De maneira objetiva, para não ensejar dúvidas ao intérprete futuro. (p. 135)

A citação deixa claro que, a partir da experiência desse advogado, foram feitas considerações sobre a redação do futuro texto constitucional, que não deveria ser composta por normas baseadas em um conteúdo, que pudesse gerar interpretações divergentes, ou seja, ser estabelecida de forma aberta. Já o contrário também não seria saudável, pois normas restritas e que carregam inúmeros detalhes não permitiriam a flexibilização na hora de serem avaliadas pelas instâncias jurídicas.

Com relação à não discriminação das pessoas com deficiência e a proibição dessa prática na legislação existente na época, o expositor ressaltou a necessidade de determinar as condições que pudessem configurar o descumprimento legal. Por isso, era necessário relacionar a ação com a descrição dos sujeitos, por exemplo, na época existia uma preocupação grande com o debate sobre quem eram as pessoas com deficiência e

delimitar suas características.⁶⁰

Outro tema tratado por Sombra foi a educação que, pela importância, deveria ocupar um capítulo específico que tratasse da reabilitação para o acesso ao mercado de trabalho privado ou a órgãos públicos. Além do direito de as pessoas com deficiência terem acesso ao exercício de um ofício ou profissão também deveria ser conferido a elas dispositivos para que elas pudessem mostrar que podiam trabalhar desde que fossem fornecidos os meios adequados para isso. Fez alusão também às tecnologias e adaptações nos locais de trabalho que possibilitariam a execução de tarefas que, anteriormente, seriam impossíveis de serem realizadas por pessoas cegas como, por exemplo, a programação de *softwares*, *sites*, etc.

Isto denota a mudança de discurso adotado e debatido desde o início dos anos 1980 que marcaram a passagem do segregacionismo para o integracionismo, possibilitado, em parte, pela evolução tecnológica.

Sombra advertiu aos constituintes para que atentassem à distinção que os juristas fazem entre capacidade de fato (habilitação que algumas pessoas possuem para acessar certos direitos) e de direito (competências dos cidadãos para obterem e exercerem direitos e obrigações).

Vejam que nós ainda estamos na fase do abandono, da caridade. Pouca coisa se fez, em termos práticos; muito se tem em papel, muita campanha se fez, mas nós que estamos na base, nós que estamos vivenciando o problema, de um modo especial a nível de Goiás, temos que, tristemente, dizer que, por parte do Governo não conseguimos evoluir nada. O que conseguimos até hoje é que existe um grupo, que é elite, e nós tristemente estamos nesta elite, por força que foge a nossa capacidade. Estamos numa elite e, quando olhamos ao nosso redor, vemos que há deficientes passando fome, deficientes sem nenhuma reabilitação, sem nenhum acesso, discriminado peia própria família, e ficamos entristecidos com isso [...] (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p. 135)

A fala de Roberto Soares de Araújo (p.135 e 136), representante da Associação

⁶⁰ A terminologia dizia muito sobre como estes indivíduos se percebiam e quais as formas que eles queriam ser tratados na sociedade. Naquele momento havia um grande avanço nos debates no interior dos movimentos sociais pelo Brasil que passam a rejeitar o termo “deficiente” e começaram a adotar a noção de portadores de deficiência (já mencionado anteriormente), que era uma tentativa de desvincular a característica da pessoa. Assim era preciso ficar claro aos agentes da lei quem eram as pessoas e qual a natureza das práticas que causavam a distinção destes indivíduos em relação aos demais, o que provocava o seu afastamento da sociedade, criando assim espaços especiais.

dos Deficientes Visuais de Goiás (ADVEG), apresenta considerações sobre as pessoas com deficiência em geral, e principalmente, o estágio em que se encontrava a garantia de direitos dessa população. Sobre o processo constituinte, uma das críticas importantes feitas pelo discursante foi a falta de divulgação dos processos de elaboração do texto constitucional e deu exemplo do estado de Goiás, onde a circulação dos documentos que norteavam a constituinte era muito baixa e ele teve grande dificuldade de conseguir o regimento do processo constituinte. Ele frisou que, apesar de não conhecer muitas coisas sobre a legislação e suas formalidades, seu conhecimento prático deveria ser compartilhado.

Quando você chega no poder público e fala de assistencialismo, eles querem deturpar essa palavra. [...] “O Governo tem que dar um certo amparo, dinheiro, não sei o quê”. Lógico que temos deficientes que certamente precisam ter esse direito que é o de sobrevivência, mas temos que ter muito cuidado na hora da reivindicação desse direito. Porque eu não estou disposto a continuar vivendo, vendo pessoas, colegas sobreviverem à custa da nossa imagem, tampouco a iniciativa privada, ou o Governo usar isso. Acho que a Constituinte deve, como o Luzimar bem disse, ponderar muito; a Constituinte deve ponderar muito, antes de colocar no papel. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p. 136)

No trecho acima está um dos pontos centrais da defesa e luta por direitos, com vistas a alcançar a igualdade de tratamento do Estado na garantia do acesso as políticas governamentais sem tratar esta parcela da população de forma inferior. Era necessário combater o uso de ações filantrópicas e o segregacionismo. Pelo processo de escrita do novo texto constitucional, havia um momento único para que os cidadãos com deficiência que, anteriormente não falavam por si, pudessem ser ouvidos em suas reivindicações. Destacou que, para a implantação de políticas públicas no sentido de atender às necessidades desse segmento, seria necessária muita luta de baixo para cima, pois as coisas que ganharam sem esforço, lhes eram cobradas.

Em seguida, discursou o Dr. Maurício Zeny (p. 13 e 137) representante do movimento de cegos pela sua emancipação social. Também foi identificado pelo presidente da subcomissão como Sociólogo e Deputado Estadual pelo estado do Rio de Janeiro. Ele ressaltou a unidade do movimento de pessoas cegas em torno do documento apresentado nesta audiência. Apesar das falhas que poderiam ser corrigidas, as propostas apresentadas também tiveram base em outros escritos e foram condensados, para que não houvesse confusão ao ser apresentado para os constituintes.

Zeny faz algumas considerações sobre o caráter da comissão e daqueles que estavam ali para reivindicar direitos, pois, segundo o seu entendimento, as pessoas com deficiência não haviam chegado ao *status* de minoria, diferente de outros grupos que já possuíam uma forma de militância mais sólida, porque no caso da subcomissão ser voltada apenas para minorias, talvez os grupos ali presentes não fossem tratados como tal. Outra questão referia-se à terminologia, pois a convenção, na época, era mudar o termo excepcional para “portador de deficiência”, mas não era uma designação fechada.

As problemáticas relacionadas à discriminação foram apontadas durante sua fala, devido às práticas cotidianas em relação a todas as minorias, mas o seu foco estava nas pessoas cegas e deficientes visuais. Dentre elas estão: a dificuldade de aquisição de bengalas e instrumentos para a escrita Braile, o mal funcionamento das impressas voltadas a impressão de materiais no sistema de leitura e escrita já citado, a falta de infraestrutura, a falta de acesso à informação, as condições precárias no processo de escolarização, dentre outras. Era necessário também gravar os livros em fitas cassete, que não custavam barato no mercado, além do uso de equipamentos caros, enfim, as pessoas cegas tinham que se adaptar enquanto os outros indivíduos tinham completo acesso e provocava de forma concreta o processo de discriminação.

Por causa da falta de políticas de acessibilidade nas várias esferas sociais foram criados vários argumentos que culpavam a pessoa com deficiência. Um exemplo era associar a falta de materiais didáticos adaptados a uma incompetência de aprendizado por parte desses alunos. Portanto, não bastaria apenas vender os equipamentos para pessoas com deficiência visual a preço de mercado. Pelo fato de a maioria delas ocuparem a linha de pobreza, a aquisição da cegueira ainda era diretamente relacionada a questões sanitárias e de acesso a higiene. Quanto ao direito de ir e vir, pelo fato de as pessoas cegas e com deficiência visual não possuírem inicialmente problemas de deslocamento, era de se supor que não houvesse problemas, entretanto, acidentes com objetos não detectados pela bengala é um dos exemplos de que esse direito é algo complexo que precisa ser debatido.

Voltando ao documento apresentado, ele deixou claro que, como o texto constitucional traz, em sua maioria, aspectos gerais, após a sua promulgação, o segmento deveria preparar-se para lutar por leis extraordinárias no sentido de implementar mecanismos de combate à discriminação do dia a dia. Esse preconceito distorce a imagem das pessoas com deficiência visual, considerando que, por serem cegas, são incapazes, enquanto a verdadeira causa estaria na falta de acesso à educação,

ao mercado de trabalho, serviços de reabilitação. O fato de uma pessoa ser cega não significava uma característica incapacitante, mas sim, as condições sociais precárias que levavam a essas incapacidades.

Assim, ressaltou o papel dos constituintes na garantia das propostas levadas à subcomissão e também que houvesse uma ação de longo prazo que futuras leis pudessem ser aprovadas, após a eleição do congresso nacional durante a vigência da nova constituição. Para finalizar, ele frisou que a discriminação não poderia fazer parte do texto da futura carta, por exemplo, com a previsão de um estatuto ou capítulos específicos que pudessem agrupar os direitos das pessoas com deficiência em locais especiais, divergindo de alguns representantes do próprio seguimento de pessoas cegas e deficientes visuais que se manifestaram antes de sua fala. Ao reivindicar o *status* de cidadão brasileiro, esses indivíduos queriam ser incluídos em todos os capítulos da constituição.

A próxima a discursar foi a Sra. Ethel Rosenfeld (p.137 e 138), representante da Associação Brasileira de Emancipação do Deficiente Visual e também da Associação Brasileira de Educação de Deficientes da Visão (Cf. Capítulo 2). Sua fala foi centralizada nas questões de ensino e aprendizagem. Criticou a falta de apoio da imprensa para divulgar eventos de interesse do segmento de pessoas com deficiência. Apontou a baixa formação de professores especializados para trabalhar com pessoas com deficiência e, quando havia a oferta de cursos, suas cargas horárias eram baixas e o conteúdo pouco abrangente. Diante disso, era preciso que fossem inseridas temáticas sobre educação especial na grade horária dos cursos normais de formação de educadores primários para que estes profissionais pudessem obter um direcionamento quanto ao trabalho com alunos com deficiência nas salas regulares, evitando as ações excludentes por parte dos docentes e do sistema escolar.

Nas cidades grandes, era adotado o ensino integrado, contudo, essa forma de organizar a educação não chegava a todo território nacional, principalmente no interior e em vários estados, nos quais a maioria da população não concluía a educação básica. Defendeu o direito das crianças que possuíam algum tipo de deficiência, mas que tinham “capacidade intelectual normal” (p.137), de serem matriculadas nas escolas. Sobre essa afirmação, a representante acreditava que não era qualquer indivíduo que conseguia frequentar o colégio, caso das pessoas com deficiência intelectual.

Muitas matrículas eram negadas sob a justificativa da falta de preparo do professor regente, que não tinha as competências necessárias para receber esses

discentes. Ainda, em relação à falta de qualificação dos professores, havia a necessidade de investir na capacitação de docentes especializados. Rosenfeld afirmou ter passado por um curso com pouca carga horária e seu conhecimento foi adquirido devido à sua dedicação e amor ao ofício, somados à experiência pessoal como pessoa cega.

Dentre outros aspectos importantes levantados durante o discurso, foram as circunstâncias que envolviam as pessoas com deficiência múltipla que eram frequentemente esquecidas e que sofriam muito com a exclusão, pelo fato de não haverem instituições e profissionais especializados para garantir o acesso à educação, à habilitação e à reabilitação. Nos locais de lazer, elas acabavam estigmatizadas pelo fato de muitas mães afastarem seus filhos por causa do preconceito. Uma das medidas a serem tomadas dizia respeito à implantação de programas que pudessem esclarecer os indivíduos que essas crianças, dentro de suas limitações, podiam brincar e realizar atividades assim como aqueles sem deficiência.

Nós, realmente, não somos pessoas deficientes, porque se fôssemos não estaríamos aqui, agora. Somos eficientes e muito. Somos pessoas com algumas limitações, talvez diferentes, com características pessoais. Quanto à múltipla deficiência, além da criança que já nasce com várias deficiências também existem aqueles que sofrem acidentes e se tornam portadores de múltiplas deficiências; com esses a questão é muito mais grave. Não existe uma clínica preparada para treiná-los, para reabilitá-los à vida, e eles são colocados dentro de casa, sem poderem sair, dependendo de sua família e, muitas vezes, a família não tem nem condição de cuidá-los, porque precisa trabalhar e continuar sua vida própria. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.137)

Neste trecho, a representante volta ao debate sobre a terminologia cuja importância estava no significado de considerar a pessoa com deficiência dentro de suas especificidades e multiplicidades, entretanto, eram igualmente seres humanos e não faziam parte de uma categoria excepcional que estaria fora de um parâmetro de normalidade que não passava a ser questionado. Todavia, ao dizer que não havia pessoas com deficiência, ela ainda adotava a noção de deficiência como antagonismo à eficiência. Essa ideia procurava combater a noção de indivíduos defeituosos *versus* uma população que conseguia, dentro de sua perfeição corporal, realizar as atividades do dia a dia.

Assim, ao dizer que a capacidade de estarem presentes a uma audiência pública conferia a eles uma eficiência, fazia com que o processo de transição terminológica adotada por ela se desvinculasse das noções de falha e defeito corporal. Contudo, o resto

do trecho deixa claro que havia algo importante a ser considerado: o ambiente no qual pessoa se encontrava. Voltando aos casos de deficiências múltiplas, ela os define como pessoas que, pelo fato de não terem acesso a clínicas de habilitação e reabilitação, acabavam trancadas em casa sem a possibilidade de realizar atividades e ficando dependentes da família que, na maioria das vezes, não possuía meios para assisti-los com qualidade, necessitando deixá-los sozinhos para trabalhar e garantir o sustento de todo o núcleo familiar.

Nesse sentido, o agravamento das questões relacionadas às pessoas com deficiência múltipla estava em sua condição, que agia de forma conjunta com o ambiente excludente, ou seja, aqueles que possuíam apenas um tipo de deficiência já vivenciavam todo esse ambiente de exclusão, incluindo as questões de baixa renda e de condições de vida precárias. Já alguém que adquiria ou nascia com várias deficiências acabava duplamente excluído.

A baixa renda e a má infraestrutura das escolas atingiam os alunos com deficiência e os profissionais especializados, pois muitos não conseguiam adquirir material básico de escrita do sistema Braile, chamado reglete e punção, o que levava alguns professores e estudantes comprarem o material por meio de campanhas junto à comunidade interna e externa da escola. O acesso a este equipamento se dava apenas no interior destes estabelecimentos, deixando a criança impossibilitada de realizar tarefas em casa.

A máquina de escrever Braile custava na época um preço exorbitante, além de ser importada dos Estados Unidos, e aqueles que conseguiam ter acesso a ela podiam ser chamados de privilegiados. Rosenfeld afirma que era uma pessoa privilegiada por ter acesso a este equipamento, além de possuir o apoio de sua família. Já no caso das bengalas de rastreamento era necessário importá-las, isso se houvesse condição por parte dos cegos, pois as nacionais eram muito frágeis e ela havia conseguido com o apoio de sua família fazer a importação deste item. Para que os constituintes pudessem ter a dimensão dos preços, a depoente levou um catálogo de materiais especializados que podiam ser importados dos Estados Unidos.

O trabalho de transcrição de livros pelo professor especializado poderia ser otimizado com a compra de uma máquina chamada Termoforme, que possibilitava, por meio de uma matriz, a realização de cópia para reprodução do mesmo material quando o professor possuía mais de um aluno cego que utilizavam o mesmo livro. Isto ocorria porque a imprensa Braile no Brasil não havia passado por um desenvolvimento. Os

estados de Rio de Janeiro e São Paulo possuíam apenas um equipamento que podia realizar esta tarefa.

Com respeito aos trabalhos de prevenção da deficiência visual foi sugerido que no ato da matrícula as crianças passassem por um exame oftalmológico para verificar se não possuíam nenhuma alteração. Este ato seria fundamental para evitar, inclusive, reprovações, principalmente nas primeiras séries escolares. Em muitos casos, os alunos cegos ou com baixa visão e os surdos eram estigmatizados como pessoas que não conseguiam aprender e eram identificados como pessoas que tinham problemas cognitivos. Assim, erroneamente, muitos eram encaminhados para classes especiais e acabavam adquirindo atrasos no processo de aprendizagem, levando-os a uma segunda deficiência.

Ele se interessou e, seis meses após, a Secretaria aprovou um processo, onde dizia que eu era uma pessoa deficiente visual com limitações, mas com capacidade para trabalhar na área a que eu estava me propondo. [...] para passar na biometria médica do Estado, não se pode ter nenhum tipo de problema de saúde. E cego, então, é um problema seriíssimo. [...] quando cheguei no oftalmologista, ele não sabia o que fazer comigo, encaminhou-me ao neurologista que me perguntou: “A senhora perdeu a visão aos 13 anos, mas agora enxerga bem, não é?” Eu, muito constrangida, disse-lhe “Não, continuo cega, igual.” Ele disse, então: “Como é que a Senhora quer trabalhar?”. [...] E, a partir deste momento houve um concurso logo em seguida no Estado onde foram abertas as portas para qualquer companheiro, qualquer pessoa cega, habilitada ao concurso, e vários colegas nossos fizeram prova, passaram, mas quando chegaram na biometria tiveram o mesmo problema. Nem todos foram aproveitados nas suas áreas de educação [...](ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.138)

Por fim, Rosenfeld relatou sua experiência como aluna do Instituto Benjamin Constant (IBC), onde pode entrar em contato com outras pessoas cegas e também estudar em um local adaptado às suas necessidades. Quando saiu desta instituição, foi tentar terminar seus estudos em escolas regulares e iniciar o ensino médio. Ela tentou ingressar no curso normal, mas não foi aceita devido à sua deficiência. Em seguida, procurou o curso clássico, porque já havia passado da idade de escolarização. Ao fazer as provas, não havia conhecimento dos organizadores quanto a forma de aplicação e ela acabou fazendo de forma oral, pois não teve escolha de efetuar os testes em *Braille*.

Apesar de ter preferido o primeiro método, sua fala chamou a atenção para a impossibilidade de escolha de sua parte. Isto provocou atrasos e fez com que se sentisse muito frustrada, porém, na segunda tentativa, conseguiu êxito nas provas. Já no ensino

superior, obteve ajuda de colegas, professores, família e pessoas que liam o conteúdo para ela de forma voluntária. Após se formar em Letras e se especializar na área da Educação Especial não conseguiu trabalhar, porque não havia concursos para o IBC e, assim, precisou procurar alternativas para exercer sua profissão.

O trecho supracitado, bem como na parte descritiva que apresentamos a seguir, apontam para a problemática da formação da pessoa com deficiência ligada ao trabalho. Com relação à questão educacional, as mudanças, que ocorreram no sentido de promover a inserção da pessoa com deficiência com qualidade, ainda enfrentavam pontos importantes, porque em primeiro lugar, era necessário o entendimento de que as pessoas cegas conseguiam aprender os conteúdos. Entretanto, sem as devidas condições ambientais, a aprendizagem era prejudicada. O interessante é perceber que a negativa do sistema educacional regular de receber alunos com deficiência já partia da premissa de que eles eram improdutivos.

A absorção dessa possível mão de obra, inclusive em espaços de formação, demandou a flexibilização de vários mecanismos para que esse segmento social fosse incorporado gradativamente aos órgãos públicos. É necessário diferenciar o papel do funcionalismo daquele realizado pela iniciativa privada. O primeiro trata-se de vários segmentos das classes médias, enquanto o segundo possui funções, não somente das classes intermediárias, mas também das classes baixas. Este debate é importante, pois os setores de classe média são aqueles que passaram a absorver pessoas com deficiência. A partir dos anos 1970, as questões educacionais começam a se estruturar em órgãos governamentais voltados especificamente para este fim, permitindo a criação de vários mecanismos legais durante as décadas seguintes, bem como a criação de instrumentos para atender alguns anseios deste seguimento.

A partir de 1978, com as greves gerais e outras ações ligadas aos trabalhadores que começaram a se organizar, a pessoa com deficiência também começou a debater questões relativas ao acesso à educação para além da organização institucional segregacionista já constituída no país. Voltando ao trecho citado, Rosenfeld descreveu atos de exclusão promovidos pelo Estado, seja no processo de escolarização e formação profissional, ingresso como docente e adaptação dos ambientes escolares às necessidades das pessoas cegas que acabavam subutilizadas.

Já no início dos anos 1980, a ONU e a OIT lançaram vários documentos internacionais que diziam respeito à implementação de medidas para que houvesse a integração de pessoas com deficiência no mercado de trabalho e suas diversas esferas,

pública e privada, entretanto, as mudanças neste sentido, por parte do Brasil, começaram como atos de campanhas educacionais na década de 1960, impulsionadas pela parceria entre escolas especiais mantidas por médicos, advogados, pais de pessoas com deficiências, etc, que entraram em acordo com o Estado brasileiro, mesmo com a instauração do regime militar, o que denota uma relação entre setores da classe média alta e o ministério responsável pela educação.

Com a crise do regime militar, a tendência foi que os movimentos operários, que passaram a realizar vários atos de resistência, em conjunto com setores estudantis, promoveram um desgaste cada vez mais acentuado no governo ditatorial. Concomitante a esses fatos, a nova ordem mundial, que começava a ser instaurada pelos órgãos internacionais, fez com que a OIT reconhecesse a mão de obra das pessoas com deficiência pelo desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e do processo de integração do segmento na sociedade, que já ocorria de forma avançada em países europeus e, neste período, começou a ser implementado na América Latina.

Naparte final de sua fala, a representante pediu que os constituintes acreditassem nas pessoas com deficiência visual e em suas potencialidades. Todavia, o processo de exclusão de certos grupos da cadeia produtiva somente começou a adotar certos posicionamentos após as regulamentações de alguns pontos da Constituição a partir dos anos 1990. A visão de incapacidade dependia muito de recursos tecnológicos que poderiam ser adquiridos pelos brasileiros, tais como os objetos para locomoção, estudo e desenvolvimento de atividades, que concretizavam as possibilidades de realização de várias tarefas diárias, bem como a capacitação profissional de professores que pudessem preparar esta futura mão de obra, dando lhes acesso a certos recursos que, de outro modo, não se conseguiria desempenhar muitas funções.

Outra fala foi de Luís Geraldo de Matos (p.139 e 140), presidente da Associação Luís Braile, de Belo Horizonte, que baseou seu pronunciamento em sua experiência de 27 anos trabalhando pela integração de seus associados, principalmente nos campos da educação, capacitação profissional e acesso ao mercado de trabalho. Frisou que, no estado de Minas Gerais, foi aprovada uma emenda à constituição estadual. Ele se referiu à Lei 8.193, de 13 de maio de 1982.

A partir de sua promulgação, o governador podia criar uma coordenadoria de apoio às pessoas com deficiência, que tinha como atribuição delinear e colocar em prática políticas públicas de integração dos mineiros que faziam parte deste segmento. Isto seria feito em parceria com os órgãos estaduais, municipais e entidades que

desenvolviam trabalhos nas áreas de educação, reabilitação profissional, inserção no mercado de trabalho, lazer, esporte e remoção de barreiras arquitetônicas.

Assim, uma coordenadoria situada, em geral, em áreas onde se possa observar uma variável de componência política grande, porque o problema, sobretudo da pessoa portadora de deficiência, hoje, como das minorias, em geral, é muito mais problema político do que problema de metodologia e problema de *know-how*, problema de tecnologia. Isso não existe mais. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.139)

Após fazer estas ponderações, Matos dedicou a maior parte de sua fala para as questões relativas à capacitação e ao mercado de trabalho, que, segundo ele, concentrava preconceito e discriminação contra as pessoas com deficiência. Chamou a atenção dos constituintes pelo fato de haver ausência de políticas públicas que visassem integrar uma parte do segmento dotado de plena capacidade para desempenhar atividades laborativas. Salientou que, em vários estados do Brasil, com apoio da CORDE já eram desenvolvidos projetos que beneficiaram vários indivíduos. Uma das maiores dificuldades era a criação de um órgão que pudesse gerir e executar ações abrangentes, que contemplassem as demandas deste setor e que garantissem a sua participação no processo de formulação e implementação de políticas governamentais.

Ele afirmou que a inserção de pessoas com deficiência dependia mais de avanços políticos do que desenvolvimento tecnológico, pois faltava promover as condições de acesso da população aos recursos de reabilitação e, com isso, criar no interior da estrutura estatal a vontade de investir nesses seres humanos, para que pudessem ser capacitados e estimulados a participar da evolução social de sua comunidade. Para tal, o estabelecimento de coordenadorias estatais e municipais seria um ponto positivo.

No caso do estado mineiro, já havia uma coordenadoria estadual e várias municipais para a intervenção em algumas ocasiões, tais como: a falta de acessibilidade nas cidades pequenas que levava um grande fluxo de pessoas para se reabilitarem na capital e desenvolver seus estudos. A capacitação para a entrada no mercado de trabalho também não era ofertada pela maioria dos municípios. Muitas famílias acabavam se mudando para cidades maiores ou enviando seus filhos para que pudessem ter melhores condições de vida. Com a regionalização, os municípios poderiam trabalhar com um público menor e assim fazer o atendimento com qualidade. Outra medida que poderia ser tomada seria o envolvimento das comunidades de origem para integração de seus

membros.

Quando ele menciona a questão da comunidade refere-se à sociedade civil, que necessitaria de esclarecimento e estimulação para criar o ambiente de participação das pessoas com deficiência, pelo fato das três esferas governamentais não possuírem meios suficientes de socialização deste segmento. Tanto no âmbito familiar quanto por parte do Estado havia um desconhecimento sobre as tecnologias disponíveis para serem aplicadas e proporcionar o respeito e o estímulo aos potenciais humanos. As legislações específicas e gerais precisavam abranger estas problemáticas. Independente da condição de cego ou possuir algum outro tipo de deficiência, estes indivíduos precisavam ser vistos como seres humanos detentores de direitos, sejam específicos, sejam gerais, os quais precisavam ser respeitados. Com isso, o segmento tinha o papel de levar as informações ao campo político e apontar as situações de desrespeito nas quais eram cometidas injustiças, ferindo a dignidade humana.

Agora acredito que vamos começar a mudar e vamos participar diretamente daquilo que nos interessa diretamente, porque estamos sendo convidados e por que estamos tendo a coragem de nos deslocar e de nos dispor a mostrar o que existe, e mostrar que não são as deficiências, evidentemente, que limitam a possibilidade, a capacidade do indivíduo de se inserir dentro do contexto social. O que realmente limita é a falta de uma tecnologia viável. Podemos desenvolver um projeto na área de capacitação profissional, no nosso Estado que, infelizmente, ainda envolve um contingente de 5 mil pessoas que passaram indireta ou diretamente por nós. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.140)

Matos expressou no trecho acima a noção de que as pessoas com deficiência deveriam participar dos debates que lhes diziam respeito, entretanto, a perspectiva adotada em sua fala contempla os seguintes itens: o fato de terem sido convidados para as discussões da constituinte; a coragem dos militantes para saírem de suas cidades rumo a capital; e a disponibilidade destes grupos para levarem as informações necessárias sobre a realidade que vivenciavam. Estes itens levam a uma linha interpretativa que tratou os atos de militância do movimento de pessoas com deficiência por direitos como ações épicas, nas quais indivíduos esforçados e com destemor se deslocaram até Brasília para levar reivindicações essenciais para seu futuro.

Todavia, as inúmeras referências de vários representantes de milhares de pessoas que não conseguiram participar dos debates do novo texto constitucional, ou, que estiveram nos diversos núcleos pelo país com muitas origens diferentes, mostram a

seletividade do próprio processo democrático, do qual geralmente participaram pessoas mais escolarizadas e que estavam de alguma forma envolvidas na composição estrutural de associações, escolas especiais, entidades de reabilitação, entre outras, fazendo com que, na prática, poucas pessoas com deficiência participassem das discussões.

O fato de este segmento ter conseguido contribuir nas audiências da constituinte foi fruto de muitas lutas e de um processo de reorganização, pelo qual passaram muitos movimentos sociais alicerçados a partir das greves operárias que impulsionaram, não somente a classe trabalhadora, como também os setores médios da sociedade. Mas os princípios liberais focados nas iniciativas individuais passaram a fazer parte dos fundos que os movimentos identitários seguiriam no fim da década de 1980 e início dos anos 1990.

Uma concepção importante também surgiu dos debates no interior desses movimentos por direito: a vinculação da condição de pessoa com deficiência ao meio ambiente que a cerca. Este é um avanço essencial, que marcaria, posteriormente, a passagem de um modelo integracionista para o inclusivista. No primeiro, a pessoa passava a fazer parte da sociedade se adequando a uma ideia de normalidade, no segundo, a sociedade trataria de reconhecer as diversas características humanas e produziria um ambiente adequado para que o maior número possível de pessoas diferentes pudesse estar no mesmo espaço.

Para Matos, a capacidade de os indivíduos se inserirem no contexto social era limitada pela falta de uma tecnologia que pudesse ser acessada por eles. Os projetos voltados ao mercado de trabalho no estado de Minas Gerais desenvolvidos pela associação, a qual representa, alcançaram cerca de 5 mil pessoas e atingiram municípios de diversos tamanhos; no entanto, alguns de médio e grande porte continham pessoas que trabalhavam principalmente na área administrativa.

Ele destacou que a área da informática possuía potencial de possibilitar a realização de ações pelas pessoas com deficiência e, com isto, ofertar a oportunidade de as pessoas cegas trabalharem, pois, em sua opinião, eram as mais prejudicadas nas contratações. Por parte do Estado, seria necessário prover os recursos que pudessem chegar às pessoas por meio de mecanismos que possibilitassem que, grande parte deste segmento, deixasse de ser dependente, passando assim a contribuir com a sociedade e a atuar como mão de obra produtiva.

Em seguida, defendeu que a sociedade deveria deixar de ser paternalista em que se dá valor às reivindicações em detrimento das obrigações, principalmente nos

âmbitos familiar, comunitário e legal. A pessoa com deficiência deveria ser incentivada a participar da sociedade para que não ocupe uma posição marginalizada. No momento em que a atuação destes indivíduos é prejudicada, ocorre todo um processo de exclusão iniciada no âmbito familiar e estendida a diversas áreas de sua vida. Neste sentido, os governos das três esferas deveriam investir nas coordenadorias que, ao mesmo tempo, exigiam poucos recursos, mas possuíam um grande poder de articulação com os diversos órgãos da administração pública para a implementação de políticas que contemplassem esses cidadãos.

Ele frisou que, naquele momento, a maioria dos recursos eram destinados aos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro e, apesar disso, não conseguiam desenvolver serviços eficazes. Já nos estados das regiões Norte e Nordeste, os brasileiros com deficiência eram submetidos a uma realidade bem crítica, sem acesso a reabilitação. A região Sul também não possuía ações a contento.

Para o estabelecimento desses órgãos, seria necessário que fossem adotadas estruturas organizacionais simples que ofertassem espaços de participação da comunidade, principalmente das pessoas com deficiência, com a finalidade de corrigir as injustiças sociais, ofertando qualidade de vida a elas sem considerá-las “anormais”. A partir destas ações, a participação política poderia ser aprimorada, além de promover a ação integrada entre os núcleos governamentais e sociais de diversas naturezas.

Após os discursos dos representantes de várias entidades voltadas a pessoas com deficiência visual, o presidente Ivo Lech passou a palavra aos constituintes que tivessem questionamentos ou quisessem fazer novas considerações. A primeira a fazer uso da palavra foi a constituinte Benedita da Silva (p.140), que iniciou ressaltando a falta de atenção com relação às políticas de atendimento às pessoas com deficiência, bem como a inexistência de ações que pudessem promover a prevenção destas características. Se o Estado assumisse estes serviços, de forma séria, poderia economizar dinheiro, principalmente no tocante a políticas preventivas.

Segundo sua interpretação, a ausência de políticas de educação, reabilitação e profissionalização era provocada por interesses de certos grupos da sociedade, em geral, por meio da noção de normalidade. Ela afirmou que, com as informações apresentadas nesta audiência, seria possível corrigir as injustiças pela inclusão das necessidades desse público na nova Constituição. À medida que as minorias se organizassem e debatessem suas especificidades, a sua participação aumentaria após a constituinte, pois teríamos novos desafios no sentido de regulamentar as reivindicações, o que demandaria

movimentos sociais sólidos e coesos. Assim, os parlamentares teriam o desafio de contemplar as questões trazidas em todas as audiências, ainda que muitas delas fossem desconhecidas por eles. A nova constituinte deveria contemplar ao máximo os anseios diversos da sociedade e, por isso, em muitos quesitos, deveria se distanciar das outras constituições, além de rejeitar qualquer autoritarismo.

O constituinte Nelson Seixas (p.141) fez referências aos depoimentos dos participantes da audiência. Ele demonstrou preocupação com o uso do termo excepcional quando se referiam às pessoas com deficiência intelectual. Para ele, seu significado remetia a indivíduos que eram exceção à regra e fugiam de um padrão comum que compreendia as características físicas, as mentais e as sensoriais que estavam abaixo da média e, ainda, a superdotação, que tratava de pessoas acima da média, sendo esta última, minoria constituída por um grupo cujas necessidades precisavam ser incluídas nos debates relacionados ao atendimento especializado.

A sua percepção era que ao usar essa terminologia, as pessoas com deficiência presentes nesta subcomissão, procuravam separar alguns grupos em subcategorias no interior desta minoria. Ele defendia que a referência abrangesse mais pessoas, porque este seguimento, de forma ampla, sofria discriminação e falta de atendimento adequado. Ressaltou, ainda, que o atendimento aos cegos e às pessoas de baixa visão ainda estava restrito a cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, exercidos, respectivamente, pelo IBC e pela FBDC, sendo que a segunda entidade, fundada por Dorina Nowill, fabricava máquinas de escrever em Braille e vários outros equipamentos utilizados por pessoas com deficiência visual. Por parte do governo, seria necessário facilitar a importação de vários destes materiais e ferramentas, mas também incentivar a produção interna destes utensílios com tecnologia nacional.

Sobre os debates realizados nos encontros nacionais de conselhos, coordenadorias e entidades de pessoas com deficiência, principalmente, os realizados no período pré-constituinte nas cidades de Belo Horizonte e Brasília - onde foi discutida a criação de mecanismos para combater o paternalismo expresso nas 14 propostas - Seixas pediu atenção dos militantes para as pessoas cuja deficiência era profunda e/ou estavam em situação de abandono. Ressaltou que o destino mais viável para essas pessoas seria o encaminhamento para casas de custódia.

Posteriormente, defendeu a reserva de vagas no mercado de trabalho. Quanto à aposentadoria, propôs a viabilidade da análise das capacidades laborativas avaliadas por equipe médica ou multidisciplinar, atestando que os indivíduos necessitariam de

aposentadoria especial. Dessa forma, a sua concessão não se restringia ao tempo de serviço. Já aqueles que não tivessem capacidade para o trabalho poderiam receber uma pensão para sua sobrevivência, igualada ao salário mínimo. O constituinte salientou a importância da isenção de impostos para entidades voltadas às pessoas com deficiência, pelo fato de, muitas vezes, terem que pagar muitos encargos exigidos pelas leis trabalhistas.

Para tal, após a promulgação da constituição, este item poderia ser regulamentado por uma lei que criasse uma fundação nacional que substituiria os conselhos e as coordenadorias, pois estas últimas instituições tinham aspecto normalizador, enquanto a primeira conseguiria englobar diversos setores da sociedade. Por isso, ao substituí-las, esta fundação conseguiria defender estes cidadãos em vários aspectos, tais como: educação, reabilitação, profissionalização e os demais campos de suas vidas.

É importante destacar que, ao fazer a defesa da criação de um organismo, com o objetivo de financiar instituições privadas voltadas às pessoas com deficiência, seria importante que ele pudesse substituir os órgãos que faziam parte da estrutura governamental - que visava articular com as diversas áreas que compunham o Estado - Nelson Seixas pretendia, com tais considerações, um modelo de parceria público-privada, na qual as entidades prestadoras de serviço, financiadas com verbas de vários ministérios, realizariam seu trabalho, inclusive participariam como pretensas porta-vozes deste seguimento junto aos representantes oficiais ligados à saúde, à educação, ao trabalho, à reabilitação, etc. Neste sentido, pode-se notar que esta proposta beneficiaria diretamente as APAE, com as quais possuía vínculo direto e já havia sido exposta pelo constituinte na audiência relacionada à pessoa com deficiência intelectual. Lembramos que já tinha sido levantada a possibilidade de a educação deste grupo continuar em escolas especiais, mas com o apoio direto do Ministério da Educação.

Outro ponto defendido por Seixas e que merece nosso comentário é a solicitação da avaliação das pessoas com deficiência aptas ao mercado de trabalho, seja por junta médica ou por equipe multidisciplinar. Isso mostra a transição entre os modelos segregacionista e integracionista, porém, nesse trabalho, ele coloca os dois pareceres em condição de igualdade. Sabemos que, na prática, são de naturezas diferentes, pois o modelo médico entendia que este seguimento era defeituoso e necessitava de meios para normalizá-lo, enquanto a equipe multidisciplinar via a pessoa de forma mais ampla e por diversos aspectos. No modelo integracionista, os

indivíduos, com deficiência, deveriam ser preparados para estarem na sociedade e, nesta época, os dois modelos supracitados se relacionavam, em muitos casos relatados nas audiências, suas características serviam tanto como elementos de disputa de poder, quanto de consenso. No entanto, ele não especificou em que circunstâncias seriam aplicadas essas avaliações, pois este debate certamente ficaria para uma normalização posterior.

O relator da comissão, Alcení Guerra (p.141), lembrou que os constituintes possuíam limites em sua atuação, bem como a constituição almejada não seria alcançada após a compilação do texto. As várias reivindicações trazidas pelas pessoas com deficiência visual poderiam ser contempladas de forma mais abrangente, por meio de uma legislação ordinária. Essa questão manifestou certa preocupação com uma provável decepção dos representantes e das pessoas com deficiência em relação ao anteprojeto que seria produzido por esta subcomissão, pelo fato de seu conteúdo não englobar com detalhes aos anseios deste grupo. A prioridade estabelecida após as audiências públicas era garantir os direitos básicos e gerais dos cidadãos e ofertar várias brechas em seu texto para que fossem realizadas legislações que trouxessem os detalhes relativos ao cumprimento de direitos de forma explícita.

O parlamentar Edivaldo Motta (p.141), que se manifestou na condição de representante do Nordeste brasileiro, uma das partes mais pobres do Brasil, concordou com as falas que denunciaram a discriminação destes indivíduos. Vinculou-a com a baixa renda *per capita*, o alto índice de desemprego, o quase inexistente processo de industrialização e a grande seca que prejudicava e desolava sua região. Ele exemplifica com dados do estado da Paraíba, que possuía 4 milhões de habitantes para duas escolas que ofertavam educação especial, respectivamente, instaladas em João Pessoa e Campina Grande. Destas, somente na capital, havia curso de *Braile*, enquanto na outra cidade, apenas pequenos cursos que não ofertavam o referido curso.

Ele se colocou como representante dos direitos das pessoas com deficiência. Lembrou que, em sua cidade, foi feita, por ocasião do plano internacional AIPD, em 1981, uma campanha para doar cadeiras de rodas a quem necessitava e promoveram o recolhimento das cadeiras pela Legião Brasileira de Assistência (LBA). Com estas ações limitadas, foi preciso que passassem a atuar de forma filantrópica para suprir as necessidades básicas dos sertanejos. Para exemplificar, ele explicou que, ao adquirir uma cadeira, as pessoas pobres necessitavam passar pela burocracia de LBA e fornecer registro de nascimento, um atestado de sua deficiência e aguardar o intervalo de 6 meses

para ser contemplado com o equipamento, cuja qualidade era baixa e não atendia às necessidades de seus usuários.

Devido a esses fatores, Motta defendeu a inclusão na nova Carta Magna de um dispositivo que conseguisse minimizar as carências desse segmento como, por exemplo, a concessão de um salário mínimo para pessoas pobres e com deficiência.

Mas é necessário examinar-se a proposta do Conselho Brasileiro para o Bem-Estar dos Cegos, ampliarmos essa proposta – como disse o ilustre companheiro – porque elas não dizem tudo, aqui. Foi pedido muito pouco em razão da necessidade, em razão da discriminação, do alheamento e da total ausência dos governos federal, estaduais e municipais. Aqui se pede 10% do que é empregado na verba da educação, de que são obrigados os Estados e Municípios como um todo, da verba da educação, hoje, já obrigada a empregar 20% da sua receita [...] (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p.141)

Os representantes das pessoas com deficiência visual pediram, em seu documento, que 10% da renda destinada à educação pelos governos se destinassem ao ensino especializado e, conseqüentemente, às entidades que promoviam esta ação. Entretanto, o parlamentar informou que 20% da verba de estados e municípios eram aplicadas no ensino comum, ou seja, a reivindicação seria cumprida a partir deste valor total, metade do orçamento já destinado e, assim, os esforços para atender às necessidades deste grupo teriam que ser intensificados nas regiões mais pobres do país. Com isso, as características da deficiência aliadas a uma situação de pobreza criavam vários fatores de exclusão social e, por isso, eles são fatores que estão interligados.

Após esse discurso, foi concedida a palavra ao constituinte José Carlos Sabóia (p.142), do estado do Maranhão, que reuniu vários elementos trazidos pelos representantes e fez a ligação do tema das pessoas com deficiência com a questão da luta de classes no Brasil. Segundo ele, não somente as pessoas pobres eram discriminadas, mas todas aquelas consideradas anormais tinham a sua cidadania negada por meio do desrespeito aos seus direitos. Sabóia assinalou que era preciso continuar a luta pelos direitos das pessoas com deficiência, fazendo a relação entre suas reivindicações, em conjunto com as lutas de outros segmentos, grupos e classes sociais, e promover, assim, uma aliança com o objetivo de modificar a sociedade e sua estrutura, para que a sociedade civil organizada pudesse conseguir a efetivação de direitos.

Após as falas dos constituintes, alguns representantes fizeram considerações a respeito das questões trazidas pelos parlamentares, encerrando a sessão. As falas

passaram pelo reconhecimento da importância de as pessoas cegas serem ouvidas, terem seu direito reconhecido, terem acesso ao mercado de trabalho para minorar o estado de dependência em que se encontravam. A questão da terminologia também foi objeto de disputas e controvérsias, se seriam usadas “excepcionais”, “deficientes” ou “portadores de deficiência”. O necessário era encontrar termos que ajudassem a superar o preconceito. Outra preocupação foi com o formato da representação operada em âmbito governamental, se coordenadorias ou fundações.

3.6. Após as audiências na ANC

Após as oito Audiências Públicas realizadas de 23 de maio a 06 de abril de 1987, bem como duas missões externas, a Subcomissão, na pessoa do relator, deputado Alceni Guerra, elaborou o anteprojeto, trazendo um diagnóstico/síntese sobre o que considerava as principais demandas de representantes de pessoas com deficiências. Seriam: direitos mínimos de integração à sociedade, deslocamentos, adaptação de prédios e calçadas para passagem de cadeira de rodas, tratamento especial em termos de educação, oportunidades de emprego, etc. (Cf. ANC. **COMISSÃO DA ORDEM SOCIAL. SUBCOMISSÃO... RELATÓRIO**. 1987, p. 4)

Na redação inicial do anteprojeto, sob o título “Pessoas portadoras de deficiências físicas, mentais e sensoriais”, continha os artigos 17 e 18, que estabeleciam os deveres do Estado no que se referiam à educação especial, assistências em todos os âmbitos (médica, fisioterápica, reabilitação, etc), proibição de discriminação, livre acesso a prédios, edifícios, transportes, informação, comunicação. Estabelecia direito à pensão para os portadores de deficiência que não tivessem condições de trabalhar e cujas famílias fossem “carentes”. Isentava as entidades filantrópicas de pagamento de tributos. A responsabilidade penal seria atribuída de acordo com a idade mental da pessoa portadora de deficiência. (Cf. ANC. **COMISSÃO DA ORDEM SOCIAL. SUBCOMISSÃO... RELATÓRIO**. 1987, p. 15-16)

Após os trâmites iniciais, no interior da Subcomissão, começou o processo de finalização do texto constitucional. No caso das pessoas com deficiências ou “portadoras de deficiência”, conforme o termo adotado da época, os representantes dos movimentos sociais concluíram que as suas principais reivindicações não haviam sido contempladas e logo buscou-se nova aglutinação social em torno de campanhas em todo o país para apresentar uma emenda popular. Assim, a emenda popular de número PE

00086-5 foi submetida à ANC sob a responsabilidade da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos (ONEDEF), do Movimento de Defesa das Pessoas Portadoras de Deficiência (MPDF) e da Associação Nacional dos Ostomizados (ANO), que contou com 32.899 assinaturas. A proposta, que deveria sair da ANC, continha 14 artigos sugerindo alterações no projeto constitucional (LANNA JUNIOR, 2010, p. 66)

Segundo a perspectiva de Messias Tavares de Souza, o relatório inicial da subcomissão tinha o tom das APAE, pois

estava em jogo a vitória do passado assistencialista e paternalista e o presente de luta por direitos burgueses, mínimos e necessários à cidadania, à possibilidade de sermos sujeitos além de objetos das políticas da sociedade e do governo” (LANNA JUNIOR, 2010, p.67)

O texto final da Constituição ficou pronto em 22 de setembro de 1988, sendo a mesma promulgada no dia 5 de outubro do mesmo ano.⁶¹ As conquistas das coalizões de pessoas com deficiência definem os seguintes direitos específicos no texto constitucional:

Título VIII, Capítulo 2, Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência.

Capítulo 3, Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

Capítulo 7, Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. § 1.º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo aos seguintes preceitos: II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos,

⁶¹ Além do texto da Constituição da República promulgado em 1988, os representantes das pessoas com deficiência contribuíram também com os textos das constituições estaduais por meio de reuniões e seminários que envolveram todos os tipos de deficiência nos debates. Na dissertação de mestrado estudei esse movimento no município de Uberlândia-MG, (Cf. ALMEIDA, 2014).

com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos. § 2.º A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência⁶².

Os resultados da participação das pessoas com deficiência e de seus representantes na Assembleia Nacional Constituinte não podem ser medidos apenas no momento em que a Constituição da República foi promulgada, porque uma quantidade considerável de leis e regulamentações continuaram sendo realizadas. Isto ocorreu em função de pressões de origens diversas: internacionais, ligadas aos direitos humanos, das próprias pessoas interessadas ou como resultado do trabalho de líderes do próprio segmento que se elegeram para cargos públicos e que fazem as suas proposições nas esferas de poder.

CONCLUSÃO

⁶² BRASIL. Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

Vimos no primeiro capítulo de nosso trabalho, alguns conceitos que procuramos desenvolver ao longo do estudo. No capítulo 3, pudemos relacioná-los com a prática ao descrever e analisar o conteúdo das Comissões de exclusão/ exercício pleno da cidadania.

A subcomissão descrita ao longo do referido capítulo foi considerada pelo Estado como inferior, não por meio de uma declaração direta, mas pela forma com que foi organizada. Os assuntos que envolviam a reivindicação de direitos por parte das minorias eram vastos, bem como os grupos que participaram das audiências levaram diversas reivindicações que foram adotadas no texto constitucional de forma dialética. Ao mesmo tempo que a relação entre Estado e sociedade civil durante a Constituinte atendeu a vários interesses dos grupos marginais pela pressão popular que levou a política de conciliação de classes, também representou a manutenção no poder de grupos políticos hegemônicos pela adoção de medidas que pudessem atender a vários anseios democráticos de participação popular e cidadãos por meio da garantia de direitos.

Quanto aos parlamentares que compuseram esta comissão, a maioria, apesar de fazerem parte de setores elitistas, não se constituíam, com poucas exceções, como militantes orgânicos. O presidente da Comissão Ivo Lech era pessoa com deficiência física e Nelson Seichas era pai de duas pessoas com deficiência intelectual e estava ligado diretamente às APAE. Entretanto, quando analisamos a atuação geral da maioria dos constituintes, membros desta Subcomissão, percebemos que quase todos não atuaram nas outras fases da escrita do texto constitucional que exigiam atuação política precisa e influente.

Durante os anos 1980, os movimentos de lutas por direitos das pessoas com deficiência reivindicaram melhores condições de vida a partir de novos paradigmas que procuravam valorizar o indivíduo, em primeiro lugar, e depois suas características específicas. Este ponto é importante pelo fato de ser uma ideia internacional corroborada por inúmeros documentos da ONU e seus órgãos, expedidos nesta década e na seguinte. Isto possibilitou a abertura de novos horizontes para os indivíduos, pois passaram a ser concebidos como capazes de trabalhar, estudar e fazer parte da vida em sociedade. Este fator se deu, principalmente, pela evolução das forças produtivas e pelo fortalecimento de novas organizações da sociedade civil. Enquanto no fim dos anos 1970, a ideologia da cidadania significou a luta por direitos civis e pela participação nos

espaços de representação, que culminou na promulgação da constituinte, a partir dos anos 1990, a concretização das prerrogativas constitucionais teve como norte o *Empowerment* e as busca pela consolidação de direitos civis.

O pacto firmado pela constituição de 1988 consolidou a adoção de políticas reformistas que mantiveram a aplicação do neoliberalismo. A luta de classes pode ser percebida tanto no interior do movimento das pessoas com deficiência quanto na composição das comissões encaminhadas durante o processo constituinte. No caso dos vários líderes que participaram de forma mais atuante dos debates junto ao Congresso Nacional Constituinte, a maioria fazia parte de uma classe média como vimos no segundo capítulo. A diminuição da segregação e das políticas que sustentaram significou a luta para que tais indivíduos fossem integrados à sociedade com plenos direitos, entretanto, houve várias ações conservadoras ou reacionárias por parte da liderança do movimento e dos parlamentares. As correlações de força são importantes para compreender o momento analisado e as ações posteriores que viriam a constituir-se como a concretização das conquistas descritas na Carta Magna.

A partir de 1979, os movimentos ligados às lutas operárias serviram de norte para o crescimento das mobilizações de outros grupos em favor do estabelecimento de um Governo republicano e democrático, bem como a restauração do funcionamento das Instituições que garantiriam o cumprimento de um novo pacto nacional. Apesar de existir uma narrativa construída, de forma oficial, que considera o movimento de pessoas com deficiência como a atuação de entidades voltadas à garantia de direitos é preciso compreender que as instituições, outrora constituídas no intuito de prestar serviços de educação, habilitação, reabilitação, preparação para o mercado de trabalho, etc também foram atuantes na relação com a sociedade política e interviram de forma concreta no processo de construção das propostas levadas à respectiva Subcomissão. Assim, a relação entre entidades de pessoas com deficiência e instituições para estes indivíduos constituiu-se em uma disputa real durante as audiências públicas e, por isso, estas disputas não permaneceram no campo das ideias, mas são frutos de práticas adotadas de forma concreta.

Houve muitos relatos de militantes que, em vários momentos, tais como: a criação da comissão que realizou os trabalhos do AIPD; o exercício de cargos como a liderança da CORDE, e da SEESP e outras secretarias estaduais e municipais de educação e a luta por assinaturas de adesão popular às emendas populares afirmaram que a principal problemática era a ausência de pessoas com deficiência nas lideranças.

Entretanto, para além desta análise, é preciso pensar a quem estas pessoas eram ligadas. Geralmente os primeiros secretários da SEESP e da CORDE faziam parte dos mesmos grupos que lideraram as audiências: indivíduos ligados à classe médica, representantes de APAES e demais instituições prestadoras de serviço, corroborando com a correlação de forças constituídas durante o processo constituinte.

A gestão das políticas públicas junto ao estado foi um ponto chave na dinâmica dos debates. Nas audiências de representantes de pessoas com deficiência intelectual e visual, a ideia predominante foi a modificação do papel da forma de articulação das políticas públicas nas diversas áreas da sociedade política, papel exercido pela então CORDE, que era uma coordenadoria originada e atrelada ao aparato estatal. A proposta era a criação de uma fundação que seria gerida pela sociedade civil com papel de articulação junto aos órgãos governamentais para que eles implementassem medidas de integração deste seguimento. A parceria entre governo e instituições privadas seria implementada com o compromisso da sociedade política de prover os recursos que seriam geridos pelas instituições já constituídas, como no caso da educação que não sairia da esfera privada em organizações especializadas que garantiriam o acesso ao mercado de trabalho, bem como a formação e qualificação de mão de obra por meio da educação e dos serviços de habilitação e reabilitação.

As APAE e Pestalozzis já se constituíam em uma rede de entidades que ofertavam o ensino especial, serviços de habilitação e reabilitação e até mesmo cursos profissionalizantes. Os institutos e outras entidades voltadas às pessoas com outros tipos de deficiência também atuavam de forma semelhante, embora com menor alcance. A maioria dos ensinos de algumas profissões realizados nestas instituições formava mão de obra para ocupar vagas profissionais inferiores, pois grande parte dos ofícios ensinados era constituída por atividades braçais e que não exigia muita formação técnica e ou intelectual.

O investimento governamental na ampliação das estruturas das oficinas onde se ministravam cursos profissionalizantes seria o meio de condução de políticas públicas para que tais instituições obtivessem respaldo para ofertar as capacitações profissionais, bem como a criação de um aparato legal para a concretização dos treinamentos e o incentivo aos empresários para que pudessem receber esta mão de obra. Estas propostas eram contrárias àquelas feitas por outros grupos da sociedade civil que não eram ligados às organizações anteriormente citadas e que traziam consigo o pensamento de que a garantia do acesso ao mercado de trabalho era dever de toda a sociedade e deveriam

receber pessoas com diversas características, sem necessitar de espaços especiais.

Nas lutas travadas nos anos 1970/80, encontrava-se a concepção de que o tratamento em relação às pessoas com deficiências se modificava quando estas eram tratadas como parte do sistema econômico e político, inseridas no mercado de trabalho e preparadas para exercerem atividades laborais ativas nas escolas especiais ou por meio de programas que reúnem empresários, instituições prestadoras de serviço e Estado. Com o reconhecimento de que elas pudessem integrar setores produtivos, houve um processo de luta que possibilitou a sua constituição como sujeitos portadores de direitos e não apenas como alvos de políticas assistencialistas e caritativas.

Com isto, ocorreu a evolução do tratamento relativo a tais pessoas que começaram a impor novas situações pela luta política que travaram para serem parte da sociedade. Muitas delas não conseguiam o acesso à educação ou possuíam uma formação precária, também enfrentavam sérias dificuldades para entrar no mercado de trabalho, o que dificultava muito a manutenção de uma vida com provisões materiais mínimas para que pudessem se reproduzir e acessar os espaços sociais. A maioria das pessoas com deficiência não viviam em uma situação de plena igualdade, a exclusão é algo real e, nesse sentido, as teorias que propõem a integração ou inclusão destes indivíduos sem que a realidade real seja alterada não possuem efetividade, pois a exclusão serve para opor a luta deste grupo e a sua busca por uma verdadeira igualdade. O tratamento de depreciação dos grupos minoritários acompanha a situação econômica, política e social, além da luta de classes, na qual dominadores tratam os dominados como seres inferiores. Existem momentos em que ocorrem avanços e retrocessos de acordo com a movimentação das classes baixas e médias que costumam trazer no seu bojo outros movimentos sociais. Entretanto, é preciso considerar que a desigualdade não é totalmente superada no sistema capitalista, pode haver maior ou menor consenso da burguesia e conciliação de classes, todavia a situação de explorado e de exclusão permanecerá no âmbito social.

Fatores ambientais, como certas doenças que causavam deficiências e as desigualdades regionais de desenvolvimento econômico das diversas regiões do país eram problemáticos. Diante disso, a futura Carta Magna teria que resolver ou apontar para futuras medidas legislativas e políticas com a finalidade de minimizar estas barreiras.

Assim, o mercado de trabalho é o ponto de chegada de um longo processo de formação dos indivíduos. Com os novos paradigmas que contestavam ações de

segregação e a possibilidade da modificação do aparato legal, a luta pela cidadania fazia com que, apesar de não existirem propostas que modificassem profundamente o regime vigente e sua estrutura, tais indivíduos alcançariam o nível de vida capaz de prover suas necessidades básicas. Contudo, nem todas estas pessoas conseguiriam, com políticas imediatas, participar do mercado de trabalho e necessitavam da assistência estatal que para o movimento de luta por direitos significava prover as necessidades primárias dos indivíduos até que tivessem condições de fazê-lo por si. Para refutar as políticas caritativas de todo um sistema institucional já constituído, foi constante nas audiências tratar sobre a diferença entre assistência social e assistencialismo, associados respectivamente a direitos *versus* privilégios.

Outro ponto a ser considerado em relação ao acesso ao mercado de trabalho são os fatores inerentes ao sistema capitalista e a disparidade social, porque além das barreiras já citadas, a desigualdade socioeconômica já exclui naturalmente grande parcela de força de trabalho que, apesar de apta não é absorvida, devido à necessidade da manutenção de um exército de reserva. No caso das pessoas com deficiência, a exclusão ao mercado de trabalho não é meramente uma questão somente de atitude da sociedade política e dos empresários, mas do rompimento de barreiras concretas, tais como: a falta de acesso nas edificações, a ausência ou má formação profissional e educacional e os obstáculos à comunicação e à informação. Além disso, o rendimento na execução das atividades laborativas depende muito do ambiente ofertado a este profissional; logo, a grande maioria das pessoas com deficiência ou exerciam atividades repetitivas e que dependem de pouca adaptação ou são absorvidos pelas ocupações ligadas à burocracia administrativa. Muitos relatos de militantes durante o segundo item mostram que a maioria daqueles que conseguiram chegar à academia foram absorvidos como mão-de-obra em órgãos governamentais especializados, em ONGs, Associações ou espaços políticos no campo legislativo.

O fator do envelhecimento também é importante, pois muitas pessoas necessitam começar a trabalhar com pouca idade e o mercado tende a descartá-las sem considerar a realocação dos indivíduos para aproveitar sua experiência. Nesse sentido, para a maioria dos empregadores havia e, ainda há, um padrão de vida útil da mão de obra, embora atualmente haja algumas modificações. Desta forma, as pessoas com deficiência, devido a condições materiais diversas, muitas vezes não se encaixam no interior desde ciclo pré-estabelecido, entrando no sistema produtivo de forma tardia, além da necessidade de possuir uma aposentadoria especial. Este direito foi

amplamente debatido e a sua conquista só viria após década de 2010.

A característica das pessoas com deficiência somadas a ambientes inacessíveis e também a fatores orgânicos provocavam várias barreiras e sobrecargas ao longo do exercício de diversas profissões e, por isso, o direito à aposentadoria especial foi amplamente debatido sob o limite que separa o privilégio do direito no exercício da cidadania. Dessa maneira, as pessoas não deveriam obter aposentadoria especial somente por serem indivíduos com deficiência, mas por fatores que avaliassem a sua condição e os fatores ambientais.

Outro ponto importante: as pessoas surdas levantaram um debate de extrema importância que foi a existência de seletividade na contratação de profissionais com deficiência, pois aqueles que possuíam mais barreiras acabavam sendo excluídos do sistema, em detrimento de outros que possuíam maior facilidade na execução de certas tarefas. Portanto, é importante pensar no trabalho não apenas no período de contratação, mas na permanência dos profissionais em igualdade de oportunidades.

Os valores neoliberais, que permeiam a questão dos indivíduos e de suas ações, encontraram terreno fértil no Brasil após os anos 1990. Dentre esses valores, podemos citar os relativos à meritocracia e, mais recentemente, ao empoderamento (*empowerment*, no original), este último, em seus muitos significados e utilizações, traz a falsa ideia de que uma pessoa que sabe seus direitos é por si mais incluída na sociedade do que outras. Durante esta década, houve dois fatores importantes no desenvolvimento da institucionalização da luta dos diversos grupos de pessoas com deficiência por direitos.

O primeiro refere-se à promulgação da lei 7.853, que tratava sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Apesar do debate durante as audiências públicas, feitas ao longo da constituinte, que levaram a produção de um texto constitucional sem o capítulo específico sobre este segmento, no período pós-constituinte, as propostas levantadas que previam o detalhamento de suas questões específicas por meio de lei complementar, foi a metodologia escolhida para detalhar o acesso a determinados direitos. Isto se intensificou com o aprofundamento das lutas identitárias e, ao mesmo tempo, centradas nos méritos individuais que produziram a segmentação dos assuntos ligados à inclusão das pessoas com deficiência.

O segundo fator foi o incentivo ofertado pelas organizações internacionais durante os anos 1990, como a *Internacional Rehabilitation* e outras agências de fomento

que incentivaram a criação de vários organismos de representação por toda a América Latina. Estes aparelhos privados de hegemonia foram responsáveis pela formação de lideranças e pela realização de congressos internacionais ligados a organismos que se incorporaram à ONU e promoveram a escrita de diversos documentos internacionais que traziam normativas para a implantação de políticas inclusivas.

Os CVIs, cuja filosofia da formação de seres humanos autônomos e empoderados, se espalharam como movimento social pelo país por influência norte-americana e de outras nações, como a Inglaterra, devido ao paradigma da inclusão ter se consolidado nestes países após a segunda guerra mundial. Assim, além da formação de novos militantes para a ação política, também organizações não governamentais obtiveram inúmeros meios de fomento para promoverem ações junto ao Estado para suposta promoção de direitos em que as sociedades política e civil entravam como parceiras.

Em resumo, medidas reformistas foram aplicadas em conjunto com a difusão de princípios de ação individual e terceirização de ações voltadas a pessoas com deficiência, ao mesmo tempo em que, no âmbito estatal, a CORDE, órgão de articulação governamental para a promoção de ações inclusivas, passou por vários ministérios durante os governos pós-restauração da democracia, o que denota a importância secundária deste órgão. Entretanto, ele se configurou como o meio de articulação de políticas públicas.

Enfim, nossa pesquisarefletiu sobre a atuação das pessoas com deficiência, na construção do texto constitucional de 1988, por meio de seus representantes nas audiências da Carta Magna realizadas na Subcomissão de Negros, Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias que compuseram os trabalhos da Comissão de Ordem Social com outros dois grupos.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Claudio et al. **Constituinte e Democracia no Brasil Hoje**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. 208 p.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

ALMEIDA, Késia Pontes de. **O Direito das Pessoas com Deficiência Visual à Informação: a Luta no Âmbito das Sociedades Civil\Política pela Audiodescrição no Brasil**. 2011. 106 f. Monografia (Especialização) - Curso de História, Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

ALMEIDA, Késia Pontes. **A Luta pelo Direito à Cidadania na Cidade de Uberlândia: O Movimento das Pessoas com Deficiência entre a Legalidade e a Legitimidade**. 2014. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Usos & abusos da história oral**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

ARAUJO, Luiz Alberto David. **A Proteção Constitucional das Pessoas Portadoras de Deficiência**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1997 - 122 p.

ASSEMBLEIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**, de 08 de dezembro de 1975.

ASSEMBLEIA GOVERNATIVA DA REHABILITATION INTERNATIONAL. **Carta para o Terceiro Milênio, em 9 de setembro de 1999**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/>> Acesso em: 10 set. 2018.

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. 1987, Brasília. **Comissão da Ordem Social: Subcomissão de Negros, Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias**. Brasília: Senado Federal, 1987. 216 p. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/sup95anc16jul1987.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 7., 1987, Brasília. **Atas de comissões: Subcomissão de Negros, Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias**. Brasília: Senado Federal, 1987. 194 p. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao7/subcomissao7c>. Acesso em: 26 jun. 2017.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 383-398, nov. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641425>>. Acesso em: 13.05.2019. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762012000200006>

BARBOSA, Mariana de Oliveira Lopes. **A Comunicação Popular, o Debate e o**

Processo Constituinte no Brasil (1977-1988). 2012. 199 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pesquisa e Pós-graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Participação Popular na Nova Constituição: Um Corretivo à Representação Política.** São Paulo em Perspectiva. São Paulo, p. 20-25. 20 jan. 1990.

BENEVIDES, Maria Victoria; COMPARATO, Fábio. A Constituinte e os Impasses da Nova República. In: KANDIR, Antônio et al. **Constituinte, Economia e Política da Nova República.** São Paulo: Cortez, 1986. p. 83-105

BEVERVANÇO, Rosana Beraldi. **Da exclusão à igualdade: direitos da Pessoa com deficiência.** Curitiba: Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos da Pessoa com deficiência, Ministério Público do Estado do Paraná, 2001.

BIANCHI, Alvaro. **O Laboratório de Gramsci: Filosofia, História e Política.** São Paulo: Alameda, 2008. 320 p.

BOURDIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu: sociologia.** Tradução: Paula Montero e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.

BRASIL, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Acessibilidade: legislação federal.** Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Portador de deficiência visual - guia legal. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. **Conferências nacionais dos direitos das pessoas com deficiência: balanço dos avanços das políticas públicas no Brasil.** Disponível em: <<http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/phocadownload/CEDEF/textobalangoconferenciafinal.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2013.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência. **Diretrizes para criação de conselhos estaduais e municipais dos direitos da pessoa com deficiência.** Brasília, DF, 2007.

BRASIL. III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Um olhar através da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência da ONU: novas perspectivas e desafios.** Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Decreto nº 84.919, de 16 de julho de 1980. Institui a Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 jul. 1980. Seção 1, p. 14261. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-84919-16-julho-1980-434246-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Seção 1, p. 11429. Disponível em

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Seção 1, p. 6377. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Seção 1, p. 2. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-10098-19-dezembro-2000-377651-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: .

BRASIL. Ministério da Justiça. **Programa Nacional de Direitos Humanos I**. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Programa Nacional de Direitos Humanos II**. Brasília, DF, 2002.

BRASIL. **Os Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência**: Lei nº. 78853/89, Decreto nº 914/93. Brasília: CORDE, 1996.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. 1 ed.. Brasília, 2010.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Cartilha do censo 2010 - pessoas com deficiência**. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASÍLIA. Constituição Federal. Planalto. Emenda Constitucional nº12. 1978. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 out. 1978. Seção 1, p. 16857. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc12-78.htm>. Acesso em: 28 jun. 2017.

BRITO, Fábio Bezerra de. **O Movimento Social Surdo e a Campanha pela Oficialização da Língua Brasileira de Sinais**. 2013. 275 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira Integração**: José Geraldo Silveira Bueno. São Paulo: Educ, 1993. 142 p.

CARDOSO, Heloisa Helena P. Memórias e imagens: (re)pensando os significados do Memorial JK. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de;

KHOURY, Yara Aun (Org.). **Outras Histórias: Memórias e Linguagens**. São Paulo: Olho D'água, 2006, p. 177-193.

CARMO, Apolônio Abadio do. **Deficiência física: a sociedade brasileira recupera e discrimina**. Brasília, DF: Secretariados Desportos/PR, 1991.

CHAGAS, Ana Maria de Resende; VIOTTI, Renato Baumgratz. **Retrato da pessoa com deficiência no Brasil segundo o censo de 1991**. 2003. Texto para discussão nº 975. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0975.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2018.

CHAGAS, Eduardo F. **A natureza dúplice do trabalho em Marx: trabalho útil-concreto e trabalho abstrato**. Outubro, Fortaleza, n. 19, p. 61-80, jan. 2011. Disponível em <<http://outubrorevista.com.br/a-natureza-duplice-do-trabalho-em-marx-trabalho-util-concreto-e-trabalho-abstrato/>>. Acesso em:

CHAGAS, Eduardo F. O indivíduo na teoria de Marx. **Revista Dialectus**, Fortaleza, ano 1, n. 1, p. 1-16, jul. 2012. Disponível em <<http://www.periodicos.ufc.br/dialectus/article/view/5162>>. Acesso em: <https://doi.org/10.30611/2012n1id5162>

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção 159**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/confer_trab.pdf> Acesso em: 25 abr. 2013

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE AÇÕES E ESTRATÉGIAS PARA EDUCAÇÃO, PREVENÇÃO E INTEGRAÇÃO. **Declaração de Sundeberg**, de 7 de novembro de 1981.

CONGRESSO EUROPEU DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. **Declaração de Quito, de 24 de julho de 1998**.

CONGRESSO INTERNACIONAL "SOCIEDADE INCLUSIVA". Declaração Internacional de Montreal Sobre Inclusão. Montreal, 24 set. 2001.

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4ª Ed., rev. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. 100p.

CORDEIRO, Mariana P. **Nada sobre nós sem nós: os sentidos de vida independente para os militantes de um movimento de pessoas com deficiência**. 2007. 187 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

COSTILLA, Hesia Guillermo; NERI, Marcelo Cortes; CARVALHO, Alexandre Pinto de. **Política de cotas e Inclusão Trabalhista das Pessoas com Deficiência**. Rio de Janeiro : FGV, 2002. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/518>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CRESPO, Ana Maria Morales. **Da invisibilidade à construção da própria cidadania**: os obstáculos, as estratégias e as conquistas do movimento social das pessoas com deficiência no Brasil, através das histórias de vida de seus líderes. 2009. 189 f. Tese (Doutorado em História Social). - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

DAGNINO, Evelina et. al. Cultura democrática e cidadania. **Opinião Pública**, Campinas, v. 1, p. 20-71, nov. 1998. Disponível em <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641028/0>>. Acesso em:

DAVIDSON, Alastair; WEEKLEY, Katheen. Gramsci e os Direitos Humanos. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. P. **Ler gramsci, Entender a Realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DECLARAÇÃO INTERNACIONAL DE MONTREAL SOBRE INCLUSÃO, 2001. Tradução: Romeu Kazumi Sassaki. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_inclu.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2013.

DISABLED PEOPLES' INTERNATIONAL. **Declaração de Sapporo**, de 18 de outubro de 2002.

DURHAN, Eunice. Movimentos sociais: a construção da cidadania. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n.10, p. 24-30, out. 1984.

ENCONTRO DE ENTIDADES DE DEFICIENTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 1988, Belo Horizonte. **Relatório do dia 03 de dezembro de 1988**.

FIGUEIRA, Emilio. **Caminhando em silêncio**: uma introdução à trajetória das pessoas com Deficiência na História do Brasil. São Paulo: Giz, 2008.

FONTANA, Benedetto. Hegemonia e a Nova Ordem Mundial. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. P. **Ler gramsci, Entender a Realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital-Imperialismo**: Teoria e História. 2. ed. Rio de Janeiro: Ufrj, 2010.

GARCIA, Marília. **O que é Constituinte**. São Paulo: Brasiliense, 1985. 84 p.

GENERAL ASSEMBLY OF THE UNITED NATIONS, 34., 1979, New York. Resolutions and Decisions... **Convention on the Rights of Persons with Disabilities**. New York: United Nations, 1979. Disponível em <<http://hr-travaux.law.virginia.edu/document/crpd/a34158/nid-1629>>. Acesso em: 27 mar, 2019.

GENERAL ASSEMBLY OF THE UNITED NATIONS, 31., 1976, New York. Resolutions and Decisions... **International Year of Disabled Persons**. New York:

United Nations, 1976. Disponível em <<http://www.un-documents.net/a31r123.htm>>. Acesso em: 27 mar, 2019.

GIL, Marta. **Caminhos da inclusão: a história da formação profissional de pessoas com deficiência no SENAI-SP**. São Paulo: SENAI-SP, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 2003.

GOULART, Débora Cristina. Um caminho para os movimentos sociais delineado pelas Ciências Sociais: participação ou enfrentamento? In: **Simpósio Lutas Sociais na América Latina**, 3., 2008, Londrina. Anais eletrônicos [...]. Londrina: GEPAL, 2008. Disponível em <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais%20III.html#d>>. Acesso em: 23/06/2018

GRAMSCI, Antônio. Caderno 11 (1932-1933): introdução ao estudo da filosofia. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v.1. p.93-114.

GRAMSCI, Antônio. Caderno 12 (1932). Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Coedição, Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v.2. p.13-53.

GRAMSCI, Antônio. Caderno 13. v.3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Coedição, Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v.3.

GRAMSCI, Antônio. Caderno 18. v.3. Nicolau Maquiavel II. Notas sobre o Estado e a política. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Coedição, Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v.3.

GRAMSCI, Antônio. Caderno 22. Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e Fordismo. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Coedição, Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v.4.

GRAMSCI, Antônio. Caderno 25 (1934). Às margens da história. (História dos grupos sociais subalternos). In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Coedição, Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v.5. p.129-147.

JÚNIOR, Lanna; MARTINS, Mário Cléber (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

KRISCHKE, Paulo José. (Org.). **Brasil do "Milagre" à "Abertura"**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1983. 249 p.

KRISCHKE, Paulo José. **A Igreja e as Crises Políticas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979. 170 p.

MACHADO FILHO, Ayres da Mata. **Educação dos cegos no Brasil**. Belo Horizonte: Amigos do livro, 1931.

MACIEL, David. **De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985 - 1990)**. Goiânia: Funape, 2008.

MACIEL, David. **Democratização e Manutenção e da Ordem na Transição da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985)**. 1999. 408 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999.

MANZINI, Eduardo José. Inclusão e Acessibilidade. **Revista da Sobama**, Marília, V. 10, n.1, p. 31-36, dez. 2005. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwj0LrHg77eAhWIS5AKHahOBXYQFjAAegQICBAC&url=http%3A%2F%2Fwww2.marilia.unesp.br%2Frevistas%2Findex.php%2Fsobama%2Farticle%2Fview%2F3908%2F2921&usq=AOvVaw3o5GRNclZ4I9INzNkRGx4k>>. Acesso em: 21 out. 2013.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1: O processo de produção capitalista. Vol. 2. 3ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1988, pp.127-132.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 2003.

MENDONÇA, Sônia Regina de (Org.). **O Estado brasileiro: agências e agentes**. Niterói, RJ, Editora da UFF / Vício de Leitura, 2005.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e sociedade. In: MATTOS, Marcelo Badaró (Org.). **História: pensar & fazer**. Niterói-RJ: LDH/UFF, 1998, p.13-32.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania. Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, 1996, p. 94-125.

MENDONÇA, Sonia Regina de. FONTES; Virginia Maria. **História do Brasil Recente-1964-1992**. 4. ed.São Paulo: Ática, 1996.

MENDONÇA, Sônia. (2013) **Sociedade Civil em Gramsci – venturas e desventuras de um conceito**. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/7snepe/docs/001.pdf>>. Acesso em: 08\04\2017

MENDONÇA, Sônia; MOTTA, Márcia (Org.). **Nação e Poder: As Dimensões da História**. Niterói: Eduff, 1998.

MIRANDA, Ivanise Leite de. **Considerações sobre o indivíduo representativo**.

Paidéia, Ribeirão Preto, n. 5, p. 53-69, ago. 1993. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/paideia/article/view/46436>>. Acesso em: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X1993000200005>

MONAL, Isabel. Gramsci, a Sociedade Civil e os Grupos Subalternos. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. P. **Ler Gramsci, Entender a Realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MUÇOUÇA, Paulo Sérgio de C.. **A Participação Popular no Processo Constituinte**. São Paulo: Cedec, 1991. 29 p. Disponível em: <<http://www.cedec.org.br/a-participacao-popular-no-processo-constituente>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

NERI, Marcelo et al. **Retratos da Deficiência no Brasil**. Rio de Janeiro: Fgv/ibre, 2003. 250 p.

NEVES, Ozias Paese. **Imaginários e Utopias na Passagem entre Ditadura e Redemocratização: O Momento Constituinte em Cartilhas (1985-1988)**. 2017. 317 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

NOGUEIRA, M. Aurélio. As três idéias de sociedade civil, o Estado e a politização. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. P. **Ler gramsci, Entender a Realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório mundial sobre a deficiência**. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/RELATORIO_MUNDIAL_COMPLETO.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção da Guatemala, de 28 de maio de 1999. **Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos da Criança**, de 20 de novembro de 1989.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Salamanca**, de 10 de julho de 1994.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do dia 03 de dezembro como o dia internacional das pessoas com deficiência**. 1992. Tradução: Romeu Kazumi Sassaki. Disponível em: <<http://www.cedipod.org.br/dia3.html>>. Acesso em: 25.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos direitos das pessoas deficientes**. Resolução aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf>. Acesso em: 13 mai.2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos direitos**

humanos. **Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas**, em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 27 jan. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Recomendação nº 168**, de 20 de junho de 1983

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução nº 48/96**, de 20 de Dezembro de 1993, Normas para Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução nº 2.896**, de 20 de dezembro de 1971.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução nº 3.447**, de 09 de dezembro de 1975.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução nº 37/52**, de 3 de dezembro de 1982.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução nº 37/52**, de 3 de dezembro de 1982. Programa de Ação Mundial Para As Pessoas Com Deficiência.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução nº 45/91**, de 14 de outubro de 1990.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução nº 47/3**, de 14 de outubro de 1992.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução nº 48/96**, de 20 de dezembro de 1993.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **The Invisibility of Disability**. Disponível em: <http://www.un.org/disabilities/documents/sdgs/infographic_statistics_2016.pdf>. Acesso em: 14 set. 2018.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção da Guatemala**. 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2013.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Declaração da década das Américas pelos direitos e pela dignidade das pessoas com deficiência (2006-2016)**. Tradução: Romeu Kazumi Sassaki. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:oaxPBBqwGasJ:intervox.nce.ufrj.br/~evangel/leis/Declara%25E7%25E3o%2520da%2520D%25E9cada%2520das%2520Am%25E9ricas%2520pelos%2520Direitos%2520e%2520pela%2520Dignidade%2520das%2520PcD%2520-%25202006.doc+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 24 mar. 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Recomendação nº 111**, de

04 de junho de 1958.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Recomendação nº 99**, de 25 de junho de 1955.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 111**, de 25 de junho de 1958.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenção nº 159, de 20 de junho de 1983. **Convenção Sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes.**

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenção nº 159. **Convenção sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes.**

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 168**, de 01 de junho de 1988.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. The World Bank. **Relatório Mundial sobre a Deficiência.** Trad Lexicus Serviços Linguísticos – São Paulo. SEDPcD: São Paulo, 2012, 312 p.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. **Declaração de Cave Hill**, de 1983.

PAULA, Dilma Andrade de; MENDONÇA, Sonia Regina de (Org.). **Sociedade civil: ensaios históricos.** Jundiaí: Paco, 2013.

PRIMEIRA CONFERÊNCIA DA REDE IBERO-AMERICANA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUAS FAMÍLIAS. **Declaração de Caracas**, de 18 de outubro de 2002.

RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE A DEFICIÊNCIA. **O caminho à frente: recomendações.** Tradução: Romeu Kazumi Sassaki. 2011.

RESENDE, Ana Paula Crosara de. **Todos na cidade: o direito a acessibilidade das pessoas com deficiência física em Uberlândia.** Uberlândia: Edufu, 2004.

RESENDE, Ana Paula Crosara de; VITAL, Flavia Maria de Paiva (coord.) **A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Versão Comentada.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

REUNIÃO DAS ENTIDADES DE DEFICIENTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 1989, Belo Horizonte. **Ata do dia 19 de agosto.**

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade.** Londrina, PR, EDUEL, 2001.

RIBAS, João B. Cintra. **O que são pessoas deficientes.** São Paulo: Brasiliense, 2003.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Quem é quem na Constituinte**: Uma Análise Sócio-Política dos Partidos e Deputados. São Paulo: Oesp-maltese, 1967.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. Movimentos populares e sociais: a sociedade brasileira em ação na década de 1980. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. **Anais eletrônicos** [...]. João Pessoa: ANPUH, 2003. Disponível em <http://anpuh.org/XXII_simposio>. Acesso em:

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). São Paulo: Paz e Terra, 1988. 329 p.

SAES, Décio Azevedo Marques de. **A questão da evolução da cidadania política no Brasil. Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 379-410, ago. 2001. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9813>>. Acesso em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000200021>

SAID, Ana Maria. **Uma estratégia para o ocidente**: o conceito de democracia em Gramsci e o PCB. Uberlândia: EDUFU, 2009. <https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-223-6>

SASSAKI, Romeu Kazumi. Entraves da tradução da CIF à inclusão de PcD. **Revista Reação**, São Paulo, n°. 81, jul./ago. 2011.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Histórico resumido da terminologia sobre pessoas com deficiência**. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:MaKfADnnkB8J:www.cnbb.org.br/documento_geral/RomeuSasaki_Terminologiadeficiencia.DOC+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 09 abr. 2013.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Palavras incluídas na convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. **Revista Reação**, São Paulo, n°. 82, set./out., 2011. (Parte I).

SASSAKI, Romeu Kazumi. Palavras incluídas na convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. **Revista Reação**, São Paulo, n°. 83, nov./dez., 2011. (Parte II).

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Panorama geral da inclusão social**. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:uPEMF2uITwJ:www.ceset.unicamp.br/~joaquiml/ST%2520019/Panorama%2520Geral%2520da%2520Inclus%25E3o%2520Social.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 06 jan. 2013

SASSAKI, Romeu Kazumi. Quem está incluído na convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência? **Revista Reação**, São Paulo, n°. 80, mai./jun., 2011.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Termos utilizados no ordenamento jurídico brasileiro referentes à pessoa com deficiência e aos tipos de deficiência**. Praia Grande: Prefeitura Municipal, Seduc, 2008.

SAWAIA, Bader B. (org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psissocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2008.

SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. **30 anos do AIPD: Ano Internacional das Pessoas Deficientes 1981-2011**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011. 412 p.

SEGUNDA CÚPULA DAS AMÉRICAS. **Declaração de Santiago**, de 18 e 19 de abril de 1998.

SILVA, Idari Alves da. **Construindo a cidadania: uma análise introdutória sobre o direito à diferença**. 2002. 218 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

SILVA, Otto Marques. A Epopéia Ignorada: A Pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje. São Paulo: Cedas, 1987. In: CARMO, Apolônio Abadio do. **Deficiência Física: A Realidade Brasileira Cria, Recupera e Discrimina**. Brasília: MEC/Secretaria dos Desportos, 1991.

SILVA, SHIRLEY; VIZIM, Marli (Orgs.). **Educação Especial: múltiplas leituras e diferentes significados**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2001.

SILVEIRA, Ricardo de Jesus. O legado dos movimentos sociais dos anos 70-80. **Revista Mediações**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 79-94, jan./jun. 2000. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9199>>. Acesso em: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2000v5n1p79>

SOUZA, Marcel Soares de. **O Penhor de uma igualdade: Contradições e Vicissitudes do Projeto Constitucional de 1988 no Brasil do Capital Fictício**. 2017. 268 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Programa de Pós- Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: Usp, 2001. 169 p.
UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem: Jomtien, 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2013.

UNESCO. **Convenção relativa à Luta contra a Discriminação no campo do Ensino Adotada**, de 14 de dezembro de 1960.

UNIDAS, **Organização das Nações**. Ano Internacional das Pessoas Deficientes. 1981. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/archivio/documents/rc_seg-st_19810304_doc-handicap_po.html>. Acesso em: 14 out. 2018.

VERAS, Maura Pardini Bicudo. Exclusão Social: Um problema brasileiro de 500 anos. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 8. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. Cap. 2. p. 27-53.

VIVARTA, Veet (Org.). **Mídia e Deficiência**. Brasília: Andi, 2003. 184 p.

WEFFORT, Francisco. Por que democracia? In: STEPAN, A. **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 p. 483-519.

WEFFORT, Francisco. **Por que democracia?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

WEFFORT, Francisco. **Qual Democracia?** São Paulo: Cia das Letras, 1992.

WNUSP. **Declaração de Duban**. Aprovada em Duban, África do Sul, em 2001. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_durban.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2013

WNUSP. **Declaração de Kampala**. Aprovada em Kampala, Uganda, em 2009.

WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. Tradução: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2011.

XAVIER, Crós et. al. **Classificações da deficiência visual: compreendendo conceitos esportivos, educacionais, médicos e legais**. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd93/defic.htm>>. Acesso em: 19 abr. 2013.